



Relatório & Contas

20 22

ÍNDICE:

MENSAGEM DO PRESIDENTE	5
2022 EM DESTAQUE.....	9
1. FACTOS RELEVANTES DE 2022.....	9
2. SÍNTESE DE INDICADORES.....	11
A EMPRESA.....	14
1. QUEM SOMOS.....	14
1.1. <i>Missão, Visão e Valores</i>	14
1.2. <i>Descrição, Atividade e Presença</i>	15
1.3. <i>Cadeia de Valor</i>	16
1.4. <i>As Nossas Pessoas</i>	17
1.5. <i>Os nossos Stakeholders</i>	22
2. ORGANIZAÇÃO.....	23
2.1 <i>Estrutura Acionista, Órgãos Sociais e Estrutura Organizacional</i>	23
2.2 <i>Carteira de Participações e Sucursais</i>	27
3. O NOSSO PROPÓSITO.....	28
3.1 <i>Fazer a Diferença na Vida das Pessoas</i>	28
3.2 <i>Compromisso de Integridade</i>	28
3.3 <i>Compromisso de Sustentabilidade</i>	29
RELATÓRIO DE GESTÃO.....	30
1. A ENVOLVENTE.....	30
1.1 <i>Contexto macroeconómico</i>	30
1.2 <i>O Setor</i>	33
1.3 <i>A Energia</i>	40
1.4 <i>Contexto Regulatório</i>	48
2. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS.....	52
3. O NEGÓCIO.....	53

3.1.	<i>Introdução</i>	53
3.2.	<i>Abastecimento de Água</i>	54
3.3.	<i>Saneamento de Águas Residuais</i>	55
3.4.	<i>Atividade Operacional</i>	55
4.	RISCO E CONTROLO INTERNO	106
5.	DESEMPENHO ECONÓMICO - FINANCEIRO	117
6.	EVENTOS POSTERIORES AO FECHO	123
7.	CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS.....	123
8.	PERSPECTIVAS FUTURAS.....	152
9.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	154
10.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	155
11.	RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS.....	156
12.	ANEXO AO RELATÓRIO	157
	CONTAS DO EXERCÍCIO 2022	158
1.	CONTAS INDIVIDUAIS.....	158
1.1	<i>Demonstração da Posição Financeira</i>	158
1.2	<i>Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral</i>	160
1.3	<i>Demonstração das variações do Capital Próprio</i>	161
1.4	<i>Demonstração dos Fluxos de Caixa</i>	162
1.5	<i>Notas às Demonstrações Financeiras</i>	163
	RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO.....	228
	CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	ERRO! MARCADOR NÃO DEFINIDO.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

A atual década é considerada a mais crítica de sempre na relação água-energia-alimentação, a nossa ambição de maior autonomia alimentar pressiona os recursos hídricos, sendo tal particularmente evidente no Alentejo, a par da dinâmica de desenvolvimento a que se assiste na sub-região do Alentejo Litoral.

A temperatura média global foi cerca de 1,15°C acima dos níveis pré-industriais, fazendo com o que 2022 fosse o 8.º ano consecutivo em que as temperaturas globais anuais atingiram pelo menos 1°C acima dos níveis pré-industriais, de acordo com a Organização Mundial de Meteorologia (OMM). O período de 2015 a 2022 é considerado o mais quente já registado. Torna-se por isso evidente a aceleração e preocupante aproximação ao cenário mais gravoso (RCP 8.5) ¹ e com isso, aumenta a probabilidade de, temporariamente, ser rompido o limite de 1,5°C do Acordo de Paris.

Ondas de calor extremas, secas e inundações devastadoras afetaram milhões e custaram muitos milhões este ano, de acordo com o relatório provisório Estado do Clima Global em 2022. O secretário-geral da OMM, Petteri Taalas, lembra os vários desastres climáticos de 2022, que destruíram vidas e meios de subsistência, prejudicando a segurança e a infraestrutura da saúde, alimentação, energia e água.

O preço invisível destes desastres naturais remetem-nos para perdas seguradas estimadas na ordem dos US\$ 120 mil milhões que representam apenas a ponta do iceberg segundo a *United Nations Office for Disaster Risk Reduction* (UNDRR), uma vez que se estima em US\$ 270 mil milhões o seu total, com manifestações aos mais diversos níveis, desde ondas de choque económicas, perdas invisíveis de eventos lentos e de pequena escala, quebra em cadeias logísticas de abastecimento e corte de comunicações, mas também perdas de produtividade, fardo para a saúde e resiliência, onde e em especial a nível psicológico se salienta um legado de ansiedade e desespero e a perturbação da vida de jovens.

Também o conflito e as tensões geoeconómicas acionaram uma série de riscos globais profundamente interconectados, de acordo com o Relatório de Riscos Globais de 2023 do *World Economic Forum*. Estes concorrem com um evento pandémico global sem precedentes, que embora mitigado, ainda persiste, o que a par da evolução climática configuram a combinação para uma “tempestade perfeita”, convergindo para moldar uma década única, incerta e turbulenta que está por vir.

O ano de 2022 já é assinalado como o ano da pior seca e o mais quente em Portugal desde que há registos, circunstância que constituiu um importante teste à estratégia que tem vindo a ser implementada no nosso território, singular no Continente, a que não é alheia a circunstância de também constituir um *hotspot* para o impacto das alterações climáticas.

¹ Cenário RCP (Representative Concentration Pathways), refere-se a porção dos patamares de concentração que se prolongam até 2100, para os quais os modelos de avaliação integrada produzem cenários de emissões correspondentes [IPCC, 2013]. O RCP8.5 é um patamar elevado para cada forçamento radiativo e superior a 8,5 Wm⁻² em 2100 e continua a aumentar durante algum tempo (o RCP correspondente assume emissões constantes após 2250) [IPCC, 2013].

A preocupante e acentuada escalada da incerteza torna mesmo urgente uma evolução no nosso pensamento e abordagem, desde logo em organizações mais ágeis, com maior apelo a soluções digitais e onde a mitigação do risco e resiliência das infraestruturas assumem especial centralidade e exigência nas entidades gestoras de infraestruturas críticas e serviços essenciais. Estes requisitos concorrem com as exigências crescentes de governo societário, bem como de transparência e reporte com um número acrescido de partes interessadas, em que as preocupações com a ética e integridade constam, e bem, da agenda de prioridades.

É muito cientes da complexidade de um contexto extremamente exigente, bem como que o nosso atual desempenho não é uma garantia absoluta para o futuro, que encaramos com confiança, e com a necessária serenidade os desafios que enfrentamos, prosseguindo na execução da nossa agenda de gestão onde merecem especial destaque em 2022:

- a) A conclusão do lançamento da totalidade dos procedimentos de contratação dos estudos e projetos relativos aos investimentos em infraestruturas previstos para o quinquénio em curso, com um valor na ordem dos 2,4 milhões de euros, na sequência da estabilização das soluções com os parceiros, tendo em vista diminuir o prazo de lançamento dos investimentos e a incerteza temporal, em particular num período de sobreposição com o lançamento de outros investimentos muito relevantes em infraestruturas;
- b) A ligação a sistemas mais fiáveis em pouco mais de um ano de 48 aglomerados de menor dimensão dos concelhos de Almodôvar, Castro Verde, Grândola, Mértola, Odemira e Santiago do Cacém, corolário de um esforço significativo de investimento e que passa a constituir também uma das principais marcas da intervenção da parceria, que no ano de maior seca desde que há registo permitiram uma importante evolução na fiabilidade do serviço na parte do território onde a escassez se faz sentir historicamente com maior intensidade. Esta marca da intervenção da parceria junta-se à evolução que temos assinalado em indicadores muito relevantes, desde a qualidade da água à evolução no desempenho ambiental em inúmeros aglomerados que estiveram associados a processos de contencioso comunitário no domínio do tratamento de águas residuais;
- c) As novas frentes de preocupação noutras partes do território, seja das repercussões dos fenómenos climáticos como de outras dinâmicas, que têm vindo a exigir diligências várias, designadamente em torno da albufeira de Santa Clara, mas também do aumento das manifestações em termos de alguns parâmetros da qualidade da água e da redução da produtividade de captações;
- d) O reforço do capital social pelos acionistas e substituição de empréstimos de curto prazo por um de longo prazo contratado junto do Banco Europeu de Investimentos, constituem mais um importante passo na consolidação da nossa estrutura de financiamento;
- e) A necessidade de contemporizar a assunção de compromissos financeiros com novos investimentos em infraestruturas por via da transição entre os programas comunitários, até à confirmação das expectativas de alocação de fundos em operações já aprovadas e em curso, tendo em conta a extensão da carteira de compromissos e a necessidade de observância de limiares económicos e financeiros num contexto de maior exigência;
- f) A reforçada continuidade em termos de maior abrangência do reconhecimento e valorização dos nossos trabalhadores, na concretização de um vasto conjunto de diligências e iniciativas corporativas de estudo sem paralelo desde há muitos anos, onde foi evidente a evolução destinada a contrariar uma erosão de mais de uma

década, mas também sinalizando preocupações de futuro. A não confirmação de expectativas em vários domínios e a evolução mais recente da inflação vieram limitar o alcance das medidas e a necessidade imperiosa de manter todo o nosso empenho no sentido de irmos a evoluir na capacidade de retenção e atração de capital humano e contrariar a elevada taxa de rotação que em 2022 atingiu novos limiares de preocupação. Por todos os motivos ainda em 2022 tivemos oportunidade de inserir na proposta de Plano de Atividades e Orçamento de 2023 um conjunto de medidas destinadas a permitir-nos uma nova evolução na resolução destes importantes constrangimentos;

- g) Os passos na consolidação da internalização da exploração de um conjunto de 24 sistemas de saneamento de águas residuais em simultâneo com um acompanhamento mais próximo do novo operador para a exploração dos demais, insere-se na estratégia definida em 2020 de reforçar o conjunto de competências num domínio que assiste a importantes e reforçados desafios e oportunidades, onde a partir de final do ano se insere o processo de revisão da Diretiva das Águas Residuais Urbanas, assim como a confiança depositada pelos parceiros municipais relativamente à integração de novos sistemas;
- h) A continuidade na implementação de importantes plataformas de suporte aos processos de operação e manutenção, assim como a disponibilização de novas ferramentas de suporte à gestão de recursos humanos, foi complementada com o arranque da elaboração de um plano estratégico para os sistemas de informação, visando garantir o alinhamento das iniciativas em curso com os desenvolvimentos do modelo de negócio e os desafios que enfrentamos, em especial o reforço da monitorização e da segurança de informação, mas também da interação com os principais parceiros;
- i) Também no domínio da interação com os principais parceiros demos continuidade à realização de estudos, envolvendo técnicos das entidades gestoras interessadas e noutros casos, reconhecidos especialistas e académicos, no sentido de melhor esclarecermos e suportarmos decisões em domínios que vão desde a problemática das aflúências indevidas, a pressões em redes de distribuição ou desafios associados à qualidade e quantidade de água para consumo e à disponibilidade hídrica;
- j) A abertura permitida pela evolução da pandemia pela COVID 19 possibilitou o arranque do projeto AGITAR, numa parceria alargada com iniciativas orientadas para entidades gestoras, principais utilizadores de atividades económicas e população em geral, desde a conceção dos sistemas para o futuro à mudança de comportamentos e ou atitudes, essenciais para melhorar a resposta aos desafios de escassez de água que enfrentamos. Trata-se de uma iniciativa que vem reforçar a aposta no aprofundamento da nossa interação com as comunidades, visando melhorar a resposta aos principais desafios que enfrentamos.

A intensidade da seca em 2022 constituiu um importante teste ao importante empreendimento que os parceiros Estado e Municípios nos incumbiram em 2009, tendo sido possível atestar, mais uma vez, a evidente e assinalável evolução em termos de garantias acrescidas de qualidade e quantidade no abastecimento de água e no saneamento de águas residuais. Continuou a ser também um ano com os olhos postos no futuro, desde logo nas intervenções planeadas ainda por realizar, que o contexto que atravessamos veio reforçar a sua premência, assim como os importantes passos destinados a integrar os desenvolvimentos que assistimos em termos de modelo de negócio e respostas a cenários de maior exigência, senão mesmo urgência, como os que resultam dos fenómenos associados às alterações climáticas. Também a alteração nas cadeias logísticas, mais recentemente ampliadas pela instabilidade geopolítica, impõem desenvolvimentos que temos vindo a perseguir.

Foi nesta perspetiva que estabilizámos a atualização do nosso estudo de viabilidade económica e financeira, de que foi desde já beneficiária a proposta de Plano de Atividades e Orçamento de 2023.

A conjugação de uma agenda de desenvolvimento com um contexto muito complexo só tem sido possível com o elevado nível de compromisso com as populações e com o território por parte dos colegas, onde e em especial o espírito de missão se tem sobreposto ao da função, pese embora os momentos de cansaço e menor crença com que por vezes nos confrontamos.

A persistência, o sentido de bem servir as populações do nosso território, tem permitido ultrapassar esses constrangimentos e garantirmos a continuidade dos serviços essenciais que prestamos, conforme tivemos oportunidade de assinalar quando utilizámos a expressão NÃO PARAMOS, pois não podemos parar mesmo, porque se faltar alguém não podemos também ser mesmo nos.adp, uma vez que fazemos a diferença na vida das pessoas.

Um percurso de elevada exigência e compromisso com todas as partes interessadas continua muito presente na preparação do futuro, com uma visão integrada dos desafios ambientais e de saúde pública com que o mundo, o nosso território e as nossas comunidades se confrontam. Esta continua a ser a inspiração no legado do Dr. Joaquim Marques Ferreira.

Para finalizar, o Conselho de Administração entende que o nosso desempenho em 2022 só foi possível graças ao grande compromisso de todos os colegas, à excelente colaboração das Câmaras Municipais e ao apoio dos Acionistas AdP SGPS e AMGAP, da Comissão de Parceria e do Fiscal Único e ainda das diversas Instituições da Administração Pública, nomeadamente a ARH Alentejo (Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I.P.), ARH do Tejo e Oeste (Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste, I.P.), CCDR Alentejo (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo), ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) e POSEUR (Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos) que no âmbito das suas competências específicas muito têm contribuído e colaborado para a importante melhoria dos níveis de desempenho dos serviços essenciais que prestamos às populações do nosso território e a todos os que nos visitam.

O Presidente do Conselho de Administração

(Francisco Narciso)

2022 EM DESTAQUE

I. FACTOS RELEVANTES DE 2022

A saída de uma Coordenadora de um Centro Operacional no início do ano veio a sinalizar o que viria a ser o ano com mais saídas e que viria também a incluir a Diretora de Manutenção a meio do ano. As repercussões destas saídas fizeram-se sentir aos mais diversos níveis, desde o tempo que medeia a saída e a sua substituição, até às demais repercussões, sobrecarregando equipas aos mais diversos níveis, mas também iniciativas estruturais constantes da agenda de gestão, designadamente associadas a processos de compras, logístico e manutenção.

Apesar de alguns sinais contraditórios em determinados períodos no início do ano, a progressiva abertura proporcionada pelo novo normal iniciada em outubro de 2021 veio a consolidar-se, culminando no final do estado de alerta a 30 de setembro de 2022. Todavia, ao progressivo desanuviamento proporcionado pela mitigação de um evento pandémico à escala global, veio a suceder um conflito na Europa, com o início a 24 de fevereiro de 2022 de uma nova ocupação russa do território ucraniano, com fortes repercussões na estratégia e mercados energéticos, alimentando uma pressão inflacionista que obrigaram a desenvolvimentos na política monetária, mas também um mundo fragmentado.

O arranque da ligação do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva à albufeira de Morgavel constitui um marco muito importante para o aumento da fiabilidade naquela parte do território e uma alternativa adicional para o estudo em curso para responder à dinâmica de desenvolvimento no litoral alentejano. Também a aprovação do Plano de Atividades e Orçamento permitiu-nos planear a concretização de uma valorização remuneratória dos nossos trabalhadores, integrado com o processo de avaliação de desempenho e as conversações e diligências em torno da revisão do Acordo Coletivo de Trabalho.

O mês de abril assinala-se com a apresentação de novos contributos para a proposta de Plano Regional de Eficiência Hídrica do Alentejo, depois dos contributos iniciais apresentados no final de 2020. Nestes contributos é dada especial atenção às crescentes e mais evidentes preocupações com a fiabilidade dos sistemas de abastecimento de água em toda a faixa litoral, que sugeriram temporizar o lançamento do procedimento de contratação da empreitada relativa ao novo sistema de abastecimento de água de Odemira, a partir da nova ETA de S. Teotónio, aos desenvolvimentos e confirmação da garantia do Aproveitamento Hidroagrícola do Mira em situações de contingência, ao aprofundamento do estudo relativo às disponibilidades hídricas nesta bacia hidrográfica e à atualização do estudo de conceção geral destinado a aumentar a fiabilidade do abastecimento de água em toda a área litoral, decidido no final de 2020. Sinal também da evolução geográfica das prioridades de intervenção é a contratação da empreitada de remodelação do sistema de abastecimento de água de Vale Melão no concelho de Arraiolos.

A reorientação da prioridade de atuação é igualmente patente com a realização no mês de maio de uma sessão de trabalho com a Águas do Vale do Tejo, EDIA e AdP Valor destinada a atualizarmos e trocarmos impressões sobre as experiências e intenções de intervenções destinadas a aumentar a fiabilidade no abastecimento de água no Alentejo, em particular nos territórios de fronteira, enquanto decorrem os estudos técnicos relativos aos projetos de execução do agora designado sistema de abastecimento de água Bica Fria/Minutos sinal evidente também da estratégia de interligação de origens subterrâneas e superficiais. Este mês é também assinalado pela consignação da empreitada da nova ETAR de Cuba.

O mês de junho assinala a entrada no período de aumento de temperaturas numa situação de seca hídrica extrema e severa em 96,7% do território continental, que impõem o acionamento de um conjunto de ações de sensibilização, mas também de articulação e alerta, onde e em especial rapidamente se evoluiu para uma gestão muito próxima com os municípios das situações de maior preocupação, as quais no essencial, vieram a ser muito mais limitadas que em anos anteriores.

A persistência de poluição difusa do pesticida Mecoprop no sistema de abastecimento de água de Santa Clara remeteu-nos para a apresentação de uma exposição formal junto das autoridades no decorrer do mês de julho, que dispõem de capacidade para realizar diligências necessárias para detetar a origem daquilo que se desconfia como decorrendo de ato isolado. Este mês é também marcado pela assinatura do contrato da empreitada de reabilitação da ETA do Alvito, que serve os concelhos de Cuba, Alvito, Viana do Alentejo, Vidigueira e ainda o concelho de Portel, através da Águas do Vale do Tejo, assim como a conclusão a Empreitada de Adução ao Eixo Almodôvar Mértola Sudoeste-Eixos Secundários, que permitiu o abastecimento a partir da ETA do Monte da Rocha a mais 5 aglomerados dos concelhos de Almodôvar e Mértola, num período particularmente crítico.

Setembro foi o mês de assinalarmos o aniversário da Empresa, momento aproveitado também para realizar um conjunto de atividades destinadas a elevar o ambiente de trabalho.

O início de outubro marca o início de operação da ETAR do Rosário e do respetivo sistema interceptor, no concelho de Almodôvar, após uma profunda reabilitação, e que evidencia também a viragem para uma fase caracterizada por intervenções num conjunto muito vasto de sistemas de águas residuais que servem aglomerados de menor dimensão. Também neste mês inicia-se a preparação do Plano Estratégico de Sistemas de Informação que constitui também a oportunidade para iniciar um processo de reflexão interna e de interação com os principais parceiros, assim como o envolvimento da academia, designadamente do Instituto Politécnico de Beja e da Uninova - Instituto de Desenvolvimento de Novas Tecnologias, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, com que viemos a celebrar protocolos de colaboração. Este processo irá estender-se pelo início de 2023 e incluiu já no final do ano uma evolução no modelo de governação dos sistemas e tecnologias de informação.

A evolução do mercado energético veio a impor a necessidade de reforçar as medidas de poupança, assim como de acompanhamento de uma das principais rubricas de gastos, num exercício marcado pelo desenvolvimento de um conjunto de diligências no sentido de concretizar o programa de neutralidade energética do Grupo Águas de Portugal, reforçado pelos passos tendentes à constituição de uma comunidade de energia renovável, desafiando também os principais parceiros.

O último mês do ano é assinalado pela concretização de duas medidas destinadas a conferir mais robustez financeira, o reforço do capital social pelos acionistas e substituição de empréstimos de curto prazo por um de longo prazo contratado junto do Banco Europeu de Investimentos. Ainda neste mês assinala-se a conclusão das empreitadas de adução a Alvalade e Ermidas e Fornalhas Velhas, bem como a aprovação e submissão às tutelas da proposta de plano de atividades e orçamento para 2023.

2. SÍNTESE DE INDICADORES

Os quadros que se seguem procuram avaliar de forma sintética a evolução da atividade operacional, de investimento e financeira entre os anos de 2020 e 2022:

INDICADORES ACTIVIDADE	2022	2021	2020
1. Investimento total (Milhares de Euros) ⁽¹⁾	8 808	11 414	17 253
2. N.º Médio de Trabalhadores (sem órgãos sociais)	153	129	127
3. N.º de Trabalhadores em 31 de Dez. (sem órgãos sociais)	157	147	126
4. N.º de Órgãos Sociais	9	9	9
5. Volume de Água Captada (10 ³ m ³ /ano)	21 739	21 924	21 683
6. Volume de Água Produzida (10 ³ m ³ /ano)	20 923	20 861	20 841
7. Volume de Água Fornecida (10 ³ m ³ /ano)	20 093	20 108	19 888
8. Volume de Água Faturada (10 ³ m ³ /ano)	20 093	20 101	19 770
9. Volume de Efluente Recolhido (10 ³ m ³ /ano)	12 503	12 981	11 180
10. Volume de Efluente Tratado (10 ³ m ³ /ano)	11 866	12 338	10 603
11. Volume de Efluente Faturado (10 ³ m ³ /ano) ⁽²⁾	7 947	7 926	6 763
12. Energia Consumida (KW h/ano)	22 773 207	23 786 584	23 022 145
13. Energia Consumida (Milhares de Euros)	2 354	2 724	2 970
14. Número de Captações de Água em funcionamento	304	324	324
15. Extensão da Rede em funcionamento (Km)			
- Abastecimento	1 450	1 181	1 131
- Saneamento	124	118	118
16. Número de ETA em funcionamento	16	16	17
17. Número de ETAR em funcionamento	102	102	101
18. Número de Estações Elevatórias em funcionamento			
- Abastecimento	92	81	78
- Saneamento	39	38	37
19. Número de Reservatórios em funcionamento	305	283	276
20. Municípios Abrangidos			
- Abastecimento	20	20	20
- Saneamento	20	20	20
21. Municípios Servidos			
- Abastecimento	20	20	20
- Saneamento	20	20	20
22. População Abrangida			
- Abastecimento	204 484	200 964	200 964
- Saneamento	176 641	175 063	175 063
23. População Servida			
- Abastecimento	200 073	199 341	199 341
- Saneamento ⁽³⁾	176 641	175 063	174 028

⁽¹⁾ Investimento sem capitalização de encargos

⁽²⁾ Faturados à tarifa contratualizada

⁽³⁾ Foi considerada a população servida independentemente da faturação

INDICADORES FINANCEIROS

	2022	2021	2020
1. Capital Social Realizado	9 751 600	9 053 000	9 053 000
2. Capital Próprio	12 763 158	10 775 163	10 152 449
3. Ativo Líquido Total	184 069 617	176 059 937	161 006 654
4. Investimento ⁽¹⁾	8 807 912	11 413 710	17 252 670
5. Recebimentos de Apoios Comunitários	3 065 827	8 809 304	12 520 928
6. Passivo Total	171 306 459	165 284 772	150 854 205
7. Dívida de clientes total	6 100 538	6 045 464	5 567 814
8. Dívida de clientes municipais vencida	2 821 029	2 919 183	2 348 255
9. Endividamento	57 800 000	55 754 545	53 636 091
10. Volume de Negócios	19 307 130	18 081 024	16 123 418
11. Vendas	13 506 873	12 590 534	11 617 170
12. Prestação de Serviços	5 800 257	5 490 490	4 506 248
13. Desvios de Recuperação de Gastos	(727 301)	(724 456)	(418 310)
14. Gastos Operacionais	31 732 526	34 002 213	36 576 960
15. Gastos Operacionais Ajustados ⁽²⁾	27 639 338	28 689 272	32 870 344
16. EBIT	1 406 002	1 389 264	1 326 537
17. EBIT Ajustado ⁽³⁾	2 133 303	2 113 719	1 744 847
18. EBITDA	5 396 043	5 626 751	3 133 860
19. EBITDA Ajustado ⁽³⁾	6 123 344	6 351 206	3 552 171
20. Resultados Financeiros	(596 817)	(555 523)	(625 537)
21. Resultados Antes de Impostos	809 185	833 740	701 000
22. Resultado Líquido do Exercício	618 199	622 714	560 638
23. Tarifa média de Abastecimento de Água	0,672	0,626	0,584
24. Tarifa média de Águas Residuais	0,730	0,693	0,666

⁽¹⁾ Sem capitalização de encargos

⁽²⁾ Deduzidos de subsídios ao investimento e outros rendimentos

⁽³⁾ Sem desvios de recuperação de gastos

INDICADORES GESTÃO

	2022	2021	2020
1. Margem EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	31,72%	35,13%	22,03%
2. Gastos operacionais ajustados /EBITDA ajustado ⁽¹⁾	451%	452%	925%
3. Capital Empregue (M€)	81,954	77,607	66,848
4. Autonomia Financeira	56,47%	56,26%	54,89%
5. Liquidez Geral	164,11%	135,41%	77,04%
6. Solvabilidade	129,72%	128,60%	121,67%
7. Fundo Maneio (M€)	7,012	3,606	(3,658)
8. ROE	4,84%	5,78%	5,52%
9. ROA	0,34%	0,35%	0,35%
10. Dívida Financeira (M€)	57,800	55,755	53,636
11. Debt to Equity	453%	517%	528%
12. Net Debt (M€)	55,526	54,486	52,439
13. Net debt to EBITDA ajustado ⁽¹⁾	9,07	8,58	14,76
14. PMP (dias)	57	57	59
15. PMR (dias)	114	122	126

⁽¹⁾ Para cálculo dos indicadores não foram considerados os desvios de recuperação de gastos

A EMPRESA

I. QUEM SOMOS

I.1. Missão, Visão e Valores

A AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A (AgdA) é uma sociedade anónima de direito privado e capitais públicos criada na sequência do Contrato de Parceria celebrado em 13 de agosto de 2009 entre o Estado Português e 21 Municípios, tendo-lhe sido cometida a “...exploração e a gestão dos serviços de águas relativos ao Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo, doravante SPPIAALENTEJO, em regime de parceria pública...”.

Com a assinatura dos Aditamentos aos contratos de Parceria e de Gestão, em 22 de dezembro de 2015, passaram a ser abrangidos 20 concelhos, a saber, Alcácer do Sal, Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Arraiolos, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Grândola, Mértola, Montemor-o-Novo, Moura, Odemira, Ourique, Santiago do Cacém, Serpa, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Vidigueira.

↳ Missão

No âmbito da sua Missão, a AgdA procede à exploração e à gestão dos serviços de água relativos ao SPPIAALENTEJO, em regime de parceria pública visando a prestação de um serviço de qualidade, com respeito pelos aspetos essenciais de ordem social e ambiental, bem como a disponibilização das suas capacidades ao serviço do interesse nacional.

A gestão da empresa deve fazer-se num contexto de procura permanente da sua sustentabilidade económica e financeira, seguindo os princípios da ecoeficiência e da responsabilidade social e ambiental.

↳ Visão

A AgdA pretende ser reconhecida como empresa de referência pela qualidade, continuidade e eficiência dos serviços que presta, numa região com necessidades especiais, devidas essencialmente a problemas de escassez de recursos hídricos e à dispersão populacional.

↳ Valores

A AgdA assume como valores: Espírito de Servir; Excelência; Integridade; Responsabilidade e Rigor.

I.2. Descrição, Atividade e Presença

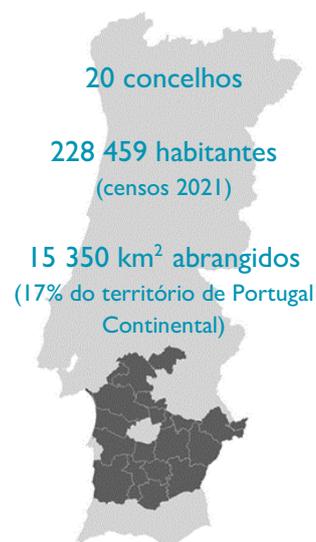
A Empresa surge na sequência do Contrato de Parceria Pública para a gestão, de forma integrada, dos serviços de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais, celebrado a 13 de agosto de 2009 entre o Estado Português e os municípios de Alcácer do Sal, Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Arraiolos, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Grândola, Mértola, Montemor-o-Novo, Moura, Odemira, Ourique, Santiago do Cacém, Serpa, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Vidigueira.

Com este Contrato de Parceria é criado o SPPIAALENTEJO, que se decompõe no Sistema Integrado de Abastecimento de Água e no Sistema Integrado de Águas Residuais atualmente abrangendo todos os municípios subscritores do Contrato de Parceria inicial, com exceção de Ferreira do Alentejo, que não subscreveu o aditamento ao contrato assinado entre as partes em 22 de dezembro de 2015, tendo sido delegado na entidade gestora da parceria, a AgdA, a prestação dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais nos concelhos abrangidos, através do Contrato de Gestão assinado na mesma data entre as partes.

Esta parceria visa garantir a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços de águas em “alta”, numa região com necessidades especiais, nomeadamente problemas de escassez de recursos hídricos e alguma dispersão populacional.

Objetivos do Contrato de Parceria celebrado:

- i. Garantir de forma regular, contínua e eficiente, em qualidade e em quantidade, o abastecimento de água para consumo público e o saneamento de águas residuais urbanas a toda a população abrangida;
- ii. Através de um investimento total de 270 milhões de euros, incluindo o reinvestimento, dos quais cerca de 165 milhões de euros já foram realizados, promover a conceção, reparação e renovação e assegurar a construção e exploração das infraestruturas, das instalações e dos equipamentos necessários à captação, ao tratamento e ao abastecimento de água para consumo público e à recolha, ao tratamento e à rejeição de águas residuais;
- iii. Assegurar a qualidade, continuidade e eficiência dos serviços públicos de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais à população residente, a cerca de 245 mil habitantes, em 17% do território nacional, de forma a promover a saúde pública, o bem-estar das populações, o aumento do emprego local, a proteção do ambiente e a sustentabilidade económico-financeira do setor;
- iv. Contribuir para o desenvolvimento regional, para o ordenamento do território, para a qualidade de vida das populações e para a salvaguarda do património ambiental.

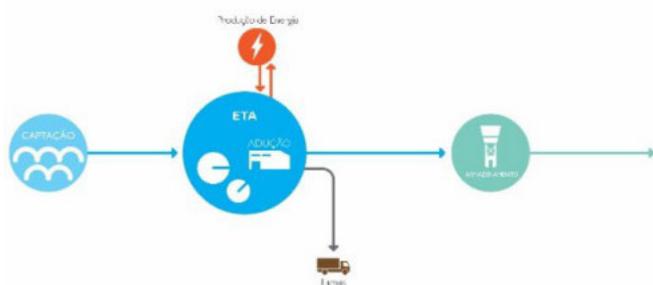


1.3. Cadeia de Valor

A empresa atua numa extensa e complexa cadeia de valor, agregando um conjunto interdependente de competências, que vão desde a identificação de mercados potenciais até à entrega do produto final ao cliente, contribuindo deste modo, quer para a criação de valor ao capital acionista, quer no cumprimento dos elevados parâmetros de desempenho exigidos.

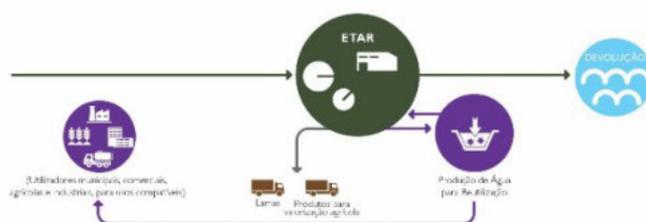
Na representação gráfica que a seguir se apresenta, expõe-se a visão sistémica da cadeia de valor do negócio, bem como a especificação das atividades de operação.

OPERAÇÃO ÁGUA



- Captação**
Recorre às águas superficiais ou subterâneas, no meio urbano. Pode incluir a atividade de elevação.
- ETA - Estação de Tratamento de Água**
Tratamento
Correção das características físicas, químicas e bacteriológicas da água, de forma a torná-la adequada para o consumo humano.
Adução
Transporte de água em a las, podendo incluir as atividades de elevação e do armazenamento.
● Produção de energia
Produção de energia elétrica de fontes hídrica e fotovoltaica.
- Armazenamento**
Armazenamento de água de forma a assegurar a continuidade do abastecimento.

OPERAÇÃO SANEAMENTO



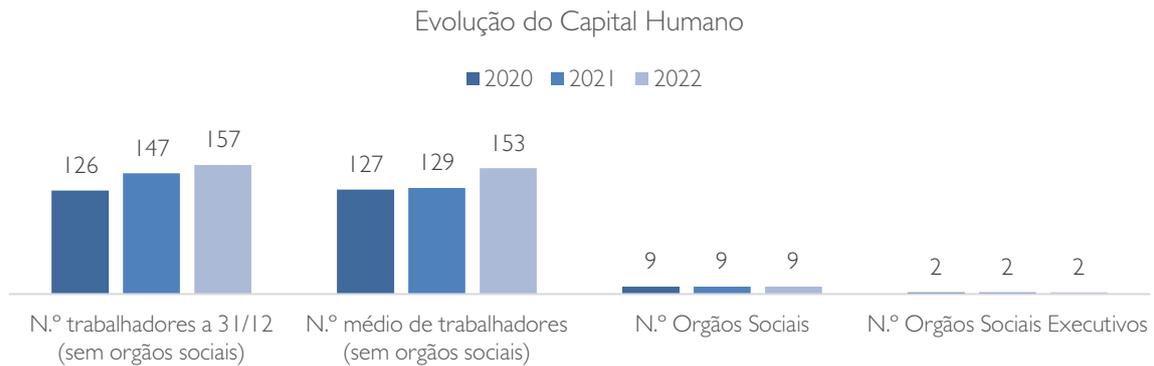
- Transporte**
Transporte das águas residuais desde o ponto de recolha até às unidades de tratamento de águas residuais. Pode incluir a atividade de elevação.
- ETAR - Estação de Tratamento de Águas Residuais**
Tratamento e Valorização
Correção das características físicas, químicas e biológicas, tendo em consideração o destino final da água residual tratada. Valorização de subprodutos dos processos de tratamento.
● Produção de água para reutilização
Produção de água para reutilização para usos internos e usos externos comerciais. Pode incluir atividade de armazenamento e elevação.
- Devolução**
Devolução ao meio através das águas tratadas que não são reutilizadas.

ALTA	BAIXA	ALTA
------	-------	------

1.4. As Nossas Pessoas

O capital humano é um dos ativos da empresa tendo no final de 2022 atingido os 157 trabalhadores.

Ao número de trabalhadores acima referido deverá acrescentar-se 9 órgãos Sociais, dos quais 3 pertencem à Mesa de Assembleia Geral (Presidente, Vice-presidente e Secretário), 1 Fiscal Único e 5 Administradores, dos quais 1 é Presidente Não Executivo, 1 é Vice-presidente Executivo, 1 é Vogal Executivo e 2 são vogais não executivos.



↳ Rotatividade de trabalhadores

O ano 2022 iniciou-se com 147 trabalhadores e terminou com 157 trabalhadores, como consequência de 15 saídas e 25 admissões, sinal das dificuldades em estabilizar o quadro de trabalhadores.



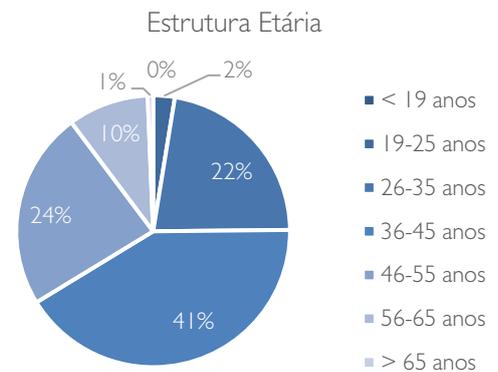
↳ Distribuição de trabalhadores por género

O nosso quadro de trabalhadores é maioritariamente do sexo masculino, resultante do predomínio das funções operacionais.



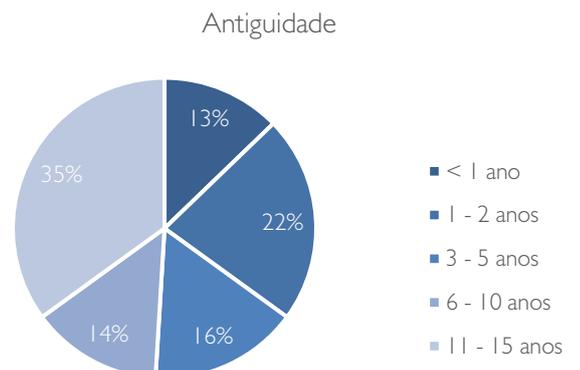
↳ Estrutura etária

As idades dos trabalhadores variam entre os 24 e os 68 anos de idade, localizando-se a média etária nos 42 anos.



↳ Antiguidade na empresa

O início da atividade operacional de forma gradual a partir do segundo semestre de 2010 e a elevada rotação contribuem para uma antiguidade relativamente baixa, em torno de um valor médio de 6 anos.



↳ Vínculo laboral

O vínculo laboral dos trabalhadores é, predominantemente, o contrato sem termo (133), sendo de relevar ainda a expressão das situações de cedência por interesse público (19).

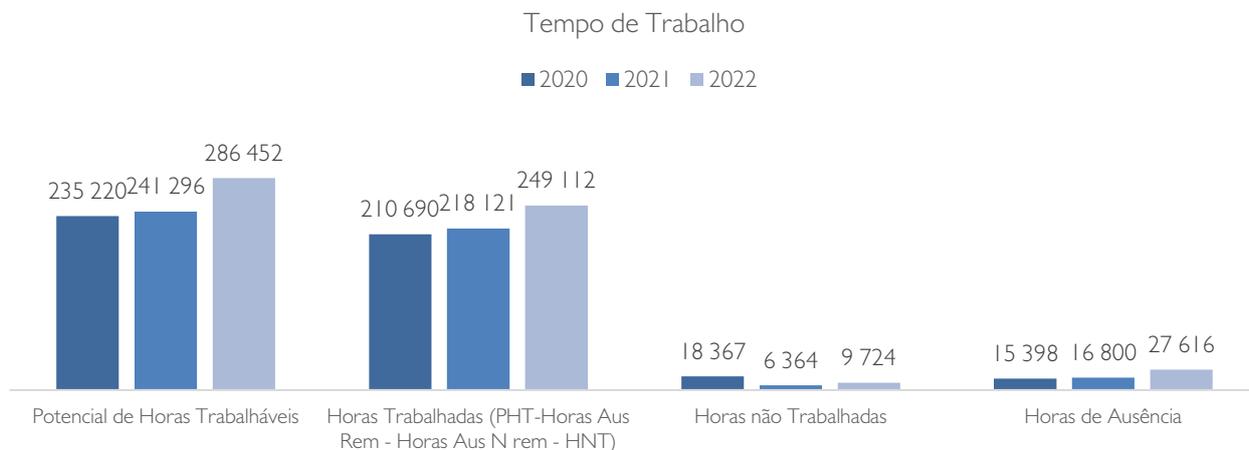


↳ Habilitações Literárias

A evolução do perfil de habilitações evidencia a aposta na qualificação dos trabalhadores, o que conjugado com a aposta em planos de desenvolvimento, constituem pilares de um modelo de negócio que valoriza a autonomia e reforço da digitalização.

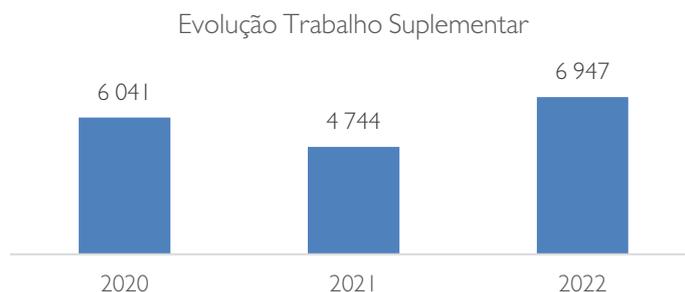


↳ Tempo de trabalho dos trabalhadores



↳ Trabalho suplementar

O trabalho suplementar atingiu em 2022 um total de 6 947 horas, representando um acréscimo comparativamente aos dois anos anteriores.



↳ Formação em contexto de trabalho

A AgdA tem vindo a possibilitar a formação em contexto de trabalho através do acolhimento de estagiários, visando a diminuição da distância entre as escolas e o mercado de trabalho.

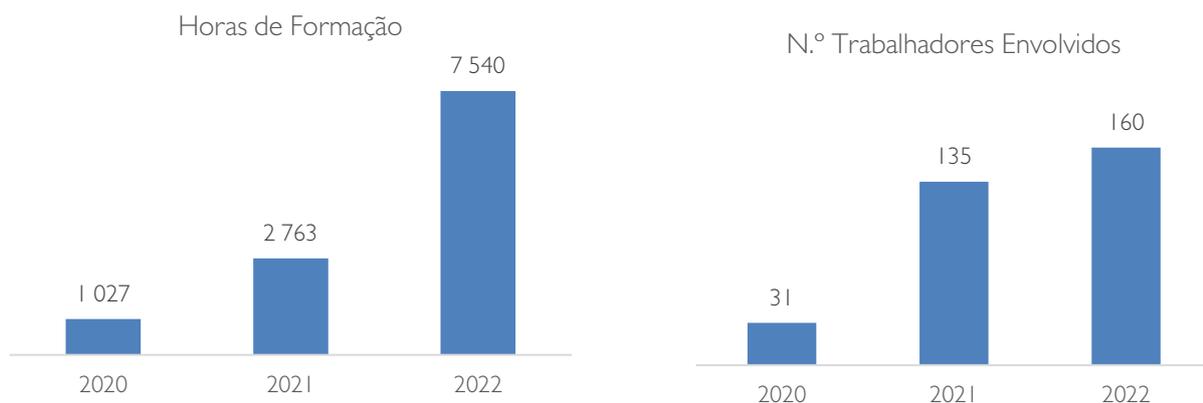
ESTÁGIOS 2022

Tipo de Estágio	Nível	Área	Duração	Instituição de Ensino	Complicação
Profissional	VI	Engenharia do Ambiente	12 meses	Instituto Superior de Agronomia	Sim
Profissional	VII	Engenharia do Ambiente	9 meses	Instituto Politécnico de Beja	Sim
Profissional	VI	Contabilidade	9 meses	Escola Superior de Gestão e Tecnologias de Santarém	Sim
Profissional	VI	Compras e Logística	9 meses	Instituto Politécnico de Beja	Sim

Esta circunstância permite aos alunos colocar em prática os conhecimentos adquiridos ao longo dos cursos ao mesmo tempo que a empresa se assume como agente de formação e contribui para uma educação profissional de qualidade em estreita cooperação com as escolas.

↳ Formação profissional

Em 2022 foi possível retomar as diligências no sentido de implementarmos um plano de formação adequado às necessidades de desenvolvimento de cada trabalhador, procurando dotar os seus trabalhadores de mais competências para o desempenho das suas funções. As ações de formação desenvolvidas em 2022 abrangeram 160 trabalhadores, tendo sido atingido um volume de formação de 7 540 horas, valores em muito superiores aos anos antecedentes.



Paralelamente temos vindo a apoiar trabalhadores em formação contínua, nomeadamente para a frequência de cursos de Licenciatura, Pós-Graduação e Mestrados, que em 2022 abrangeu um universo de 7 trabalhadores nos seguintes cursos:

- Licenciatura em Gestão de Empresas (3 trabalhadores/as em frequência);
- Licenciatura em Engenharia do Ambiente (1 trabalhador em frequência);
- Licenciatura em Engenharia Informática (1 trabalhador em frequência);
- Pós-Graduação em Tecnologias e Gestão da Água (1 trabalhador concluiu);
- Programa avançado de Energias Renováveis no Setor da Água (1 trabalhador concluiu).

1.5. Os nossos Stakeholders

A AgdA está consciente das suas responsabilidades enquanto empresa prestadora de um serviço de interesse público que interage com vários parceiros os quais, direta ou indiretamente, constituem partes interessadas no desempenho da sua atividade.



↳ Deveres especiais de prestação de informação

A AgdA procura cumprir com todas as obrigações legais, estatutárias e contratuais em matéria de divulgação de informação, de acordo com o princípio da transparência e assegurando o cumprimento dos deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de *stakeholders*.

2. ORGANIZAÇÃO

2.1 Estrutura Acionista, Órgãos Sociais e Estrutura Organizacional

Estrutura Acionista

Os parceiros Estado, através da AdP SGPS e o conjunto dos 20 municípios que atualmente integram o SPPIAALENTEJO, através da AMGAP, repartem o capital social da entidade gestora (AgdA) em respetivamente, 51% e 49%, conforme quadro seguinte:

ESTRUTURA ACIONISTA				
ACCIONISTA	%	N.º Ações Classe A	Capital Social Subscrito	Capital Social Realizado
Águas de Portugal, S.G.P.S., S.A.	51%	1 063 126	5 315 630	5 315 630
AMGAP - Associação de Municípios para Gestão de Água Pública do Alentejo (*)	49%	1 021 433	5 107 165	4 435 970
Total	100%	2 084 559	10 422 795	9 751 600

(*) O valor remanescente foi realizado no dia 3 de janeiro de 2023.

Órgãos Sociais

↳ Mesa da Assembleia Geral

Tendo em conta o estipulado no n.º 1 do artigo 14.º dos Estatutos da Sociedade, a Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, sendo estes escolhidos entre acionistas ou outras pessoas e eleitos em Assembleia Geral por um período de três anos.

Na reunião de Assembleia Geral de 15 de março de 2021 foram eleitos os órgãos sociais para o triénio 2021-2023 passando a mesa a ter a seguinte constituição:

- **Presidente:** Dr. António Manuel Ascensão Mestre Bota
- **Vice-Presidente:** Dr. Paulo Manuel Marques Fernandes
- **Secretária:** Dr.ª Ana Cristina Rebelo Pereira

↳ Conselho de Administração

Nos termos do n.º 1 do artigo 18.º dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração é composto por três ou cinco Administradores, sendo um Presidente e os restantes Vogais. O Presidente poderá, nos termos do n.º 4 do mesmo artigo designar um Vice-Presidente, que o substituirá nas suas faltas e impedimentos.

Na reunião de Assembleia Geral de 15 de março de 2021 foram eleitos os órgãos sociais para o triénio 2021-2023 passando o Conselho de Administração a ter a seguinte composição:

- *Presidente Não Executivo:* Dr. Francisco José Pinto Silva Narciso
- *Vice-Presidente Executivo:* Eng.^a Simone Ferreira Pio
- *Vogal Executivo:* Eng.º João Manuel Galhardo Maurício
- *Vogal Não Executivo:* Dr. Álvaro dos Santos Beijinha
- *Vogal Não Executivo:* Dra. Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro

↳ Fiscal Único

Nos termos do n.º I do artigo 24.º dos Estatutos da Sociedade, a fiscalização da atividade da sociedade compete a um Conselho Fiscal, composto por três membros efetivos e um suplente, ou a um Fiscal Único e a um Fiscal Único Suplente, conforme for decidido, nos termos da lei, pela Assembleia Geral que os elege por mandatos de três anos, renováveis. Para o mandato de 2019/2021, e na sequência da Assembleia Geral de 8 de abril de 2019, foi eleito um Fiscal Único e um Fiscal Único Suplente.

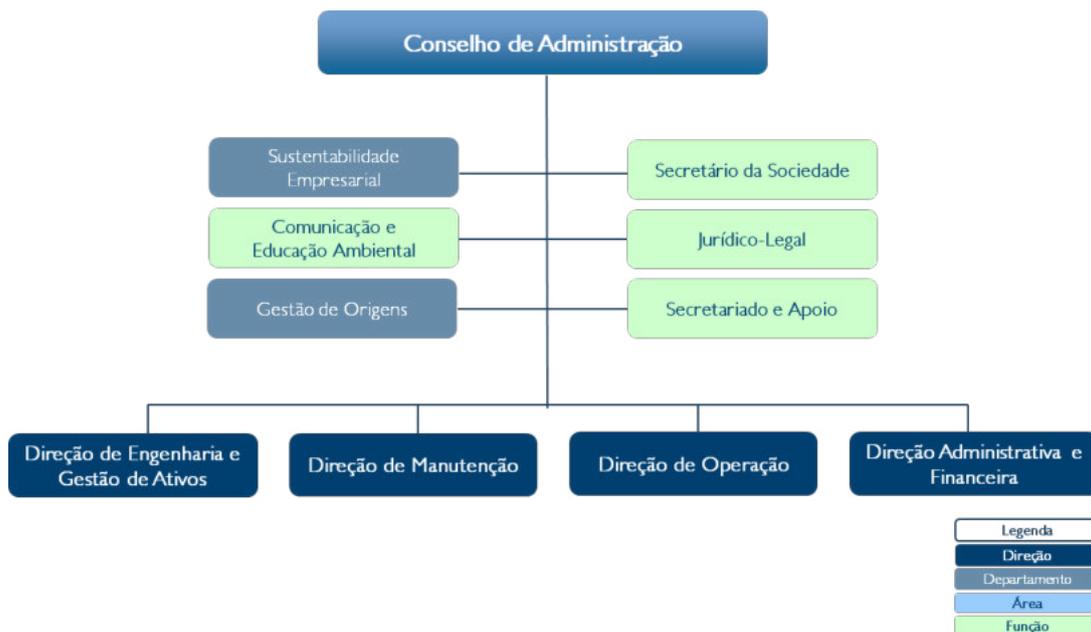
- *Fiscal Único Efetivo:* PriceWaterhouseCoopers & Associados - SROC, Lda., OROC n.º 183, inscrito na CMVM sob o n.º 20161485, representada por Dr. José Alves Bizarro Duarte (ROC n.º 1957)
- *Fiscal Único Suplente:* Dr. Carlos José Figueiredo Rodrigues, ROC n.º 1737, inscrito na CMVM sob o n.º 20161347.

Não tendo sido designado novo Fiscal Único para o mandato 2022/2025 as entidades acima mantiveram-se em funções durante o exercício de 2022.

Estrutura Organizacional

Para o exercício da atividade cometida através do Contrato de Gestão e respetivo aditamento, foi criada uma estrutura organizativa com um conjunto de órgãos funcionais para apoio à gestão da empresa, responsáveis pela definição e implementação das políticas, pela gestão dos recursos humanos e pela avaliação e controlo das atividades desenvolvidas.

Na sequência da revisitação efetuada em 2020, a estrutura organizacional foi reforçada nos órgãos em linha, como também ao nível das Direções de Operação e de Manutenção, no sentido de reforçar a proximidade e a capacidade de resposta.



Os órgãos de apoio ou *staff* têm como principais atribuições:

DESIGNAÇÃO	PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES
Sustentabilidade Empresarial	<p>Promover e coordenar as atividades relativas às obrigações dos sistemas de gestão da qualidade, ambiente, higiene e segurança e responsabilidade social, constantes do Contrato de Parceria e dos compromissos assumidos pela empresa;</p> <p>Análise do Risco: Gestão do risco empresarial; Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;</p> <p>Promoção de Estudos de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I&D+I) em toda a cadeia de valor.</p>
Comunicação e Educação Ambiental	<p>Elaboração do plano de comunicação da empresa e coordenação da comunicação interna e externa;</p> <p>Gestão das iniciativas de comunicação institucional da empresa e das relações com os órgãos de comunicação social;</p> <p>Definição, em articulação com as entidades parceiras, dos standards de imagem da empresa e controlo da sua aplicação, nomeadamente nas viaturas, nas obras em curso e nas instalações;</p> <p>Atividades de comunicação de âmbito escolar e sensibilização ambiental de acordo com a estratégia e plano de comunicação.</p>
Gestão de Origens	<p>Identificar e implementar as melhores soluções para origens de água, em termos de quantidade, qualidade e segurança, sejam origens subterrâneas e superficiais, sejam outras alternativas, bem como transmitir requisitos para adequação do processo de tratamento;</p> <p>Apoiar a elaboração, manutenção e implementação do Plano Estratégico de Adaptação às Alterações Climáticas;</p> <p>Apoiar a elaboração e cumprimento do plano de monitorização da qualidade da água nas origens, na água fornecida para consumo humano e nas descargas de águas residuais;</p> <p>Apoiar a elaboração, manutenção e implementação dos planos de segurança e de seca/contingência, incluindo a articulação com a comunidade e entidades interessadas;</p> <p>Apoiar a elaboração, manutenção e implementação de plano de reutilização e de eficiência hídrica, ao nível da entidade gestora e na promoção e articulação com as principais partes interessadas;</p> <p>Apoiar a identificação e implementação das melhores soluções de proteção e preservação das origens da entidade gestora e de entidades fornecedoras do sistema, incluindo gestão de licenças de captação e perímetros de proteção;</p> <p>Apoiar a gestão ativa das origens, incluindo nas manobras de operação.</p>
Secretário da Sociedade	<p>Zelar pelo cumprimento das obrigações da Sociedade, sob a orientação do Presidente do Conselho de Administração, em matéria de elaboração e arquivo de atas do Conselho de Administração, bem como o expediente a elas relativo e registo comercial dos atos sociais a ele sujeitos;</p> <p>Assegurar o apoio logístico às reuniões do Conselho de Administração e aos membros do Conselho de Administração e difundir as respetivas deliberações.</p>
Jurídico-Legal	<p>Elaborar pareceres/interpretações sobre a aplicação do Contrato de Gestão, bem como de outros contratos, legislação, normas e regulamentos;</p> <p>Assessoria nos processos de concurso e sua avaliação;</p> <p>Resolução de disputas e litígios e patrocínio da empresa em ações judiciais, quer na qualidade de demandante ou demandada.</p>
Secretariado e Apoio	<p>Apoio administrativo na atividade regular e societária, das agendas e da correspondência recebida e expedida, incluindo gestão de arquivo.</p>

No que respeita aos órgãos de primeira linha, as principais atribuições podem apresentar-se como se segue:

DESIGNAÇÃO	PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES
Direção Administrativa e Financeira	Participação na preparação dos planos a médio e longo prazo para a empresa, com incidência na estratégia e política tarifária, na fixação de objetivos e na afetação de custos;
	Assegurar a gestão financeira da empresa;
	Assegurar a contabilidade geral e analítica;
	Elaboração e execução do orçamento da empresa e sua atualização;
	Assegurar a gestão patrimonial dos bens da empresa, bem como o direito de utilização das infraestruturas municipais;
	Gestão dos processos inerentes às relações de trabalho;
Direção de Engenharia e Gestão de Ativos	Gestão de processos de aquisição de bens e serviços e gestão do parque automóvel da empresa.
	Acompanhar o Plano de Investimentos de novas empreitadas, de obras de ampliação e reabilitação de infraestruturas, gerindo a sua execução em termos de prazo, custo e qualidade;
	Coordenar a execução e fiscalização das obras em curso;
	Elaborar, acompanhar e desenvolver projetos de engenharia nas várias especialidades da empresa;
Direção de Manutenção	Coordenar a execução e fiscalização das obras em curso, assim como as demais prestações de serviços necessárias.
	Propor uma política de gestão da manutenção, ao nível de planeamento e controlo, gestão de recursos, gestão de serviços e avaliação de resultados;
	Propor um planeamento e executar as ações de manutenção preventiva, corretiva, condicionada e sistemática dos ativos da empresa, com o objetivo de garantir a qualidade de serviço;
	Propor uma política de gestão de energia, com o objetivo da maximização de eficiência energética nas infraestruturas;
	Monitorizar os consumos energéticos da empresa e desenvolver um plano de eficiência energética;
Direção de Operação	Planear e executar ações para otimizar processos e reduzir consumos desnecessários.
	Coordenação e execução das ações de operação e comando da captação, tratamento, adução e abastecimento de água para consumo incluindo a coordenação geral dos centros de operação;
	Coordenação das ações de operação e comando da recolha, tratamento, rejeição e medição de efluentes, incluindo a coordenação geral dos centros de operação;
	Realização das atividades de manutenção previstas nas rotinas de operação;
	Coordenação e execução da gestão de resíduos;
	Execução de estudos para melhoria do funcionamento dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais;
	Supervisão e comando da operação através de telegestão e telemetria;
	Gestão do parque de equipamentos de medição caudal.

Já no final de 2022 e integrada na reflexão no âmbito da elaboração do Plano Estratégico de Sistemas de Informação, o Conselho de Administração aprovou as linhas gerais do modelo de Governança para os Sistemas e Tecnologias de Informação, a concretizar em 2023 de modo a também melhor suportar o reforço da aposta na digitalização. O modelo futuro passará no essencial pela(o):

- Criação da função de *Chief Information Security Officer* (CISO) como órgão de staff ao Conselho de Administração.
- Criação do Comité de Sistemas e Tecnologias de Informação.
- O alargamento da atuação da atual área de Instrumentação e Automação, da Direção de Manutenção, aos Sistemas e Tecnologias de Informação.

2.2 Carteira de Participações e Sucursais

No exercício de 2022, a empresa não participou ou realizou operações de alienação de participações sociais.

Pagou quotizações nas seguintes entidades:

- ↘ NERBE / AEBAL – Associação Empresarial do Baixo Alentejo e Litoral;
- ↘ CEBAL – Centro de Biotecnologia Agrícola e Agro - Alimentar do Alentejo;
- ↘ APDA – Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas.

A AgdA não dispõe de sucursais.

3. O NOSSO PROPÓSITO

3.1 Fazer a Diferença na Vida das Pessoas

A gestão sustentável da água confronta relevantes desafios associados às alterações climáticas, ao esgotamento de recursos, à degradação dos ecossistemas e à poluição ambiental.

A atividade desenvolvida pela AgdA tem, neste enquadramento, o maior impacto na saúde e bem-estar das pessoas, na qualidade ambiental e no desenvolvimento económico.

“*Fazer a diferença na vida das pessoas*” é o nosso propósito, que nos compromete enquanto empresa do universo do Grupo Águas de Portugal e vincula igualmente os/as nossos/as trabalhadores/as, assentando num duplo vínculo de identidade e de finalidade.



3.2 Compromisso de Integridade

O modelo de integridade do Grupo Águas de Portugal está plasmado numa **Política de Integridade**, que apresenta a sua visão sobre a ética e a integridade, consolidando o compromisso de todas as empresas do Grupo com um modelo de governação assente nos mais elevados padrões éticos, na transparência, responsabilidade e na excelência das práticas de gestão pública.

O Compromisso de Integridade foi subscrito pela AgdA em dezembro de 2021, representando um comprometimento com a implementação do modelo de integridade e de todos os instrumentos que lhe estão associados para assegurar continuamente a capacitação interna que favoreça uma cultura de integridade.

O referencial ético é coadjuvado por normas de conduta e por um conjunto de outras políticas e procedimentos internos que garantem a conformidade com os diferentes instrumentos que regulam a nossa atividade e atuação, nomeadamente:

- Código de Ética e de Conduta
- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
- Regulamento de Denúncias Voluntárias de Irregularidades
- Manual de Contratação Pública do Regime Geral
- Manual de Compras

A governação da ética organizacional está cometida a dois órgãos com atribuições distintas e complementares:

- O Conselho de Ética, um órgão consultivo com estatuto de independência, que visa promover os mais elevados padrões éticos no Grupo Águas de Portugal, ao nível da cultura, da conduta e dos comportamentos.
- A Comissão de Ética, um órgão executivo com estatuto de independência, que visa promover a análise de denúncias, questões e dilemas éticos reportados através dos canais de comunicação, confidenciais e seguros, constituídos para o efeito, particularmente no que ao reporte de irregularidades diz respeito.

O Grupo Águas de Portugal dispõe de um canal específico de comunicação, dirigido à Comissão de Ética, que se designa por **Linha de Integridade**, cuja função principal é receber das partes interessadas, internas ou externas, todas as comunicações relativas a questões éticas, que possam colocar em causa a integridade do grupo como um todo ou de uma das suas empresas. A linha de integridade agrega todas as comunicações que possam, de alguma forma, violar os princípios e a essência da Política de Integridade.

3.3 Compromisso de Sustentabilidade

O Compromisso de Sustentabilidade do Grupo Águas de Portugal fixa as ambições em linha com os princípios de eficiência, inovação e qualidade de serviço, no quadro de responsabilidade empresarial, ambiental e social estabelecido no rumo estratégico que prosseguimos com o propósito de fazer a diferença na vida das pessoas.

As ambições de sustentabilidade estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas e focam-se no propósito do nosso trabalho, na ação pelo clima, na economia circular, na valorização dos territórios, na inovação com impacto, na cooperação para uma gestão sustentável da água a nível internacional e na educação para a sustentabilidade.



RELATÓRIO DE GESTÃO

I. A ENVOLVENTE

I.1 Contexto macroeconómico²

A luta global contra a inflação, a guerra da Rússia na Ucrânia e o ressurgimento do COVID-19 na China pesou sobre a atividade económica global em 2022, e os dois primeiros fatores continuarão a fazê-lo em 2023.

↳ Global

O crescimento global para o ano 2022 estima-se em 3,4% e é esperado um crescimento de 2,9% para 2023 (3,1% para 2024). A previsão de baixo crescimento em 2023 reflete o aumento das taxas dos bancos centrais para combater a inflação, especialmente nas economias avançadas, bem como a guerra na Ucrânia. A queda no crescimento em 2023 é impulsionada por economias avançadas. Espera-se que o crescimento recupere na China com a plena reabertura em 2023. A recuperação esperada em 2024 reflete a gradual recuperação dos efeitos da guerra na Ucrânia e a redução da inflação.

Em 2023, os preços do petróleo deverão cair cerca de 16%, enquanto os preços de matérias não-combustíveis deverão cair em média, 6,3%.

As taxas de juro serão revistas em alta, refletindo a política de redução da taxa de inflação.

↳ Zona do Euro

O crescimento real do PIB na UE surpreendeu positivamente no primeiro semestre de 2022, com os consumidores retomando vigorosamente os gastos, principalmente em serviços, após o relaxamento das medidas de contenção da COVID-19. A expansão continuou no terceiro trimestre, embora num ritmo consideravelmente mais fraco. A incerteza elevada, altas pressões sobre os preços da energia, erosão do poder de compra das famílias, um ambiente externo mais fraco e condições de financiamento mais restritivas devem levar a UE, a área do euro e a maioria dos Estados-Membros, à recessão no último trimestre do ano. O PIB em 2022 deverá crescer em 3,3% na UE (3,2% na área do euro).

Depois de cair para 4,6% do PIB em 2021 (5,1% na zona euro), o défice da UE deverá descer ainda mais para 3,4% do PIB este ano (3,5% na zona euro). Em 2023, porém, o défice público agregado deverá voltar a aumentar ligeiramente (para 3,6% na UE e 3,7% na zona euro), à medida que a atividade económica enfraquece, as despesas com juros aumentam e os governos alargam ou introduzem novas medidas discricionárias para mitigar o impacto dos preços elevados da energia. Como resultado, o déficit

² Fontes: FMI World Economic Outlook; European Commission Economic Outlook; Boletim Económico do Banco Portugal; Projeções Macroeconómicas do Banco Central Europeu; Eurostat e INE.

é projetado em 3,2% do PIB na UE e 3,3% na área do euro em 2024. No horizonte de previsão, projeta-se uma nova redução do rácio dívida/PIB na UE, de 89,4% do PIB em 2021 para 84,1% do PIB em 2024 (e de 97,1% para 91,4% na área do euro).

Espera-se que o aumento das pressões de preços tenham movido o pico da inflação para o final do ano e elevado a projeção da taxa de inflação anual para 9,3% na UE e 8,5% na área do euro. Adicionalmente, espera-se que a inflação diminua em 2023, mas permaneça alta em 7,0% na UE e 6,1% na área do euro, antes de moderar em 2024 para 3,0% e 2,6%, respetivamente. As revisões refletem principalmente preços grossistas de gás e eletricidade significativamente mais elevados, que exercem pressão sobre os preços da energia a retalho, bem como sobre a maioria dos bens e serviços no cabaz de consumo.

O mercado de trabalho continuou a apresentar um forte desempenho, com emprego e participação no nível mais alto e desemprego no nível mais baixo em décadas. A forte expansão económica atraiu um adicional líquido de dois milhões de pessoas para o emprego no primeiro semestre de 2022, elevando o número de pessoas empregadas na UE para um recorde histórico de 213,4 milhões. A taxa de desemprego manteve-se no mínimo histórico de 6,0% em setembro. Espera-se que os mercados de trabalho reajam com desfasamento face ao abrandamento da atividade económica, mas que se mantenham resilientes. O crescimento do emprego na UE está previsto em 1,8% em 2022, antes de estagnar em 2023 e subir moderadamente para 0,4% em 2024. As taxas de desemprego na UE são projetadas em 6,2% em 2022, 6,5% em 2023 e 6,4% em 2024.

Após vários anos de taxas de juro de referência em zero ou negativas, desde meados de 2022 o Conselho do BCE, de modo a controlar a inflação, tem vindo a aumentar as três taxas de juro diretoras do BCE. Em comunicado de início de 2023, as taxas foram novamente aumentadas em 50 pontos base. Por conseguinte, a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento e as taxas de juro aplicáveis à facilidade permanente de cedência de liquidez e à facilidade permanente de depósito serão aumentadas para, respetivamente, 3,00%, 3,25% e 2,50%, com efeitos a partir de 8 de fevereiro de 2023.

↘ Portugal

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal, os principais indicadores económicos para 2022 são os seguintes:

	Estimativa 2022	Ano 2021
Taxa crescimento Produto Interno Bruto	6,8%	5,5%
Taxa crescimento Consumo Privado	5,9%	4,7%
Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor	8,1%	0,9%
Taxa de desemprego	5,9%	6,6%
Euribor 6 meses (fim do ano)	2,693%	(0,546%)
Taxa de juro OT 10 Anos (média do ano)	2,17%	0,30%

Neste enquadramento, projeta-se um crescimento do PIB de 6,8% em 2022, seguida de um crescimento de apenas 1,5% em 2023, seguido de um ritmo de expansão mais moderado em 2024 e 2025, 2% e 1,9%, respetivamente. O crescimento será contido no primeiro semestre de 2023, projetando-se uma moderação das despesas das famílias, algum adiamento dos planos de investimento das empresas e um abrandamento das exportações. Estes desenvolvimentos ocorrem num quadro de incerteza global acentuada, manutenção de preços de energia elevados, erosão do poder de compra, aperto das condições financeiras e enfraquecimento da procura externa. Os fatores que têm suportado o consumo privado deverão perder importância. Não só se estima que a margem de ajustamento resultante da riqueza acumulada durante a pandemia se reduza, como se projeta que o aumento da perceção do risco de alteração das condições do mercado de trabalho, ainda que sem materialização na presente projeção, condicione as decisões de consumo. A partir da segunda metade de 2023, a atividade acelera, refletindo a expectativa de atenuação das tensões nos mercados energéticos, a recuperação gradual do rendimento real das famílias, a melhoria da procura externa e a normalização das cadeias de abastecimento globais. Uma maior absorção dos fundos europeus suporta também a atividade neste período.

A inflação aumenta em 2022 para 8,1%, fixando-se em 5,8% e 3,3% nos dois anos seguintes. A inflação elevada tem impacto negativo sobre a atividade e o rendimento, sobretudo para as famílias de menores recursos. A subida acentuada da inflação na área do euro e a sua persistência levaram o Conselho do Banco Central Europeu (BCE) a iniciar um processo de normalização da política monetária. Os aumentos das taxas de juro de política têm-se repercutido no custo de financiamento das empresas e famílias, o que contribui para conter as pressões inflacionistas. A diminuição da inflação é essencial para a recuperação do poder de compra das famílias e para suportar uma retoma da atividade em contexto de menor incerteza.

Em 2022, o défice orçamental diminuiu e situa-se abaixo da média da área do euro. A dívida pública em percentagem do PIB, embora elevada, manteve uma trajetória descendente. Projeta-se que esta evolução favorável prossiga nos próximos anos, devendo este rácio atingir valores inferiores a 100%.

↳ Região do Alentejo

A região do Alentejo conta com uma história marcada pelo património e cultura que lhe conferem identidade e autenticidade, e um potencial de afirmação competitiva, diferenciadora e sustentável, em atividades consolidadas, mas também em nichos de especialização produtiva. Parte assim de produtos de reconhecida excelência como a cortiça, a prazeres com saber e sabor em domínios como artesanato, gastronomia, vinhos ou azeites, mas também heranças intemporais em termos de património e cultura.

A sua posição de charneira conferem ao desenvolvimento de infraestruturas de acessibilidade e conectividade uma importância central para a atração de investimento a partir de Zona Industrial e Logística de Sines, onde novas oportunidades têm vindo a ser potenciadas, mas também do aeroporto de Beja, desde o suporte logístico à indução de novas atividades conexas, desde a construção de aeronaves e componentes à sua manutenção, mas também ao seu desmantelamento e articulação com outras atividades relevantes.

Também a maior disponibilidade de água a partir do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva tem permitido uma importante expansão da atividade agrícola, mas também o desenvolvimento da agroindústria.

Os 170 km de zona costeira das mais preservadas da Europa, com diversificado potencial de recursos marinhos para o desenvolvimento de um conjunto vasto de novas atividades, ampliam ainda o potencial turístico e de atração de população desta importante parcela do território.

É, pois, num contexto de dinamismo e de maior aposta em acrescentar parcerias, designadamente com os territórios vizinhos, que se deve identificar um potencial passível de contrariar tendências de recessão demográfica prolongada.

1.2 O Setor

↳ O setor a nível mundial³

Em termos globais, a água é um bem escasso e a tendência é este facto agravar-se nas próximas décadas. Tal resulta não só do continuado aumento da população mundial, com particular destaque para as economias emergentes, como também da progressiva diminuição das disponibilidades hídricas associada aos efeitos das alterações climáticas.

Simultaneamente, e para além da necessidade básica de acesso a água potável, a água é essencial para o desenvolvimento socioeconómico, nomeadamente para a produção de energia e alimentos, e também para a conservação de ecossistemas saudáveis.

Por estes motivos, a água está no centro do desenvolvimento sustentável, encontrando-se subjacente a vários dos Objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento, e sendo objeto do [Objetivo 6](#), que defende o acesso universal e equitativo à água potável e ao saneamento.

No caso particular dos serviços de abastecimento e saneamento, ao balanço entre a oferta e a procura, acresce ainda a necessidade de assegurar resiliência nos sistemas, de forma que se consiga resistir a eventos climáticos cada vez mais comuns e extremos, bem como a outros eventos de origem não climática.

Ao longo das últimas duas décadas, sobretudo nos países mais desenvolvidos, tem-se também vindo a assistir a novas tendências na gestão da água, impulsionadas pelos avanços tecnológicos que contribuem para responder aos desafios atrás referidos. Com efeito, estão hoje na agenda: o recurso a origens de água não convencionais, como a dessalinização ou a água residual tratada; a operação dos sistemas com recursos a fontes de energia renovável, de forma a mitigar as emissões de gases com efeito estufa e, conseqüentemente, a desacelerar as alterações climáticas; o incentivo à Inovação e Desenvolvimento para uma melhor gestão dos sistemas de águas; e a materialização do paradigma da Economia Circular, mantendo os recursos em circulação o maior tempo possível, e valorizando os subprodutos ao invés de estes serem considerados resíduos.

³ Fonte: <http://www.worldbank.org>; <http://oecdobserver.org>; <https://iwa-network.org/>; <https://unric.org/pt/>

Não obstante todos estes avanços, neste novo milénio estamos ainda perante alguns factos a que não podemos ficar indiferentes:

- três em cada dez pessoas não têm acesso a água potável;
- mais de 2 mil milhões vivem em países com um elevado nível de “stress” hídrico;
- que cerca de 4 mil milhões de pessoas passam por uma grave escassez de água potável durante, pelo menos, um mês do ano.
- um quarto da população nos países considerados pobres tem acesso a serviços de saneamento adequados.

e, do ponto de vista empresarial, em zonas mais desenvolvidas constata-se que:

- apesar de existir acessibilidade, existem ainda serviços de gestão de água caracterizados por fraca performance do ponto de vista de eficiência e resiliência;
- subsiste uma capacidade de financiamento das operações desadequada, resultando em baixos níveis de investimento; e
- as empresas do setor da água não cobrem os encargos de operação, sendo escassas as que conseguem fazer face ao serviço da dívida e atrair e reter o capital humano para responder aos crescentes e mais complexos desafios.

Todos estes desafios são acompanhados e por vezes exponenciados pelas incertezas das políticas económicas adotadas nas várias geografias do mundo e pelo surgimento de crises internacionais, de que a guerra na Ucrânia é um exemplo.

Como já mencionado, continua a ser com este diagnóstico, que o World Bank Water Global Practice, através do novo Plano Estratégico lançado em 2019 e na prossecução da meta do ODS6, baseada na sustentabilidade dos recursos hídricos, na acessibilidade e na resiliência dos sistemas, assumiu medidas que passam por: i) a transformação de acordos políticos em regras vinculativas; ii) o garante da distribuição dos serviços de água e saneamento de forma equitativa; iii) o exercício de normas internacionais do trabalho elaboradas pelos governos, pelos empregadores e pelos trabalhadores); e iv) o estabelecimento de instrumentos de *soft-law* (resoluções, comentários gerais, princípios, diretrizes e códigos de conduta) que possam influenciar o desenvolvimento do direito internacional e incentivar as organizações não-governamentais (ONG) a promover a participação ativa do público nestas matérias – já que se verifica que se tornam cada vez mais influentes na formulação de políticas.

↳ Crise Geopolítica e Energética⁴

Em resposta às dificuldades e às perturbações do mercado mundial da energia suscitadas pela **Crise Geopolítica** resultante da invasão da Ucrânia pela Rússia, a Comissão Europeia aprovou por comunicação da Comissão Europeia o Plano REPowerEU Europeia a 18 de maio de 2022.

O plano estabelece uma série de medidas para reduzir com celeridade a dependência dos combustíveis fósseis russos e avançar rapidamente com a transição ecológica, aumentando simultaneamente a resiliência do sistema energético à escala da EU. Em paralelo o Plano visa: a poupança energética; a produção de energia limpa e a diversificação do nosso aprovisionamento energético, assentando em medidas financeiras e jurídicas que permitirão criar a nova infraestrutura e o novo sistema energético de que a Europa necessita.

No contexto deste Plano foram estabelecidas várias medidas de diversificação, poupança e aceleração das metas de energia limpa, entre as quais novos planos nacionais no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência para apoiar investimentos e reformas no valor de 300 mil milhões de euros e o estímulo à descarbonização industrial dado por projetos antecipados no valor de 3 mil milhões de euros no âmbito do Fundo de Inovação (conforme RCM nº 136/2022)

Em resposta à crise geopolítica foi publicado a 27 setembro de 2022 o Plano de Poupança de Energia 2022-2023 em Diário da República. O documento, elaborado pela ADENE a pedido do Governo, contém medidas de redução para as áreas da energia, eficiência hídrica e mobilidade, e abrange os setores da Administração Pública, central e local, privados como indústria, comércio e serviços, e também os cidadãos. Saliente-se que as medidas obrigatórias se destinam apenas à Administração Pública Central. À Administração Local, às empresas e aos cidadãos são feitas recomendações de poupança energética.

Entre as medidas previstas no Plano destacam-se as seguintes: Reduzir o consumo de energia relacionado com iluminação interior e exterior; Reduzir o consumo energético na climatização de espaços; Promover práticas de gestão dos recursos humanos que permitam a redução dos consumos energéticos (teletrabalho); Promoção local de eletricidade a partir de fontes de energia renovável; Capacitar os técnicos da administração pública para a implementação, dinamização e monitorização de medidas para a eficiência de recursos.

O Plano de Poupança de Energia 2022-2023 surge como resposta à crise geopolítica que se faz sentir atualmente na Europa, com graves consequências para o setor da energia, sendo um dos instrumentos que responde ao repto da União Europeia com vista à redução voluntária de 15 % do consumo energético. No caso de Portugal, existem derrogações que permitem reduzir a percentagem de redução obrigatória para 7%.

⁴ Fonte: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal/repowereu-affordable-secure-and-sustainable-energy-europe_pt

↳ O Abastecimento e o Saneamento em Portugal⁵

Em Portugal, o setor caracteriza-se pela existência de um grande número de intervenientes: ao nível da administração, entidade reguladora e as entidades da Administração Central, e na gestão dos sistemas incluem-se os Municípios, as associações de municípios, as empresas municipais e intermunicipais, as empresas públicas (nomeadamente as concessionárias), as empresas privadas concessionárias e as empresas privadas prestadoras de serviços de gestão.

O setor das águas é de capital-intensivo e com períodos longos de recuperação do investimento. Com efeito, o elevado investimento necessário numa fase inicial, apenas permite o respetivo retorno, através da suavização das tarifas praticadas, ao longo do período de vida útil das infraestruturas. É, portanto, um facto que a redução dos períodos de retorno dos investimentos implicaria o aumento das receitas anuais, o que traria impactos significativos nas tarifas a praticar aos utilizadores finais.

Em Portugal, o grau de maturidade do setor garante a cada vez maior disponibilidade destes serviços em todo o território, acompanhada da melhoria da qualidade a preços acessíveis para as populações.

PANORAMA NACIONAL

Abastecimento de Água	Saneamento de Águas Residuais
9,8 milhões de habitantes servidos	8,7 milhões de habitantes servidos com drenagem
97% de alojamentos servidos	86% de alojamentos servidos
184 litros: consumo médio diário de água por habitante	8,7 milhões de habitante servidos com tratamento
Tarifa média ponderada: 0,5581 EUR/m ³	86% de alojamentos servidos com tratamento
Indicador de água Segura em Portugal Continental (alta): 99,59%	1,8 milhões de m ³ de águas residuais recolhidas diariamente
	Tarifa média ponderada: 0,5351 EUR/m

↳ Dados RASARP 2022

Com a proximidade do término do Plano PENSAAR 2020, em 2020, foi criado um grupo de trabalho para proceder à elaboração de um novo plano estratégico, para o período de 2021-2030, que inclui no seu âmbito para além do abastecimento de água e a gestão de águas residuais a gestão de águas pluviais - Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais e Pluviais 2030 ([PENSAARP 2030](#)).

Foi apresentada a proposta de despacho que aprova o PENSAARP-2030 que esteve em consulta pública até maio de 2022. O seu fim último é o de atingir serviços de águas de excelência para todos e com contas certas, passando pela concretização de quatro objetivos estratégicos globais.

⁵ Fonte: <http://www.ersar.pt/pt>; <https://www.apambiente.pt>; Diário da República, 1.ª série

Os modelos de gestão e de organização dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais encontram-se previstos em diplomas legais que consagram os regimes jurídicos da gestão e exploração dos sistemas de base municipal, multimunicipal e de parceria entre o Estado e as autarquias locais.

➤ O Grupo AdP em 2022

O Grupo AdP constitui-se como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

O Grupo AdP trabalha em estreita colaboração com os Municípios, não só nas vertentes de clientes e, em alguns casos, coaccionistas, como também na construção de soluções de agregação de operações em baixa aplicando o seu *know-how*, no sentido promover soluções mais eficientes e com preços mais justos de abastecimento e saneamento às populações.

A gestão da energia constituiu uma das prioridades estratégicas do Grupo AdP, no quadro da promoção da sustentabilidade ambiental e económica das suas operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais.

Neste âmbito, destaca-se o Programa ZERO com o qual o Grupo AdP visa reduzir os consumos energéticos e aumentar fortemente a produção própria de energia 100% renovável, tendo por objetivo atingir a neutralidade energética em 2030. A efetiva concretização deste programa, deverá permitir ao Grupo posicionar-se como dos primeiros, de dimensão internacional, a atingir a neutralidade energética em todas as suas atividades nacionais e internacionais a nível mundial.

No âmbito da implementação das medidas e ações estabelecidas no Plano de Eficiência e de Produção de Energia (PEPE) do Grupo AdP, tem-se efetivado a redução da potência contratada mínima nas infraestruturas, resultando numa redução significativa na fatura da energia elétrica.

Em março, o Grupo em parceria com a APA - Agência Portuguesa do Ambiente desenvolveu uma campanha nacional “Campanha Poupe água hoje para ter amanhã”. Esta campanha, de âmbito nacional, pretendeu sensibilizar para a importância de pouparmos e reutilizarmos muito mais água num contexto geral de alterações climáticas, e, sobretudo, no contexto específico da seca de 2022, a terceira mais gravosa desde 1921. As medidas de adaptação à seca e à escassez já implementadas no passado, bem como o acionamento de planos de contingência, permitiram às empresas do grupo AdP superar os efeitos da seca de 2022 sem se ter verificado falhas a nível do abastecimento, não obstante o grande esforço que tal acarretou.

Tendo em vista o cumprimento das metas fixadas nos diversos instrumentos nacionais aprovados no plano do combate às alterações climáticas e da descarbonização, a 28/12/2022 foi aprovada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2022, de 26 de março que autoriza o Fundo Ambiental a efetuar transferências para as empresas do Grupo Águas de Portugal no âmbito do apoio para a implementação da Frota Verde.

Em junho, o Grupo AdP atribuiu os ‘Prémios Verdes’ uma iniciativa do Grupo Águas de Portugal e da revista VISÃO, com o Alto Patrocínio da Presidência da República. Os ‘Prémios Verdes’ destinam-se a premiar as pessoas, empresas e organizações

que, em Portugal, implementam ações e medidas com boas práticas na área do ambiente, perante a atual conjuntura de emergência climática.

Em novembro, o Grupo AdP coorganizou a Semana da Responsabilidade Social. A Semana da Responsabilidade Social é uma iniciativa organizada anualmente pela APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial, com apoio do Global Compact Network Portugal. A edição de 2022, que decorreu entre 22 e 25 de novembro no edifício da Águas de Portugal, teve como tema central “Engenho Humano & Energia”, fundamentado na capacidade inventiva humana nas diferentes áreas da Sustentabilidade, no desenvolvimento tecnológico e no progresso das energias renováveis, com uma aposta crescente no autoconsumo e na cogeração. José Furtado, Presidente da Águas de Portugal, apresentou as ambições do Compromisso com a Sustentabilidade através das quais o Grupo procura concretizar o seu propósito de “Fazer a diferença na vida das pessoas”.

O Grupo AdP é subscritor do compromisso “Business Ambition for 1.5°C” da United Nations Global Compact, que visa reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e contribuir para a sustentabilidade do planeta, iniciativa que reforça o seu empenho na transição para uma economia de baixo carbono.

Em novembro, o Grupo AdP apresentou a sua Agenda de Inovação, dando cumprimento à estratégia de inovação 360° e, simultaneamente, constituiu o fundo de inovação do Grupo AdP com o VALOR de 1 M€ com vista a financiar, através de um processo competitivo, projetos de inovação no Grupo AdP. Na agenda de Inovação, encontra-se identificadas as áreas estratégicas de inovação: Neutralidade Energética e Carbónica, Eficiência e resiliência de operações e sistemas, Economia Circular, digitalização, simbiose com a comunidade e conhecimento.

A estratégia de inovação 360° assenta num princípio basilar de coordenação e cooperação entre empresas do Grupo, nomeadamente os centros de competências dispersos no território, tendo a AdP VALOR promovido diversas iniciativas de projetos de inovação agregadores de centros de competências do Grupo AdP, mas também de entidades externas ao Grupo, quer do setor da água, quer de setores afins. A inovação assume um papel agregador em que o elemento comum é a água.

Ao nível da digitalização, o Grupo AdP promoveu diversas iniciativas, nomeadamente no âmbito da digitalização das operações – componentes de automação e telegestão, através do Grupo de Trabalho que elaborou diagnóstico do grau de digitalização das diversas operações dispersas pelo território e o plano de ação para se atingir uma transição em linha com as exigências da qualidade de serviço. Adicionalmente, a AdP VALOR tem focado a sua atenção na gestão de dados e na extração de informação de valor acrescentado que suporte decisões táticas e estratégicas.

Na dimensão da economia circular, destaca-se o início de desenvolvimento da estratégia de circularidade do Grupo AdP, que se pretende vir a congregar as várias dimensões da economia circular em que o Grupo está envolvido e deseja expandir a sua área de atuação. Salienta-se nesta dimensão a estratégia de Água para Reutilização, o plano de ação para a integração de materiais reciclados em novas obras do Grupo AdP, as ações ao nível da valorização de biogás e as ações ao nível dos ecoreagentes.

No plano internacional, em 2022 deu-se continuidade a diversos trabalhos de parceria e cooperação, designadamente com o Banco Mundial, tendo-se protocolado em novembro de 2022 o alargamento das atividades de parceria entre o Grupo AdP e aquela instituição.

Ainda, em 2022, dinamizaram-se um conjunto de projetos, de que se destaca o apoio à SEDAPAL - Servicio de Água Potable y Alcantarillado de Lima no Perú, tendo o trabalho sido focado no desenvolvimento de termos de referência nas áreas de gestão de ativos, eficiência hídrica / energética e resiliência e economia circular. Em adição, no âmbito do suporte à OTASS - Organismo Técnico de la Administración de los Servicios de Saneamiento do Perú, procedeu-se à revisão de termos de referência que têm como objetivo a otimização de subsídios cruzados, metodologia e estimativa de funções de custo e desenho e implementação de um sistema para calcular tarifas para serviços de saneamento neste país.

Há ainda a destacar o início dos seguintes projetos:

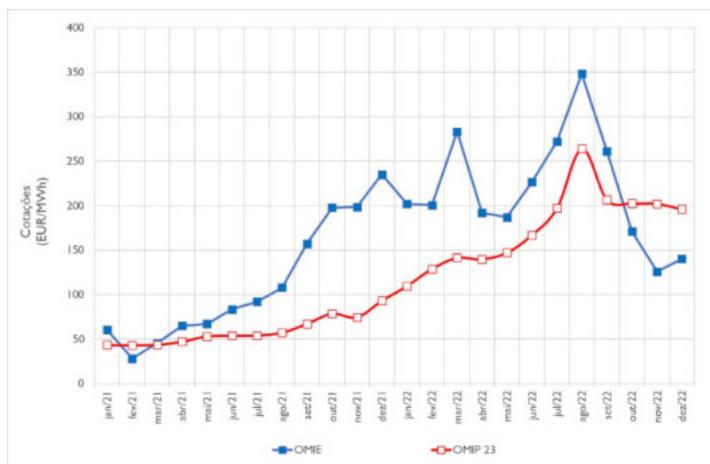
- Assistência Técnica ao Departamento de Obras Públicas - PWD - Eficiência Operacional dos Sistemas de Água de Goa, em que uma equipa multidisciplinar liderada pela AdP Internacional, realizou o levantamento, diagnóstico da situação atual e a análise das lacunas e prioridades identificadas para melhorar procedimentos da operação das ETA de Salaulim e da OPA em Goa.
- No Líbano, através de um contrato de consultoria com a DAI dos EUA, a AdP Internacional prestou apoio a 4 empresas regionais de água e saneamento no sentido de definir e apoiar a implementação de estratégias operacionais capazes de as tornar mais resilientes face aos desafios que o país atualmente atravessa. Em concreto, salienta-se a realização de diagnósticos operacionais nas vertentes técnicas mais críticas (produção/distribuição e financeira) bem como a elaboração de uma estratégia de emergência de médio prazo para cada uma das 4 empresas regionais.
- Em Cabo Verde, a AdP Internacional integrou um consórcio liderado pela empresa AqualnSilico, uma *start-up* portuguesa criada no seio das equipas de investigação da Universidade Nova School of Science and Technology, que desenvolveram a tecnologia inovadora que está na base das soluções sustentáveis desenhadas pelas ferramentas digitais para a recuperação de nutrientes nos efluentes tratados em estações de tratamento de águas residuais que reciclam a água tratada

1.3 A Energia

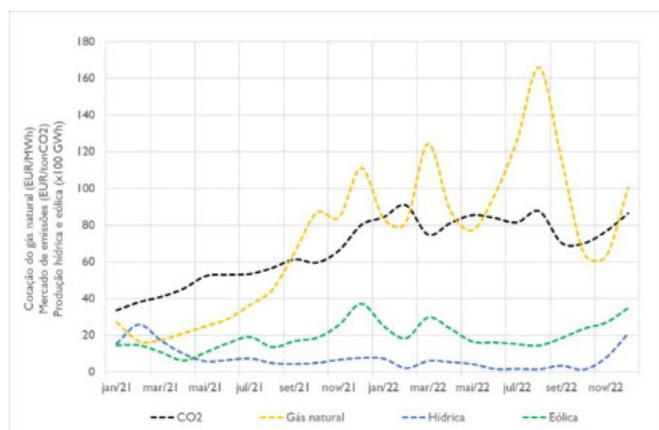
↳ O preço da energia elétrica em Portugal

O ano de 2022 foi marcado por uma grande volatilidade nos mercados elétricos, fortemente influenciada pela guerra na Ucrânia, iniciada em fevereiro de 2022.

A cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico⁶ (OMIE) foi de 217,90 €/MWh em 2022, que compara com os 111,9 €/MWh de 2021. Já a cotação média em 2022 do futuro de energia ibérico para fornecimento em 2023 foi de 176,28 €/MWh, aumentando +196% face ao ano anterior. As cotações nos mercados atingiram valores máximos históricos.



Devido à instabilidade dos mercados de energia e com o objetivo de controlar a subida dos preços para produção de energia, os governos português e espanhol criaram um mecanismo excecional e temporário de ajuste dos custos de produção de energia elétrica com reflexo na formação do preço de mercado da eletricidade no referencial grossista do Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL). Este mecanismo fixa o preço de referência do gás natural e em Portugal foi publicado no Decreto-Lei n.º 33/2022, de 14 de maio. Analisando as componentes que influenciam o preço da energia, destaca-se o aumento do preço médio do gás natural (+110%) acompanhado de uma grande volatilidade, atingindo um valor máximo de 240,00 €/MWh.



Também a cotação média do CO2 aumentou face ao ano anterior (+51,5%), voltando a atingir valores máximos históricos de 97,77 EUR/ton CO2. A produção eólica em 2022 foi superior face ao ano anterior (+29%), já a produção hídrica foi significativamente inferior (-45%), resultado de um ano em que o país atravessou um período de seca extrema. Este aumento da cotação da eletricidade no mercado ibérico foi acompanhado nos mercados diários europeus.

⁶ A partir de 15/junho de 2022 ao valor do OMIE foi somado o valor do mecanismo de ajuste do gás natural publicado pela REN.

VARIAÇÃO DA COTAÇÃO MÉDIA DA ENERGIA ELÉTRICA (MERCADO DIÁRIO)

	Cotação média em 2022 (EUR/MWh)	Cotação média em 2021 (EUR/MWh)	2022/ 2021
Portugal	217,90	111,99	95%
Alemanha	235,46	96,85	143%
França	275,89	109,17	153%

A variação dos preços da energia elétrica no mercado de futuros (OMIP), para fornecimento em 2023, teve um ritmo semelhante.

VARIAÇÃO DA COTAÇÃO MÉDIA DA ENERGIA ELÉTRICA (MERCADO DE FUTUROS)

	Cotação média em 2022 (EUR/MWh)	Cotação média em 2021 (EUR/MWh)	2022/ 2021
Portugal	176,28	90,04	197%
Alemanha	298,65	90,15	322%
França	368,00	96,68	430%

No ano de 2022, o consumo nacional foi de 50.363 GWh, superior em +1,8% face ao registado em 2021.

O consumo foi satisfeito em 50% com produção de origem renovável, ligeiramente inferior aos 59,7% verificados em 2021. Comparativamente ao ano anterior, a produção hídrica foi de -45,2% - e o índice de produtividade hidroelétrica foi de 0,63 (-32,2% face a 2021) – e a produção de energia eólica foi de +0,4%.

A produção térmica, entre 2022 e 2021, apresentou um acréscimo de +13,1% no gás natural e um decréscimo de -29,4% na cogeração. Recorda-se que em 2022 todas as centrais a carvão existentes em Portugal interromperam, espera-se que definitivamente, a produção de energia elétrica.

O saldo com o exterior foi importador em 18,4% do consumo, muito superior ao verificado em 2021 (+94,7%). Em termos meteorológicos, a temperatura média de 2022 foi de 16,6° C, superior em 1,4° C relativamente ao valor normal do período 1971-2000.

No preço da eletricidade para os consumidores (no caso das empresas do Grupo AdP) tem impacto relevante as Tarifas de Acesso a Redes (TAR), fixadas pela ERSE, na qualidade de entidade reguladora, onde, a par dos custos de operação das redes a cargo dos respetivos operadores, são incluídos os Custos de Interesse Económico Geral (CIEG), nomeadamente, a recuperação do défice tarifário e as convergências tarifárias regionais.

O ano de 2022 foi um ano ímpar no que diz respeito às TAR, tendo ocorrido uma revisão das mesmas no 2.º semestre. No 1.º semestre de 2022, as TAR reduziram-se em todos os níveis de tensão face a 2021 (-94,0% em AT e MT, -65,6% em BTE e -52,2% em BTN). Já no 2.º semestre e tendo como referencial os valores de 2021, as TAR voltaram a reduzir-se com significado (-126,5% em AT, -113,0% em MT, -75,1% em BTE e -68,4% em BTN).

Em 2023 as TAR terão a redução mais acentuada verificada até ao momento: -636,5% em AT, -663,2% em MT, -228,4% em BTE e -419,8% em BTN, face ao preço médio de 2022. Esta diminuição das TAR, para todos os níveis de tensão, resulta de um decréscimo acentuado na tarifa de Uso Global do Sistema, suportado pela diminuição dos CIEG, os quais se traduzem em 2023 num benefício para o Sistema Elétrico Nacional.

O ano de 2022 ficou marcado pela instabilidade e complexidade dos mercados e, devido à necessidade de novos contratos de fornecimento de energia em todos os níveis de tensão, a estratégia adotada pelo Grupo consubstanciou-se em 2 eixos:

- em AT, MT e BTE lançamento de um concurso de 2 lotes, sem preço base, nos últimos meses do ano e por um período curto (6 meses), reduzindo a exposição neste período de grande incerteza nos preços de energia e de grande volatilidade dos mercados;
- em BTN, migração para o regime das tarifas transitórias ou reguladas, através da celebração de contratos com o comercializador de último recurso – SU ELETRICIDADE – sem termos, isto é, até que os mercados estejam estabilizados e voltem a ganhar a atratividade anterior.

Assim, em resultado das fortes alterações do custo da energia de mercado (o qual aumentou em todos os níveis de tensão, apesar de com menor expressão em BTN), contrabalançando com a redução das TAR em 2023, prevê-se que a fatura elétrica do Grupo aumente mais de 100 milhões de euros face a 2022. De recordar que o preço de energia em AT, MT e BTE no ano de 2022 (também em 2021) representou um preço extraordinário, resultado da forte descida das cotações dos mercados elétricos ocorrida em março de 2020, altura em que o procedimento contratual foi desenvolvido.

↳ O consumo de energia elétrica no Grupo AdP

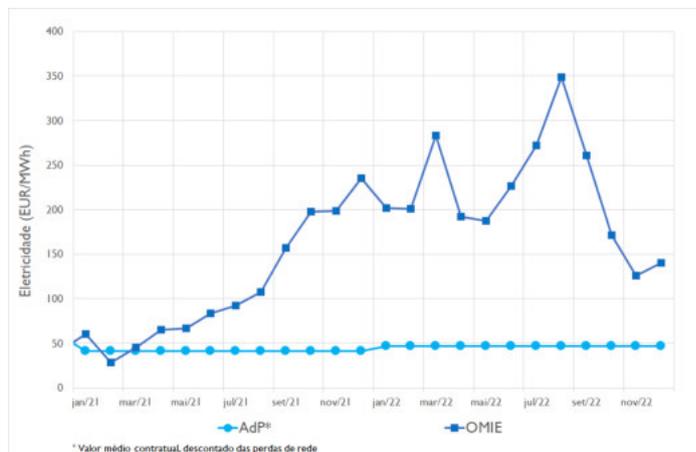
Sendo o consumo de energia elétrica indissociável da atividade das empresas do Grupo Águas de Portugal, representa uma parcela substancial nos custos das entidades gestoras de abastecimento de água e/ ou de saneamento de águas residuais e uma repercussão direta nas tarifas praticadas e/ou no equilíbrio económico e financeiro das concessões e parcerias.

O ano de 2022 foi caracterizado por uma pressão inflacionista, associado ao aumento do consumo em resultado da reabertura da economia após o ciclo pandémico do COVID, do qual resultou num acentuado crescimento dos preços das matérias-primas e da energia, situação potenciada pelo surgimento de uma guerra na Europa em resultado da invasão da Ucrânia pela Federação Russa, fatores que conduziram ao aparecimento de fortes constrangimentos nas cadeias de abastecimento de matérias-primas e da energia, entre outros.

No conjunto do ano de 2022, o preço médio do gás natural registou um aumento de +109,6%, comparando com o valor médio registado no ano anterior. Este aumento deve-se sobretudo às restrições, numa primeira fase, e posteriormente ao corte total, à importação de gás proveniente da Rússia, acompanhado de baixas reservas de gás natural na Europa que se registavam no final do inverno. Também as cotações do mercado de emissões sofreram um aumento significativo no segundo semestre.

A figura seguinte traduz a evolução do preço da energia nos mercados ibéricos OMIE e os preços dos contratos de fornecimento de energia celebrados pelo Grupo AdP em 2021 e 2022.

Em resultado, no ano de 2022 a cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico (OMIE) foi de 217,90 €/MWh (tendo sido 111,99 €/MWh em 2021).



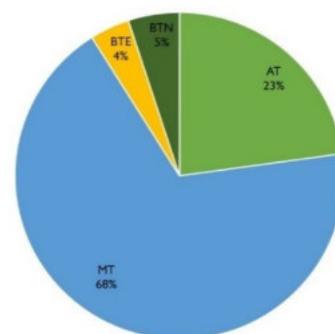
Refira-se que, com base nos dados de consumo (em apuramento e estimados em 31 de janeiro 2023) os consumos elétricos do Grupo AdP aumentaram em 2022 (+0,8% do que em 2021) cifrando-se em 747,85 GWh.

Destes, 720,54 GWh foram consumidos a partir da rede elétrica (RESP), que corresponde a +0,7% do que em 2021 e 27,31 GWh a partir de autoconsumo gerado a partir de fontes endógenas e renováveis (+3,9% do que em 2021). Este valor de 720,54 GWh resulta do fornecimento dos comercializadores de 726,01 GWh e do fornecimento de +0,14 GWh e uma redução de -5,62 GWh, em resultado da participação no projeto piloto de Reserva de Regulação desenvolvido pela REN.

Refira-se que nos dados apresentados não se encontram refletidos os consumos em regime de outsourcing, e que no Grupo AdP têm tratamento diferenciados em função dos contratos celebrados.

A figura seguinte apresenta o consumo da RESP do Grupo AdP em 2022 por nível de tensão: 22,8% em alta tensão (AT), 68,1% em média tensão (MT), 3,9% em baixa tensão especial (BTE) e 5,2% em baixa tensão normal (BTN).

Consumo da RESP do Grupo AdP em 2022 por nível de tensão



No ano de 2022 merece ainda destaque a produção própria de energia – 100% renovável -, seja para autoconsumo, seja para injeção na rede elétrica. Os dados de 2022 apontam para uma produção de 38,51 GWh/ano (+5,2% face a 2021). O autoconsumo foi de 27,31 GWh (+3,8% do que em 2021) e a energia vendida à RESP totalizou 11,20 GWh (+8,6% do que em 2021).

Em termos gerais, o saldo com a RESP do Grupo AdP em 2022 foi de 709,34 GWh, que representa uma variação de +0,6% do que em 2021, em que o saldo foi de 699,77 GWh. A autossuficiência energética do Grupo AdP atingiu 5,1% do seu consumo total de energia (em 2021 foi de 4,9%).

Em termos de emissões de CO₂, a produção própria de energia possibilitou uma redução de 8.319 toneladas, o que representa uma diminuição de 359 toneladas evitadas face a 2021 (-4,1%). Importa referir que o fator de emissão de 2021 foi revisto de 0,218 kg CO₂/kWh para 0,237 kg CO₂/kWh, com base na metodologia habitualmente aplicada.

Em termos nacionais e relativamente a 2022, o Grupo AdP é um dos maiores consumidores de energia do país (representando 1,5% do consumo total de energia elétrica a partir da RESP), e o maior em termos de pontos de ligação à rede.

O Grupo AdP tinha, a 31 de dezembro de 2022, 6 679 pontos de ligação à RESP (9 em alta tensão, 1.041 em média tensão, 398 em baixa tensão especial e 5.231 em baixa tensão normal), o que representa um aumento de +2,5% face a 2021 (+166 pontos de ligação). Refira-se que dos pontos de ligação à rede, 6.470 registaram consumos durante o ano de 2022, representando 96,9% dos ativos (+1,1% que em 2021).

Em termos do segmento Estado, o Grupo AdP é o maior consumidor público nacional, quer em consumos de energia elétrica quer em pontos de ligação.

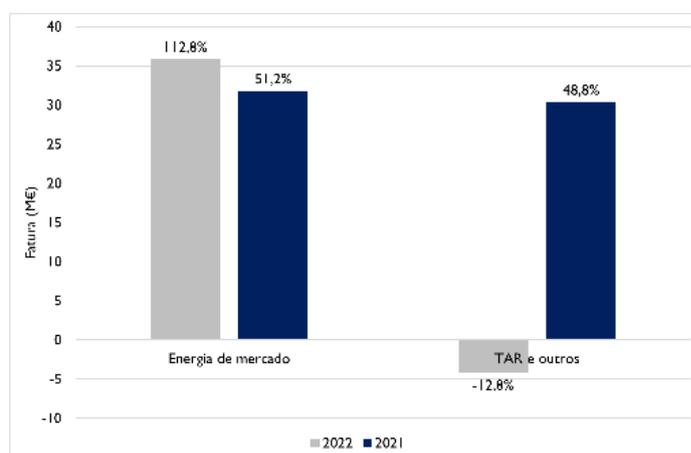
A fatura com a energia elétrica, com todos os encargos, (em apuramento e estimada a 31 de janeiro 2023) deverá atingir em 2022 cerca de 32 milhões de euros (-48,8% do que em 2021), que corresponde a cerca de -30,3 milhões de euros face aos gastos registados no ano anterior, em resultado da forte descida das TAR.

Os encargos do Grupo AdP associados à fatura com a energia elétrica pelos níveis de tensão distribuem-se da seguinte forma: 16,2% em AT, 54,2% em MT, 6,3% em BTE e 23,3% em BTN.

O valor médio do custo unitário global de energia para as empresas do Grupo AdP atingiu em 2022 cerca de 44,07 €/MWh, significativamente abaixo do valor de 86,72 €/MWh registado em 2021. Os valores médios de aquisição de energia nos mercados foram de 49,32 e 44,36 €/MWh, para 2022 e 2021.

Para o ano de 2023, o Grupo AdP tem contratada o fornecimento de energia até 30 de junho de 2023 para os abastecimentos em AT, MT, BTE, no regime liberalizado, enquanto os abastecimentos em BTN foram migrados para o regime regulado, com início a 1 de janeiro de 2023.

O valor médio deverá situar-se em torno dos 202,2 €/MWh, face aos 57,38 €/MWh registados em 2022 e aos 86,60 €/MWh registados em 2021, representando um aumento face a 2022 de +252%, maioritariamente influenciado pela subida do preço da energia de mercado, ainda que contrabalançado pela descida acentuadas das TAR, estimando-se que venha a representar um aumento do preço médio de energia elétrica do Grupo AdP entre 2023 e 2021 de +134%.



Os valores estimados para 2023 tiveram como base a atual estrutura de consumos das empresas do Grupo AdP pelo que todas as alterações no perfil de carga/consumo terão efeitos, num ou noutro sentido no preço médio da energia por empresa e no Grupo.

Uma nota para o consumo de energia da mobilidade elétrica. Em 2022, os 131 veículos 100% elétricos (+3 que em 2021) e que integram a frota de serviço do Grupo AdP percorreram mais de 2,0 milhões de km, tendo evitado o consumo de mais de 172 mil litros de combustíveis de origem fóssil o que representa uma redução de 582 barris equivalentes de petróleo. Em termos de energia primária, a redução foi de -57,5% (-84,75 tep), e o consumo elétrico foi de 291 MWh.

Em termos de emissões de CO₂, a redução alcançada face aos veículos com motor térmico foi de -394 toneladas (-86,2%).

No ano de 2022 a frota automóvel do Grupo AdP (1.436 veículos) consumiu cerca de 2,92 milhões de litros de combustíveis (gasóleo e gasolina) o que representa uma variação de +4,4% face a 2021 – ano em que foram consumidos 2,80 milhões - e uma variação de +17,4% face a 2020, primeiro ano da pandemia Covid-19 (onde se consumiram 2,5 milhões de litros de combustível), o que representa em termos médios um consumo global de 8.01 l/dia (em 2021 o consumo médio diário foi de 7.676 l/dia, tendo sido de 6.803 l/dia em 2020).

O consumo de combustíveis em 2022 correspondeu a um gasto total da ordem de 3,9 milhões de euros (sem IVA incluído) que representa uma variação de +27,1% face a 2021 (3,0 milhões de euros, sem IVA incluído) e de +62,4% face a 2020 (2,4 milhões de euros, sem IVA incluído). Este aumento da fatura de combustíveis deve-se a dois fatores: aumento do número de quilómetros percorridos e ao aumento do preço médio dos combustíveis.

Refira-se que, de acordo com a ENSE – Entidade Nacional para o Sector Energético - entidade responsável pela constituição, gestão e manutenção das reservas estratégicas nacionais de petróleo e produtos petrolífero - e comparando os valores de dezembro de 2022 com os valores de dezembro de 2021, verificou-se um aumento do preço médio de venda ao público de 11,5 cents/l (+7,3%) para o gasóleo e uma redução de 4,5 cents/l (-2,6%) para a gasolina.

Já no Grupo AdP, o preço médio de aquisição de combustíveis aumentou face ao ano anterior: +35,4% no gasóleo e de +21,4% na gasolina.

Em termos de distâncias, a frota automóvel do Grupo AdP percorreu em 2022 cerca de 38,3 milhões de km (o que representa cerca de 955 vezes o perímetro da Terra).

Apesar da relevância da frota elétrica do Grupo AdP em utilização, importa referir que a mesma será fortemente reforçada ao longo dos próximos anos, em linha com o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2022, de 22 de dezembro, que determina um apoio do Fundo Ambiental, no montante global de 7,52 milhões de euros, ao processo de renovação e descarbonização da frota automóvel das empresas do Grupo AdP - processo integrado no Programa de Neutralidade Energética - com vista à implementação de uma Frota Verde, visando que a mesma seja integralmente constituída por veículos não poluentes, incluindo veículos de emissões nulas.

Apesar do aumento do consumo de energia por via do uso de viaturas elétricas estar dependente do aumento do seu número, que irá ocorrer ao longo dos próximos anos, o seu efeito será sempre mais relevante na redução das emissões de gases com efeito de estufa e na redução do consumo de combustíveis de origem fóssil do que no aumento do consumo de energia elétrica.

↳ A estratégia do Grupo AdP

O Grupo AdP – Águas de Portugal é o maior consumidor público de energia elétrica. Deste modo, percebe-se a significativa dimensão - económica, social e ambiental - que a energia elétrica assume no desenvolvimento da sua normal atividade, sem desconsiderar o significativo impacto que os riscos associados à volatilidade e tendências do mercado energético europeu e mundial induzem ou podem induzir no equilíbrio dos seus negócios.

Pelos fatores e ajustamentos a que o mercado está sujeito e que o condicionam – efeitos dos preços de outras energias e dos preços de CO₂ nos mercados, bem como das alterações legislativas, nacionais e comunitárias - e sobre os quais não é possível estimar o seu efeito no preço da energia elétrica nos mercados, a que se soma a experiência adquirida no Grupo AdP pelo acompanhamento continuado dos mercados, a estratégia mais sustentável deverá passar necessariamente pela implementação de medidas e ações que induzam a:

- Redução dos consumos, em resultado da implementação de medidas de gestão operacional, estruturais e outras, promovendo a eficiência energética das infraestruturas,
- Redução dos gastos, melhorando ainda mais o processo de compra, otimizando níveis de tensão, reduzindo potências contratadas, eliminando energia reativa, ajustando o perfil de consumo de energia da rede em função dos períodos tarifários e ciclos de funcionamento, por via de uma gestão eficiente da energia,
- Aumento da produção própria de energia para autoconsumo, por via do aproveitamento do potencial endógeno (em particular potenciando a produção de biogás e a correspondente cogeração e tirando partido de quedas piezométricas existentes para instalação de microhídricas) e de fontes renováveis (solar fotovoltaico e eólico), potenciando uma redução do consumo de energia da rede e, por consequência, diminuindo a dependência dos mercados, e
- Constituição da Comunidade de Energia Renovável do Grupo AdP (CER), com vista a potenciar a energia 100% renovável produzida, em detrimento da sua venda à rede elétrica nacional.

Não pode deixar de ser tido em consideração numa estratégia os compromissos internacionais que Portugal assumiu, em particular o de atingir a neutralidade carbónica até 2050, enquanto contributo para as metas globais e europeias assumidas no Acordo de Paris.

Esses compromissos obrigaram o país a definir objetivos exigentes para o país no âmbito de diferentes políticas públicas, as quais estão plasmados nos documentos seguintes:

- O Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), e
- O Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030).

E naturalmente, o Grupo AdP – enquanto grupo público da área do ambiente - está obrigado a desenvolver políticas que contribuam decisivamente para o cumprimento das obrigações que Portugal se comprometeu a nível internacional, em particular ao nível da neutralidade energética e carbónica.

E sendo o maior consumidor público de energia elétrica, entende-se a dimensão que uma estratégia bem delineada e exequível terá para as metas e objetivos nacionais.

Apesar dos esforços na redução dos consumos de energia elétrica, através da implementação de medidas/ações de eficiência energética, e do incremento na produção própria de energia registada nos últimos anos, sem a realização de um programa com fortes e decisivos investimentos nas áreas da eficiência energética e da produção de energia renovável, o Grupo AdP não conseguiria superar os valores de autossuficiência energética registados entre 2020 e 2022 (em torno dos 5%).

Desta forma, o Grupo AdP tem em curso o desenvolvimento do Programa ZERO, que assenta na redução de consumos de energia nas infraestruturas de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de outras instalações não operacionais e no forte aumento da produção própria de energia 100% renovável, principalmente para autoconsumo, com o objetivo de atingir a neutralidade energética até 2030, sendo o primeiro grupo mundial do setor da água a implementar um projeto que vise a neutralidade e a autossustentabilidade energética.

O Programa prevê um mix integrado de produção, considerando sistemas baseados em solar fotovoltaica, eólica, hídrica (condutas de água e de águas residuais, entradas de reservatórios, barragens) e de cogeração com recurso ao biogás, com aproveitamento elétrico e térmico, promovendo a maximização do autoconsumo.

O facto de ser unanimemente aceite que, para o cumprimento das estratégias definidas no âmbito das políticas públicas referidas anteriormente, se devem concentrar na década 2021 a 2030 os maiores esforços de redução de emissões de GEE, levou a que o Grupo AdP o considerasse como o período crítico para o seu desenvolvimento e, por conseguinte, alinhasse o seu modelo de negócio com a trajetória de neutralidade carbónica assumida por Portugal.

O Programa ZERO irá desenvolver-se em 2 períodos de investimento (até 2025 e até 2030), diferenciando-se do seguinte modo:

- **Período 1 - Eficiência energética e instalações de produção de energia em infraestruturas com maior autoconsumo, e**
- **Período 2 - Outras instalações de produção de energia, tirando partido do potencial de recursos endógenos disponíveis no território.**

O investimento previsto no Programa ZERO do Grupo AdP é de 363 milhões de euros, respeitando não só à implementação de medidas de eficiência energética e produção de energia renovável, mas envolvendo também investimentos na digitalização orientada para a gestão integrada dos consumos.

Considerando o impacto do Programa de Neutralidade Energética do Grupo AdP nas metas fixadas pelos diversos instrumentos nacionais aprovados no plano do combate às alterações climáticas e da descarbonização, os investimentos relativos

ao Programa ZERO, foram autorizados pelo Despacho n.º 77/SEAENE/2022, de 9 de novembro, do Secretário de Estado Adjunto do Ambiente e da Energia.

Paralelamente ao desenvolvimento do Programa ZERO, o Grupo Águas de Portugal tem em curso o Programa NEUTRO, com vista à quantificação e redução das emissões de GEE do Grupo Águas de Portugal. Um dos objetivos deste Programa é o desenvolvimento de uma ferramenta que oriente e suporte a elaboração periódica de um inventário que constitua a base física dos inventários anuais de Gases com Efeito de Estufa (GEE) do Grupo AdP e das suas empresas.

Após o desenvolvimento desta ferramenta, a concluir até ao final do 1.º trimestre de 2023, será implementado um conjunto de medidas, por empresa, com vista à redução das emissões ao longo dos próximos anos e em linha com o objetivo de redução que vier a ser acolhido no Grupo AdP.

1.4 Contexto Regulatório

Em 2022, as entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP prestaram serviços no setor das águas, através das atividades de abastecimento público de água e do saneamento de águas residuais, os quais podem incluir, para além dos efluentes domésticos, efluentes industriais ou pluviais.

O setor onde estas entidade atuam é regulado e está sujeito à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, no que diz respeito à regulação económica, regulação da qualidade de serviço, da interface com o utilizador, exercendo ainda a ERSAR a atribuição de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

Para além da ERSAR, as entidades gestoras estão ainda sujeitas à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente, no que diz respeito à regulação ambiental.

Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do caráter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva, que pressupõe a adequada recuperação dos gastos associados à provisão dos serviços, e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos setoriais nacionais.

No decorrer de 2022, as entidades gestoras que integram o Grupo AdP atuaram de acordo com vários modelos de gestão (concessionada ou delegada) e nos segmentos alta (EPAL; sistemas multimunicipais (SMM), AdSA e parceria Estado-Autarquias) e baixa (EPAL, AdSA e parceria Estado-Autarquias) da cadeia de valor do setor das águas.

↳ Regulação económica

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à regulação económica por parte da ERSAR e regem-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como de acordo com os respetivos contratos de concessão, de parceria e de gestão. Estes contratos dispõem quanto às obrigações mínimas do serviço público, ao plano de investimentos, às regras de cálculo do tarifário e à remuneração contratual.

A Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, trouxe alterações aos estatutos da ERSAR em matéria tarifária. Com efeito, o referido diploma, devolveu o poder de aprovação das tarifas e rendimentos tarifários, quando aplicáveis, ao Concedente, no caso dos sistemas de titularidade estatal (EPAL, SMM e AdSA) geridos por entidades de capital exclusiva ou maioritariamente públicos.

A intervenção da ERSAR para os sistemas de titularidade municipal (parceria Estado-Autarquias), consiste na verificação da conformidade dos tarifários com as disposições contratuais e na conformidade com o regulamento tarifário, quando este existir. Para todas as entidades supervisiona os demais aspetos económicos e financeiros.

Para 2022, nos SMM, a ERSAR definiu cenários de eficiência produtiva e aprovou o valor dos desvios de recuperação de gastos (DRG) que as entidades gestoras dos sistemas multimunicipais puderam registar nas respetivas contas do exercício.

No decorrer de 2022, o Grupo AdP manteve a sua representação nos dois órgãos de consulta específicos, o Conselho Consultivo e o Conselho Tarifário, constituídos nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

Adicionalmente, em 2022, o Grupo AdP manteve a sua participação no âmbito das consultas públicas e ao setor promovidas pela ERSAR, bem como em diversos trabalhos desenvolvidos por esta entidade com impactos materiais no desenvolvimento das atividades e na definição das tarifas e cenários de eficiência operacional e financeira. Destacam-se, a este propósito a participação na consulta ao setor relativa à proposta Recomendação Tarifária dos Serviços de Águas e a consulta pública relativa à proposta de Recomendação sobre águas para reutilização.

Realizaram-se trabalhos conducentes à revisão tarifária dos SMM, trabalho esse que se perspetiva que se conclua até 31 de dezembro de 2023, conforme estabelecido no Decreto-lei n.º 87-C/2022, de 29 de dezembro.

↘ AgdA – atividade em “alta”

A AgdA é um sistema municipal, e exerce, através de contrato de gestão, as atividades de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais em alta”, celebrado no contexto de parceria entre o Estado e as autarquias.

Esta parceria rege-se pelo disposto nos Decretos-Leis n.ºs 90/2009, de 9 de abril, e 194/2009, de 20 de agosto, nos contratos de parceria e de gestão outorgados, bem como na demais legislação e regulamentação.

A AgdA está sujeita a regulação da ERSAR, nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março, e à supervisão da Comissão de Parceria – entidade criada ao abrigo do contrato de parceria outorgado, constituída por representantes do Estado e por representantes das autarquias, cuja missão é exercer os poderes de direção, fiscalização e supervisão dos Municípios sobre o sistema municipal gerido neste regime.

As tarifas em “alta”, nos termos do contrato de gestão, que compreendem uma componente fixa e uma componente variável, são estabelecidas a preços constantes e por períodos quinquenais. A atualização das tarifas é efetuada anualmente nos termos dos respetivos contratos. À Comissão de Parceria está atribuída a responsabilidade de aprovar estas tarifas e à ERSAR a responsabilidade pela emissão de parecer não vinculativo.

A AgdA é regulada por custos eficientes aceites, que incluem os gastos operacionais de exploração e manutenção dos seus sistemas, as amortizações do investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a adequada remuneração dos capitais próprios.

Durante o ano de 2022, as tarifas aplicadas na faturação pela AgdA, foram objeto de análise e de emissão de parecer por parte da ERSAR e aprovadas pela Comissão de Parceria.

O contrato de parceria gera a mesma remuneração contratual que os contratos de concessão dos SMM.

O contrato da AgdA estabelece que tem direito ao registo e à recuperação dos DRG gerados, por via tarifária, calculados pela diferença entre o resultado líquido gerado e a remuneração contratual dos capitais próprios para o ano.

Em 31 de dezembro de 2022, estavam registados em balanço cerca de 790 232 euros de DRG de natureza superavitária.

↳ Regulação da qualidade do serviço

A AgdA está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço.

A intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço resulta de uma avaliação que é aferida anualmente através de um conjunto de indicadores e em que os resultados desta avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em fevereiro de 2022, o volume I do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado pelas entidades gestoras, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2020, foi disponibilizado pela ERSAR.

A informação individual da avaliação da qualidade do serviço realizada pela ERSAR é disponibilizada no sítio da internet da AgdA, disponível em <https://www.agda.pt/indicadores-ersar-qualidade-dos-servicos>.

↳ Regulação da qualidade da água para consumo humano

A AgdA que presta atividade de abastecimento público de água está incumbida, essencialmente, de garantir, sob a fiscalização das entidades competentes, o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, a AgdA deve elaborar anualmente o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), e submeter para aprovação da ERSAR, cabendo a esta entidade coordenar e a fiscalizar a respetiva implementação.

No cumprimento da legislação, a AgdA implementa o PCQA, sendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos comunicadas às entidades competentes.

Em 2022, no cumprimento da legislação, a AgdA implementou o PCQA, tendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos sido comunicadas às entidades competentes.

Os resultados do controlo da qualidade da água realizado pela AgdA são também incluídos no RASARP.

Em setembro de 2022, o volume 2 do RASARP com os resultados da qualidade da água para consumo humano, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2021, foi divulgado pela ERSAR.

↳ Regulação da interface com o utilizador

A AgdA está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de interface com o utilizador.

Os pedidos de informação e as reclamações efetuadas pelos utilizadores dos serviços de água são analisados pela ERSAR. Para esse efeito a AgdA dispõe de livro físico de reclamações. Adicionalmente é disponibilizado o livro de reclamações eletrónico no sítio da internet.

Durante o ano de 2022 verificou-se uma taxa de resposta a reclamações de 100%, sendo que o valor correspondente ao cumprimento dos prazos de resposta, para efeitos de indicador da entidade reguladora, foi de 79%.

2. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

Decorrente da Missão definida e da Visão Estratégica, foi estabelecida uma Política de Gestão Integrada, com um conjunto de grandes objetivos, coerentes e interativos, contribuindo para a prossecução da Missão.

A AgdA está empenhada em assegurar o contínuo e eficiente abastecimento de água para consumo humano, bem como o tratamento de águas residuais, aos 20 Municípios, de um modo responsável, ambientalmente sustentável e num grupo de trabalho seguro e saudável para todas as pessoas que trabalham sob o seu controlo, num clima de bem-estar e confiança entre clientes, acionistas, fornecedores, comunidade envolvente e público em geral.

Assim, num quadro de sustentabilidade económica e social pretendemos:

- i. Antecipar, avaliar e promover de uma forma contínua e sistemática a satisfação das necessidades e expectativas dos seus clientes, acionistas, colaboradores, restantes partes interessadas e comunidade;
- ii. Avaliar e verificar continuamente os riscos para a saúde pública, com origem no consumo de água, implementando medidas de prevenção e monitorização;
- iii. Promover a ecoeficiência das suas atividades de forma a prevenir a poluição, diminuindo o consumo dos recursos naturais, de matérias-primas e de energia, e promovendo a reutilização de reciclagem;
- iv. Avaliar as implicações ambientais da atividade;
- v. Avaliar e controlar continuamente a Higiene e Segurança, promovendo a identificação, a avaliação e o controlo dos perigos e riscos de forma a prevenir lesões, ferimentos e danos para a saúde e a segurança dos trabalhadores e das instalações, incluindo acidentes graves que envolvam substâncias perigosas, pela implementação de medidas de prevenção e monitorização eficazes;
- vi. Disponibilizar os meios humanos, técnicos e financeiros necessários e adequados para o desenvolvimento de todas as atividades da empresa;
- vii. Envolver e promover a participação de todos os colaboradores da AgdA e dos que trabalham em seu nome, de modo a garantir o seu compromisso com a Sustentabilidade Empresarial;
- viii. Promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores e a sua motivação, pela sua formação, atualização e sensibilização permanentes, assegurando e melhorando as condições laborais e sociais, em conformidade com os requisitos da norma SA 8000;
- ix. Subscrever e cumprir o Código de Conduta e Ética do Grupo AdP.

Todas e cada uma das atividades principais da empresa serão desenvolvidas em condições de total respeito pelo ambiente e pela qualidade de vida das populações atuais e das gerações vindouras, com especial ênfase na preocupação pela garantia das melhores condições de trabalho dos colaboradores e da qualidade do serviço prestado, procurando, simultaneamente:

- i. Promover ações de melhoria contínua da atividade, em todas as áreas de intervenção da empresa, a fim de assegurar que a AgdA seja reconhecida como uma empresa segura, saudável e transparente em todas as suas áreas de atividade e influência, e promover o bem-estar e satisfação dos colaboradores da empresa em todos os aspetos pessoais, profissionais e humanos e, ainda, garantir a satisfação da sociedade envolvente e das entidades oficiais, quer pela qualidade do serviço prestado quer pela garantia do cumprimento das normas ambientais, laborais, sociais e fiscais em vigor;
- ii. Responder às exigências dos acionistas da empresa, assegurando o seu desenvolvimento e a sua sustentabilidade económica e financeira, de acordo com os requisitos do Contrato de Parceria, quer pelo melhor desempenho das competências atuais quer pela expansão geográfica.

3. O NEGÓCIO

3.1. Introdução

Compete à empresa, enquanto Entidade Gestora da Parceria, a exploração e gestão dos serviços de águas, abrangendo a captação, o tratamento, a adução e o fornecimento aos municípios de água para consumo público, bem como a recolha, tratamento e a rejeição de águas residuais canalizadas pelos municípios.

Compete-nos ainda a conceção, o projeto e a construção das infraestruturas e das instalações necessárias à exploração e à gestão dos Serviços de Águas relativos ao SPPIAALENTEJO, bem como a reparação, renovação, manutenção e aquisição, de acordo com as exigências técnicas.

A maior circularidade do nosso setor, integrando instrumentos económicos corretos para potenciar a promoção da reutilização de águas residuais em moldes adequados aos diferentes contextos e a gestão das lamas de ETA e ETAR assente na valorização destes subprodutos e sua reintrodução na cadeia de valor, tendem a integrar o modelo de negócio das entidades gestoras.

Também a integração das águas pluviais irá assistir a importantes desenvolvimentos, com é patente no sentido da política pública, sinalizada também na designação do novo Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e de Gestão de Águas Residuais e Pluviais (PENSAARP 2030) para o período 2021-2030.

Também a aposta no aumento da eficiência e produção de energia, potenciada pelo nexus água-energia é uma evidência.

É, pois, com importantes mudanças, mesmo de paradigma no pensamento e abordagem que nos temos vindo a preparar para responder aos desafios sociais que enfrentamos e que 2022 demos continuidade.

A carteira diversificada de eficiência e diversificação de origens e de vários níveis de serviços de águas, determinados em consulta com as comunidades, impõem novas competências em várias áreas, como as novas tecnologias de engenharia e ciências ambientais e sociais, economia, marketing, política, atendimento ao cliente, saúde, consulta e pesquisa aplicada.

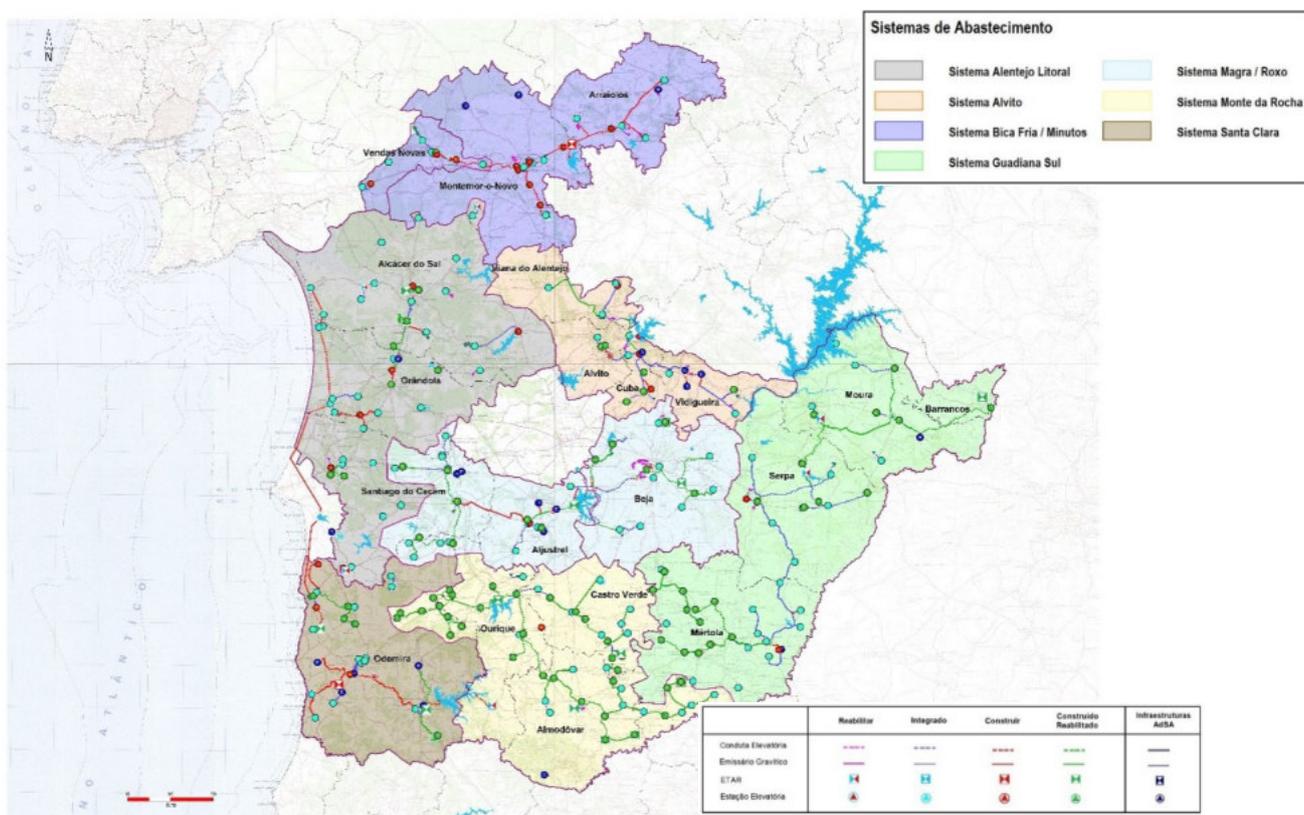
É, pois, cientes destes desenvolvimentos decorrentes dos fenómenos associados às alterações climáticas e dos objetivos de descarbonização que temos vindo a orientar decisões de gestão, assim como um conjunto de propostas que os parceiros se encontram a discutir.

Na sequência da aposta no estabelecimento de parcerias com as atividades económicas foi identificada a oportunidade de alargamento da atividade ao fornecimento de água bruta, otimizando e rentabilizando infraestruturas existentes.

3.2. Abastecimento de Água

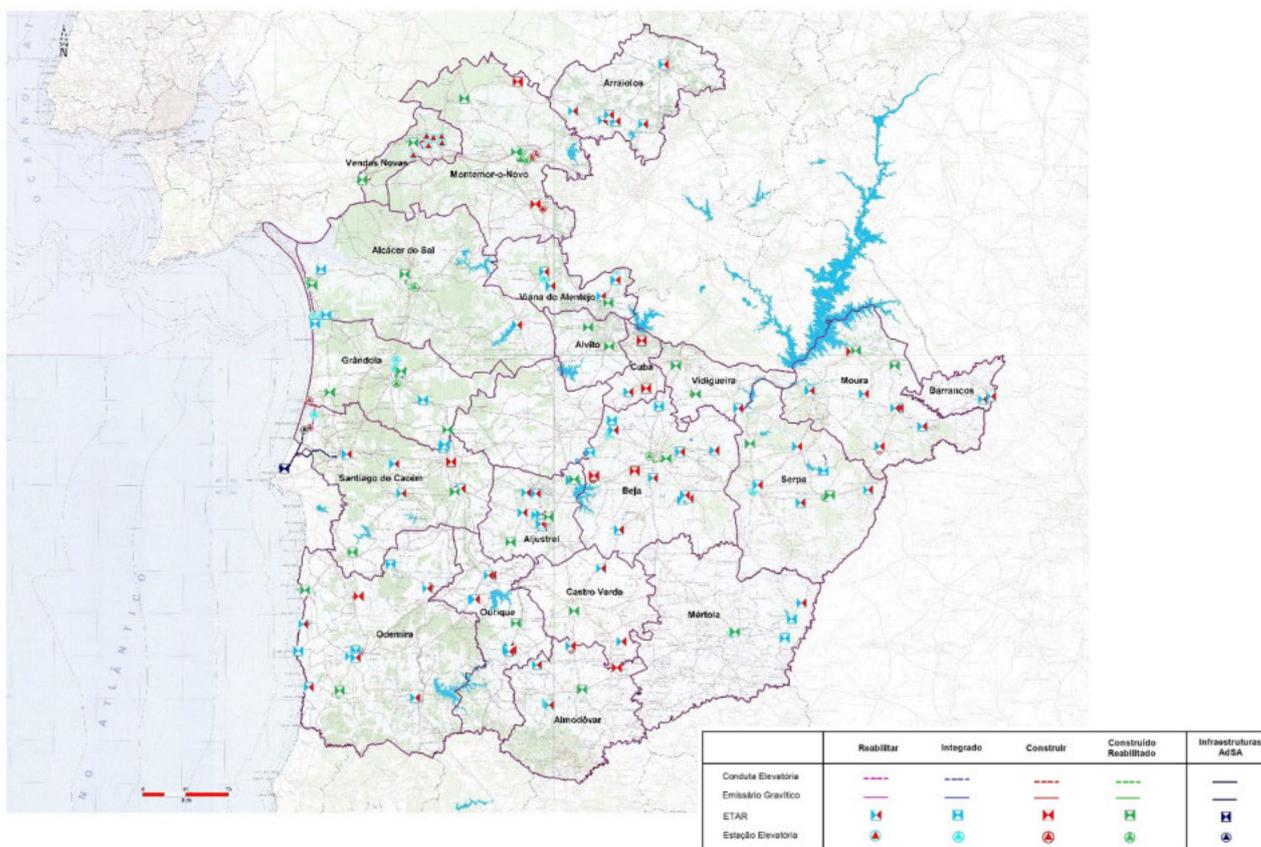
Nos termos do Contrato de Gestão ficou estipulado que seja efetuado o fornecimento para abastecimento de água, em alta, a aglomerados com mais de 100 habitantes residentes e sedes de freguesia e ainda a aglomerados com mais de 50 e menos de 100 habitantes residentes, mas que não distem mais de 500 metros dos troços de condutas adutoras.

Face à dimensão do território, dispersão dos aglomerados urbanos e localização e natureza das principais origens de água, a solução técnica adotada assenta numa estrutura de 7 sistemas de abastecimento de água: Bica Fria / Minutos, Alvito, Guadiana Sul, Magra / Roxo, Monte da Rocha, Santa Clara e Alentejo Litoral. Constitui também uma característica a inclusão de um vasto conjunto de reservatórios de distribuição de água, que constituem a grande maioria dos pontos de entrega aos utilizadores do sistema de parceria.



3.3. Saneamento de Águas Residuais

Nos termos do Contrato de Gestão ficou estipulado que seja assegurado pela alta a recolha e tratamento das águas residuais geradas no SPPIAALENTEJO em aglomerados cujas projeções populacionais estimem mais de 300 habitantes residentes em 2025, tendo a solução técnica adotada sido estruturada em 126 sistemas.



3.4. Atividade Operacional

3.4.1. Origens

O ponto de partida é a estratégia de combinação de origens superficiais e subterrâneas que esteve subjacente à definição das soluções técnicas associadas aos sistemas de abastecimento de água, complementado com um conjunto de captações redundantes e aposta na reutilização num território em grande parte historicamente habituado a conviver com a escassez do recurso água.

A consolidação das soluções tem-se vindo a desenvolver a partir do melhor conhecimento das disponibilidades hídricas e da evolução da procura e complementado pelo desenvolvimento de importantes iniciativas como o Plano Estratégico de Adaptação às Alterações Climáticas, concluído em 2019, pelo Plano de Segurança da Água integrado na Avaliação de Risco

submetida à ERSAR em 2022 cuja sua aprovação teve já em consideração o PCQA 2023, assim como de planos de contingência e a definição em 2020 de um plano complementar de origens onde se integrará também a estratégia de reutilização.

A diversidade das origens e contextos é particularmente evidente na quantidade de captações superficiais e subterrâneas associadas aos sistemas de abastecimento de água do SPPIAAlentejo, que integram o nosso Plano de Controlo de Qualidade da Água.

N.º CAPTAÇÕES DO SPPIAALENTEJO

Sistema	Municípios	Números de captações		Total Município
		Superficiais	Subterrâneas	
Alvito	Alvito	0	2	2
	Cuba	1	2	3
	Viana do Alentejo	0	2	2
	Vidigueira	0	5	5
Bica Fria / Minutos	Arraiolos	0	19	19
	Montemor-o-Novo	0	20	20
	Vendas Novas	0	12	12
Guadiana Sul	Barrancos	1	0	1
	Mértola	0	3	3
	Moura	0	7	7
	Serpa	1	12	13
Litoral	Alcácer do Sal	3	26	29
	Grândola	0	12	12
	Santiago do Cacém	0	20	20
Magra / Roxo	Aljustrel	1	0	1
	Beja	1	20	21
Monte da Rocha	Almodôvar	1	7	8
	Castro Verde	0	8	8
	Ourique	2	3	5
Santa Clara	Odemira	8	4	12
Total		19	184	203

↳ Disponibilidades hídricas

O armazenamento hídrico das albufeiras foi, de uma forma geral, inferior à média, essencialmente devido às condições meteorológicas que caracterizaram o ano 2022, com défice de precipitação e valores das temperaturas médias e máximas acima do normal. Segundo o IPMA e de acordo com a classificação do índice PDSI, a 30 de setembro de 2022, a distribuição percentual por classes do índice PDSI no território era a seguinte: 3.3 % em seca fraca, 64.3 % em seca moderada, 32.2 % em seca severa e 0.2 % em seca extrema. Ao nível da seca hidrológica, tendo como referência o final do mês de setembro, a Bacia do Mira encontrava-se em situação de Seca Hidrológica Extrema, bacia do Guadiana em situação de Seca Hidrológica Severa e o Sado em situação de Seca Hidrológica Fraca. No respeitante à evolução das reservas hídricas subterrâneas e com base nos

mapas de evolução dos níveis piezométricos de setembro, a maioria das massas de água registaram os níveis inferiores ao percentil 20, o que reflete que os eventos pluviosos ocorridos não foram suficientes para a recuperação dos níveis de água subterrânea.

Não obstante o referido, quatro das seis principais origens superficiais utilizadas para produção de água para abastecimento público possuem ligação ao EFMA (Roxo, Alvito, Enxoé e Magra), pelo que apesar das condições adversas, não se verificou qualquer constrangimento uma vez que a albufeira de Alqueva apresentou durante o ano 2022 um nível de armazenamento aceitável que oferece garantias quanto à continuidade do serviço.

Em síntese, é possível verificar no quadro abaixo o ponto de situação relativo às disponibilidades hídricas a 31 de dezembro dos últimos 5 anos.

ALBUFEIRA	BACIA HIDROGRÁFICA	2018		2019		2020		2021		2022	
		hm3	%	hm3	%	hm3	%	hm3	%	hm3	%
Alvito	Sado	100,70	76,00	86,29	65,12	104,29	78,71	94,00	70,94	99,45	75,1
Enxoé	Guadiana	8,41	80,89	5,02	48,25	5,33	51,30	8,43	81,06	10,01	96,3
Monte da Rocha	Sado	11,62	11,31	10,29	10,02	12,39	12,06	15,96	15,53	10,75	10,5
Roxo	Sado	36,66	38,28	15,89	16,50	26,77	27,79	17,60	18,27	35,07	36,4
Santa Clara	Mira	286,08	58,98	239,90	49,46	209,72	43,24	203,29	41,91	178,82	36,9

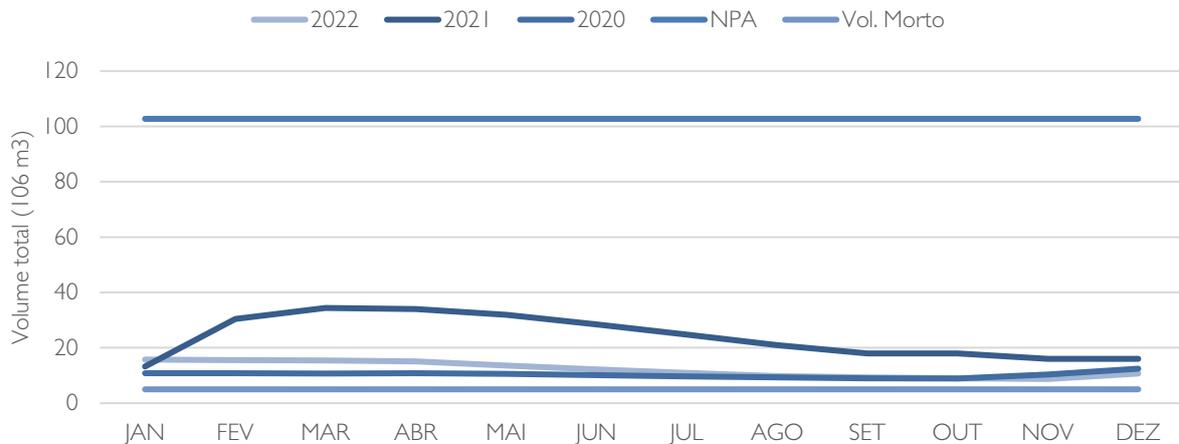
Fonte: Adaptado AdP

Legenda: ■ Aceitável ■ Em vigilância ■ Crítico

Para além da tendência decrescente na disponibilidade existente na albufeira de Santa Clara, importa reforçar a persistência nos níveis extremamente baixos de volume armazenado na albufeira de Monte da Rocha. No que se refere à albufeira de Santa Clara, deve destacar-se o espaço de diálogo estabelecido entre as várias partes envolvidas, nomeadamente a AgdA, o município de Odemira, a Associação de Beneficiários do Mira, a Agência Portuguesa do Ambiente e a Direção-geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural no desenvolvimento de ações de curto e médio prazo para criar as condições mais adequadas para a exploração da albufeira, de modo a salvaguardar o uso prioritário abastecimento público.

Assim, a principal preocupação no decorrer do ano 2022 continuou a centrar-se na albufeira do Monte da Rocha, uma vez que foi mantido um nível de armazenamento consideravelmente reduzido, tal como se pode observar no gráfico abaixo.

Evolução do armazenamento da albufeira do Monte da Rocha



A variação de nível da referida albufeira não foi muito acentuada pelo facto de terem sido implementadas medidas de contenção dos volumes captados para rega, por forma a garantir o volume necessário para o abastecimento público.

A albufeira do Enxóe continuou a apresentar problemas de qualidade, pelo que se manteve a necessidade de recorrer à albufeira de Brinches (EFMA) para produção de água para abastecimento público.

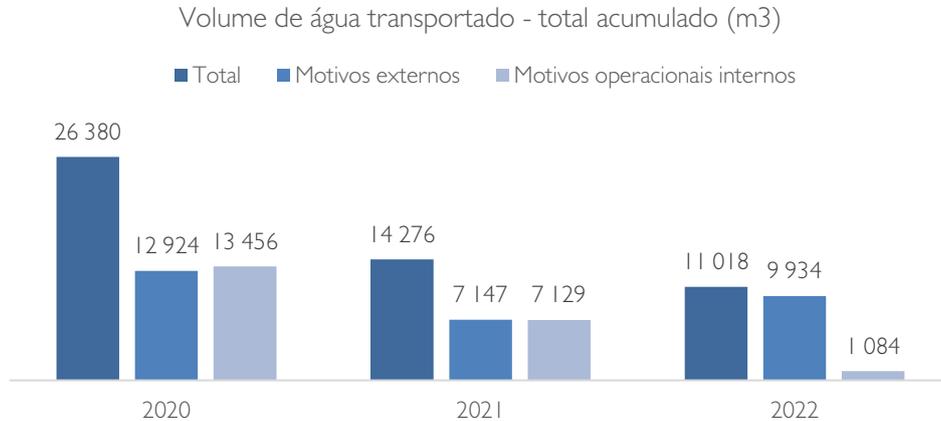
No que concerne às disponibilidades hídricas subterrâneas salienta-se que a precipitação ocorrida durante o ano hidrológico 2021/2022 não foi suficiente para a recuperação do nível piezométrico das massas de água, pelo que se mantiveram as dificuldades acrescidas na garantia do abastecimento com recurso a captações subterrâneas nas seguintes zonas: margem direita do concelho de Mértola (Espírito Santo) essencialmente devido às elevadas captações registadas e simultaneamente pela quebra de produtividade da captação existente, no interior do concelho de Santiago do Cacém (São Domingos) por quebra de produtividade da captação. Nestas situações, foi necessário recorrer ao transporte de água por autotanque para garantir o normal abastecimento da população.

Relativamente à qualidade da água em captações subterrâneas, continuaram a verificar-se concentrações elevadas de alguns parâmetros já considerados como críticos.

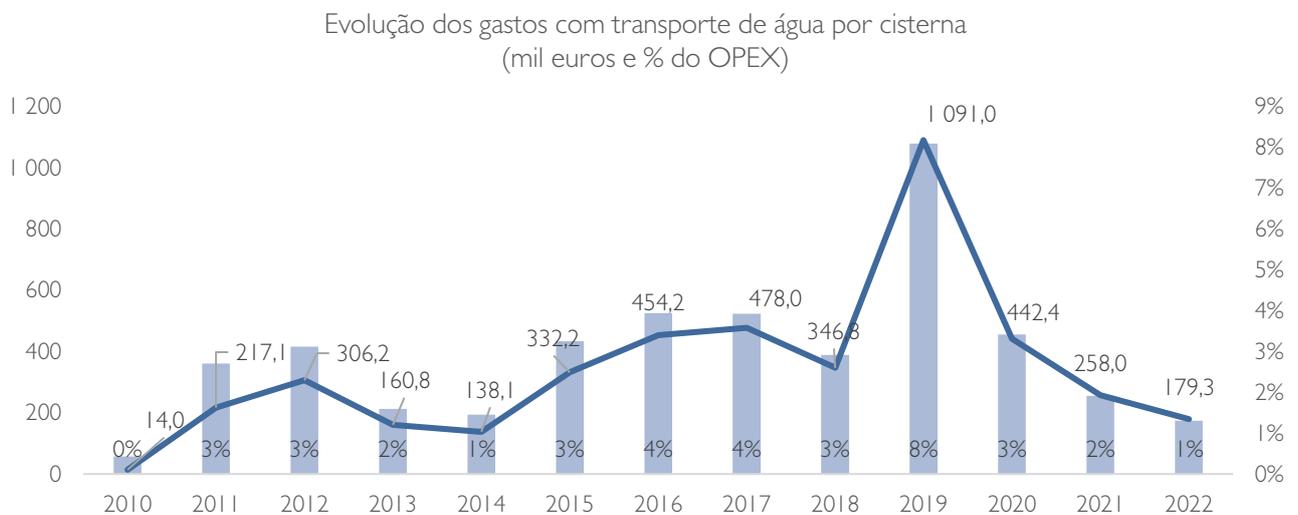
MUNICÍPIO	PARÂMETROS CRÍTICOS
Alcácer do Sal	Sódio; Dose Indicativa Total
Grândola	Fluoretos
Mértola	Selénio
Montemor-o-Novo	Nitratos
Odemira	Cloretos; Fluoretos; Sódio
Santiago do Cacém	Cloretos; Fluoretos
Vendas Novas	Dose Indicativa Total

No sentido de assegurar o abastecimento, e para fazer face às restrições de natureza qualitativa e quantitativa, permaneceu a necessidade de efetuar o transporte de água, o qual registou uma redução de cerca de 23% em relação a 2021, em resultado

da conclusão de algumas empreitadas que permitiram a alteração da origem de água de alguns sistemas, bem como de uma atuação mais proativa da empresa junto dos municípios na identificação de consumos excessivos e adoção de medidas preventivas e corretivas adequadas.



Numa perspetiva temporal mais alargada, é possível analisarmos a expressão e a evolução dos gastos com transporte de água por autotanque, onde é evidente um histórico de cerca de 4,4 milhões de euros de encargos, a expressão atingida em 2019, mas também o reposicionamento nos níveis mais baixos de encargos.



Tendo em vista capitalizar o melhor conhecimento e a ligação aos parceiros municipais e cientes que o aumento da resiliência e segurança hídrica passa em muito pelo aumento da eficiência e contenção de usos do bem escasso que é a água, junto das comunidades, procedemos à preparação de uma iniciativa junto de conjunto de pequenos aglomerados onde limitações deste recurso se têm feito sentir, envolvendo entidades como a ADENE – Agência para a Energia, a EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, a EMAS - Empresa Municipal de Água e Saneamento de Beja e a IES|SBS - Instituto de Empreendedorismo Social | Social Business School dirigida a utilizadores, técnicos municipais e outros públicos para melhor compreender a utilização deste bem e desenvolver adequadas estratégias de resposta.

Também no sentido do estreitar a proximidade com as comunidades foi dada continuidade à cooperação com as atividades económicas relevantes para a resposta a incidentes ambientais e de uma forma geral na melhoria do estado das massas de água, através designadamente da dinamização de uma maior colaboração e uma visão integrada, em linha também com as responsabilidades com o desenvolvimento do território.

3.4.2. Operação

No decorrer do ano 2022 não foram registadas alterações na estrutura da Direção de Operação, pelo que a mesma continuou a integrar quatro Centros Operacionais e 8 Áreas de Gestão, de acordo com a seguinte distribuição:

- ↳ Centro Operacional Noroeste:
 - a. Área de Gestão Bica Fria / Minutos: Vendas Novas, Arraiolos e Montemor-o-Novo;
 - b. Área de Gestão Litoral: Alcácer do Sal, Grândola e Santiago do Cacém

- ↳ Centro Operacional Centro:
 - a. Área de Gestão SAA Magra e Roxo: Aljustrel, Beja;
 - b. Área de Gestão SAR Beja e Aljustrel: Aljustrel, Beja;
 - c. Área de Gestão Alvito: Cuba, Alvito, Viana do Alentejo, Vidigueira;

- ↳ Centro Operacional Este:
 - a. Área de Gestão Guadiana: Barrancos, Moura, Serpa, Mértola;

- ↳ Centro Operacional Sul:
 - a. Área de Gestão Monte da Rocha: Almodôvar, Castro Verde, Ourique;
 - b. Área de Gestão Santa Clara: Odemira.

Foi mantido o regime de exploração em *outsourcing* dos subsistemas de abastecimento de água localizados na margem direita do concelho de Mértola.

No que diz respeito ao saneamento, não foi registada qualquer alteração no regime de exploração, tendo sido dada continuidade à conjugação do *outsourcing* com a gestão direta, implementada no final do ano 2021.

Como atividade transversal, destaca-se o seguinte:

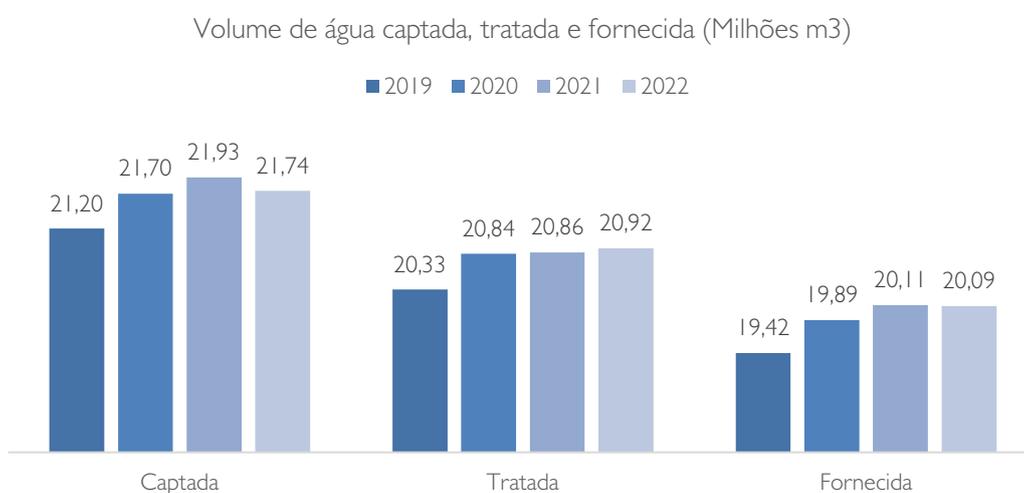
- Foi concluída a associação de todas as infraestruturas e equipamentos, em árvores de localizações, constituindo este trabalho a base para a implementação da plataforma NAVIA na totalidade das infraestruturas de abastecimento e saneamento, a concretizar durante o ano 2023;

- Foi consolidada uma percentagem significativa de procedimentos de contratação associados às atividades base da operação, situação que futuramente permitirá efetuar um melhor planeamento das atividades a desenvolver.

3.4.3. Abastecimento Água

↳ Volume de Água captado, tratado e fornecido

No ano 2022 foram captados 21,74 milhões de m³ de água, sendo 50,1% de origem superficial e 49,9% de origem subterrânea, encontrando-se este valor em linha com a estratégia preconizada pela empresa. Do volume total captado, foram tratados 20,92 milhões de m³ e fornecidos aos municípios cerca de 20,09 milhões de m³ de água.



A tendência crescente dos volumes de água fornecidos que se vinha a observar até 2021 alterou-se, tendo sido registado em 2022 um decréscimo de 0,07% por comparação com o ano anterior.

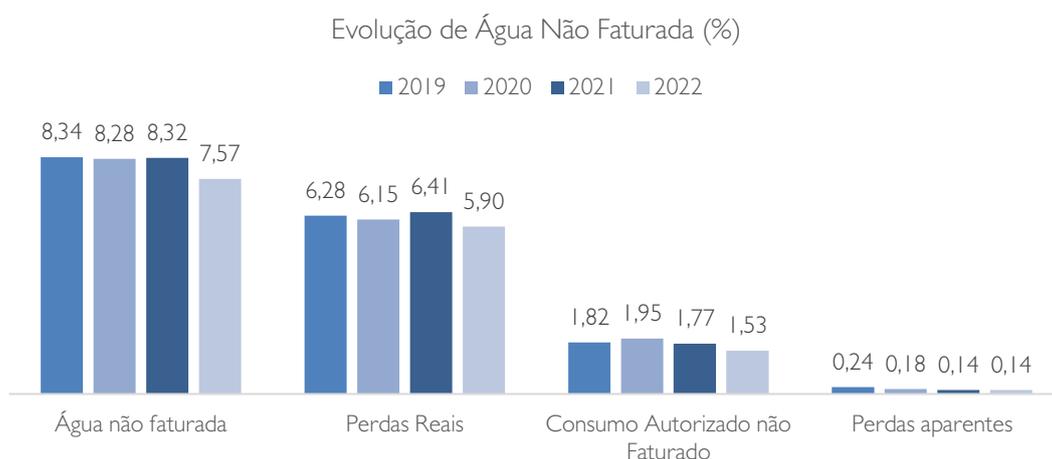
↳ Água Não Faturada

A água não faturada constitui a diferença entre o volume de água captada e o volume de água faturado, sendo desagregada da seguinte forma:

- Consumo autorizado não faturado: consiste no volume utilizado pela própria entidade, ou seja, trata-se do volume relativo a lavagens de filtros, purgas dos decantadores, descarga de flotadores e higienização de reservatórios e condutas;
- Perdas aparentes: são todas as perdas contabilizadas por erros de medição ou acertos de leituras por haver contadores em pontos não coincidentes com os pontos físicos de entrega;
- Perdas reais: constituem o somatório das fugas nas condutas de água bruta e no tratamento, com as fugas nas condutas de adução e as fugas e extravasamentos nos reservatórios.

Assim, no ano 2022 o volume correspondente à água não faturada foi de 1,64 milhões de m³, ou seja 7,57%, o qual se subdividiu da seguinte forma:

- Consumo autorizado não faturado: 0,33 milhões de m³ (1,53%);
- Perdas aparentes: 0,03 milhões de m³ (0,14%);
- Perdas reais: 1,28 milhões de m³ (5,90%).



A redução da componente “água não faturada” está diretamente relacionada com a tendência verificada nas componentes “perdas reais” e “consumo autorizado não faturado”.

Em 2022, o volume de perdas reais por unidade de comprimento de conduta foi de 2,46 m³/km/dia, situação que se traduz num índice de “qualidade de serviço boa”, de acordo com os critérios definidos pela ERSAR.

↳ Qualidade da Água

Garantir a qualidade da água em toda a extensão do sistema de abastecimento de água, desde os recursos hídricos utilizados até aos 125 pontos de entrega à entidade gestora em “baixa”, constitui uma das principais preocupações, seguindo-se para este efeito uma política de boas práticas de operação das infraestruturas. Neste sentido, temos implementados os seguintes planos de controlo de qualidade da água:

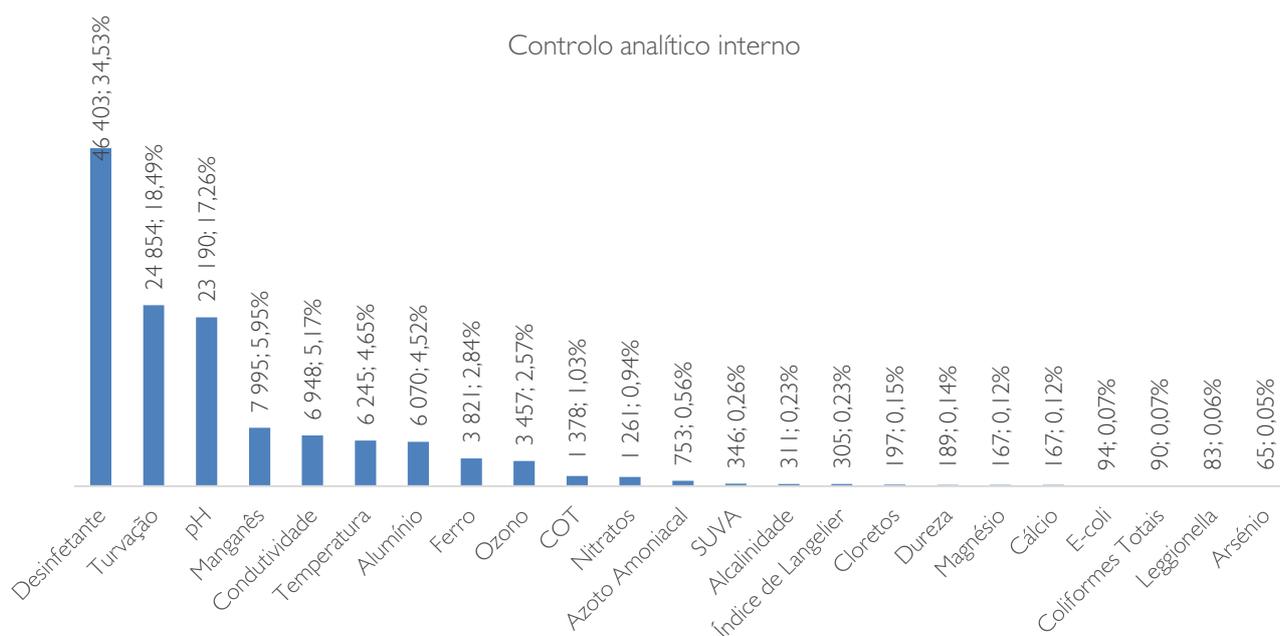
- Plano de Controlo de Qualidade da Água (PCQA), que permite avaliar continuamente a qualidade da água fornecida, garantindo a sua conformidade com os valores legalmente estabelecidos, cuja conceção e implementação é fiscalizada pela ERSAR;
- Plano de Controlo Operacional (PCO), com o objetivo de verificar o nível de qualidade da água para consumo humano em toda a extensão do sistema de abastecimento de água e detetar atempadamente possíveis anomalias, ocasionais ou de carácter sistemático, de modo a permitir que sejam postas em prática medidas preventivas eficazes;
- Plano de Controlo de Qualidade das Origens efetuado no âmbito dos respetivos contratos de concessão de captação.

A execução das análises relativas ao PCQA e ao Plano de Controlo de Qualidade das Origens é garantida na íntegra por um laboratório externo, com métodos devidamente acreditados para o efeito. O controlo analítico associado ao PCO encontra-se fracionado por grupos de parâmetros, sendo a sua concretização partilhada entre um laboratório externo, o laboratório interno e os técnicos operativos que asseguram as rotinas de operação locais.

À semelhança do sucedido nos anos anteriores, em 2022, continuou a verificar-se uma situação de seca hidrológica bastante preocupante. A maioria do território de atuação da AgdA encontrava-se no final do ano hidrológico em situação de Seca Hidrológica Extrema e Seca Hidrológica Severa, sendo evidentes os respetivos impactos ao nível da qualidade da água. No que se refere às origens superficiais, a degradação esteve essencialmente relacionada com o aumento da concentração de matéria orgânica. Relativamente às captações subterrâneas, o maior impacto continuou a fazer-se sentir em alguns parâmetros químicos, tendo sido mantido o condicionamento de utilização para abastecimento público de água das captações de Espírito Santo, no concelho de Mértola e São Domingos no concelho de Santiago do Cacém. Ao nível da qualidade da água, é ainda de referir que continuou a ser quantificado um pesticida (Mecoprope) na água dos canais de Santa Clara, sendo que ao nível da origem continua-se a confirmar que tal contaminação é inexistente. Assim, concluiu-se que se trata de uma situação localizada em determinadas zonas dos canais, e que poderá resultar da utilização desta substância em terrenos adjacentes a essas zonas. Esta situação desencadeou durante o ano 2022 uma série de diligências junto das entidades competentes, no contexto da prossecução do envolvimento das diferentes partes na análise e resolução do problema, de uma forma integrada e de controlo na origem.

↳ Plano de Controlo Operacional

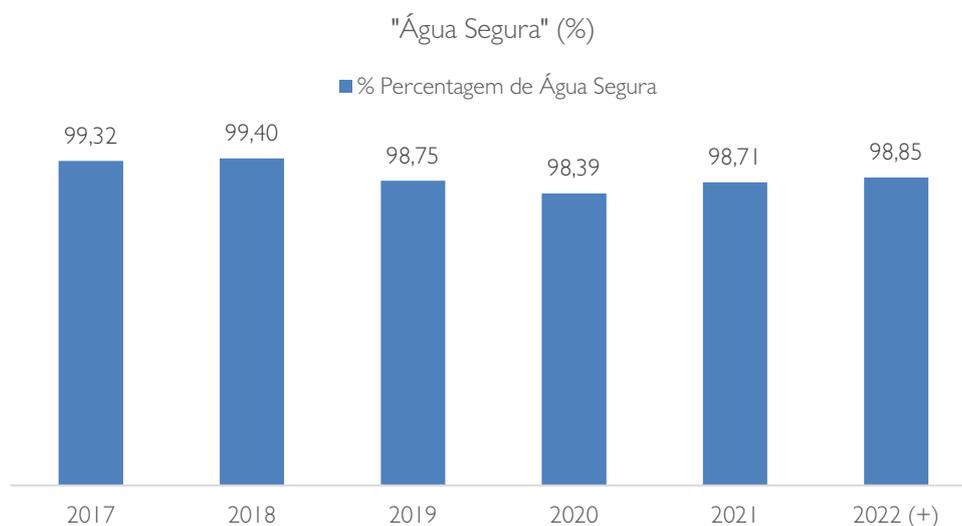
No ano de 2022 foram realizadas pelo Laboratório de Controlo Operacional e das equipas de operação, cerca de 134 389 determinações analíticas.



Houve a necessidade de recorrer a laboratório externo para assegurar a execução do controlo analítico dos parâmetros cuja metodologia de determinação não se encontra implementada no laboratório de Controlo Operacional interno, designadamente Trihalometanos, Cloritos, Cloratos, Bromatos, Arsénio, Selénio, Chumbo, Fluoretos, Fitoplâncton e Pesticidas (Mecoprop).

↳ Plano de Controlo de Qualidade da Água

No ano de 2022 foram realizadas, no âmbito da implementação do PCQA, cerca de 15408 determinações analíticas. A percentagem de água segura constitui um indicador da qualidade da água fornecida, sendo o seu cálculo realizado com base no produto da percentagem de cumprimento da frequência de amostragem pela percentagem de cumprimento dos valores paramétricos fixados na legislação.



(+) valor estimado, sujeito a revisão decorrente do surgimento de novos incumprimentos associados a 2022, ou do processo de validação pela ERSAR.

A tendência de melhoria deste indicador está diretamente relacionada com a redução do número de incumprimentos, a qual se deve essencialmente à conclusão de empreitadas que permitiram desativar algumas origens que apresentavam problemas de qualidade.

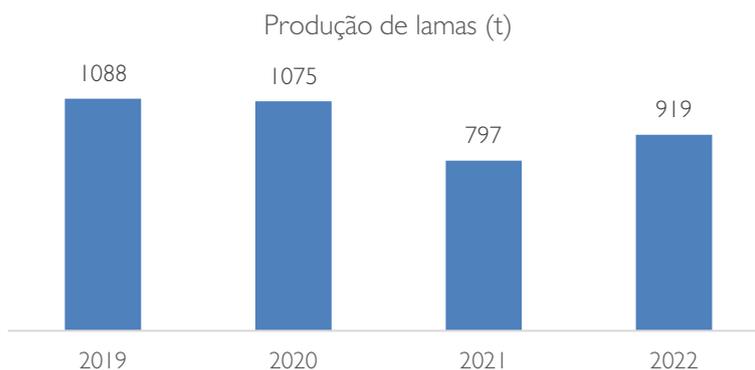
A redução verificada ao nível do indicador "percentagem de água segura", a partir do ano 2019 teve as seguintes causas:

- maior degradação da qualidade da água bruta, na sequência de períodos prolongados de seca hidrológica, com consequente impacto ao nível da qualidade da água fornecida;
- obrigatoriedade de análise de novos parâmetros;
- alteração da legislação, a qual implicou uma intensificação da frequência de determinação dos parâmetros críticos (execução do PCQA com base na avaliação de risco, integrando critérios que definem os parâmetros a controlar e a frequência de amostragem em função do histórico da qualidade da água, das características da água bruta, dos tratamentos aplicados e das demais especificidades de cada sistema de abastecimento).

Tendo em conta o desenvolvimento das intervenções preconizadas no âmbito das empreitadas, prevê-se que no ano de 2023 seja possível dar continuidade à melhoria do indicador “Água Segura”, voltando a atingir-se um nível próximo da qualidade de excelência.

↳ Produção de lamas

Foram produzidas nas ETA e encaminhadas para destino final cerca de 919 toneladas de lamas resultantes dos processos de clarificação da água.



A diferença registada ao nível da quantidade de lamas encaminhadas para destino final está relacionada com o aumento da utilização de origens superficiais decorrentes da ligação de sistemas autónomos às origens superficiais do Roxo, Monte da Rocha e Enxoé.

↳ Outras atividades a destacar

No decorrer deste exercício destacam-se ainda as seguintes atividades:

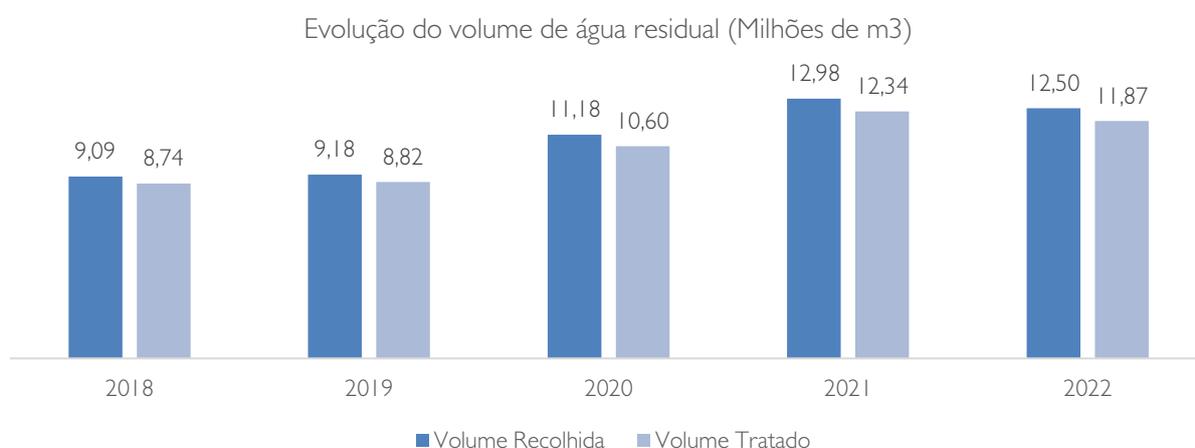
- Conclusão da avaliação de risco do Plano de Segurança da Água – vertente qualidade, tendo a mesma merecido a aprovação da ERSAR;
- Início da prestação de serviços de instalação de sistemas de tratamento em S. Domingos, Santa Susana e Campo Redondo, os quais irão permitir resolver alguns problemas de qualidade da água, nomeadamente no que se refere aos parâmetros Cloretos, Sódio e Dose Indicativa Total;
- Acompanhamento dos municípios na gestão de perdas em baixa, através da monitorização de caudais noturnos;
- Comunicação com os municípios na sequência da verificação de tendências persistentes de capitações excessivas, tendo em vista a identificação e resolução mais célere de problemas na rede em baixa e minimização das situações de transporte de água através de autotanques;
- Participação em campanhas de sensibilização para o uso eficiente da água;
- Participação em sessões de educação ambiental;
- Acompanhamento de visitas de estudo.

3.4.4. Saneamento de Águas Residuais

↳ Volumes Recolhidos e Rejeitados

No decorrer do ano 2022 foram recolhidos nos sistemas de saneamento de águas residuais 12,50 milhões de m³ de águas residuais, dos quais foram exportados para tratamento no sistema de saneamento de águas residuais da empresa Águas de Santo André (AdSA) 0,44 milhões de m³, correspondentes às águas residuais da cidade de Santiago do Cacém. Estima-se que do volume total recolhido tenham sido tratados e rejeitados para os meios hídricos recetores cerca de 11,86 m³.

Deve salientar-se que cerca de 60% das ETAR ainda não dispõem de dispositivos de medição de caudal, pelo que os respetivos volumes foram estimados com base nos volumes de água fornecida.



↳ Qualidade da Água Residual Rejeitada

Garantir a qualidade dos efluentes descarregados no meio recetor constitui um dos principais objetivos, tendo em vista a minimização dos impactos nos ecossistemas e dos riscos para a qualidade de vida das populações, para além do cumprimento das obrigações legais aplicáveis.

As variações significativas na qualidade e quantidade das aflúncias às ETAR têm efeitos negativos no desempenho do sistema de tratamento, podendo comprometer o cumprimento dos normativos de descarga. Desta forma a implementação de um plano de monitorização robusto, bem como a adoção de boas práticas de exploração das infraestruturas são essenciais para que se consigam alcançar os objetivos definidos.

Neste sentido, encontram-se implementados os seguintes planos de controlo de qualidade do efluente descarregado:

- **Plano de Autocontrolo:** permite avaliar a qualidade do efluente rejeitado, garantindo a sua conformidade com os valores legalmente estabelecidos. Constitui uma obrigação legal, sendo fiscalizado pela APA;

- **Plano de Controlo Operacional (PCO):** tem por objetivo fundamental avaliar o funcionamento de todos os órgãos de tratamento e detetar atempadamente possíveis anomalias, ocasionais ou de carácter sistemático, de modo a permitir que sejam postas em prática medidas preventivas e corretivas eficazes.

A execução das análises relativas ao Plano de Autocontrolo foi garantida na íntegra por um laboratório externo, devidamente acreditado para o efeito, enquanto o controlo analítico associado ao PCO encontra-se inserido no âmbito da prestação de serviços da operação e manutenção das infraestruturas de saneamento. No que se refere às instalações que transitaram para exploração direta pela equipa AgdA, parte do PCO já foi executado pelo laboratório de Controlo Operacional interno.

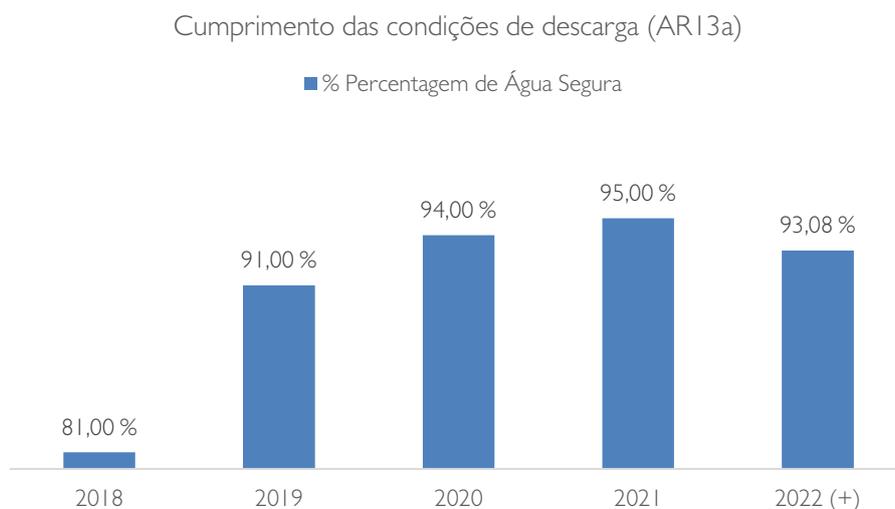
↳ Plano de Controlo Operacional

Durante o ano de 2022 foram realizadas pelo prestador de serviços de operação e manutenção das infraestruturas de saneamento cerca de 55 038 determinações analíticas. Neste âmbito foram enquadrados os seguintes parâmetros: CQO, CBO5, SST, pH, Temperatura, ILV, SSV, Ntotal, N-NH4, N-NO3, Ptotal, Óleos e Gorduras, Coliformes totais e Coliformes fecais.

No laboratório de Controlo Operacional Interno foram realizadas cerca de 978 análises as quais englobaram os seguintes parâmetros: CQO, CBO5, SST, pH, Ntotal, N-NH4, Ptotal.

↳ Plano de Autocontrolo

No ano de 2022 foram realizadas, no âmbito da implementação do Autocontrolo, cerca de 13436 determinações analíticas. O nível de cumprimento das licenças de descarga constitui o indicador utilizado para medir o índice de qualidade do efluente descarregado. No gráfico seguinte encontra-se apresentada a evolução relativa ao nível de cumprimento das licenças de descarga, o qual foi apurado tendo por base as premissas definidas pela ERSAR (AR13a) e com base na fórmula de cálculo dos indicadores de 3.ª geração.



(+) valor estimado, sujeito a revisão do processo de validação pela ERSAR.

Pese embora o indicador possa refletir uma redução percentual no cumprimento da licença de descarga, constatou-se que em termos de habitantes equivalentes com tratamento satisfatório, ocorreu, uma acentuada subida relativamente aos anos anteriores. Por outro lado, a alteração de prestador de serviços que ocorreu no final do ano 2021, a qual teve impacto quer em termos operacionais, quer em termos de manutenção, pois esta, não está contemplada na prestação de serviços como ocorria anteriormente, também contribuiu para o decréscimo verificado, uma vez que, existem constrangimentos que decorrem dessa alteração e que se refletem nos resultados obtidos.

HABITANTES EQUIVALENTES COM TRATAMENTO SATISFATÓRIO

Ano	N.º de instalações consideradas	Hab. Eq. servidos	Hab. c/ tratamento satisfatório	Cumprimento da licença (%)
2018	55	106 381	86 112	81
2019	52	99 733	90 785	91
2020	56	129 619	122 960	95 a)
2021	46	87 753	83 426	95
2022 (*)	57	128 936	128 936	93,08

a) Valor apurado após auditoria ERSAR (R&C, 94%)

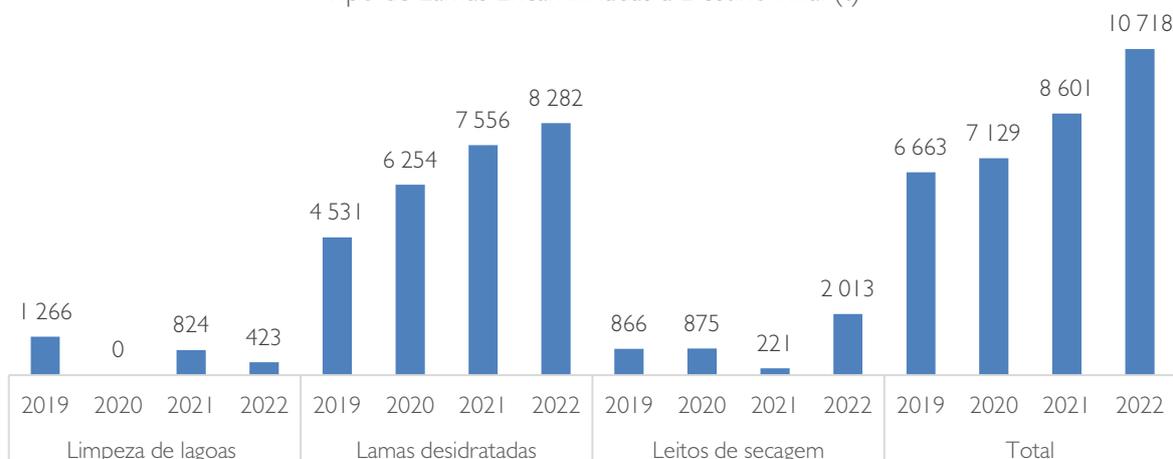
(*) Critério ERSAR Indicadores de 3ª geração

Produção de Lamas e Resíduos

↳ Lamas

Durante o ano em análise foram encaminhadas para destino final 10 719 toneladas de lamas, com valorização agrícola da totalidade. Por comparação com 2021, verificou-se um aumento de cerca de 25% na quantidade de lamas encaminhadas para destino final.

Tipo de Lamas Encaminhadas a Destino Final (t)

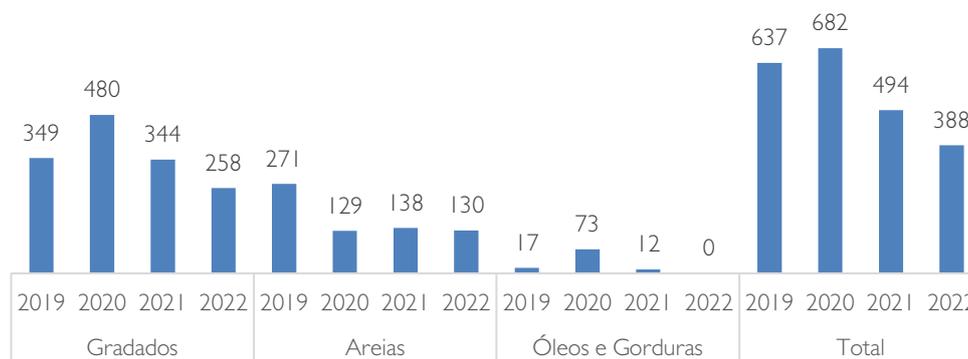


No decorrer do ano 2022 foi efetuada a remoção de lamas da lagoa arejada da ETAR de Almogrove e da lagoa anaeróbia da ETAR de Campo Redondo.

▾ Areias, Gradados, Óleos e Gorduras

Durante o ano de 2022 foram encaminhadas para destino final 388 toneladas de areias, gradados, óleos e gorduras, o que representa um decréscimo de 21 % em relação ao ano anterior.

Areias, Gradados, Óleos e Gorduras (t)

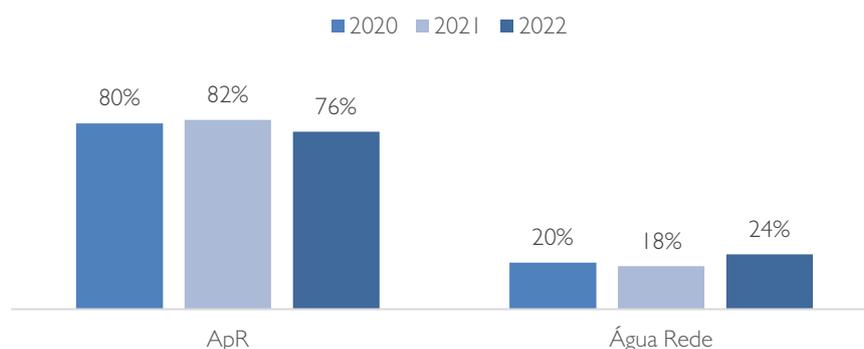


▾ ApR para utilização interna

A reutilização de água (ApR) contribui para o uso sustentável dos recursos hídricos, na medida em que permite a manutenção de água no ambiente e a respetiva preservação para usos futuros, assumindo particular pertinência em territórios como o Alentejo.

No decorrer do ano em questão foram utilizados 122 241 m³ de água na totalidade das instalações saneamento, dos quais 76% corresponderam a ApR e 24% a água da rede, em que neste caso estão incluídas utilizações onde é requerida água potável.

Origem de água utilizada nas ETAR



O decréscimo da utilização de ApR em 2022 está essencialmente relacionado com avarias que limitaram o recurso a esta origem.

↳ Outras atividades a destacar

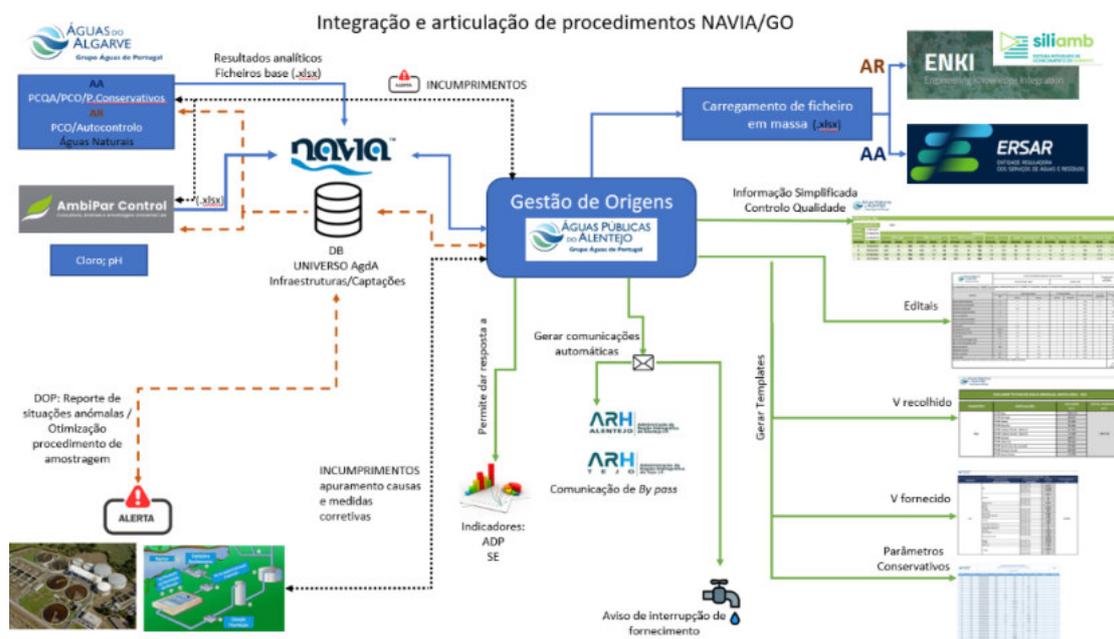
As principais atividades a destacar relativamente ao ano 2022 são:

- Participação no Grupo de Trabalho de Reutilização, do Grupo AdP;
- Fecho de dois projetos-piloto de ApR: REUSE Fase II e AQUA VINI;
- Consolidação do laboratório de controlo operacional na ETAR de Beja, com implementação de novas metodologias que irão permitir efetuar o acompanhamento analítico da componente de saneamento;
- Acompanhamento de visitas de estudo.

3.4.5. Gestão de Origens

Na continuidade do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido nesta área, destaca-se relativamente a 2022 as seguintes áreas desenvolvidas no âmbito das competências do Departamento de Gestão de Origens:

- Aposta na digitalização de sistemas, nomeadamente o acompanhamento do processo de integração do sistema NAVIA com algumas das necessidades de gestão de dados que a Gestão de Origens possui. Nesse âmbito foram desenvolvidos esforços com a equipa de suporte do NAVIA para conciliar o Módulo de Controlo Analítico com as necessidades legais de reporte de informação. Nesse sentido as funcionalidades previstas e em análise estão relacionadas com o carregamento de informação e disponibilização às entidades competentes, nomeadamente através do carregamento de dados em massa, tais como: resultados de Autocontrolo no ENKI/Siliamb; PCQA/IDQA – ERSAR e ainda a preparação da documentação a remeter aos municípios relativa à informação simplificada de controlo de qualidade; Editais; Parâmetros Conservativos; Volumes recolhidos (AR) e Volumes fornecidos (AA);



- Ainda inserido na aposta no reforço da digitalização e na impossibilidade imediata de agilizar todo o procedimento exposto no ponto anterior, uma vez que são necessários desenvolvimentos em termos informáticos, foram desenvolvidas diligências com a empresa Águas do Algarve para efeitos de integração no sistema informático do laboratório, sistema IXIS, de algumas das nossas necessidades mais prementes, nomeadamente a produção dos Editais e dos Parâmetros Conservativos;
- Desenvolvimento e organização da informação de base para agilizar a comunicação entre as áreas da GO e da DOP com o objetivo de maximizar recursos, otimizar os circuitos de comunicação e melhorar o desempenho em geral;
- Participação no Grupo de Gestão da crise devida à seca e efeitos conexos de 2022 – Task Force Seca.

No contexto de seca severa e extrema que afetou todo o território de Portugal continental, e particularmente tendo em conta os impactos significativos verificados sobre as origens de água dos serviços públicos de abastecimento público, a CE da AdP SGPS deliberou a criação de um Grupo de Gestão da crise devida à seca envolvendo as várias empresas de abastecimento do grupo AdP. A criação deste Grupo de Gestão da crise teve como objetivo intensificar a periodicidade de reporte dos dados de consumo e da informação sobre as disponibilidades nas origens sob exploração das empresas do Grupo, permitindo dessa forma identificar as situações críticas e as medidas de contingência e mitigação implementadas ou a implementar. Esta abordagem visa a articulação do Grupo, de forma concertada, com os restantes *stakeholders*, no sentido de assegurar a resposta atempada para as situações mais críticas, bem como garantir uma comunicação uniformizada dentro do Grupo e articulada com a Tutela.

- Reforço da monitorização na componente de saneamento, nomeadamente através de análise diária dos resultados obtidos no âmbito da implementação do Plano de Autocontrolo. A implementação deste reforço

de monitorização permitiu, em conjunto com a operação, uma atuação célere, no sentido de avaliar as causas do incumprimento ocorrido e a eventual aplicabilidade de medidas corretivas;

- Contratação de assessoria técnica especializada:
 - i. Realização de estudo hidrogeológico sobre o potencial hídrico do aquífero (abertura de um novo furo para a substituição do FR7 – Vendas Novas). Para a abertura desse novo furo, e face à sua especificidade, houve a necessidade de desenvolver uma nota técnica com condições de abertura e execução do mesmo, bem como o acompanhamento da sua execução, pois trata-se de uma captação extremamente importante para o SAA da Bica Fria, em que o acompanhamento técnico foi essencial para a tomada de decisão sobre a definição das zonas produtivas do aquífero (concluído);
 - ii. Estudo sobre disponibilidades hídricas na região hidrográfica do Mira (albufeira de Santa Clara). A AgdA assegura o abastecimento de água para consumo humano à zona sudoeste do concelho de Odemira a partir da albufeira de Santa Clara, no rio Mira. Esta albufeira é também utilizada na satisfação das necessidades de rega da região e no abastecimento às minas de Neves Corvo, da SOMINCOR. A escassez de água característica desta bacia hidrográfica e os recorrentes períodos de seca que têm vindo a agravar-se nos anos mais recentes colocam problemas de gestão dos recursos hídricos na albufeira e suscitam preocupação sobre a melhor forma de assegurar o abastecimento prioritário às populações. Esta preocupação é ainda reforçada pelas projeções climáticas que antecipam um agravamento da situação de escassez hídrica. No contexto de redução consistente das disponibilidades hídricas na albufeira de Santa Clara, encontra-se em curso a realização de um estudo aprofundado sobre os cenários de disponibilidades hídricas na principal origem de abastecimento ao município de Odemira. O referido estudo pretende contribuir para a definição de cenários de exploração da albufeira, tendo por base os seus vários usos: abastecimento, agricultura e indústria, bem como, avaliar a compatibilidade com o sistema de abastecimento de água existente. A realização deste estudo, engloba as seguintes atividades:
 - Avaliação das disponibilidades hídricas;
 - Avaliação dos volumes captados e consumidos pelos diferentes utilizadores;
 - Modelação da alocação de água e definição de propostas de regime de exploração para diferentes cenários;
 - Avaliação das implicações dos regimes de exploração na gestão das infraestruturas da AgdA e respetivo plano de investimentos;
 - Definição de uma estratégia de gestão e alocação de água.
- Instrução de processos de Licenciamento Ambiental- LUA/Siliamb – 2022

Tipologia	N. ° de processos
Abastecimento (captações)	9
Saneamento (descarga)	23
Ocupação do DPH	3
Total	35

- Submissão da Avaliação de Risco (AvR) do Plano de Segurança da Água – vertente qualidade, de acordo com as novas diretrizes da autoridade de saúde e da ERSAR.
- Finalização dos dois projetos-piloto de ApR: REUSE Fase II e AQUA VINI. Submissão dos relatórios finais dos projetos na plataforma do Fundo Ambiental;
- Participações:
 - Sessão de participação pública do Planos de Gestão dos Riscos de Inundações da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste e das Regiões Hidrográficas do Sado e Mira e Guadiana;
 - Evento "Water: a Shared Responsibility", AdP;
 - Sessão de participação pública da versão provisória dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH);
 - Projeto AGREEMAR. Projeto para uma gestão melhorada e integrada dos recursos hídricos centrada na otimização do armazenamento de água no subsolo com o objetivo de aumentar a segurança hídrica na região mediterrânica – caso prático: bacias de infiltração da ETAR da Comporta (LNEC; ADELPHI Research GGMBH);
 - Sessão de capacitação sobre proteção de origens de água e uso eficiente e inteligente da água nos sistemas de abastecimento público (ADPM/APA/ARH Alentejo);
 - Encontro “Desafios para as Entidades Gestoras da Transposição da Diretiva da Qualidade da Água Destinada a Consumo Humano”, APDA/ERSAR;
 - Colaboração em I&D no contexto do programa InnovRise promovido pela ANI para o desenvolvimento de um equipamento portátil para testar ferro e nitratos em água, Universidade de Évora.

3.4.6. Engenharia e Gestão de Ativos

A implementação da solução técnica assentou numa estratégia de priorização assente:

- Na resolução dos principais constrangimentos em termos de abastecimento de água, através designadamente das importantes intervenções nos sistemas de Monte da Rocha, Guadiana Sul, Santa Clara, Roxo-Magra, Alvito e Bica Fria Minutos.
- Na resolução dos processos de contencioso ambiental ao nível do tratamento de águas residuais urbanas.

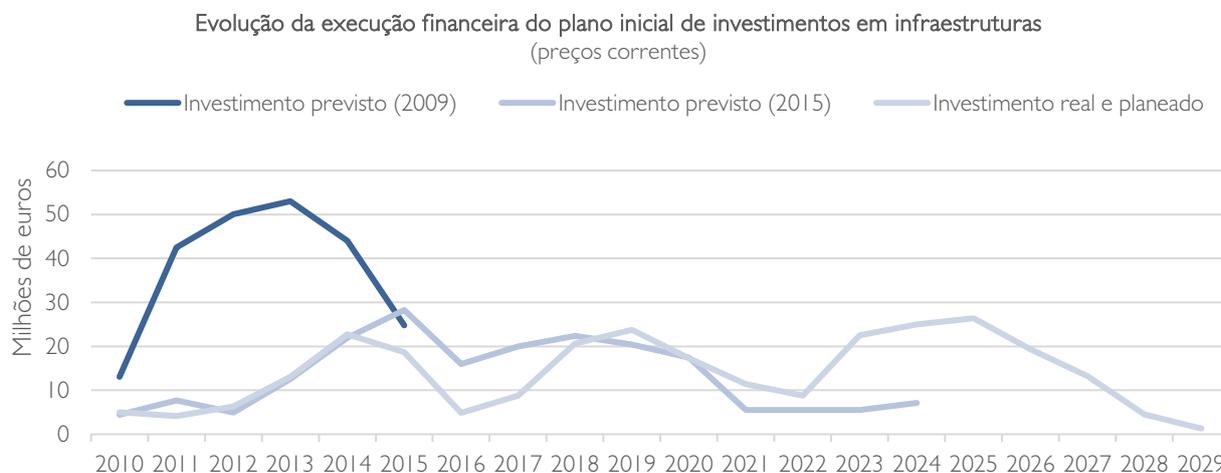
Sem prejuízo do impacto dos importantes constrangimentos e consequências aos mais variados níveis do período de crise financeira, a Guerra na Europa e as suas consequências que levaram a um agravamento no custo e aprovisionamento das matérias-primas, o balanço não pode deixar de ser positivo, a saber:

- Os principais constrangimentos em termos de qualidade e quantidade foram suprimidos com a conclusão dos investimentos durante o ano de 2022, nomeadamente com a ligação de vários pequenos aglomerados ao SPPIAA, apesar do forte agravamento da situação de seca a que temos assistido, e à ausência dos desenvolvimentos que se impõem ao nível da eficiência e contenção de usos;
- Os processos de contencioso comunitário que envolveram cerca de 33 instalações de 18 concelhos e mais de 150.000 habitantes equivalentes no âmbito do SPPIAA, dos quais o Estado português foi condenado relativamente a 17 instalações num universo nacional de 44, chegamos ao fim de 12 anos com as dificuldades assinaladas ultrapassadas.

No ano de 2022 foi dado seguimento ao plano de investimentos em infraestruturas, com vista à concretização das intervenções previstas na solução técnica atualmente aprovada, mais orientadas para a reabilitação de um vasto conjunto de infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais que servem na sua grande maioria aglomerados de menor dimensão, tendo sido encetadas diligências ao nível de preparação de elementos com vista à captação de financiamento no âmbito Portugal 2030, e também um conjunto mais vasto de preocupações, em linha com a agenda ambiental, designadamente:

- Reforçar a aposta na digitalização, completando e reforçando em especial a componente de monitorização, automação, supervisão, telegestão e segurança dos sistemas, indispensável para a elevação do desempenho e otimização da sua exploração e gestão, otimizando os recursos necessários para a operação e monitorização dos sistemas com vista com a sua eficiência;
- Integrar a agenda do aumento da circularidade do nosso setor e inclusão no respetivo modelo de negócio, através em especial da valorização de lamas de ETAR através de unidades de compostagem, mas também da produção de ApR;
- Reforçar a aposta na produção e eficiência energética, em linha com o desafio global de descarbonização e do Grupo AdP de neutralidade energética em 2030, como importante contributo para a persecução das metas nacionais neste domínio e com vista à redução dos custos deste recurso essencial ao desenvolvimento da nossa atividade;

- Melhorar a apresentação das infraestruturas, incluindo reforço da identidade regional, indispensável para a afirmação da Parceria, mas também para a motivação e autoestima das nossas equipas;
- Melhorar um conjunto de instalações de suporte.



Num segundo momento, e tendo em vista preparar as respostas do território a desafios ambientais acrescidos, que impõem o reforço e segurança hídrica dos serviços, e de um conjunto de dinâmicas, mas também nos posicionamos relativamente a um conjunto de oportunidades, foi dada continuidade ao trabalho da análise e recuperação de potenciais intervenções que, apesar de não se encontrarem previstas no plano inicial de investimentos em infraestruturas, não podem deixar de ser equacionadas, a saber:

- A evolução dos consumos em determinados sistemas, seja no sentido do crescimento face ao previsto, seja no sentido de não confirmação das expectativas de redução inicialmente admitidas;
- A evolução de um conjunto de parâmetros relevantes associados aos recursos hídricos e à incerteza climática;
- As perspetivas de desenvolvimento identificadas em determinadas áreas, em especial de novos empreendimentos no litoral;
- A importância de integrar a agenda da reutilização num território de elevada escassez de água;
- A preparação dos contributos para as Bases do Plano Regional de Eficiência Hídrica do Alentejo;
- A necessidade de corresponder a um quadro comunitário de apoio mais alargado (2030).

Investimento em Abastecimento em Alta

O investimento acumulado realizado em sistemas de abastecimento de água totaliza no final de 2022 o valor de 123,2 milhões de euros, tendo o valor realizado no ano ascendido a 7,756 milhões de euros associado à execução de um conjunto importante de empreitadas abrangendo 14 concelhos, em grande medida apoiadas no âmbito do POSEUR.

14 CONCELHOS ABRANGIDOS –20,7 MILHÕES DE EUROS DE EMPREITADAS EM CURSO EM 2022

- SAA Roxo Poente – Adução a Alvalade 3,03 Meuros
- SAA Roxo Poente - Adução a Ermidas Sado e Fornalhas Velhas, 2,64 Meuros
- SAA Roxo Poente – Ligação Roxo ao Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, 1,1 Meuros
- SAA Almogrove – Adução a Vila Nova de Milfontes e Castelão, 1,6 Meuros
- SAA Monte da Rocha – Adução ao Eixo Almodôvar/Mértola Sudoeste – Eixos Secundários, 2,4 Meuros
- SAA Guadiana Sul – Ampliação e adaptação da ETA do Enxoé, 7,5 Meuros
- SAA Arraiolos – Sistema de Captação de Vale Melão, 0,2 Meuros
- SAA Alvito - Empreitada de Conceção/Construção da Reabilitação da ETA de Alvito, 2,26 Meuros

Paralelamente e na continuidade do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, foi promovida a elaboração de projetos de execução, sendo de realçar, o Estudo e Projetos para o Sistema de São Teotónio, conclusão da Elaboração de Projetos de Execução no Sistema do Guadiana Sul - Adução a Barrancos e Captações da Fonte da Telha, Projeto de Adução a Grândola – 2.ª Fase, Projeto de Reforço da Adução a Beja, Projeto de reabilitação do sistema de adução a Montes Velhos e Aljustrel, o projeto reabilitação de 19 reservatórios e o projeto de Adução Mértola Noroeste 2ª Fase.

Em desenvolvimento encontra-se, a elaboração da Nota Técnica para o Abastecimento de Água para Zona Costeira de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines, o Projeto de Execução de Abastecimento de água ao Sistema de Alvito, Sistema de Minutos e Bica Fria e Sistemas de Alcácer do Sal, Grândola, Odemira e Santiago do Cacém, a Nota Técnica para a conceção/construção da nova ETA de S. Teotónio, o projeto de Reforço de Adução a Melides, e o Projeto do Edifício de Exploração a Montemor-o-Novo e está em contratação o Projeto de Reforço de Adução a Santiago do Cacém (Escatelares) e o Estudo e Projeto no Âmbito do Regulamento de Segurança de Barragens (RSB) da Barragem do Enxoé e da Barragem de Monte Clérigo.

Também durante o ano de 2022 foram promovidos concursos para empreitadas no valor total de 5,05 milhões de euros:

- Empreitada de Conceção construção da Reabilitação da ETA do Alvito;
- Empreitada de Remodelação do Sistema de Captação de Água de Vale Melão;
- Empreitada de Reforço de Fiabilidade de Adução a Beja.

Ainda durante 2022 foram dadas como concluídas e entraram em pleno funcionamento um conjunto importante de infraestruturas:

- Adução ao Eixo Almodôvar/Mértola Sudoeste – Eixos Secundários;



- Adução a Alvalade;



- Adução a Ermidas Sado e Fornalhas Velhas (total);



- Adução a Vila Nova de Milfontes e Castelão (parcialmente).



Complementarmente ao conjunto de empreitadas em curso, encontram-se concluídas e em operação várias intervenções num conjunto de 7 sistemas.

7 SISTEMAS – 75,8 MILHÕES DE EUROS DE EMPREITADAS EFETUADAS

- Sistema do Alentejo Litoral – 2 ETA, 6 EE, 13 reservatórios, 53,6 km de condutas, 8 captações, 6,1 Meuros
- Sistema do Alvito – 2 EE, 9 reservatórios, 43 km de condutas, 4,3 Meuros
- Sistema da Bica-Fria / Minutos – 1 EE, 1 reservatórios, 19 captações, 1,1 Meuros
- Sistema do Guadiana Sul – 1 ETA, 2 EE, 9 reservatórios, 47,3 km de condutas, 13,4 Meuros
- Sistema do Monte da Rocha – 3 ETA, 13 EE, 24 reservatórios, 114 km de condutas, 19,2 Meuros
- Sistema do Roxo/Magra – 2 ETA, 2 EE, 12 reservatórios, 142,37 km de condutas, 1 captação, 24,77 Meuros
- Sistema de Santa Clara – 2 ETA, 4 EE, 6 reservatórios, 34,0 km de condutas, 7,00 Meuros)

Investimento em Saneamento de Águas Residuais

O investimento acumulado realizado em sistemas de saneamento de águas residuais totalizou 55 milhões de euros, tendo a realização no ano de 2022 ascendido a 1,052 milhões de euros, associado à execução de um conjunto importante empreitadas abrangendo 3 concelhos, em grande medida apoiadas no âmbito do POSEUR.

3 CONCELHOS – 5,5 MILHÕES DE EUROS DE EMPREITADAS EM CURSO EM 2022

- SAR da Comporta – ETAR da Comporta, 1,9 Meuros
- SAR de Rosário - Empreitada do Sistema de Transporte e Tratamento de Águas Residuais do Rosário, 0,8 Meuros
- SAR de Cuba – ETAR de Cuba 2,8 Meuros

Em paralelo e dando continuidade ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, foram elaboradas as Notas Técnicas, para a ETAR de Ermidas do Sado, ETAR do Ciborro e a continuação da elaboração da Nota Técnica para a ETAR de Santiago do Escoural, o projeto do SI do Escoural, o Estudo e Projeto para Reabilitação do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Mimosa, concelho de Santiago do Cacém, projeto do Sistema de Transporte de Águas Residuais Rejeitadas Tratadas da ETAR de Ermidas do Sado, os estudos e projetos para reabilitação dos sistemas de transporte e tratamento de águas residuais de Aljustrel, Arraiolos, Barrancos, Beja e Castro Verde.

Foi adjudicado o concurso para estudos e projetos para reabilitação de infraestruturas existentes nos concelhos Alcácer do Sal, Almodôvar, Cuba, Odemira, Ourique, Viana do Alentejo, Vidigueira e Vendas Novas.

Durante o ano de 2022 foram lançados procedimentos de concurso limitado com prévia qualificação para estudos e projetos de sistemas de transporte e tratamento de águas residuais (Grupo 2) para os concelhos Alcácer do Sal, Aljustrel, Almodôvar, Beja, Grândola, Mértola, Moura, Odemira, Ourique, Santiago do Cacém, Serpa e Vendas Novas.

Também durante o ano de 2022 foram promovidos concursos para empreitadas no valor total de 5,42 milhões de euros:

- **Conceção/Construção da ETAR de Ermidas do Sado**
- **Sistema de Transporte de Águas Residuais Rejeitadas de Ermidas do Sado**
- **Conceção/Construção da ETAR do Ciborro**

Ainda durante 2022 foi concluída e entraram em funcionamento as infraestruturas do SAR do Rosário, no concelho de Almodôvar.



Complementarmente ao conjunto de empreitadas em curso, encontram-se concluídas e em operação as intervenções num conjunto de 17 concelhos.

17 CONCELHOS – 42,4 MILHÕES DE EUROS DE EMPREITADAS CONCLUÍDAS

- Alcácer do Sal – 2 ETAR, 4 EE, 8,5 kms de condutas, 6,7 Meuros
- Aljustrel -2 ETAR, 1 EE, 2,2 kms de condutas, 1,8 Meuros
- Almodôvar - 2 ETAR, 1 EE, 2,4 Meuros
- Alvito - 2 ETAR, 0,4 Meuros
- Beja -2 ETAR, 1 EE, 5,6 kms de condutas, 5,2 Meuros
- Castro Verde - 1 ETAR, 1,7 Meuros
- Grândola - 3 ETAR, 1 EE, 3,5 kms de condutas, 4,2 Meuros
- Mértola - 1 ETAR, 1 EE, 0,6 kms de condutas, 1,5 Meuros
- Montemor – o -Novo - 2 ETAR, 3 EE, 5,3 kms de condutas, 5,0 Meuros
- Moura - 2 ETAR, 0,5 Meuros
- Odemira - 2 ETAR, 2 EE, 1,5 kms de condutas, 2,6 Meuros
- Ourique - 1 ETAR, 1,3 Meuros
- Santiago do Cacém - 2 ETAR, 0,5 kms de condutas, 1,2 Meuros
- Serpa - 2 ETAR, 1 EE, 1,8 kms de condutas, 2,7 Meuros
- Vendas Novas - 2 ETAR, 1 EE, 0,6 kms de condutas, 2,4 Meuros
- Viana do Alentejo 2 ETAR, 2,3 kms de condutas, 0,8 Meuros
- Vidigueira - 2 ETAR, 1,6 Meuros

Constituição de Servidões e Expropriações

O ano de 2022 representou um período de menor volume de tarefas complementares à disponibilização de parcelas de terrenos para execução de empreitadas, naturalmente por consequência da conclusão das mesmas e do final do ciclo de investimento do Portugal 2020.

Relativamente a novos projetos, destacamos alguns que exigiram recursos e diligências mais significativas, como são a conduta de Ligação Roxo – Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, ETAR de Santiago do Escoural, o novo emissário de descarga da ETAR de Ermidas, a nova ETA de São Teotónio, reforço da qualidade da água de Campo Redondo (Odemira), São Domingos (Santiago do Cacem) e Santa Susana (Alcácer do Sal), entre outros, nomeadamente a conclusão de processos de registo.

Todas as diligências resultaram no contacto com cerca de 250 proprietários, com o objetivo de assegurar a disponibilização das parcelas necessárias à conclusão do plano preconizado.

Com a publicação da DUP - Declaração de Utilidade Pública da empreitada de adução a Milfontes e Castelão o ciclo de investimento POSEUR ficou totalmente concluído do ponto de vista das expropriações, tendo este procedimento exigido particular empenho e acompanhamento.

O resultado dos contactos e negociações realizados traduziu-se na concretização de 43 acordos, que resultaram em 32 acordos de servidão, 7 escrituras de servidão e 4 escrituras de expropriação, envolvendo um valor total de indemnização de 145 mil euros.

Paralelamente e visando a otimização dos atos de gestão patrimonial, durante 2022 foi dada continuidade à obtenção da isenção de pagamento de Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) dos cerca de 107 prédios, com um valor patrimonial de 10.230.589,69 euros propriedade da empresa, tendo sido obtidas mais 12 isenções, atingindo no final do ano um conjunto de 97 prédios, encontrando-se os restantes 8 processos em análise na Autoridade Tributária.

Por forma a darmos resposta aos novos projetos e empreitadas foi tramitado e adjudicado um procedimento concursal para execução de serviços na área das expropriações, o qual se consubstanciou na contratação da empresa Luso-Roux Avaliações, Lda., por um período de 3 anos, num montante de € 299.750,00.

Financiamento Comunitário

O financiamento comunitário constitui um pilar central para a concretização das intervenções estratégicas em curso no nosso território, atentas as características destes serviços e os desafios ambientais que vem ampliar de forma significativa as exigências de um território de baixa densidade, onde a intensidade da escassez já se faz sentir com especial acuidade.

FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO

Programa (M€)	AA	AR	Total
POVT	23,6	16,9	40,5
POSEUR	57,8	15,1	72,9
COMPETE 2020 / REACT-EU	0,0	2,0	2,0
Total	81,4	34,0	115,4

É pois, partindo da importância dos financiamentos comunitários para a sustentabilidade, mas também da competitividade do território, que a partir da atualização do plano inicial de investimentos em infraestruturas, desenvolvemos ainda uma reflexão

interna destinada a suportar o desafio de capitalizar para o território as oportunidades proporcionadas pelo Instrumento de Recuperação e Resiliência (IRR), pelas Bases do Plano Regional de Eficiência Hídrica do Alentejo e por um quadro comunitário de apoio mais alargado (2030), para melhor respondermos aos desafios da resiliência e segurança hídrica, mas também das oportunidades proporcionadas por uma agenda verde e digital.

3.4.7. Manutenção

Em 2022 a gestão da manutenção das infraestruturas do SPPIAALENTEJO manteve o caminho de estruturação da função, mantendo as dificuldades de contratação de pessoal especializado e de consolidar as equipas. Foram efetuadas algumas alterações ao nível da metodologia de recrutamento e divulgação através de mais meios de comunicação, e alargando a área geográfica de recrutamento, sendo que ainda não foi possível no ano de 2022 completar e estabilizar as equipas. Os sistemas de abastecimento e saneamento mantiveram a estratégia de gestão da manutenção interna, combinada com recurso a prestadores de serviços por especialidades.

A dispersão territorial do SPPIAALENTEJO e a necessária proximidade que caracteriza as intervenções de manutenção sugeriram a adoção de um modelo de organização, baseado num núcleo central focado nas especialidades técnicas de suporte às equipas de terreno desconcentradas, que por sua vez atuam de forma próxima e em tempo real nas instalações e equipamentos, de onde advém elevado valor acrescentado no que se refere à qualidade e capacidade de resposta, bem como à necessária capacidade de formação técnica *on job* que acaba por combater as dificuldades do mercado.

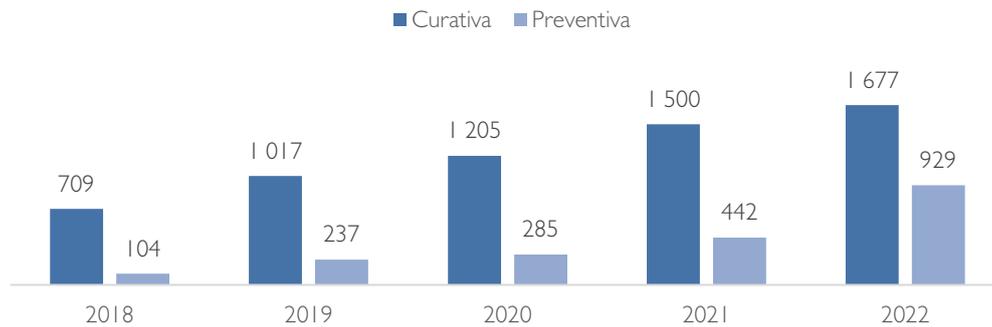
No ano de 2022 foi desenvolvido, aprovado e implementado o 1.º Plano de Manutenção Preventiva para um conjunto de infraestruturas e equipamentos considerados críticos para a empresa, o qual foi executado por equipas internas e prestadores de serviços especializados. Com a implementação do plano pretende-se que as ações corretivas sejam mais reduzidas e a longevidade dos equipamentos seja maior.

Comparando o histórico do número de intervenções preventivas nos últimos anos, verificamos que existe uma evolução muito positiva. No ano 2022 verificou-se um maior rigor de execução, de registo e tratamento de dados. O ano de 2022 com a utilização da matriz de criticidade como base para implementação do plano de manutenção preventiva, permitiu um incremento relativamente ao histórico.

No gráfico abaixo é bem visível a evolução em global documentado, mas também o expressivo evoluir da função manutenção que evoluiu de 442 registos em 2021 para 926 intervenções preventivas registadas em 2022, que representa um incremento de 109%. Ainda assim é inequívoco que existe muito a fazer para dinamizar a cultura de manutenção preventiva, no sentido da evolução não só nessa vertente de manutenção, mas ao nível de gestão de *KPIs* focados na melhoria contínua, das equipas, das rotinas e dos resultados.

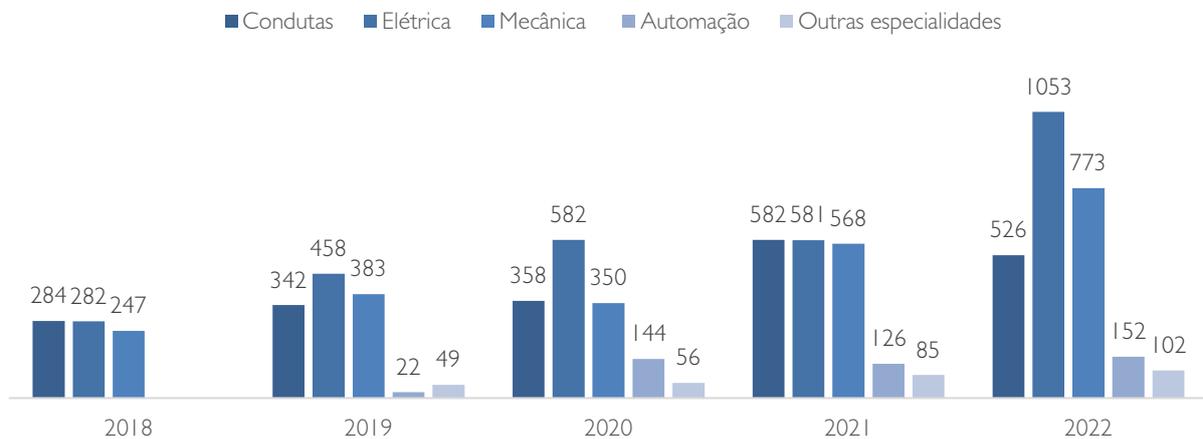
Relativamente a intervenções de manutenção curativa, o crescimento em 2022 está diretamente relacionado com a internalização de função de manutenção no saneamento, aumentando significativamente o parque de equipamentos a manter e a também associado à recuperação de algum passivo existente do prestador de serviços externo.

Intervenções realizadas por tipologia



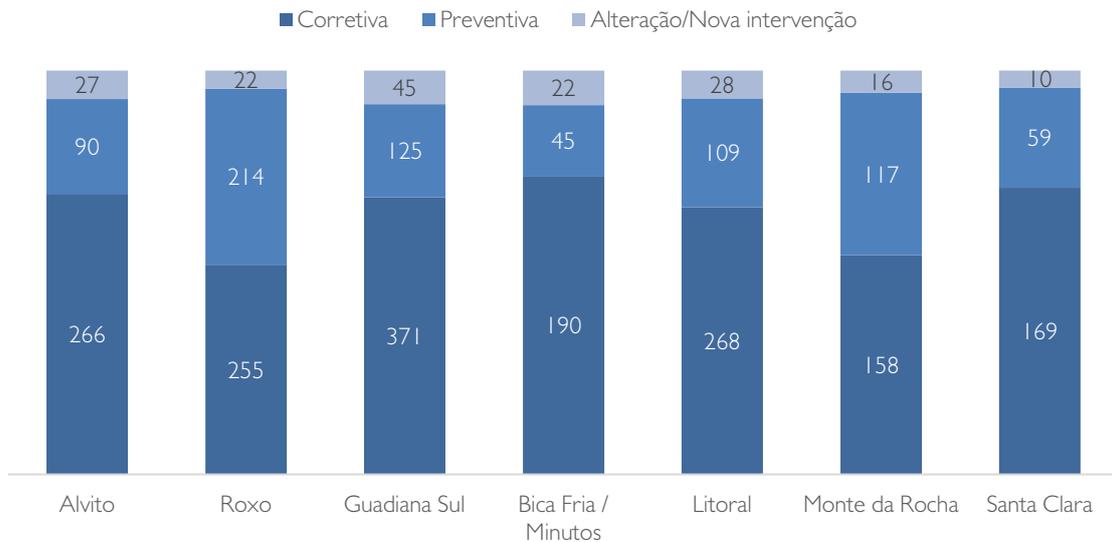
Alinhado com o acima exposto, verifica-se também uma evolução positiva do número de intervenções por especialidade.

Intervenções por Especialidade

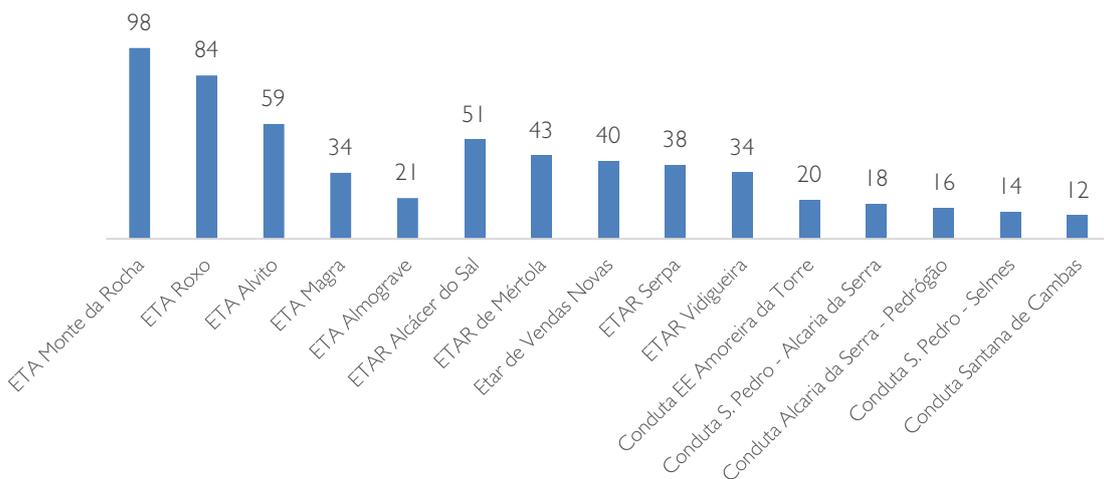


É interessante também fazer uma análise ao nível das áreas de gestão, onde é clara a disparidade que resulta da diferença de tecnologias existentes, o nível de investimento, bem como meios humanos disponíveis para intervenção. Estes dados revelam, se analisados ao nível da infraestrutura, quais as instalações que são mais significativas ao nível da intervenção da manutenção. O que após análise poderá revelar a necessidade de investimento, ou até sustentar a necessidade de investimento já preconizado.

Tipologia de intervenções por Área de Gestão



Instalações com maior registo de intervenções em 2022



3.4.8. Energia

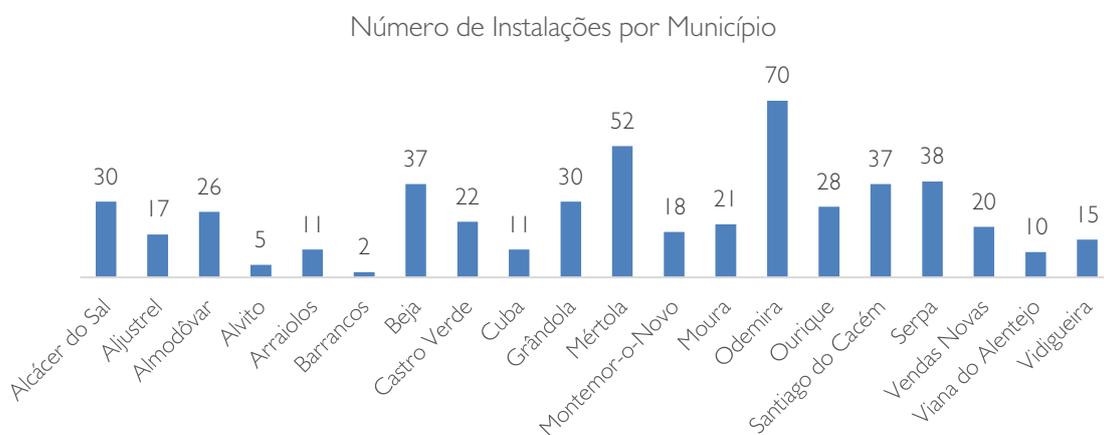
Tendo em vista acompanhar a agenda de otimização da exploração e de descarbonização da economia, e fortemente alavancada pela ampliação dos compromissos públicos do Grupo AdP neste domínio, no ano de 2022 demos continuidade a um conjunto de iniciativas destinadas a aumentar a eficiência e a produção de energia, onde se incluiu em outubro a auditoria de acompanhamento do Sistema de Gestão de Energia (NP EN ISO 50001:2019), assim como a execução do contrato de prestação de serviços de apoio técnico especializado na área energética à AdP Energias.

Foi também elaborado o procedimento para aquisição de serviços para auditorias energéticas, o que permitirá avaliar as instalações mais consumidoras de energia e proceder à elaboração de planos de ações com os objetivos anteriormente descritos.

Durante este ano desenvolveram-se estudos com o objetivo de aumentar a produção de energia com recurso a fontes renováveis de energia, nomeadamente fotovoltaica, prosseguindo o objetivo de descarbonização definido pelo grupo AdP e de combater o significativo aumento do custo da energia.

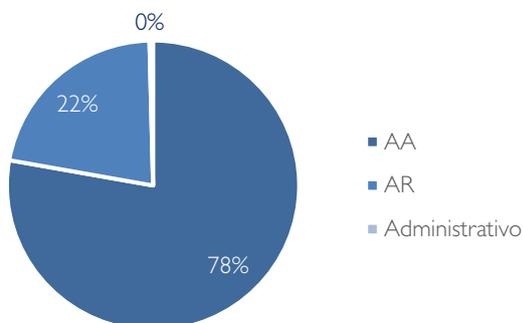
Assim e para além do aumento da aposta neste domínio e enquanto continuam as diligências destinadas a tirar partido das oportunidades das comunidades de energia a nível regional, designadamente através da integração de outras infraestruturas, como do aprofundamento da parceria com os parceiros municipais e do alargamento da colaboração com outras entidades relevantes, para o que também foram promovidos contatos exploratórios.

O nosso ponto de partida é uma muito extensa e dispersa carteira de 500 instalações utilizadoras de energia da rede de distribuição.

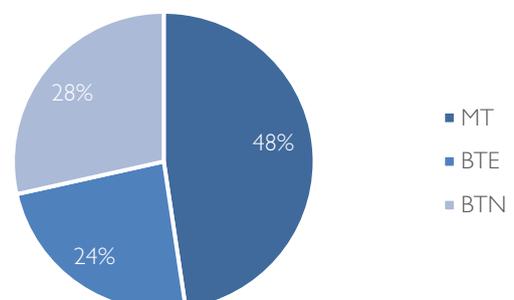


A representatividade dos encargos com energia elétrica por nível de tensão apresenta uma prevalência da média tensão, com base na média dos valores de 2020, 2021 e 2022, e uma muito expressiva origem nas instalações associadas aos sistemas de abastecimento de água.

N.º de Instalações por Nível de Tensão

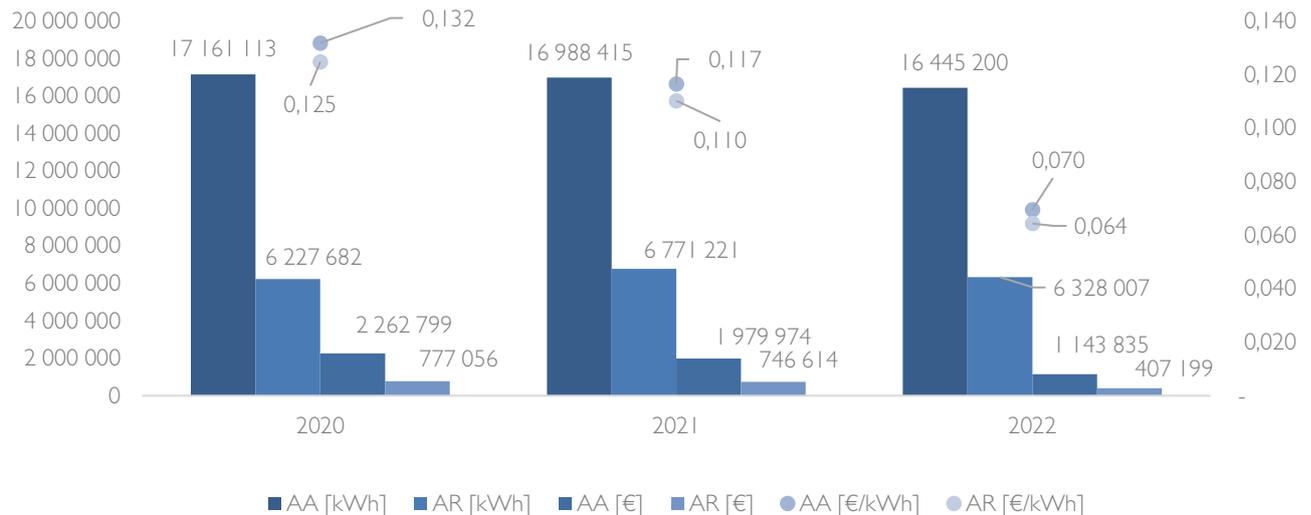


Representatividade dos Custos por Nível de Tensão



Em 2022 a fatura com energia elétrica ascendeu a 1,753 milhões de euros (inferior a 2021, fruto do contrato de fornecimento de energia conseguido pelo grupo AdP e da descida das TAR), ou seja 9% do volume de negócios e 12,75% das despesas operacionais, tornando evidente a sua importância em especial dos encargos controláveis, motivo pelo qual tem merecido uma particular atenção em todo o Grupo Águas de Portugal, particularmente para 2023 e anos seguintes na sequência das perspetivas de evolução do preço de energia.

Consumo Energético, Custo e Custo Específico por Atividade

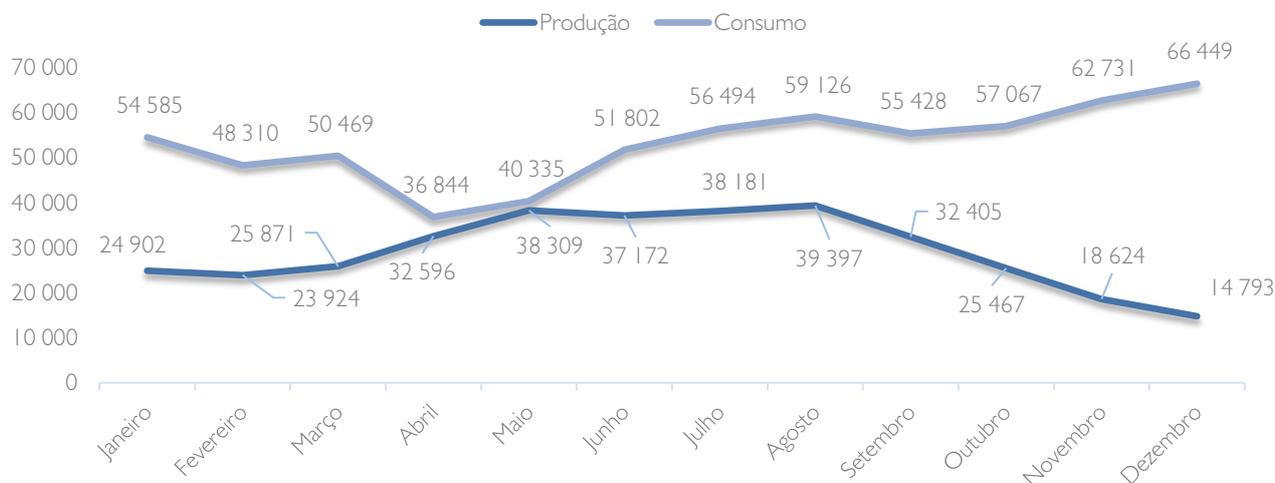


A estratégia adotada parte de uma negociação conjunta e inclui um leque vasto de iniciativas que têm permitido conter a sua expansão por via do aumento de atividade, para o que tem contribuído em especial a manutenção do Sistema de Gestão de Energia de acordo com o referencial NP EN ISO 50001:2019, e relativamente ao qual realizaram-se as auditorias de acompanhamento em dezembro para as instalações da ETA de Alvito, ETA do Monte da Rocha e estação elevatória da Pia Quebrada.

Uma outra vertente da estratégia assenta na promoção da produção de energia, desde já para autoconsumo.

No ano de 2022 manteve-se em exploração a unidade de produção para autoconsumo (UPAC) fotovoltaica da ETA da Magra, com uma potência de 300kW, tendo a produção sido de aproximadamente 351.641kWh que assegurou cerca de 35% do consumo total de energia elétrica de toda a instalação, traduzindo-se em num aumento de 4% em relação a 2021.

ETA da Magra - Produção e Consumo Energia da Rede em 2022 (kWh)



Durante o ano de 2022, estiveram em execução as empreitadas de conceção/construção da Ampliação e adaptação da ETA do Enxoé e conceção/construção da ETAR de Cuba, que contemplam a execução de unidades de produção fotovoltaico para Autoconsumo de 300 kW e 75kW.

Conhecedores do enorme potencial de progressão no nosso setor da água, encontra-se em desenvolvimento o planeamento de medidas e ações tendentes a atingir a neutralidade energética, através designadamente de medidas e ações de eficiência energética, aumento da produção através de fontes renováveis de energia e digitalização, com efeito dinamizador para o atingimento das metas de mitigação das mudanças climáticas e redução de emissões de gases com efeito de estufa, que igualmente se refletirá na redução dos encargos de energia associados.

3.4.9. Tecnologias de Informação e Comunicação

Numa altura é que se torna evidente a importância da digitalização também como instrumento para assegurar maior resiliência para além de sustentabilidade, conforme tem sido evidenciado nos tempos exigentes que vivemos, partimos da consolidação da nossa arquitetura de aplicativos para desencadear um conjunto de iniciativas, designadamente:

- A atualização da infraestrutura e renovação do parque de portáteis, aspetos que se revelaram bastante mitigadores do impacto no contexto pandémico;
- A atualização da infraestrutura e reforço das comunicações, como a renovação e alargamento do parque de equipamentos de comunicação móveis para todos os trabalhadores;
- Substituição e realocação da infraestrutura de servidores e rede, com a renovação dos servidores e implementação de em uma arquitetura Failover Hyper-v Cluster;
- A implementação de um sistema de monitorização de rede *Zabbix* que permite analisar em tempo real a disponibilidade dos equipamentos, serviços e rede existentes;
- Migração do domínio *agda.local* para *adp.pt*;

- Revisão e aplicação dos normativos de boas práticas da AdP, tais como Normativo Boas Práticas Active Directory, de Solução Correio Eletrónico do Grupo AdP e Delegação Active Directory AdP.PT;
- Implementação do ADAudit Plus, um software web de auditoria às alterações na Active Directory que recolhe logs de auditoria em tempo real, gera relatórios e auditorias às alterações na Active Directory;
- Reforço de comunicações de rede, com a atualização das bandas largas e adição de redundâncias dos serviços MPLS.
- Implementação da plataforma NAVIA (piloto) para suporte ao processo de operação, acompanhando a aposta no robustecimento deste importante processo de suporte;
- O reforço dos sistemas de suporte à operação, desde o incentivo acrescido à dinamização da aposta em domínios como monitorização, automação, supervisão e telegestão, mas também segurança, em todos os sistemas explorados e geridos;
- A implementação do módulo de *Plant Maintenance* (PM) do ERP SAP para suporte ao processo de manutenção, acompanhando a aposta no robustecimento deste importante processo de suporte;
- Modernização, fiabilidade e resiliência dos ativos críticos dos Sistemas e Tecnologias de informação;
- Modernização e preparação da infraestrutura tecnológica, dotar estes de redundância por forma a garantir a continuidade do negócio perante falhas de menor a maior impacto causadas por agentes internos e externos;
- Formalização de políticas e procedimentos nos Sistemas e Tecnologias de Informação;
- Capacitar a empresa para responder às necessidades, de curto/médio prazo, de Segurança da Informação e Cibersegurança;
- Implementação das medidas resultantes da legislação relativa ao regime Jurídico de Segurança do Ciberespaço (Lei n.º 46/2018, de 13 de agosto, e Decreto-Lei n.º 65/2021, de 30 de julho);
- Promover a consciencialização interna em matérias de Cibersegurança;
- Contribuir para o Comité de Sistemas de Informação e Cibersegurança (CSIC) do Grupo AdP;
- Criação de Sistema de Gestão de Segurança de Informação tendo como referencial a norma ISO27001.

Em paralelo foi dada continuidade a iniciativas destinadas a potenciar a exploração e melhor integração do conjunto de ferramentas implementadas em paralelo com uma particular atenção aos respetivos processos de negócio e sem negligenciar a importância de evoluirmos no modelo de governação, de modo a garantir a seu carácter transversal e integrado, alinhado com os processos de negócio.

3.4.10. Sustentabilidade Empresarial

Sistema de Responsabilidade Empresarial

Em 2022 foi dada continuidade à manutenção dos processos de certificação, cujos normativos se têm vindo a implementar de forma faseada desde 2014, merecendo especial referência a realização das auditorias de acompanhamento por entidade externa ao nosso Sistema de Gestão Integrado em Qualidade, Ambiente, Segurança e Energia.

Com estas certificações pretendemos atestar, junto das partes interessadas, que cumprimos todos os requisitos das normas de referência, bem como reforçar a implementação da sua política e objetivos em matéria de sustentabilidade e que passam resumidamente por:

- **melhorar o desempenho de sustentabilidade da empresa;**
- **prevenir a ocorrência de acidentes de trabalho;**
- **prevenir a ocorrência de impactes ambientais;**
- **garantir o cumprimento de requisitos legais, contratuais e regulamentares a que a empresa está vinculada.**

A AgdA preocupa-se também em antecipar, avaliar e promover de forma contínua a satisfação das necessidades e expectativas dos clientes, trabalhadores e restantes partes interessadas com vista à melhoria dos serviços prestados, tendo efetuado a consulta às partes interessadas através do questionário disponível no sítio de internet da empresa.

Responsabilidade Social

Cientes da nossa responsabilidade para com as comunidades e o território, mas também da importância para o desenvolvimento e consolidação da nossa organização e dos nossos trabalhadores, incluindo o seu bem-estar, procurámos em 2022 dar continuidade aos esforços da nossa aposta neste domínio.

Neste sentido, numa perspetiva de continuidade dos nossos compromissos no domínio da política de igualdade entre homens e mulheres, assumidos de modo mais vincado em 2021 com a constituição de um Comité para a Igualdade, encontra-se em fase de implementação a sua evolução para um Comité de Sustentabilidade, no sentido do alargamento do seu âmbito e maior envolvimento de trabalhadores, assim como de ir ao encontro dos referenciais de boas práticas.

Os tempos desafiantes de pandemia pela COVID-19 continuam ainda a constituir momentos de oportunidade, em linha com a nossa agenda de desenvolvimento organizacional e com os nossos compromissos de promoção da conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, foi mantido durante todo o ano um modelo de teletrabalho em regime híbrido (presencial e remoto), iniciado em 11 de outubro de 2021, com um dia fixo por semana.

Para ir de encontro às orientações definidas pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 82/2022, de 27 de setembro de 2022, que aprovou o Plano de Poupança de Energia, este modelo foi alargado tendo passado a um regime de 2 dias de teletrabalho por semana, às segundas e sextas-feiras, no período compreendido entre 21 de outubro de 2022 e 31 de março de 2023.

Demos continuidade à iniciativa “Cabaz Nascimento” lançada em 2016, através da oferta de 9 cabazes nascimento com produtos para os bebés nascidos ao longo do ano e de um cheque oferta no valor total de cabaz de 150 euros cada.

Também integrada na estratégia de Responsabilidade Social do grupo Águas de Portugal teve seguimento a atribuição de bolsas de estudo aos filhos dos colaboradores, sejam eles estudantes do ensino superior ou alunos com necessidades especiais, financiada através das receitas provenientes do envio de cartões de Natal eletrónicos das várias empresas do Grupo.

Procurando capitalizar a abertura proporcionada pela evolução da pandemia, foi possível retomar algumas iniciativas com o intuito de reforçar os laços entre colegas, tendo-se também assinalado o aniversário da empresa com a realização de uma iniciativa de *team building* acompanhada com outros momentos sociais. Atento o contexto que atravessamos foi mantida a opção de melhorar os habituais cabazes à realização do tradicional jantar de Natal para todos os trabalhadores, que pelo terceiro ano foram preparados com produtos oriundos dos vários territórios onde o Grupo atua entregues juntamente com lembranças às crianças até aos 12 anos de idade.

Foram partilhados cabazes de Natal com 5 instituições dos territórios onde atuamos, em reconhecimento pelo importante papel social que cada uma desempenha, constituindo também momentos de oportunidade de estreitar os laços com as comunidades, a saber:

- CO Sul: Associação de Paralisia Cerebral de Odemira;
- CO Este: Lar Nossa Senhora da Conceição;
- CO Noroeste: Cercigrândola;
- CO Centro: Associação Sementes de Vida e Buganvília.



Segurança e Saúde no Trabalho

A segurança e saúde dos trabalhadores é um valor fundamental da empresa, tendo sido desenvolvidas atividades com o objetivo de fomentar a cultura de segurança e melhorar continuamente as condições de segurança, mitigando os riscos em instalações e atividades. Para além das atividades regulares desenvolvidas, mantivemos o esforço acrescido de meios e outras diligências decorrentes do contexto de pandemia pela COVID 19, visando a proteção dos nossos trabalhadores e familiares, garantindo a prestação dos serviços essenciais.

↳ COVID-19

Conscientes do impacto social da crise pandémica, da nova realidade pós pandemia, incluindo a implementação do teletrabalho e de todos os impactos que podem ter na saúde física e mental dos trabalhadores, o Grupo AdP continuou a disponibilizar uma linha de apoio psicológico.



Em complemento às consultas periódicas e ocasionais da Medicina no Trabalho, continuou também disponível um serviço de teleconsulta quinzenal, mediante prévia marcação.

No âmbito do acompanhamento do processo de certificação do Sistema de Gestão Integrado em Qualidade, Ambiente e Segurança, foi efetuada a auditoria de acompanhamento, no mês de junho, à vertente de Segurança e Saúde do Trabalho, de acordo com a norma ISO 45001:2018, momento particular de verificação do nosso compromisso de cumprimento com todos os requisitos legais, promover e contribuir para a melhoria das condições de saúde e segurança no trabalho, prevenção da ocorrência de acidentes de trabalho e doenças profissionais.

Através da participação no Comité especializado de Sustentabilidade e Responsabilidade Social do grupo AdP, colaborámos na elaboração do Compromisso de Sustentabilidade 2022-2025 e da Cultura de Segurança a implementar em todas as empresas do Grupo.

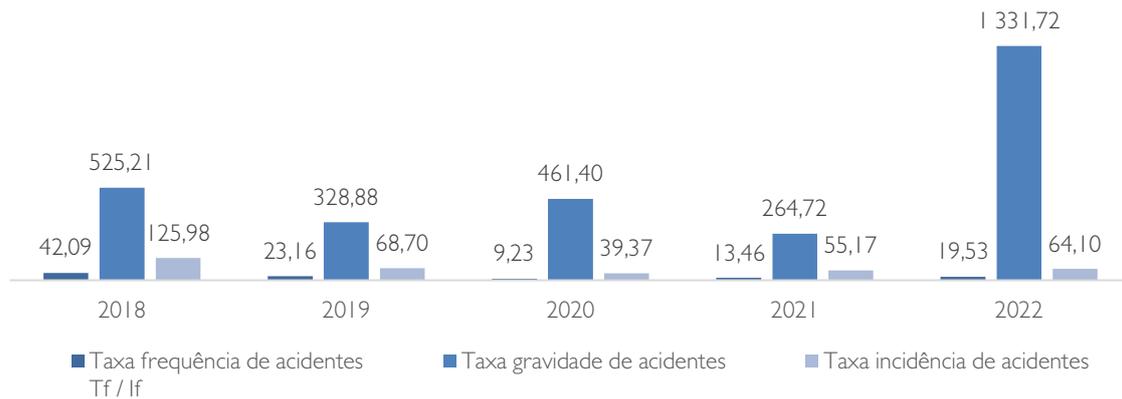
No sentido de reforçar a cultura de segurança, releva-se a definição de um conjunto de diretrizes pelo referido Comité, abrangendo desde a gestão de topo aos técnicos operativos, em torno do compromisso com as questões de segurança e saúde no trabalho, visando acentuar a necessidade de evoluirmos da reação a incidentes a uma procura ativa de prevenção, a verdadeira medida da força e da eficácia da gestão de segurança da organização.

↳ Acidentes de Trabalho

Num total de 10 acidentes de trabalho ocorridos em 2022, registaram-se 5 acidentes com incapacidade temporária absoluta,

o que fez com que a taxa de frequência dos acidentes aumentasse de 13,46% em 2021 para 19,53% em 2022 mantendo-se ainda no parâmetro Muito Bom tendo por base os valores guia da OMS – Organização Mundial de Saúde. A taxa de gravidade que representa a relação entre os dias perdidos e o número de horas trabalhadas sofreu um aumento considerável comparativamente com o ano de 2021, devido ao aumento de dias perdidos por acidentes de trabalho em 2022. Este facto é explicado em especial com um trabalhador que se acidentou no final do ano de 2021 e se manteve ausente durante todo o ano de 2022.

Índices de Sinistralidade



Estas circunstâncias traduzem-se no apuramento de índices de frequência e gravidade da OMS/OIT com classificação de Muito Bom e Médio respetivamente.

INDICADORES DE SEGURANÇA

	2020	2021	2022
Total de Acidentes de Trabalho	5	8	10
Acidentes de trabalho com baixa	2	3	5
Dias de ausência	100	59	341
Índice de Gravidade ⁽¹⁾	461,40	264,72	1331,72
Índice de Frequência ⁽²⁾	9,23	13,46	19,53
Índice de Incidência ⁽³⁾	39,37	55,17	64,10
Avaliação do Índice de Frequência ⁽⁴⁾	Muito Bom	Muito Bom	Muito Bom
Avaliação do Índice de Gravidade ⁽⁴⁾	Muito Bom	Muito Bom	Médio

⁽¹⁾ Ig = (Nº de dias perdidos/Nº horas efetivamente trabalhadas) x 1.000.000

⁽²⁾ If = (Nº de acidentes de trab. com baixa /Nº horas efetivamente trabalhadas) x 1.000.000

⁽³⁾ Ii = (Nº de acidentes de trab. /Nº de trabalhadores) x 1.000

⁽⁴⁾ Ig = Tg/ 1.000 | Avaliação realizada de acordo com a OMS/OIT

3.4.11. Comunicação e Educação Ambiental

A comunicação é essencial para potenciar a interação com as partes interessadas, em especial com a comunidade e com os trabalhadores. É a base para o desenvolvimento alinhado desde rotinas a iniciativas ou intervenções mais abrangentes, com foco na nossa estratégia, elevando o nosso desempenho, crescimento e inovação. Transmitir o que somos, fazemos, pretendemos e o que queremos oferecer é essencial para que continuemos a dignificar os nossos objetivos e a manter-nos unidos pela água, pelo bem-estar e pelo futuro.

Em 2022, conseguimos reforçar este pilar, provando que a preocupação pela interatividade com a comunidade e com os trabalhadores nos permite evoluir enquanto organização. Reforçámos a Comunicação ao estar presentes nos concelhos onde atuamos, ao apostarmos no mundo digital, ao fortalecermos os nossos contactos com os Municípios e os Órgãos de Comunicação Social, ao desenvolvermos iniciativas com parceiros e ao apostarmos na Comunicação Interna. No decorrer de 2022, o contexto pandémico atenuou-se e foi possível um regresso, ainda que gradual e em segurança, à normalidade. A possibilidade de estarmos novamente próximos da comunidade, permitiu ainda que a Educação Ambiental pudesse ser retomada, advertindo à sensibilização junto das mais variadas pessoas.

Voltou a ser seguro retomar a realização de um conjunto de eventos regionais de relevante impacto, onde procurámos assinalar em particular os 13 anos de atividade, um conjunto de marcos da nossa intervenção e voltar a marcar presença em feiras, eixo muito valorizado no nosso território.

Destacamos ainda o arranque do Programa AGITAR, o programa de ação participado para agitar mentalidades e promover a gestão eficiente da água, que levou a educação ambiental a um outro nível. Cientes que os desafios globais de gestão integrada da água exigem parcerias alargadas, o AGITAR é um projeto de mobilização coletiva para, com o envolvimento ativo das comunidades locais, reforçar a resiliência do território face aos cenários de aumento da escassez da água. Para tal, a iniciativa conta com as colaborações da Agência Portuguesa do Ambiente, Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública no Alentejo, ADENE – Agência para a Energia, Empresa Portuguesa das Águas Livres, Empresa Municipal de Água e Saneamento (EMAS) de Beja e IES - Instituto de Empreendedorismo Social.

O AGITAR envolveu, em 2022, quatro sessões de capacitação técnica AQUA+, em conjunto com a ADENE, na promoção da gestão eficiente da água, formando para melhores práticas de eficiência hídrica e nexus água-energia, nas fases de projeto, nova construção e reabilitação de edifícios de todas as tipologias, tendo por base o referencial metodológico AQUA+. Além disso, ainda em 2022, realizámos um *bootcamp* em conjunto com o IES no qual líderes de opinião de 7 aglomerados juntaram-se em sessões de trabalho. O Impact Bootcamp combinou momentos de exposição teórica e aplicação prática, e desdobrou-se em 10 sessões participativas sequenciais. As 10 sessões propostas aos grupos de trabalho centraram-se na problemática da escassez de água, fazendo com que os participantes pensassem em soluções técnicas e criativas para combater estes desafios, definindo o seu modelo de negócio e o plano de implementação. Em 2023, finalizaremos o programa AGITAR, desenvolvendo campanhas de monitorização da eficiência nas redes em conjunto com a EPAL e a EMAS de Beja e um relatório com as conclusões retiradas de cada momento, divulgando posteriormente estes resultados, os quais se revelarão úteis para preparar as comunidades para melhor responderem à escassez da água.

A nível de comunicação, os eventos que mereceram maior destaque foram:

JANEIRO 2022

Conclusão de três empreitadas que permitem a ligação de mais 29 aglomerados dos concelhos de Almodôvar, Castro Verde e Mértola aos sistemas de abastecimento de água de Monte da Rocha e Guadiana Sul, solucionando constrangimentos históricos de disponibilidade e qualidade de água e melhorando o abastecimento de água às populações nesta zona do território.

MARÇO 2022

Adesão à rede de organizações Global Compact Network Portugal, iniciativa de sustentabilidade das Nações Unidas que visa a aplicação dos Dez Princípios do UN Global Compact e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. Marcámos o Dia Mundial da Água com mais de 100 alunos do 3.º e 4.º ano e do 10.º ano, dos concelhos de Serpa e de Castro Verde, associando-nos a iniciativas de sensibilização dos respetivos Municípios



FEVEREIRO 2022

Cerimónia pública presidida pela Senhora Secretária de Estado do Ambiente, em Alcanena, para assinar o contrato de financiamento REACT-EU Saneamento para a construção da nova Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de Ermidas-Sado, no concelho de Santiago do Cacém.



ABRIL 2022

O Reservatório de Grândola iluminou-se de azul para assinalar, em abril, o Mês Internacional da Prevenção dos Maus-Tratos na Infância, lembrando que as crianças não devem ser maltratadas.



MAIO 2022

Iniciou a construção da nova Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de Cuba, infraestrutura que irá garantir o adequado tratamento dos efluentes urbanos desta vila e que está dimensionada para tratar as águas residuais de uma população de cerca de 4 829 habitantes-equivalentes.



JULHO 2022

Início da adução aos aglomerados de Góis e S. Miguel do Pinheiro no concelho de Mértola e em Telhada, Dogueno e Santa Cruz no concelho de Almodôvar. Retoma da nossa página de Instagram e criação da página de Facebook, potenciando a nossa presença online, tirando partido destes canais para nos aproximarmos da comunidade e da evolução digital.



JUNHO 2022

Em junho, subscrevemos a “Declaração de Compromisso para Adaptação e Mitigação das Alterações Climáticas nos Serviços de Águas”, proposta pela APDA a nível nacional. No mesmo mês, a VII edição do Beja Cup reuniu mais de mil jovens futebolistas. Numa ação conjunta com a EMAS Beja, distribuímos cantis de água reutilizáveis a todos os atletas, apelando ao consumo de água da torneira, uma opção sustentável, ecológica e de qualidade.



AGOSTO 2022

Entre março e novembro, marcámos presença em 12 Feiras ao longo do território onde atuamos, desde a Feira da Luz em Montemor-o-Novo à Feira de Agosto em Grândola, reforçando assim os laços com as comunidades.



SETEMBRO 2022

Celebrámos 13 anos no dia 25 de setembro de 2022. A pensar no esforço eficiente e eficaz de toda a nossa equipa, comemorámos a data em conjunto no dia 27 de setembro. Os festejos envolveram uma ação de team building que colocou os trabalhadores a construir uma ponte em conjunto, testando o espírito de equipa e confiança entre todos, e um jantar descontraído com momentos de diversão.



NOVEMBRO 2022

Celebrámos o Dia Mundial do Saneamento com uma visita dos alunos do 5.º ano da Escola E.B.2,3/S de Ourique à ETAR de Ourique, na qual as crianças concluíram que no Cano Lixo Não. Também em novembro, a equipa do Projeto agreeMAR visitou a ETAR da Comporta e empresa ENGIDRO celebrou o seu 43º aniversário com visitas à Estação Elevatória e à ETAR da Comporta.



OUTUBRO 2022

As empresas do grupo AdP, inclusive a AgdA, associaram-se à Film Ideia e à SIC Mulher no projeto “Movimento S”, um programa de televisão que estreou no dia 1 de outubro na SIC Mulher, com o mote de ser promotor de bons hábitos de saúde física e mental. O sétimo episódio contou com a nossa participação, onde abordámos a resiliência do território face à escassez de água, dando a conhecer brevemente a AgdA e ainda dicas para o uso eficiente de água. Ainda em outubro, o Dia Nacional da Água foi assinalado, com o início da operação do Sistema de Águas Residuais de Rosário, em Almodôvar.



DEZEMBRO 2022

Celebrámos o protocolo de colaboração recíproca com Instituto Politécnico de Beja e com UNINOVA, visando estreitar a cooperação em vários domínios, designadamente os centrados na temática da água e cibersegurança.

↳ Campanhas Desenvolvidas em 2022:

Somos, há treze anos, pioneiros na gestão de forma integrada em "alta", dos serviços de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais em 20 Municípios ao longo do vasto Alentejo. Continuaremos a dignificar o nosso serviço com o trabalho de excelentes profissionais, mostrando com orgulho o que somos. Tal como, continuaremos a procurar criar um mundo mais resiliente, sustentável e ambientalmente viável, não só através das nossas intervenções, como também através de campanhas de sensibilização que nos permitem consciencializar a população. Com o objetivo de dar continuidade ao trabalho desenvolvido ao longo dos anos, algumas das nossas campanhas prolongam-se no tempo e a nova campanha de 2022 manteve o foco no alerta para o uso eficiente de água face ao panorama de seca que Portugal viveu ao longo do ano. Demos assim, particular importância ao reforço das mensagens em momentos chave por outras iniciativas de comunicação e sensibilização direta.

↳ Tenha uma EcoAtitude

Esta campanha, direcionada aos trabalhadores, continua em vigor, com o propósito de incentivar os mesmos a ter hábitos e práticas sustentáveis. A divulgação desta campanha é feita através de sinaléticas e cartazes expostos em todas as infraestruturas da AgdA, através do fundo dos computadores disponibilizados pela empresa e pela assinatura de e-mail de cada trabalhador.

Sinalética

Colocação de sinalética nos interruptores e nos comandos de AC a sensibilizar os colaboradores para que tenham uma EcoAtitude.



Cartazes

Cartazes com boas práticas a adotar nas Copas e nos WC, nas diversas áreas (água, gestão de resíduos, energia, etc.).



Desktops

Desktops com dicas de eficiência simples, a aplicar em todos os computadores da empresa. Alteração quinzenal.



Além disto, foi reforçada a importância da reciclagem nas instalações da empresa, tendo sido desenvolvido um cartaz para o efeito, colocado junto dos contentores do lixo.



➤ Água com um pingo de consciência

Prolongámos a campanha “Água com um pingo de consciência” através da distribuição de folhetos trípticos da mesma, sobretudo nas feiras, uma vez que esta campanha, impulsionada pela AdP para toda a área geográfica abrangida pelas empresas do Grupo, aborda o valor da água tendo como foco o uso da água virtual. Com o objetivo de divulgar esta campanha foram distribuídos trípticos ilustrativos com a finalidade de mostrar a importância de usar a água com consciência.

Tríptico:



➤ No Cano Lixo Não

Esta campanha mantém-se atual e relevante, sendo por esse motivo que continuamos a distribuição dos dípticos da mesma, dos porta-chaves e dos sacos. Este tema foi abordado em várias situações, como em visitas de estudo às instalações, ações de sensibilização e nas feiras. O objetivo é alertar a população acerca do que não deve ir para o esgoto e as consequências caso vá, destacando os diversos problemas causados pelos efluentes deitados no esgoto.

Díptico e Folheto:



➤ Vamos Fechar a Torneira à Seca

Retomando o mote da campanha de 2017, o Grupo AdP recuperou esta campanha contra a seca sob o mote "Vamos fechar a torneira à seca". O Grupo AdP e a Agência Portuguesa do Ambiente, em parceria com a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos e com o financiamento do Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e da Ação Climática, lançaram em julho uma campanha de comunicação com o objetivo de sensibilizar para a importância de reduzir os consumos e fazer um uso eficiente da água. No contexto de seca que se viveu em Portugal, fechar a torneira foi o desafio lançado a todas as pessoas e entidades para enfrentar a situação de seca. Explorando o conceito de "tempo", a campanha multimeios reforçou que uma torneira aberta durante um minuto pode gastar até 12 litros de água, o suficiente para garantir as necessidades básicas diárias de 1 milhão de portugueses. "Um minuto por dia, vamos fechar a torneira à seca" foi o apelo principal das mensagens de sensibilização que foram veiculadas através de suportes de comunicação em outdoor, imprensa, digital e redes sociais. Na AgdA investimos na partilha da campanha nas redes sociais, na assinatura de e-mail, na distribuição de cartazes e folhetos e na divulgação juntos dos Órgãos de Comunicação Social. Apostámos ainda no apelo aos Municípios para partilha da campanha, tendo colaborado com alguns, como é o caso de Viana do Alentejo, que na sua feira passou o anúncio da campanha na rádio, afixou cartazes e passou a publicidade nos ecrãs.

Tríptico e folheto:

EM SITUAÇÃO DE SECA

REDOBRE OS CUIDADOS COM A POUPEANÇA DE ÁGUA.

1. Não se esqueça de fechar a torneira ao sair do banho e quando se levantar da cama. Não deixe a torneira aberta enquanto se lava os dentes. Não deixe a água a correr enquanto se lava a louça.

2. Não se esqueça de fechar a torneira ao lavar a loiça e a roupa. Não deixe a água a correr enquanto se lava a roupa. Não deixe a água a correr enquanto se lava a roupa.

3. Não se esqueça de fechar a torneira ao lavar a loiça e a roupa. Não deixe a água a correr enquanto se lava a roupa. Não deixe a água a correr enquanto se lava a roupa.

COLABORE, REDUZA O CONSUMO DE ÁGUA

TELEFONOS ÚTIS

Trocar a torneira

Bombas

Cozinha

Reservatório de água

Um minuto por dia, vamos fechar a torneira à seca.

HABITAÇÃO

1. Não se esqueça de fechar a torneira ao sair do banho e quando se levantar da cama. Não deixe a torneira aberta enquanto se lava os dentes. Não deixe a água a correr enquanto se lava a louça.

2. Não se esqueça de fechar a torneira ao lavar a loiça e a roupa. Não deixe a água a correr enquanto se lava a roupa. Não deixe a água a correr enquanto se lava a roupa.

3. Não se esqueça de fechar a torneira ao lavar a loiça e a roupa. Não deixe a água a correr enquanto se lava a roupa. Não deixe a água a correr enquanto se lava a roupa.

REDUZA O CONSUMO DE ÁGUA. POUPE ÁGUA HOJE PARA TER AMANHÃ.

TUBAGENS

1. Não se esqueça de fechar a torneira ao sair do banho e quando se levantar da cama. Não deixe a torneira aberta enquanto se lava os dentes. Não deixe a água a correr enquanto se lava a louça.

2. Não se esqueça de fechar a torneira ao lavar a loiça e a roupa. Não deixe a água a correr enquanto se lava a roupa. Não deixe a água a correr enquanto se lava a roupa.

3. Não se esqueça de fechar a torneira ao lavar a loiça e a roupa. Não deixe a água a correr enquanto se lava a roupa. Não deixe a água a correr enquanto se lava a roupa.

Um minuto por dia, vamos fechar a torneira à seca.

Uma torneira aberta durante 1 minuto poupa 11 litros de água. Segundo a Nórdica, um litro de água é necessário para produzir 1 litro de papel. Segundo a Nórdica, um litro de água é necessário para produzir 1 litro de papel. Segundo a Nórdica, um litro de água é necessário para produzir 1 litro de papel.

Não controlamos o tempo que faz, mas podemos controlar o que fazemos com o tempo.

Um minuto por dia, vamos fechar a torneira à seca.

Pequenas mudanças, grandes poupanças

12 dicas

- 1. Não se esqueça de fechar a torneira ao sair do banho e quando se levantar da cama. Não deixe a torneira aberta enquanto se lava os dentes. Não deixe a água a correr enquanto se lava a louça.
- 2. Não se esqueça de fechar a torneira ao lavar a loiça e a roupa. Não deixe a água a correr enquanto se lava a roupa. Não deixe a água a correr enquanto se lava a roupa.
- 3. Não se esqueça de fechar a torneira ao lavar a loiça e a roupa. Não deixe a água a correr enquanto se lava a roupa. Não deixe a água a correr enquanto se lava a roupa.

Divulgação nas redes sociais:

Divulgação dos Municípios:



Redes Sociais



Spot Publicitário Feira D' Aires, em Viana do Alentejo

3.4.12. Alterações Climáticas, Descarbonização e Economia Circular

A maior circularidade do nosso setor, integrando instrumentos económicos corretos para potenciar a promoção da reutilização de águas residuais com modelos de negócio adequados aos diferentes contextos e a gestão das lamas de ETA e ETAR com modelos de negócio assentes na valorização destes subprodutos e sua reintrodução na cadeia de valor, tendem a integrar o modelo de negócio das entidades gestoras.

Também a integração das águas pluviais irá assistir a importantes desenvolvimentos, com é patente no sentido da política pública, sinalizada também na designação do novo Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e de Gestão de Águas Residuais e Pluviais (PENSAARP 2030) para o período 2021-2030, em elaboração.

A aposta no aumento da eficiência e produção de energia, potenciada pelo nexus água-energia também já salientámos.

É, pois, com importantes mudanças, mesmo de paradigma no pensamento e abordagem que nos temos vindo a preparar para responder aos desafios sociais que enfrentamos e que 2022 demos continuidade.

A carteira diversificada de eficiência e diversificação de origens e de vários níveis de serviços de águas, determinados em consulta com as comunidades, impõem novas competências em várias áreas, como as novas tecnologias de engenharia e ciências ambientais e sociais, economia, marketing, política, atendimento ao cliente, saúde, consulta e pesquisa aplicada.

É, pois, cientes destes desenvolvimentos que temos vindo a tomar importantes decisões ao nível da gestão, assim como um conjunto de propostas que os parceiros se encontram a discutir.

3.4.13. Investigação e Desenvolvimento / Inovação

A aposta em ID&I demonstra a vontade de procurar a mudança na empresa e nas comunidades, tendo em vista a melhoria contínua dos processos, aprofundar o conhecimento e a satisfação das partes interessadas e contribuir para o desenvolvimento sustentável dos nossos serviços e do nosso território.

Cientes da sua importância, o Grupo Águas de Portugal, no seguimento do Quadro Estratégico de Compromisso, veio reforçar a sua aposta através da apresentação da Estratégia de Inovação 360°.

A expressão dos desafios e a relevante incerteza que enfrentamos constitui um incentivo acrescido para a nossa aposta.

Conscientes das limitações decorrentes da nossa fase de desenvolvimento, mas também das características e especificidades do nosso território e da estratégia que tem vindo a ser implementada no nosso território, singular no Continente, a que não é alheia a circunstância de também constituir um *hotspot* para o impacto das alterações climáticas, tem sido com grande disponibilidade e empenho que temos continuado a promover e participar num conjunto de projetos em parcerias nacionais e internacionais alargadas, relativamente aos quais merecem especial referência no passado recente⁷:

- **PREDQUA - Pre-Tratamientos de Depuración de águas industriales y domésticas: contribución a un Desarrollo Económico respetuoso con el Medio Ambiente (2015-2019)**, destinado a evitar que efluentes industriais de queijarias, lagares e adegas e domésticos colapsem redes e outras infraestruturas.
- **Plano Estratégico de Adaptação às Alterações Climáticas (PEAAC), (2018-2019)**.
- **Projeto Life Alchemia (2017-2021)**, projeto europeu que tem como principal objetivo remover a radioatividade natural na água potável.
- **Projeto REUSE I e II (2019 a 2021)**, projeto de produção, fornecimento e aplicação de ApR numa parcela de romanzeiras e ensaio de sistema de desinfeção solar.
- **AQUAVINI (2021)**, projeto de produção, fornecimento e aplicação de ApR em rega de uma vinha.
- **Projeto Demola – O papel das comunidades na segurança hídrica (2021)** foi o desafio colocado aos alunos no âmbito da nossa participação.

Na mesma linha e em desenvolvimento, encontramos-nos a participar num conjunto de projetos, dos quais merecem especial referência:

⁷ No nosso sítio da internet pode ser obtida informação adicional.

- ↳ Iniciativa AGITAR, a inovação social para promover a maior proximidade e participação das comunidades na elevação do desempenho ambiental (2022-2023)

Complementarmente às iniciativas de comunicação e sensibilização ambiental, em 2022 continuámos a apostar no reforço das iniciativas com as nossas comunidades, através de novas estratégias no sentido de reforçar o papel da sociedade civil, em particular em dois domínios:

- Na eficiência e contenção de usos, como ponto de partida da estratégia de aumento da resiliência e segurança hídrica, a partir de um conjunto de pequenos aglomerados com maior pressão dos usos, no sentido de trabalhar as respostas a eventos de risco e crises que são tidas como mais frequentes e intensas, permitindo em simultâneo aprofundar o conhecimento e trabalhar diretamente hábitos e práticas no sentido de também contrariarmos a falsa percepção de abundância de água que as nossas próprias intervenções conferem, num território marcado pela escassez.
- No desenvolvimento de estratégias e metodologias de abordagem e respostas a incidentes ambientais ou na elevação do desempenho ambiental, onde o nosso papel de entidade gestora com responsabilidades ambientais se articula e integra com as nossas responsabilidades de apoiar o desenvolvimento dos territórios.

O projeto AGITAR é uma parceria alargada em que para além das comunidades e respetivos órgãos autárquicos envolve a ADENE – Agência para a Energia, a EPAL, a EMAS, o IES – Instituto de Empreendedorismo Social que a evolução da situação de pandemia possibilitou a concretização em 2022 de duas atividades, a saber:

- A realização de 4 sessões de capacitação técnica AQUA+, orientada para quadros dos municípios, das juntas de freguesia, da AgdA, promotores imobiliários, arquitetos e engenheiros a atuar na região, assente na dimensão infraestrutural dos edifícios (ADENE/AQUA+), designadamente desenho, construção e reabilitação de edifícios, no sentido de capacitar e sensibilizar para as melhores práticas de eficiência hídrica e nexus água-energia.



- A realização de um *bootcamp* em que durante dois dias, líderes de opinião de 5 aglomerados dos concelhos de Mértola, Aljustrel, Grândola, Serpa e Alcácer do Sal, juntaram-se em 10 sessões de trabalho de 2 dias inteiros centradas na problemática da escassez de água, combinando momentos de exposição teórica e aplicação prática, fazendo com que os participantes pensassem em soluções técnicas e criativas para combater estes desafios, baseadas num problema da sociedade que desejam resolver.



Por dificuldades logísticas, remetemos para 2023 a realização do diagnóstico das redes dos aglomerados que integram o projeto, assim como o seguimento das propostas apresentadas.

↳ Projeto AgreeMAR no âmbito do programa PRIMA (2022-2025)

O projeto AGREEMAR propõe uma gestão melhorada e integrada dos recursos hídricos centrada na otimização do armazenamento de água no subsolo com o objetivo de aumentar a segurança hídrica na região mediterrânica. Para atingir esse objetivo, o projeto desenvolverá uma metodologia integrada, participativa e coordenada para avaliar e mapear a viabilidade de soluções baseadas na natureza, como a gestão da recarga de aquíferos (MAR) para adaptação às mudanças climáticas em alinhamento com os princípios de Gestão Integrada de Recursos Hídricos. As origens de água para recarga incluem os excedentes hídricos de anos húmidos, águas residuais com tratamento terciário e os excedentes industriais devidamente tratados.

O projeto é coordenado pelo grupo INOWAS da Universidade Técnica de Dresden e tem a participação do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), sendo financiado pelas agências nacionais para a investigação e tecnologia da Alemanha (Bundesministerium für Bildung und Forschung – BMBF), Chipre (Research & Innovation Foundation – RIF), Portugal (Fundação para a Ciência e a Tecnologia – FCT), Espanha (Ministerio de Ciencia e Innovación – MCI) e Tunísia (Ministère de l'Enseignement Supérieur et de la Recherche Scientifique – MESRS) através do programa Partnership for Research and Innovation in the Mediterranean Area (PRIMA). O programa PRIMA é suportado pelo Horizonte 2020 no âmbito do Quadro para a Investigação e Inovação da União Europeia.

No âmbito do projeto, a ETAR da Comporta é o demo português.

↳ Instalação de 'Sistema PV-DIESEL híbrido' de modo a garantir o suprimento de Energia Elétrica em situações de falta de Tensão na Rede Elétrica de Serviço Público (2022-2023)

A iniciativa visa implementar na ETA da Magra um 'Sistema PV-DIESEL híbrido' que assegure o suprimento de energia elétrica sem interrupção, mesmo em caso de falta de tensão na Rede Elétrica de Serviço Público, tendo como suporte os equipamentos existentes que compõem a UPAC e o Grupo Eletrogéneo de Socorro.

O Sistema Fotovoltaico “*on-grid*” existente será complementado com um novo Sistema Fotovoltaico “*off-grid*” que, na ausência de energia da rede e do gerador diesel, deverá gerar as referências de rede no barramento do quadro geral da instalação, para que o fornecimento de energia solar fotovoltaico possa funcionar em pleno sem interrupções.

Adicionalmente continuamos empenhados em aplicar no nosso território um conjunto de soluções simplificadas e de baixo custo aos mais diversos níveis. No caso do Sistema Autónomo de Santa Catarina estamos apostados em aplicar alternativas aos sistemas convencionais, nomeadamente a instalação de sistema solar fotovoltaico autónomo “*off-gride*”, sem ligação à rede de distribuição, composto por um grupo eletrobomba dimensionado para captar e aduzir água em quantidade no período de produção solar, e respetivo sistema solar fotovoltaico, devidamente interligado ao reservatório de destino através de rede de comunicações, mantendo o gerador eletrogéneo de emergência como *backup*, que entrará em funcionamento no caso de produção solar nula durante alguns dias ou funcionamento de emergência em períodos noturnos, caso os níveis de jusante estejam muito baixos.

No exercício de 2022 merece também especial referência a participação em candidaturas num conjunto de projetos e a associação a parcerias, sob diversas perspetivas, que constituem uma oportunidade de reflexão para um conjunto de desafios e de estreitar laços, que confirmam o interesse que o nosso território suscita para o aprofundamento de um conjunto de respostas aos principais desafios climáticos:

- Promoção de estudo com a Bluefocus para definição dos critérios de salvaguarda da disponibilidade de água para abastecimento humano a partir da albufeira de Santa Clara, incluindo a avaliação de disponibilidades e de consumos, a modelação da albufeira de Santa Clara e a definição de uma estratégia de gestão e alocação de água (em curso);
- Associação a parceria *Joint Master Programme in Groundwater and Global Change - Impacts and Adaptation*, financiada pelo programa Erasmus, que desde 2015 o Instituto Superior Técnico integra com o IHE-Delft e a TU Dresden para que alunos possam completar um semestre em cada uma destas universidades e realizar a sua tese de mestrado numa delas;
- Promoção de estudo com o LNEC relativo à avaliação da possibilidade de melhoria do controlo de trihalometanos, cianobactérias e microcistinas na ETA de Monte da Rocha, tendo em vista a avaliação da operação dos sistemas de tratamento de água, otimização de processos e formação técnica (em curso);
- Programa Horizonte Europa – Call “Improve the reliability and effectiveness of alternative water resources supply systems and technologies” – Parceria com o LNEC na proposta do projeto MARCLAIMED, coordenado pela CETAqua, em que o demo português será a ETAR da Comporta, uma vez que promove a recarga de aquíferos através de origens alternativas (em preparação);
- Reciclagem sustentável de água e nutrientes em ETAR com recurso a microalgas, consórcio com AdP Valor, Águas do Tejo Atlântico e a4f *Algae for Future* (em preparação);
- Participação no concurso AdP Inovação Proativa, integrando proposta conjunta com a Águas do Norte e a Águas do Vale do Tejo para a criação de uma plataforma colaborativa de licenciamento da produção e utilização de água para reutilização (ApR), tendo em vista a criação de um balcão único de acesso para os

- potenciais utilizadores e empresas do Grupo AdP de modo promover a procura e customizar a instrução do processo de licenciamento, incluindo o cálculo de estimativas de tarifas (em preparação);
- Participação no projeto TORNAQUA "Adaptação às Alterações Climáticas através da Regeneração e Reutilização de Águas Residuais para melhorar a qualidade das águas superficiais e subterrâneas e reduzir a pressão sobre os aquíferos" como Parceiro Associado, cooperando com o Município de Mértola na disponibilização de água para reutilização em rega de jardim e limpeza de ruas;
 - Colaboração com equipa de I&D no contexto do programa BFK INNOV@RISE promovido pela Agência Nacional de Inovação, para validação de produto desenvolvido para testar ferro e nitratos em água.

Mais orientados para o futuro, merece ainda referência a celebração de protocolo de colaboração recíproca com o Instituto Politécnico de Beja e com o UNINOVA - Instituto de Desenvolvimento de Novas Tecnologias, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, no sentido de estreitar a cooperação em vários domínios, designadamente os centrados na temática da água, dos sistemas de suporte à operação e cibersegurança.

4. RISCO E CONTROLO INTERNO

Sistema de Controlo Interno e Gestão do Risco Empresarial

A AgdA e em particular, o seu Conselho de Administração, dedicam especial atenção às temáticas do controlo interno, da gestão do risco, da prevenção e combate à fraude, da transparência da informação e da fiabilidade do relato financeiro e não financeiro.

Tratando-se de preocupações transversais ao Grupo AdP, no qual a AgdA se inclui, e por forma a possibilitar uma sistematização e adequada visibilidade do controlo interno existente nas empresas, **em 2022 foi dada continuidade ao desenvolvimento do projeto de implementação do Sistema de Controlo Interno (SCI) do Grupo AdP**, iniciado em 2019 e assente na metodologia internacionalmente aceite do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*).

Este modelo permite uma correlação direta entre os objetivos que a organização tenta atingir ao nível das três categorias (Operação, Reporte e Conformidade), e as cinco componentes (Ambiente de Controlo, Gestão de Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação e Monitorização de Atividades), que representam o que é necessário para concretizar os objetivos, na estrutura existente na empresa, conforme é visível abaixo.



- **Ambiente de Controlo**

Deve refletir a importância do CI e estabelecer a disciplina e estrutura dos restantes elementos SCI. É o conjunto de regras, processos e estruturas que fornecem a base para a realização do CI na organização.

Define o espírito da organização, influenciando a consciência que os outros trabalhadores têm para o risco.

É a base de todas as restantes componentes do SCI.

- **Avaliação dos Riscos**

Destinado a identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia e os objetivos definidos pela instituição, assegurar o seu cumprimento e que são tomadas as ações necessárias para responder adequadamente a desvios não desejados.

O risco é definido como a possibilidade de um evento ocorrer e afetar (positiva ou negativamente) a realização dos objetivos definidos pela organização.

Envolve um processo dinâmico e interativo para identificar e analisar os riscos que afetam a realização dos objetivos da organização, servindo de base ao entendimento de como os mesmos deverão ser geridos.

Devem ser definidos objetivos aos diferentes níveis da organização, de forma consistente e por categorias, para as operações, reporte e conformidade, com clareza suficiente para que seja possível identificar e analisar os riscos desses objetivos.

- **Atividades de Controlo**

Atividades desenhadas para impedir ou reduzir o impacto adverso dos riscos. Atividades recorrentes de controlo do processo.

Atividades de controlo são ações estabelecidas por políticas e procedimentos que ajudam a assegurar que as diretivas da Administração para mitigar os riscos na concretização dos objetivos são realizadas.

As atividades de controlo são realizadas a todos os níveis da organização e em várias etapas do processo de negócio e sobre o ambiente tecnológico.

As atividades de controlo podem ser de natureza preventiva ou detetiva e podem abranger uma série de atividades manuais e automáticas, como autorizações e aprovações, verificações, reconciliações e análises de desempenho do negócio.

A segregação de funções é tipicamente incorporada na seleção e desenvolvimento de atividades de controlo. Quando a segregação de funções não é possível, a gestão deve desenvolver e implementar atividades de controlo alternativas.

- **Informação e comunicação**

Instituído para garantir a captação, tratamento e troca de dados relevantes, abrangentes e consistentes, num prazo e de uma forma que permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e controlo da atividade e dos riscos da instituição.

A informação é necessária para a organização exercer as suas responsabilidades de CI em apoio à realização dos seus objetivos. A gestão obtém ou gera e usa informação relevante e de qualidade de fontes internas e externas, para apoiar o funcionamento do CI.

A comunicação é o processo contínuo que permite à equipa compreender as responsabilidades do CI e a sua importância para o atingimento dos objetivos. Pode ocorrer tanto interna como externamente e fornece à organização as informações necessárias para a execução dos controlos diariamente. A comunicação interna é o meio pelo qual a informação é disseminada em toda a empresa, fluindo em todos os sentidos e em toda a organização. Esta permite que todos os trabalhadores recebam uma mensagem clara da gestão de que as responsabilidades de controlo devem ser levadas a sério. A comunicação externa tem uma dupla finalidade: permite a entrada de informações externas relevantes e fornece informações a terceiros em resposta a requisitos e expectativas.

- **Monitorização de Atividades**

É executado com vista a assegurar a adequação e a eficácia do próprio SCI ao longo do tempo, que garanta, nomeadamente, a identificação tempestiva de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhorias.

Avaliações contínuas, pontuais/independentes ou uma combinação de ambas são usadas para determinar se cada uma das cinco componentes do CI, incluindo os controlos que efetivam os princípios dentro de cada componente, está presente e a funcionar.

As avaliações contínuas, incorporadas nos processos de negócio, nos diferentes níveis da organização, fornecem informações oportunas.

As avaliações pontuais/independentes, realizadas periodicamente, irão variar em âmbito e frequência, dependendo da avaliação do risco, da eficácia das avaliações contínuas e de outras considerações de gestão.

Os resultados são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos pelos reguladores, órgãos normativos reconhecidos ou pela Administração e pelo Conselho de Administração e as deficiências são comunicadas, em tempo útil, à gestão e à Administração, conforme apropriado, sendo que as mais relevantes são comunicadas também ao Conselho de Administração.

No âmbito da atividade de controlo interno, será dada continuidade à revisão conjunta com a AdP SGPS, das MRC dos processos já mapeados, de modo a identificar eventuais incoerências ou situações não identificadas, consolidar a informação sistematizada, melhorar os conteúdos e assegurar a sua aderência com a realidade dos processos mapeados.

Paralelamente, em 2023 será efetuado um primeiro exercício de verificação do cumprimento das métricas de avaliação do sistema de controlo interno, não vinculativo, que permitirá, no entanto, à empresa obter uma sensibilidade preliminar para o cumprimento das mesmas, bem como do funcionamento das componentes contempladas no sistema de controlo interno.

Uma vez concluída a implementação do SCI, a avaliação das métricas estabelecidas, conjugada com os resultados dos testes aos controlos chave, decorrentes das auditorias a realizar anualmente, possibilitarão a recolha de informação que permitirá identificar se as componentes do controlo interno se encontram a operar de forma integrada, para proporcionar um nível de segurança razoável à Administração da AgdA sobre o desempenho do SCI.

Será promovida a sensibilização e formação sobre o controlo interno, visando assegurar uma monitorização permanente dos controlos implementados, por parte da empresa e nomeadamente dos responsáveis dos processos de negócio.

A existência de um SCI conjugado com um Modelo de Gestão de Risco funcional, permitirão ao Conselho de Administração da AgdA, um maior enfoque da sua monitorização e análise nos riscos críticos identificados, inerentes à sua atividade e que resultam da operação diária desenvolvida.

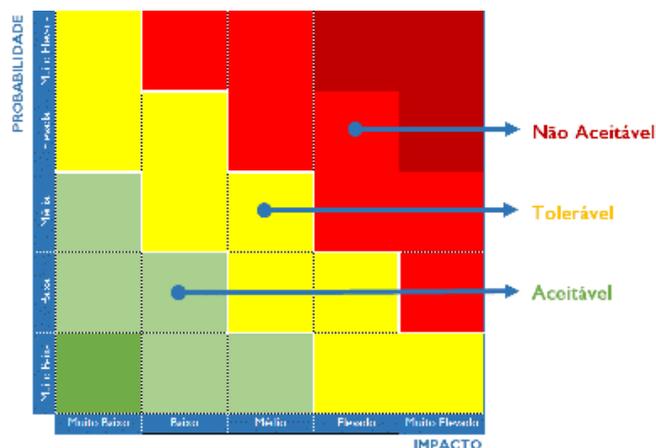
A existência de um Modelo de Gestão do Risco Empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, a reduzir o risco de perda dos seus investimentos e ativos, e ajudar a garantir a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação.

A adequabilidade do SCI encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

O Modelo de Gestão do Risco Empresarial presentemente implementado no Grupo AdP, também definido de acordo com a metodologia COSO, apresenta os riscos organizados segundo uma estrutura de classes e categorias definidas, conforme se observa em baixo:



A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do SCI instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:



➤ A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputacional;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A área de Gestão do Risco da Direção de Auditoria Interna e Controlo de Risco (AICR) da AdP SGPS tem por missão, acompanhar a empresa na identificação dos riscos inerentes ao negócio, na caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e na realização de testes de conformidade, para avaliar o nível de risco a que a empresa está sujeita.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, a AICR e respetivas áreas de intervenção têm reforçada a sua independência perante as Administrações das empresas auditadas, estando dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de Gestão do Risco Empresarial, os riscos relacionados com as classes Governação, Estratégia e Planeamento, Conformidade e Reporte são tratados e monitorizados pela AgdA, sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. A abordagem dos riscos da classe Operacional e Infraestrutura, além de ser assegurada pela AgdA e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são elaborados, aprovados e adotados Planos de Tratamento do Risco (PTR) como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações corretivas a desenvolver, a estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada e os responsáveis por cada uma das referidas ações.

De igual modo, do exercício de avaliação de risco, resulta a identificação de potenciais oportunidade para a empresa, materializadas nos Planos de Implementação de Oportunidades (PIO) que, à imagem dos PTR, apresentam igualmente ações a desenvolver, prazos de implementação e responsáveis pelas referidas ações.

Considerando a maturidade operacional atingida pelas empresas, a antiguidade do Modelo de Gestão do Risco implementado no Grupo AdP e a melhoria contínua necessária, por forma a responder às crescentes exigências nas matérias relacionadas com o risco, foi iniciado no decurso de 2022, o projeto de revisão do referido modelo, o qual compreende as seguintes atividades:

- A revisão e/ou atualização da matriz de riscos existente no Grupo AdP
- A revisão e/ou atualização da metodologia de avaliação do risco existente no Grupo AdP
- A revisão do Manual de Gestão do Risco Empresarial
- A integração do Modelo de Gestão do Risco Empresarial com o Modelo de Controlo Interno

Este projeto, por forma a assegurar a sua credibilidade e aderência à realidade do Grupo AdP, encontra-se a ser efetuada com os contributos de 8 empresas pilotos do universo AdP, e com a colaboração de uma equipa de consultora externa, tendo prevista a sua conclusão no decurso de 2023.

Atendendo à referida revisão do modelo de gestão do risco, no decurso de 2022 não foi realizada a avaliação do risco na empresa.

No final de 2022 foi realizado, conforme previsto no modelo de gestão de risco, o acompanhamento dos PTR e dos PIO formalmente definidos pela empresa, no âmbito do exercício de avaliação de risco relativo a 2021. Esta análise permitiu verificar que a empresa iniciou a implementação.

Como complemento, apresentam-se abaixo alguns dos principais riscos a que a AgdA se encontra exposta, de acordo com a avaliação do risco efetuada em 2021:

- Energético – Risco de uma ineficiente gestão / otimização do potencial energético nas instalações e insuficiente recursos a novas fontes renováveis, colocando em causa o cumprimento da legislação / regulamentação energética vigente;
- Gestão da Saúde Pública – Risco de consequências adversas para a Saúde Pública, decorrentes de falhas, acidentes a nível técnico ou humano ao longo da cadeia de abastecimento ou de saneamento;
- Compras e Pagamentos – Risco de incumprimentos de e para com fornecedores ou ocorrência de fraudes, com consequentes ruturas de stock e perdas financeiras, decorrente do inadequado ou ineficiente processo de compras de bens e serviços críticos para o negócio da Organização.

Gestão de risco financeiro

Fatores de Risco

As atividades da AgdA e do Grupo AdP estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

Risco de mercado

↳ Risco de taxa de juro

O risco da taxa de juro da AgdA advém, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo quer de curto prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a AgdA ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a AgdA ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da empresa.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE À VARIAÇÃO DA TAXA DE JURO VARIÁVEL

	31.12.2022	Taxa Média + 1%	Taxa Média - 1%
Juros suportados à taxa variável	759 921	1 124 189	395 654
Total	759 921	1 124 189	395 654

O impacto da variação de taxa mensurada é calculado num prazo de doze meses.

↳ Risco de taxa de câmbio

A exposição ao risco de câmbio da AgdA é nula. Este risco consubstancia-se em futuras transações comerciais, ativos e passivos reconhecidos, bem como investimentos líquidos em operações estrangeiras que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional da empresa. A AgdA não tem quaisquer transações que possam resultar em risco de taxa de câmbio.

↳ Risco do preço das matérias-primas (energia e combustíveis)

Os gastos anuais da AgdA em energia e combustíveis, representam aproximadamente 30% a 35% do total de fornecimentos e serviços externos. A AgdA através da AdP Serviços negocia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

↳ Risco de liquidez e de capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria do Grupo AdP pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. O Grupo efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos. A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da AgdA por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros.

RISCO DE LIQUIDEZ

	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Passivo				
Financiamentos	1 189 752	20 689 150	36 356 305	58 235 207
Fornecedores e outros Passivos	8 670 339	1 440 485	0	10 110 824
Passivos de Locação	43 071	21 252	0	64 324
Total	9 903 162	22 150 887	36 356 305	68 410 354

Os empréstimos contratados são maioritariamente BEI e permitiram contratualmente que a AgdA e o Grupo AdP escolhessem a tipologia de taxa de juro a aplicar: taxa de juro variável, taxa fixa pela maturidade do empréstimo ou taxa fixa revisível por

um determinado período de tempo. Neste sentido, para efeitos de determinação dos juros futuros nos empréstimos BEI foram considerados os juros conhecidos e formalmente contratualizados.

Tendo em conta o exposto, bem como os meios libertos de exploração recorrentes, a AgdA não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades financeiras. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, uma vez que a AdP dispõe de liquidez imediata para satisfazer a totalidade do serviço da dívida previsto para os 12 meses subsequentes caso se mostre necessário.

RISCO DE CAPITAL		
	31.12.2022	31.12.2021
Empréstimos não correntes	(57 045 455)	(55 300 000)
Empréstimos correntes	(1 189 752)	(611 133)
Disponibilidades	2 274 488	1 268 785
Dívida	(55 960 718)	(54 642 348)
Subsídios ao investimento	91 177 561	88 268 982
Total do capital próprio	12 763 158	10 775 163
Capital	159 901 437	153 686 493
Dívida/total do capital	35%	36%

O objetivo da AgdA em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da empresa, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política da AgdA é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP, que por sua vez fará empréstimos às suas subsidiárias. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência e redução do custo médio de capital.

O modelo de financiamento da AgdA assenta fundamentalmente em três grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, o financiamento bancário, com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI, no capital próprio e em subsídios ao investimento não reembolsáveis.

➤ Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a empresa. A AgdA está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

Linhas de crédito contratualizadas

RISCO DE CRÉDITO				
Financiador	Tipo	Plafond	Utilizado	Disponível 31.12.2022
Caixa Geral de Depósitos	Descoberto Bancário	2 000 000	0	2 000 000
Millennium BCP	Descoberto Bancário	2 000 000	0	2 000 000
Acionista AdP	Apoio de tesouraria	5 000 000	300 000	4 700 000
Acionista AdP - Suprimentos I	Financiamento MLP	35 000 000	15 000 000	20 000 000
Acionista AdP - Suprimentos I	Financiamento MLP	2 500 000	2 500 000	0
BEI V	Financiamento MLP	40 000 000	40 000 000	0
Total		86 500 000	57 800 000	28 700 000

↳ Contraparte de exploração

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água e saneamento).

A composição da carteira de clientes da AgdA tem essencialmente a natureza de autarquias locais ou empresa municipal.

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado diminuto ou próximo do risco soberano, observando-se historicamente que o não pagamento dos serviços prestados resulta essencialmente de divergências sobre as faturas que de imediato têm sido solucionadas. Nos termos da legislação e regulação em vigor, aplicável aos sistemas multimunicipais e parcerias, a alteração dos valores em dívida, por acordo voluntário ou extrajudicial entre as entidades gestoras e estas entidades ou por sentença judicial, releva para efeito do recálculo do Desvio de Recuperação de Gastos a recuperar nas tarifas ou rendimentos tarifários a cobrar na prestação de serviços futuros.

Não obstante o anterior, o processo administrativo associado à cobrança ou regularização por via de acordos e imputação ao desvio de recuperação de gastos é moroso, o que explica o valor elevado do montante de dívidas vencidas bem como os rendimentos financeiros.

O Conselho de Administração da AgdA entende que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas prospetivas por imparidade (exceto em situações muito específicas e que resultam de acordos celebrados, traduzidos no cálculo do Desvio de Recuperação de Gastos).

↳ Contraparte de depósitos

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AgdA a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2022 sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do balanço.

ATIVOS FINANCEIROS BANCÁRIOS

	31.12.2022	31.12.2021
Depósitos à Ordem	2 269 638	1 264 535
Depósitos Prazo	0	0
Fundo de reconstituição do capital	0	0
Outros	0	0
Total	2 269 638	1 264 535

ATIVOS FINANCEIROS BANCÁRIOS

	31.12.2022	31.12.2021
Novo Banco	7 374	7 138
Santander Totta	1 241	2 940
Caixa Geral de Depósitos	594 274	457 146
Caixa de Crédito Agrícola	9 668	9 730
Banco Português do Investimento	1 003	1 248
Millennium BCP	42 174	4 019
Bankinter	10 522	4 169
Instituto de Gestão do Crédito Público	1 603 383	778 144
Depósitos à Ordem	2 269 638	1 264 535

RATING'S

Ratings	Moody's	Moody's
	Longo prazo Ano 2022	Longo prazo Ano 2021
Novo Banco	Ba2	B1
Banco Santander Totta	A-	A2
Caixa Geral de Depósitos	Baa2	Baa2
Caixa de Crédito Agrícola	Baa2	Baa2
Banco Português do Investimento	BBB	Baa1
Millennium BCP	BB	Baa3
Banco Bankinter	A-	Baa1
Instituto de Gestão do Crédito Público	BBB+	Baa2

Em 31 de dezembro de 2022, inclui 1 603 383 euros depositados na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E.

Risco de exploração

↳ Risco de catástrofe

A AgdA está exposta a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos a AgdA tem contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

↳ Risco regulatório

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pelo Grupo. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cash-flow*, decorrentes da possibilidade contratual de definirem um cenário de eficiência produtiva que estabelece os gastos a serem recuperados pela tarifa podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

5. DESEMPENHO ECONÓMICO - FINANCEIRO

Demonstração de Resultados

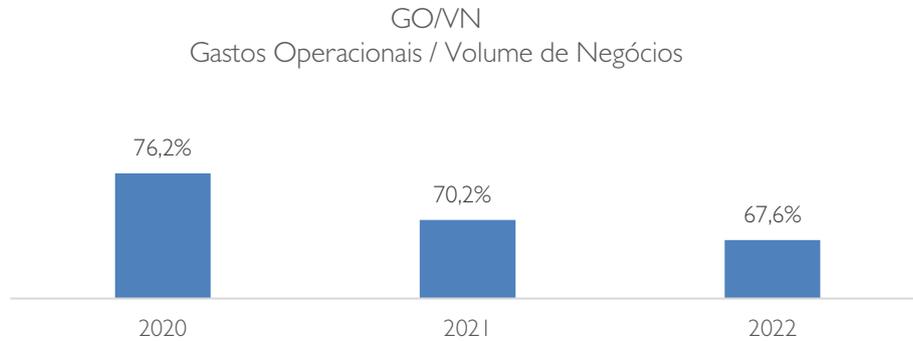
A AgdA encerrou o exercício de 2022 com um resultado líquido de 618 mil euros, ao mesmo nível do ano transato. A ligeira redução associada à remuneração do capital acionista em 2022 a 6,40%, ligeiramente abaixo (0,25 pp) dos 6,65% aplicados em 2021. Nos termos do contrato de gestão a remuneração Acionista é calculada com a rentabilidade das Obrigações de Tesouro portuguesas a 10 anos, correspondente à média dos valores anuais dos últimos quinze anos das respetivas taxas de rentabilidade, ou outra equivalente que a venha a substituir que melhor traduza a ausência de risco, após a exclusão das três observações anuais mais altas e das três mais baixas, acrescida de uma máximo de 3 pontos percentuais, sendo essa remuneração devida desde a data da realização do capital social.



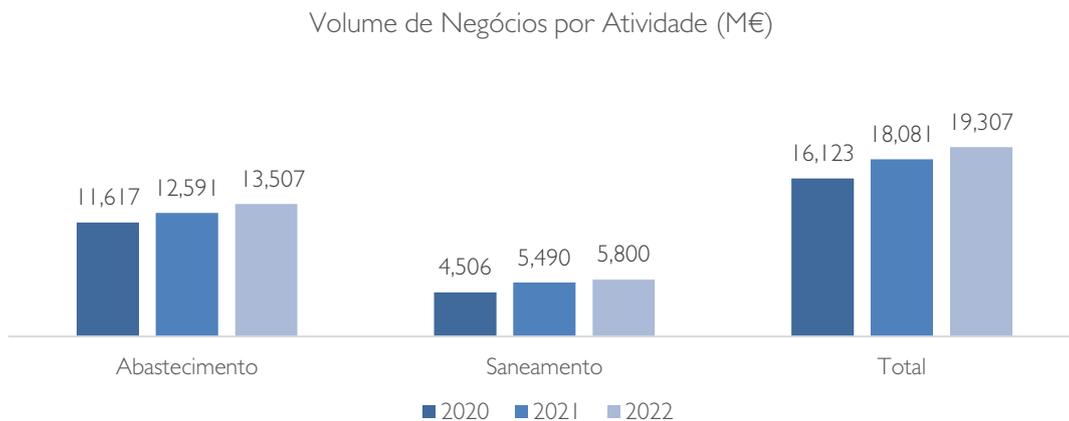
O EBITDA, ajustado do desvio de recuperação de gastos (superavit), ascende a 6,1 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 3,59% relativamente ao ano anterior.



Sem prejuízo, merece destaque a melhoria do rácio de cobertura de gastos operacionais pelo volume de negócios (GO/VN)⁸ face ao passado recente, evidenciando uma consolidação das atividades, num contexto de maior exigência em matéria de eficiência produtiva, conforme se poderá obstar no ponto 13 do capítulo de Cumprimento de Obrigações Legais.



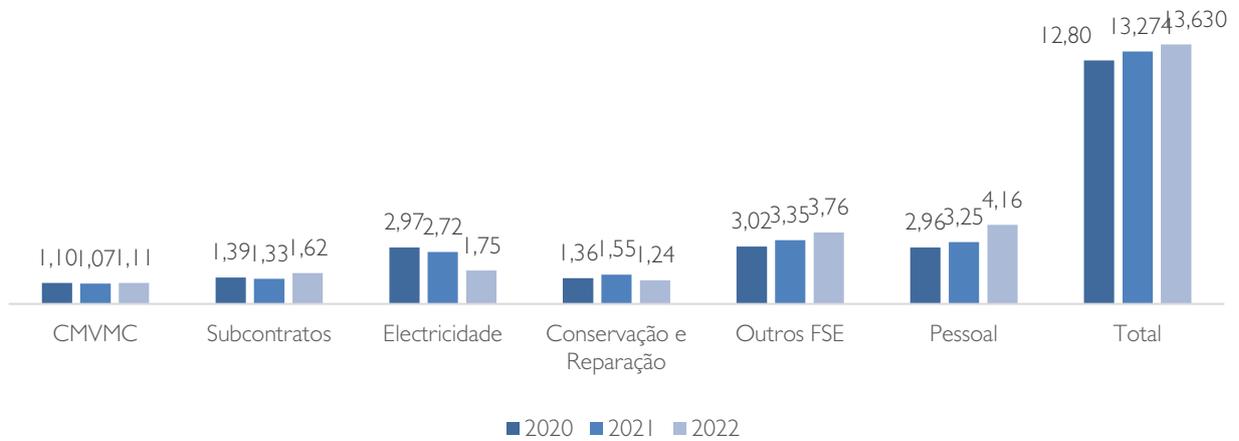
O volume de negócios, expurgado do rédito de construção de ativos, ao abrigo da norma IFRIC 12 e do desvio de recuperação de gastos, ascendeu a 19,3 milhões de euros, ou seja mais 6,78% relativamente ao ano anterior.



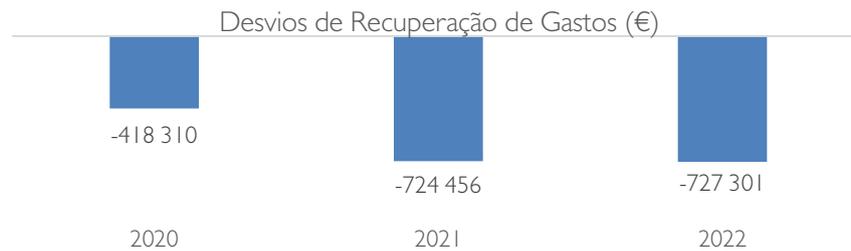
O conjunto de gastos de exploração aumentou 356 mil euros em 2022, passando de 13,3 milhões de euros para 13,6 milhões de euros. A circunstância de ainda nos encontrarmos em fase de execução de investimentos que visam o alargamento e a melhoria da qualidade do serviço prestado antecipam uma margem de crescimento de encargos e volume de negócios, com especial incidência nos serviços de saneamento.

⁸ GO/VN | GO=CMVMC+FSE+GP | VN=VENDAS+PSERV.

Estrutura de Custos Cash (M€)



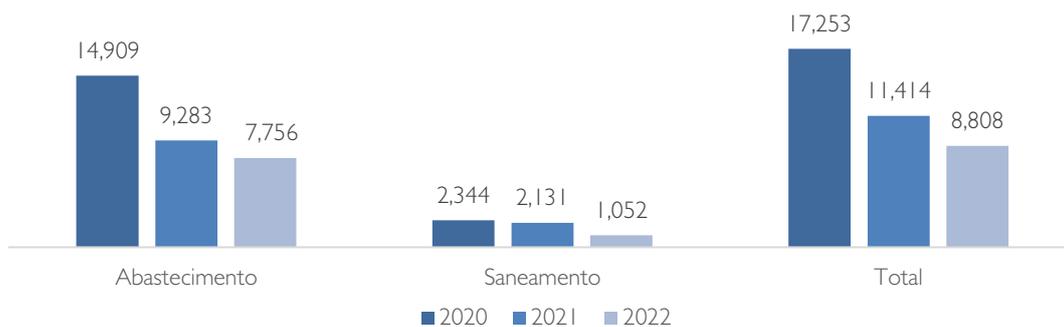
O desvio de recuperação de gastos, correspondente à diferença entre a remuneração acionista e o resultado líquido gerado pela respetiva atividade, foi superavitário em 727,3 mil euros, circunstância a que não é alheia a redução do encargo suportado com energia.



Demonstração da Posição Financeira

O ativo líquido total aumentou cerca de 8,0 milhões de euros, como resultado das variações conjugadas do ativo corrente (+4,2 milhões de euros) e do ativo não corrente (+3,8 milhões de euros), este último justificado pelo aumento do Ativo Intangível decorrente da execução de investimento programados cujo valor ascendeu a 8,8 M€.

Investimento por atividade (M€)



O aumento em ativos correntes justifica-se maioritariamente pelo aumento de outros ativos correntes designadamente pelo reconhecimento do direito a receber de fundos comunitários pela execução de despesa de investimento comparticipada, que ascende a 31 de dezembro de 2022 ao valor de 3,9M€. A carteira de crédito junto de clientes registou uma ligeira subida, associada essencialmente ao aumento do volume de negócios que evoluiu 6,78%.

Dívida Total de Clientes vs Volume de Negócios (M€)



A diminuição do montante da dívida vencida de Clientes constituiu também um fato a assinalar.

Decomposição da Dívida Clientes (M€)



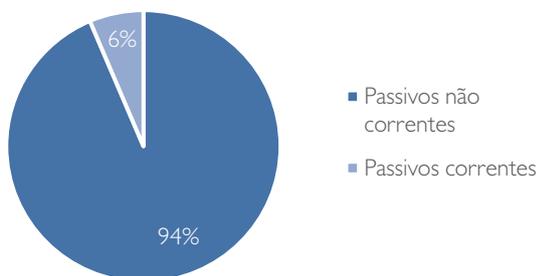
O capital próprio aumentou 2,0 milhões de euros no exercício, para cerca 12,8 milhões de euros, por via do resultado líquido do exercício de 2022, resultante das decisões dos acionistas de não distribuição de dividendos e aumento do capital social de 1,370 milhões de euros, parcialmente realizado em 0,699 milhões de euros uma vez que a quota parte do Acionista AMGAP, no valor de 0,671 milhões de euros, apenas foi depositada em 3 de janeiro de 2023.

Decomposição do Capital Próprio (M€)

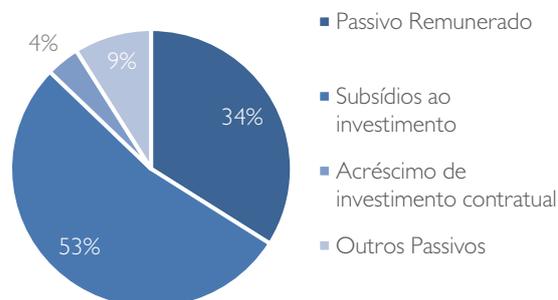


O passivo total aumentou 3,64%, passando para 171,3 milhões de euros, decorrente essencialmente do aumento da parcela não remunerada em 3,6 milhões de euros. O passivo não corrente, no valor de 160,4 milhões de euros, representa 93,61% do total do passivo sendo composto essencialmente por: (i) empréstimos (no valor de 57,0 milhões de euros) (ii) subsídios ao investimento (no valor de 91,2 milhões de euros); e (iii) acréscimos de gastos de investimento contratual (no valor de 6,6 milhões de euros).

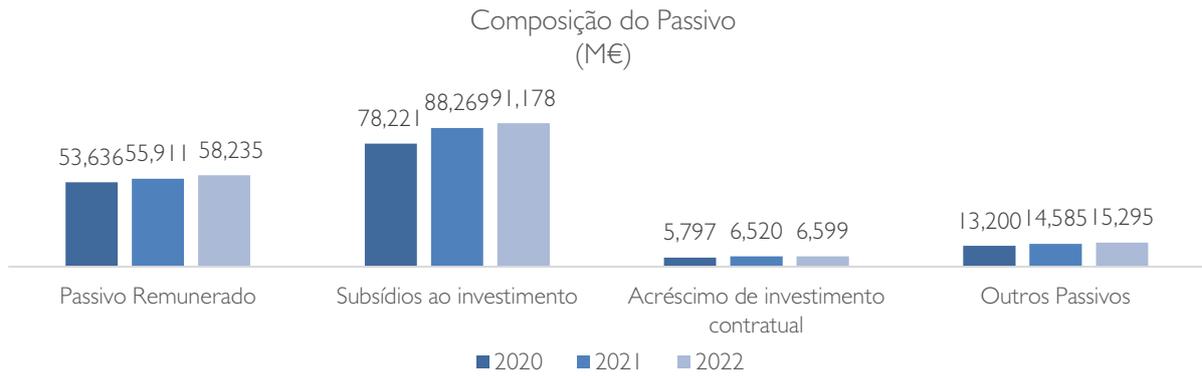
Distribuição do Passivo



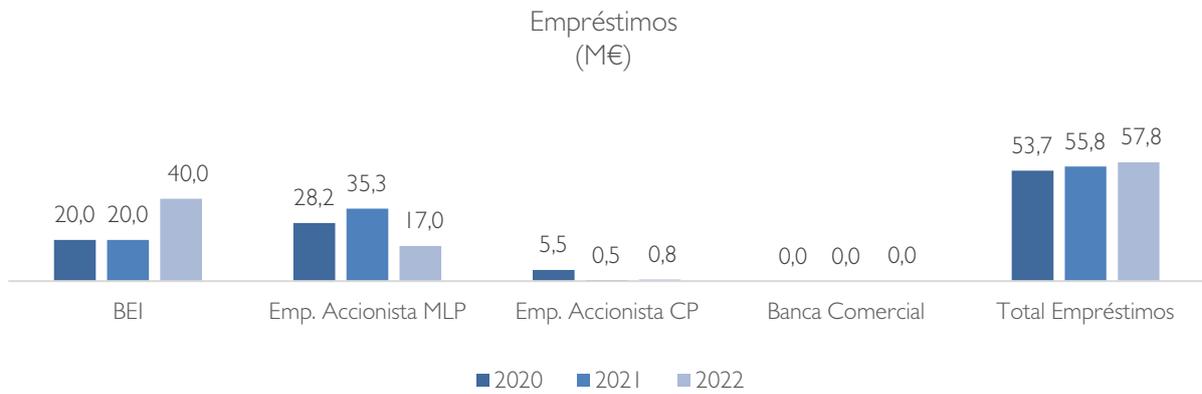
Composição do Passivo



No passivo não corrente salienta-se a expressão do montante associado aos subsídios ao investimento, a reconhecer como rendimento, configurando-se por isso como *quasi*-capital.



O valor de passivo remunerado ascende a 57,8 milhões de euros, ao que acresce o valor de 0,4 milhões de euros de encargos financeiros estimados, tendo-se verificado um aumento em 2022 em resultado da necessidade de assegurar a componente nacional dos investimentos realizados.



6. EVENTOS POSTERIORES AO FECHO

O Conselho de Administração declara que após o termo do exercício de 2022 não se observaram outros quaisquer factos relevantes que justifiquem o seu registo.

7. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

↳ I Objetivos de Gestão (artigo 38.º do RJ SPE) e Plano de Atividades e Orçamento

Alínea a) Indicar os objetivos definidos pelo acionista para 2022, explicitando o grau de execução dos mesmos, assim como a justificação dos desvios e das medidas de correção aplicadas ou a aplicar

Os objetivos do Grupo AdP, designadamente da empresa AgdA são determinados pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações gerais emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas. Nos termos do regime jurídico do sector empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista por via indireta, define as orientações estratégicas.

Por deliberação da Assembleia Geral de acionistas da sociedade, em 21/06/2021, foram aprovadas as seguintes orientações estratégicas, objetivos e indicadores de gestão e respetivas metas quantificáveis para o mandato 2021/2023 a seguir identificados:

Deveres e Responsabilidades da Administração

O exercício das funções do Conselho de Administração da AgdA terá em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação o qual, prevê:

1. Cumprir os objetivos fixados em Assembleia Geral, constantes dos contratos de gestão;
2. Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da empresa;
3. Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da empresa em todas as suas componentes;
4. Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da empresa;
5. Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à empresa, bem como a sua confidencialidade;
6. Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos;

7. Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas.

No exercício das suas funções, os membros do Conselho de Administração devem ainda promover iniciativas e a elaboração de propostas de ações que se revelem apropriadas para o desenvolvimento do setor, designadamente com incidência no Grupo AdP.

Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração da AgdA estão ainda sujeitos ao disposto no Estatuto do Gestor Público, ao cumprimento das boas práticas de governação societária e de gestão empresarial, nomeadamente em matéria de transparência, prevenção da corrupção, padrões de ética e conduta, responsabilidade social, política de recursos humanos, promoção da igualdade, prevenção de conflitos de interesse e respeito pela concorrência e agentes do mercado.

Orientações Estratégicas Gerais

Sem prejuízo da respetiva autonomia de gestão, o Conselho de Administração da AgdA deverá:

1. Assegurar o cumprimento da missão da empresa e o exercício da sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;
2. Ser socialmente responsável, prossequindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
3. Desenvolver ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;
4. Promover o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
5. Adotar metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes;
6. Concretizar políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do individuo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão;
7. Desenvolver iniciativas tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;
8. Implementar políticas de inovação científica e de tecnologia consistentes, promovendo e estimulando novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;

9. Adotar sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.

Orientações Estratégicas Específicas

O Conselho de Administração deverá assegurar um modelo de governo e organizativo apropriado para que a Empresa execute uma agenda de medidas que inclua as que adiante se enunciam:

1. Reforço da capacidade de resposta aos grandes desafios ambientais, nomeadamente:
 - 1.1. Aumento da eficiência na utilização de recursos primários, resiliência e segurança dos sistemas;
 - 1.2. Evolução para uma economia circular e neutra de carbono, em especial quanto à reutilização de águas residuais, valorização de lamas e neutralidade energética;
 - 1.3. Aprofundamento da relação com as comunidades e o território na diversificação das origens, na flexibilidade dos serviços e no cumprimento dos valores limite para descarga dos efluentes nas redes.
2. Contributo para a consolidação e sustentabilidade do setor em linha com o plano estratégico setorial, em especial:
 - 2.1. Contribuir para a coesão territorial e equidade no acesso aos serviços, com reforço da preocupação na sustentabilidade económica e ambiental das atividades;
 - 2.2. Proporcionar modelos alternativos para a atuação articulada com os sistemas municipais;
 - 2.3. Facilitar a integração de sistemas de drenagem de águas pluviais;
 - 2.4. Potenciar a integração dos empreendimentos hidráulicos.
3. Sensibilização para a globalidade dos custos incorridos na prestação do serviço, de entre os quais se destacam os custos ambientais, tendo em vista:
 - 3.1. O maior reconhecimento por parte dos intervenientes no setor de todos os custos efetivamente incorridos no sentido de assegurar a valorização não só do recurso água, mas sobretudo dos serviços essenciais que lhes são prestados por um conjunto de entidades;
 - 3.2. A adoção de um comportamento responsável e de consumos mais racionais por parte dos utilizadores municipais, das atividades económicas e dos consumidores individuais;
 - 3.3. No caso de alguns utilizadores não domésticos, a redução da carga poluente drenada para as instalações de tratamento de águas residuais urbanas, obrigando a investimentos adicionais para assegurar a qualidade mínima da água residual que é rejeitada de modo a não impactar nos meios recetores.
4. Promoção do desenvolvimento regional, compatibilizando-o com a elevação da eficiência e a sua natureza empresarial, designadamente:
 - 4.1. Na integração em comités funcionais com vista à incorporação de experiências vivenciadas junto às realidades territoriais;
 - 4.2. Na dinamização de redes de competências em ambiente descentralizado e colaborativo;
 - 4.3. Nas políticas de contratação de bens e serviços que, sem prejuízo da racionalidade económica, promovam o desenvolvimento das atividades económicas regionais.
5. Elevar os níveis de eficiência e consistência, potenciando a natureza empresarial e a capacidade técnica, em especial:

- 5.1. Quanto à atração, retenção, desenvolvimento e sucessão dos quadros, alinhando-o com os desafios do setor e padrões da regulação;
- 5.2. No reforço da aposta no digital, incluindo a segurança cibernética, prosseguindo objetivos de resiliência, eficiência e ligação às comunidades.
6. Assegurar as boas práticas na gestão de ativos, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos grandes desafios ambientais, através da:
 - 6.1. Definição da política de gestão de infraestruturas;
 - 6.2. Consolidação dos sistemas de informação e avaliação;
 - 6.3. Integração com práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas;
 - 6.4. Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.
7. Capitalizar as competências e capacidades disponíveis na internacionalização do grupo AdP em projetos de interesse nacional, potenciando colaborações, através de AdP Internacional, de longo prazo, de valor acrescentado e com risco financeiro delimitado, para além da cooperação com entidades de referência internacional.

Foram ainda definidos os seguintes indicadores de desempenho:

	Indicador	Calculo	Escala	AgdA
Financeiros	Eficiência de Gestão	$PRC = [(GV+FSE+GP)/VN]$ Variação face ao PAO proposto	1. var > +0,10pp 2. -0,10pp <= var <= +0,10pp 3. var < -0,10 pp	10,0%
	Dívida Comercial de devedores municipais	$DCDMA = [\text{Saldo da dívida vencida de municípios (Ano N)}] / [\text{Saldo da dívida vencida de municípios (Ano N-1)}] * 100$	1. DCDMA > 105% 2. 95% <= DCDMA <= 105% 3. DCDMA < 95%	10,0%
	Limite ao endividamento	$\text{Endividamento} = [\text{Stock Dívida (Ano N)} / \text{Stock Dívida (Ano N-1)}] * 100$	1: X > 2% 2: 1,5% <= X <= 2% 3: X < 1,50% * Investimentos materialmente relevantes são excluídos do calculo, a percentagem adotada corresponde ao definido na legislação	10,0%
	Respeito Prazos de Pagamento	Variação do PMP face ao PAO	Quando PMP <= 60 dias e cumpre com o estipulado com RCM 34/2008 1. Incumprir: quando PMP aumenta mais que 1 dia face ao anterior 2. Cumpre: quando PMP aumenta 1 dia 3. Excede: quando PMP <= 60 dias Quando PMP > 60 dias ou incumprir com RCM 34/2008, 1. Incumprir: face a ano anterior, x > -15% 2. Cumpre: face ao ano anterior, -25% < x < -15% 3. Excede: face ao anterior, reduz 25%	10,0%
	Rentabilidade	Variação do RL face ao PAO	1. Var < -5% 2. -5% <= Var <= 5% 3. Var > 5% * excluindo o efeito DRG	10,0%
Ambientais e de Serviço	Plano de Manutenção	Cumprimento do Plano de Manutenção preventiva	1. Nº Ações executadas face ao previsto < 80,00% 2. Nº Ações executadas face ao previsto 80% <= x < 90% 3. Nº Ações executadas face ao previsto >= 90,00%	10,0%
	Qualidade da Água Fornecida	AQA = QA (Ano N)	1. AQA < 97,00% 2. 97,00% <= AQA < 99,00% 3. AQA >= 99,00% * sem deterioração face ao ano anterior	7,5%
	Qualidade das Águas Residuais	AQAR = QAR (Ano N)	1. AQAR < 90,00% 2. 90,00% <= AQAR <= 95,00% 3. AQAR > 95,00% * sem deterioração face ao ano anterior	7,5%
	Neutralidade Energética	Implementação do Plano de Neutralidade Energética	1. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção inferior 75% face ao previsto no PAO 2. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 75% face ao previsto no PAO 3. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 90% face ao previsto no PAO	7,5%
	Plano de Lamas	Implementação do Plano de lamas	1. Lançamento, em cada ano, de concursos empreitadas previstas no PAO, inferior a 40%, referentes a produção de lamas 2. Lançamento, em cada ano, de concursos empreitadas para 40% previstas no PAO referentes a produção de lamas 3. Lançamento, em cada ano, de concursos empreitadas para 60% previstas no PAO referentes a produção de lamas	7,5%
	Reutilização	Implementação da Reutilização enquanto atividade principal	1. Entrega de EVEF de atividade principal de reutilização após 31.03.2022 2. Entrega de EVEF de atividade principal de reutilização até 31.03.2022 3. Entrega de EVEF de atividade principal de reutilização até 31.12.2021	5,0%
	Efluentes Agroindustriais e agropecuários	Implementação de atividade acessória e complementar nos Sistemas em Alta de AR e Implementação da plataforma digital integrada para gestão de atividade de operador de último recurso no território nacional	1. Entrega de pedido de autorização de atividade acessória e complementar após 31.03.2022 2. Entrega de pedido de autorização de atividade acessória e complementar até 31.03.2022 3. Entrega de pedido de autorização de atividade acessória e complementar até 31.12.2021 * após verificação dos intervalos de disponibilidade, acrescendo às ACA's existentes	5,0%

100,0%
Nr de Indicadores 12

Em 2022, o Conselho de Administração atuou em conformidade com as determinações legais vigentes e com as orientações de atuação que lhe foram transmitidas pelos titulares da função acionista, pela Comissão de Parceria e pela Tutela Setorial e Financeira, tendo atingido os seguintes resultados em indicadores

INDICADORES DOS OBJECTIVOS DE GESTÃO - 2022-

Objetivos	Ponderadores Iniciais	Ponderadores Redistribuídos 2022	Meta 2022	Real 2022	Variação 2022 (2/1)	Grau de Desempenho 2022	Atingimento 2022
Financeiros	50,00%	66,67%					
Eficiência de Gestão	10,00%	13,33%	85,65%	67,58%	-18,07%	3	0,40
Dívida Comercial de devedores municipais	10,00%	13,33%	2 919 183	2 821 029	96,64%	2	0,27
Limite ao Endividamento	10,00%	13,33%	< 2%	0,57%		3	0,40
Respeito Prazos de Pagamento	10,00%	13,33%	<60	57	0%	1	0,13
Rentabilidade	10,00%	13,33%	-2 371 959	1 182 949	150%	3	0,40
Ambientais e de Serviço	50,00%	33,33%					
Plano de Manutenção	10,00%	13,33%	>=90%	91,85%		3	0,40
Qualidade da Água Fornecida	7,50%	10,00%	98,71%	98,85%		2	0,20
Qualidade das Águas Residuais	7,50%	10,00%	>	93,11%		2	0,20
Neutralidade Energética	7,50%	0,00%					0,00
Plano de Lamas	7,50%	0,00%					0,00
Reutilização	5,00%	0,00%					0,00
Efluentes Agroindustriais e agropecuários	5,00%	0,00%					0,00
Atingimento Global							2,40

Modo de avaliação

Desadequado	<1,8
Adequado	1,8<= Avaliação <2,5
Superado	>=2,5

Relativamente ao indicador com menor avaliação de desempenho, em 2023 o Conselho de Administração procurará desenvolver ações que visem a sua melhoria, designadamente:

- **Objetivo de Respeito pelos Prazos de Pagamento:** a empresa irá procurar antecipar o pagamento a fornecedores, em cumprimento com a RM 34/2008, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, não condicionando o desempenho do indicador limite ao endividamento.

Sem prejuízo do acima referido, a administração da empresa procurará manter o grau de desempenho dos restantes indicadores e sempre que possível melhorar pese embora no que respeita aos indicadores de qualidade de água fornecida e águas residuais estão fortemente condicionados por fatores externos, designadamente climáticos e comportamentais, bem como na concretização das intervenções constantes do plano inicial de investimentos em infraestruturas e na estabilização do quadro de trabalhadores. Um conjunto de recentes desenvolvimentos legais e de regulação têm impacto nos indicadores da qualidade da água. A administração da empresa procurará manter o grau de desempenho dos restantes indicadores e sempre que possível melhorar.

Alínea b) Evidenciar a execução do plano de atividades e orçamento para 2022, designadamente quanto ao volume de negócios, resultados e nível de endividamento, apresentando, para o efeito, os valores orçamentados, executados e respetivos desvios, bem como justificação para os incumprimentos e as medidas de correção, quando aplicável.

ALINEA B) DO N.º I DO CUMPRIMENTOS DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

Indicadores	PAO 2022	Executado 2022	Desvio (+/-)	Observações
Resultado Líquido €	670 676	618 199	(52 477)	Decorre da alteração da OT calculada nos termos do CG
EBITDA ⁽¹⁾ €	2 343 538	6 123 344	3 779 8	
Resultado Operacional ⁽¹⁾⁽²⁾ (EBIT) €	(1 624 151)	2 133 303	3 757 454	
Volume de Negócios €	19 069 391	19 307 130	237 739	
Endividamento €	59 188 115	57 800 000	(1 388 115)	Atraso na execução do investimento
Dívida Financeira Líquida ⁽³⁾ / EBITDA %	2 489 %	907 %	(1 582 %)	

(1) Ajustado de Desvio de Recuperação de Gasto

(2) Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor

(3) Endividamento deduzido de disponibilidades

Alínea c) No que aos investimentos diz respeito, proceder à apresentação de um quadro, devendo, nos casos em que se observe a execução de investimentos não previstos no PAO aprovado, ou, estando previstos no PAO aprovado, excederem o valor orçamentado, explicitando se os mesmos foram objeto de autorização autónoma pelas tutelas e em que termos

ALINEA b) DO N.º I DO CUMPRIMENTOS DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

Plano de Investimento	PAO 2022	Executado 2022								Desvio (PAO vs. Executado)
		Total	Fontes de Financiamento					PRR	Outras	
			Autofinanciamento	Orçamento do Estado	Endividamento	Fundos comunitários				
Valor total do Investimento	16 598 652	8 807 915	0	0	5 841 818	2 966 097	0	0	(7 790 737)	

Observações: Atraso na execução dos investimentos e disponibilização de fundos

➤ 2. Gestão do Risco Financeiro

As atividades do Grupo AdP e da AgdA, enquanto participada, estão expostas a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado financeiro, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez.

A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros, sendo esta gestão efetuada centralmente pela holding (AdP SGPS).

Adotando uma posição conservadora, e tendo em atenção a natureza dos ativos, o Grupo tem optado por contratar financiamentos de muito longo prazo, tendo dado particular ênfase aos financiamentos obtidos junto ao BEI, entidade parceira especializada em financiamento de investimentos de prazos significativos. Adicionalmente a AdP SGPS tem financiamentos externos de longo prazo, através de três emissões particulares de obrigações em 2007 e uma emissão particular de obrigações em 2016, entre os 10 e os 20 anos.

A política de gestão de risco de taxa de juro do Grupo está orientada para uma redução da exposição dos cash-flows da dívida às flutuações do mercado da taxa de juro, através da escolha da modalidade de taxa fixa nos empréstimos junto do BEI.

No financiamento do investimento, a cobertura do risco de taxa de juro é sustentada pela obtenção de empréstimos de longo prazo com uma forte opção pelo regime de taxa fixa, a qual é obtida de forma natural pela inclusão do seu valor no cálculo da tarifa final.

No financiamento de curto prazo, e tendo em atenção que este se destina essencialmente a financiar dívida de clientes, a cobertura de risco é sustentada nas taxas utilizadas no cálculo dos juros cobrados aos clientes.

A maioria das linhas de financiamento de longo prazo existentes no Grupo AdP foi negociada antes de 2008 em condições que, sendo favoráveis na altura, atualmente se apresentam como uma significativa mais-valia em matéria de serviço da dívida.

O risco de liquidez tem sido minimizado pelo ajuste do tipo de financiamento ao ativo que se pretende financiar, destinando-se o financiamento de longo prazo a suportar o investimento e a componente permanente do fundo de maneo e o financiamento de curto prazo às necessidades voláteis do fundo de maneo.

Em aplicações de curto prazo e/ou em linhas de financiamento não utilizadas, o Grupo mantém facilmente disponibilizáveis montantes que lhe permite fazer face a situações inesperadas sem causar impacto na sua atividade diária.

Relativamente ao risco de crédito associado ao fornecimento de serviços e produtos a crédito, este depende do tipo de clientes a que os produtos do grupo se destinam. Assim, relativamente aos clientes de retalho (baixa), sendo o produto disponibilizado um bem essencial, podemos considerar que o risco de cobrança é reduzido. No caso do produto disponibilizado por grosso (alta) o risco assumido encontra-se relacionado com o "rating" dos clientes municipais, pelo que, considerando que estes são entidades públicas administrativas, o risco existente será mais associado com a dilação do prazo do que com a cobrabilidade deste. Tendo em atenção a questão da dilação do prazo, a AdP SGPS está a procurar solucionar a questão através da venda sem recurso a, ou através de, entidades financeiras.

Os excedentes financeiros decorrentes da atividade das empresas, são primeiramente utilizados para o financiamento das empresas do grupo numa lógica de gestão centralizada do grupo e o restante, juntamente com as aplicações contratuais decorrentes dos contratos de concessão são efetuadas junto à Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), sendo que o risco associado ao IGCP enquanto detentor dos excedentes do grupo é reduzido se atendermos que é o banco responsável pela gestão da tesouraria do Estado, acionista último do Grupo AdP.

Risco de taxa de juro

O risco da taxa de juro da AgdA advém, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo quer de curto prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a AgdA ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a AgdA ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da empresa.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE À VARIAÇÃO DA TAXA DE JURO VARIÁVEL			
	31.12.2022	Taxa Média + 1%	Taxa Média - 1%
Juros suportados à taxa variável	759 921	1 124 189	395 654
Total	759 921	1 124 189	395 654

O impacto da variação de taxa mensurada é calculado num prazo de doze meses.

Risco de taxa de câmbio

A exposição ao risco de câmbio da AgdA é nula. Este risco consubstancia-se em futuras transações comerciais, ativos e passivos reconhecidos, bem como investimentos líquidos em operações estrangeiras que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional da empresa. A AgdA não tem quaisquer transações que possam resultar em risco de taxa de câmbio.

Risco de liquidez e de capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria do Grupo AdP pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. O Grupo efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos. A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da AgdA por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros.

RISCO DE LIQUIDEZ				
Financiador	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Passivo				
Financiamentos	1 189 752	20 689 150	36 356 305	58 235 207
Fornecedores e outros Passivos	8 670 339	1 440 485	0	10 110 824
Passivos de Locação	43 071	21 252	0	64 324
Total	9 903 162	22 150 887	36 356 305	68 410 354

Os empréstimos contratados são maioritariamente BEI e permitiram contratualmente que a AgdA e o Grupo AdP escolhessem tipologia de taxa de juro a aplicar: taxa de juro variável, taxa fixa pela maturidade do empréstimo ou taxa fixa revisível por um

determinado período de tempo. Neste sentido, para efeitos de determinação dos juros futuros nos empréstimos BEI foram considerados os juros conhecidos e formalmente contratualizados, pelo que, para o período temporal após o qual a taxa fixada está em vigor não foram considerados juros no quadro acima por não ser determinável de forma fiável qual o juro a incorrer no futuro.

Tendo em conta o exposto, bem como os meios libertos de exploração recorrentes, a AdP não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades financeiras. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, a AdP dispõe de liquidez imediata para satisfazer a totalidade do serviço da dívida previsto para os 12 meses subsequentes.

Linhas de crédito contratualizadas

RISCO DE CRÉDITO				
Financiador	Tipo	Plafond	Utilizado	Disponível 31.12.2022
Caixa Geral de Depósitos	Descoberto Bancário	2 000 000	0	2 000 000
Millennium BCP	Descoberto Bancário	2 000 000	0	2 000 000
Acionista AdP	Apoio de tesouraria	5 000 000	300 000	4 700 000
Acionista AdP - Suprimentos I	Financiamento MLP	35 000 000	15 000 000	20 000 000
Acionista AdP - Suprimentos I	Financiamento MLP	2 500 000	2 500 000	0
BEI V	Financiamento MLP	40 000 000	40 000 000	0
Total		86 500 000	57 800 000	28 700 000

O objetivo da AgdA em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da empresa, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política da AgdA é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP, que por sua vez fará empréstimos às suas subsidiárias. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência e redução do custo médio de capital.

O modelo de financiamento da AgdA assenta fundamentalmente em três grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, os empréstimos bancários, com particular incidência contraídos junto do BEI, no capital próprio e, em subsídios ao investimento não reembolsáveis.

Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a empresa. A AgdA está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

Contraparte de exploração

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água e saneamento).

A composição da carteira de clientes da AgdA tem essencialmente a naturezas de autarquias locais ou empresa municipal.

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado diminuto ou próximo do risco soberano, observando-se historicamente que o não pagamento dos serviços prestados resulta essencialmente de divergências sobre as faturas que de imediato têm sido solucionadas. Nos termos da legislação e regulação em vigor, aplicável aos sistemas multimunicipais e parcerias, a alteração dos valores em dívida, por acordo voluntário ou extrajudicial entre as entidades gestoras e estas entidades ou por sentença judicial, releva para efeito do recálculo do Desvio de Recuperação de Gastos a recuperar nas tarifas ou rendimentos tarifários a cobrar na prestação de serviços futuros.

Não obstante o anterior, o processo administrativo associado à cobrança ou regularização por via de acordos e imputação ao desvio de recuperação de gastos é moroso, o que explica o valor elevado do montante de dívidas vencidas bem como os rendimentos financeiros.

O Conselho de Administração da AgdA entende que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas prospetivas por imparidade (exceto em situações muito específicas e que resultam de acordos celebrados, traduzidos no cálculo do Desvio de Recuperação de Gastos).

Contraparte de depósitos

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AgdA a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2022 sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do balanço.

ATIVOS FINANCEIROS BANCÁRIOS

	31.12.2022	31.12.2021
Depósitos à Ordem	2 269 638	1 264 535
Depósitos Prazo	0	0
Fundo de reconstituição do capital	0	0
Outros	0	0
Total	2 269 638	1 264 535

ATIVOS FINANCEIROS BANCÁRIOS

	31.12.2022	31.12.2021
Novo Banco	7 374	7 138
Santander Totta	1 241	2 940
Caixa Geral de Depósitos	594 274	457 146
Caixa de Crédito Agrícola	9 668	9 730
Banco Português do Investimento	1 003	1 248
Millennium BCP	42 174	4 019
Bankinter	10 522	4 169
Instituto de Gestão do Crédito Público	1 603 383	778 144
Depósitos à Ordem	2 269 638	1 264 535

RATING'S

Ratings	Moody's	Moody's
	Longo prazo	Longo prazo
	Ano 2022	Ano 2021
Novo Banco	Ba2	B1
Banco Santander Totta	A-	A2
Caixa Geral de Depósitos	Baa2	Baa2
Caixa de Crédito Agrícola	Baa2	Baa2
Banco Português do Investimento	BBB	Baa1
Millennium BCP	BB	Baa3
Banco Bankinter	A-	Baa1
Instituto de Gestão do Crédito Público	BBB+	Baa2

Em 31 de dezembro de 2022, inclui 1 603 383 euros depositados na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E.

O quadro seguinte ilustra a evolução da taxa média de financiamento da AdP SGPS, incluindo juros efetivamente suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos associados, nos últimos cinco anos.

GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

Anos	2022	2021	2020	2019	2018
Encargos Financeiros (€)	880 250	705 347	887 979	952 634	949 523
Taxa Média de Financiamento (%)	1,55%	1,30%	1,60%	1,71%	1,75%

3. Limite de crescimento do endividamento

Nos termos definidos no n.º 1 do artigo 65.º da Lei n.º 75/2020, de 31 de dezembro (lei do Orçamento de Estado para 2021), apurado nos termos da fórmula disposta no n.º 4 do artigo 159.º do Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho (DLEO2019)

A AgdA cumpre com os limites de crescimento do endividamento definidos conforme se poderá verificar no quadro abaixo:

LIMITE DO CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO				
Passivo Remunerado	2022	2021	Variação 22/21	
	valores (€)		Valor	%
1. Financiamentos Remunerado (Corrente e Não Corrente)	57 800 000	55 754 545	2 045 455	4%
2. Capital Social	9 751 600	9 053 000	698 600	8%
3. Novos Investimentos (com expressão material) (valor líquido de subsídio)	2 375 804			
Variação do Endividamento = [Variação (1) +Variação (2) -(3) 2022] / [(1)2021+(2)2021]	0,57%			

4. Evolução dos Prazos Médios de Pagamento (PMP) a fornecedores

Em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos (“arreas”), conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição.

A AgdA não cumpre com os prazos médios de pagamento definidos RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, conforme se poderá verificar no quadro seguinte:

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS				
Unidade: Dias	2022	2021	Variação 22/21	
	valores		Valor	%
Prazo (dias)	57	57	0	0

A empresa irá procurar antecipar o pagamento a fornecedores, em cumprimento com a RM 34/2008, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, não condicionando o desempenho do indicador *limite ao endividamento*.

- ↘ 5. Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista, emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas;

Não foram feitas recomendações por parte do acionista para o ano de 2022 em sede de aprovação dos documentos de prestação de contas. Foi dado cumprimento integral às instruções recebidas no contexto do acompanhamento feito à gestão e atividade da empresa.

- ↘ 6. Remunerações/honorários

- a) Órgão Sociais, confirmando a aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2022;

A AgdA deu cumprimento à aplicação de todas as disposições legais vigentes em 2022 relativas a remunerações dos Órgãos Sociais conforme se poderá verificar nos quadros seguintes:

Mesa da Assembleia Geral

Para o mandato de 2021/2023 foram eleitos em reunião de Assembleia Geral, em 15 de março de 2021, os seguintes membros da Mesa de Assembleia Geral e fixadas as seguintes remunerações:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL				
Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixada (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2021-2023	Presidente	António Manuel Ascensão Mestre Bota	500	0
2021-2023	Vice-Presidente ⁽¹⁾	Paulo Manuel Marques Fernandes	425	425
2021-2023	Secretário ⁽¹⁾	Ana Cristina Rebelo Pereira	350	350
Total				775

Legenda: (1) - Valores faturados pela AdP, Águas de Portugal, SGPS, S.A.

Conselho de Administração

Para o mandato de 2021/2023 os membros do Conselho de Administração foram eleitos em reunião de Assembleia Geral de 15 de março de 2021.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mandato (início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO ou opção pela média dos últimos 3 anos (2)			N.º Mandatos
			Forma	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
			(1)					
2021-2023	Presidente Não Executivo	Francisco José Pinto Silva Narciso	AG	06.11.2019	Sim	AdP, Águas de Portugal, SGPS, SA	O	1.º
2021-2023	Vice-Presidente Executivo	Simone Ferreira Pio	AG	15.03.2021	Não	AgdA – Águas Públicas do Alentejo, SA	D	1.º
2021-2023	Vogal Executivo	João Manuel Galhardo Maurício	AG	15.03.2021	Não	AgdA – Águas Públicas do Alentejo, SA	D	1.º
2021-2023	Vogal Não Executivo	Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro	AG	15.03.2021	Sim	AdP, Águas de Portugal, SGPS, SA	O	1.º
2021-2023	Vogal Não Executivo	Álvaro dos Santos Beijinha	AG	15.03.2021	Sim	Câmara Municipal de Santiago do Cacém	O	1.º

Legenda:

(1) Resolução (R) / AG - Assembleia Geral | DUE Declaração Unanime por Escrito | Cooptação em Conselho de Administração

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem ou opção pela média dos últimos 3 anos - prevista no n.º 8 do artigo 28.º do EGP | entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

Membro do CA	Entidade	Função	Regime	Data de autorização e Forma
Francisco José Pinto Silva Narciso	AdP, Águas de Portugal, SGPS, S.A.	Gestor de Projetos Especiais	Público (Setor Empresarial do Estado)	AG 15.03.2021
Simone Ferreira Pio	Águas do Tejo Atlântico, S.A.	Vogal Não Executiva	Público (Setor Empresarial do Estado)	AG 15.03.2021
João Manuel Galhardo Maurício	Assembleia Municipal de Alvito	Presidente	Público	na
Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro	AdP, Águas de Portugal, SGPS, S.A.	Gestora de Categoria de Compras	Público (Setor Empresarial do Estado)	AG 15.03.2021
Álvaro dos Santos Beijinha	Câmara Municipal de Santiago do Cacém	Presidente	Público	na

DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

Membro do CA	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração Mensal Bruta (€)	
			Vencimento	Despesas de Representação
Francisco José Pinto Silva Narciso ⁽¹⁾	Sim	C	1 145	0
Simone Ferreira Pio	Sim	C	4 120	1 648
João Manuel Galhardo Maurício	Sim	C	3 663	1 465
Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro ⁽¹⁾	Sim	C	916	0
Álvaro dos Santos Beijinha ⁽²⁾	Sim	C	916	0

Legenda:

⁽¹⁾ Remuneração definida para o cargo e cobrada pela AdP, Águas de Portugal, SGPS, S.A.

⁽²⁾ Remuneração definida para o cargo, porém não liquidada ao titular por aplicação da lei autárquica

REMUNERAÇÃO ANUAL 2022 (€)

Membro do CA	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3) = (1)+(2)	Redução Remuneratória (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
Francisco José Pinto Silva Narciso ⁽¹⁾	16 024	0	16 024	0	16 024
Simone Ferreira Pio	78 395	0	78 395	3 920	74 475
João Manuel Galhardo Maurício	69 684	0	69 684	3 485	66 200
Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro ⁽¹⁾	12 819	0	12 819	0	12 819
Álvaro dos Santos Beijinha	0	0	0	0	0
Total			176 922	7 404	169 517

Legenda:

⁽¹⁾ Remuneração definida para o cargo e cobrada pela AdP, Águas de Portugal, SGPS, S.A.

BENEFÍCIOS SOCIAIS (€)

Membro do CA	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro Saúde	Encargo Anual Seguro Vida	Outros
	Valor / Dia	Montante Pago Ano	Entidade	Encargo Anual			
Francisco José Pinto Silva Narciso	0	0	n.a.	0	0	0	
Simone Ferreira Pio	7,14	1 756	Seg. Social	17 688	411	1 242	
João Manuel Galhardo Maurício	7,14	1 756	Seg. Social	15 722	1 807	1 104	
Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro	0	0	n.a.	0	0	0	
Álvaro dos Santos Beijinha	0	0	n.a.	0	0	0	
Total		3 513		33 410	2 218	2 345	

ENCARGOS COM VIATURAS

Nome	Viatura Atribuída	Celebração de Contrato	Valor de referência da Viatura	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	N.º Prestações Contratuais Remanescentes
Francisco José Pinto Silva Narciso	Não	-	-	-	-	-	-	-	-
Simone Ferreira Pio	Sim	Sim	32 369	AOV	2018	2023	557	6 679	7
João Manuel Galhardo Maurício	Sim	Sim	32 369	AOV	2018	2023	554	6 643	7
Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes	Não	-	-	-	-	-	-	-	-
Marinheiro Coimbra									
Álvaro dos Santos Beijinha	Não	-	-	-	-	-	-	-	-

GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS A DESLOCAÇÕES EM SERVIÇO (€)

Nome	Deslocações em Serviço	Custo com alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto total com viagens
				Identificação	Valor	
Francisco José Pinto Silva Narciso	3 188	4 685	0	-	0	7 873
Simone Ferreira Pio	0	0	0	-	0	0
João Manuel Galhardo Maurício	0	0	0	-	0	0
Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro Coimbra	0	55	0	-	0	55
Álvaro dos Santos Beijinha	0	0	0	-	0	0
Total						4 928

Fiscal Único

ORGÃO DE FISCALIZAÇÃO

Mandato (início - Fim)	Cargo	Identificação SROC / ROC			Designação		N.º de anos de funções no Grupo	N.º de anos de funções na Sociedade
		Nome	N.º de Inscrição na OROC	N.º de Inscrição na CMVM	Forma (I)	Data		
2019-2021	Fiscal Único	PriceWaterhhouseCoopers & Associados SROC, Lda.,	183	20161485	AG	8.04.2019	4	4
		representada por José Alves Bizarro Duarte	representada por 1957	20200003			3	3
2019-2021	Fiscal Único - Suplente	Carlos José Figueiredo Rodrigues	1737	20161347	AG	8.04.2019	4	4

Legenda:

⁽¹⁾ - AG – Assembleia Geral

ORGÃO DE FISCALIZAÇÃO - REMUNERAÇÃO ANUAL

Nome	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2022 €			Valor Anual de Serviços Adicionais – 2022 €			
	Valor (1)	Redução (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Bruta (1)	Redução (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
PriceWaterhouseCoopers & Associados SROC, Lda.	6 799	0	6 799	na	0	0	0
Total	6 799	0	6 799		0	0	0

b) Auditor Externo, confirmando a aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2022;

A AgdA não tem nenhum contrato de prestação de serviços com Auditor Externo, sendo essa atividade assegurada pela SROC e Fiscal Único da Sociedade.

↘ 7. Aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do EGP, no que se refere:

- a) À não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

- b) Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente ao reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

- c) Ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet;

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet.

GASTOS COM COMUNICAÇÕES (€)

Membro do CA	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Francisco José Pinto Silva Narciso	0	0	
Simone Ferreira Pio	80	400	
João Manuel Galhardo Maurício	80	360	
Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro Coimbra	0	0	
Álvaro dos Santos Beijinha	0	0	
Total		760	

d) Ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço

GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS A VIATURAS (€)

Membro do CA	Plafond Mensal Definido Combustíveis e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)		
		Combustível	Portagens	Total
Francisco José Pinto Silva Narciso	0	0	0	0
Simone Ferreira Pio	412	2 071	1 066	3 137
João Manuel Galhardo Maurício	366	2 419	427	2 846
Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro	0	0	0	0
Álvaro dos Santos Beijinha	0	0	0	0
Total		4 490	1 493	5 983

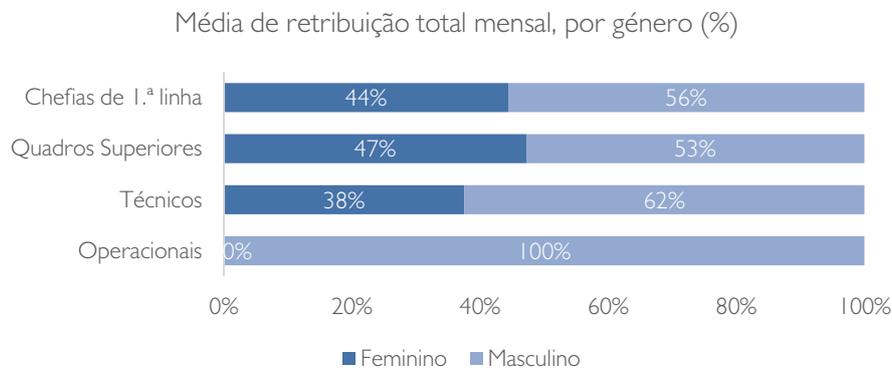
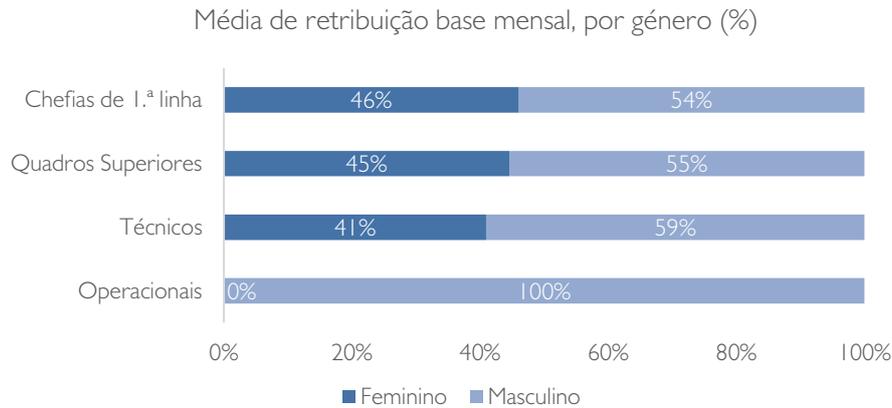
- 8. Aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e do artigo 11.º do EGP, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais

A AgdA dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, assim como ao disposto no artigo 11.º do Estatuto do Gestor Público, não tendo realizado quaisquer despesas não documentadas ou confidenciais.

- 9. Elaboração e divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens conforme determina a Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março;

Em cumprimento do previsto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a AgdA promove, divulga internamente e disponibiliza no sítio da internet, a informação relativa às remunerações pagas a mulheres e homens, através do seu relatório anual de sustentabilidade, na Simbiose dos Colaboradores, no Princípio “Valorizamos a relação com os colaboradores”, no Compromisso “Comprometemo-nos a garantir a igualdade de oportunidades e a promover o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional”.

A informação relativa ao ano de 2022 é apresentada de seguida e foi disponibilizada no site da empresa:



- 10. Elaboração e divulgação do Plano de Gestão de Risco e Infrações Conexas e do Relatório anual onde é indicado o grau de implementação das medidas elencadas no Plano, tendo em consideração as Recomendações do Conselho de Previsão da Corrupção, designadamente a recomendação do referido Conselho, datada de 1 de julho de 2009

A empresa adotou desde 2010 um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, também disponível na internet em <https://www.agda.pt/geral/cpc>. No decurso de 2022 foi efetuada a revisão do Plano, aprovada em 31 de janeiro de 2022, por forma a adaptá-lo às novas recomendações emanadas pelo Conselho de Previsão da Corrupção e ajustá-lo à evolução da realidade da empresa em matérias de corrupção e de infrações conexas.

O **Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas** tem como principais objetivos, identificar as áreas que potencialmente poderão ser mais sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os riscos daí decorrentes e os controlos instituídos pela empresa visando a sua mitigação. Pretende também reforçar a cultura da empresa e dos respetivos colaboradores no que respeita a comportamentos éticos e de boas práticas no relacionamento comercial com clientes, fornecedores e demais stakeholders.

Abrangendo toda a empresa, este plano dá cumprimento à recomendação do CPC, de 1 de julho de 2009, bem como ao definido no Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC) do Decreto-Lei (DL) n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro.

No sentido de observar o previsto no n.º 1 do artigo 46.º do Decreto-Lei (DL) n.º 133/2013, de 3 de outubro, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a AgdA procede à avaliação anual do PGRIC em vigor na

empresa, elaborando um relatório onde se incluem as conclusões sobre as ocorrências identificadas ou, risco de ocorrências e outros factos mencionados na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 54/2008 de 4 de setembro, nomeadamente:

"a) ... informações relativas à prevenção da ocorrência de factos de corrupção ativa ou passiva, de criminalidade económica e financeira, de branqueamento de capitais, de tráfico de influência, de apropriação ilegítima de bens públicos, de administração danosa, de peculato, de participação económica em negócio, de abuso de poder ou violação de dever de segredo, bem como de aquisições de imóveis ou valores mobiliários em consequência da obtenção ou utilização ilícitas de informação privilegiada no exercício de funções na Administração Pública ou no sector público empresarial".

Por forma a garantir o cumprimento do definido no n.º 2 do artigo 46.º do Decreto-Lei (DL) n.º 133/2013, de 3 de outubro, o relatório anual é publicitado no sítio de Internet da AgdA e remetido às entidades competentes.

Em 17 de dezembro de 2021, o Grupo AdP apresentou a sua Política de Integridade assente num modelo de governação, alinhado com os mais elevados padrões éticos, na transparência, responsabilidade e na excelência das práticas de gestão pública, sendo a AgdA uma das empresas que subscreveu o Compromisso de Integridade, representando o seu comprometimento com a implementação da referida Política de Integridade, bem como de todos os instrumentos que lhe estão associados, visando assegurar continuamente uma capacitação interna que favoreça uma cultura de integridade.

A AgdA e o Grupo AdP reforçam assim, o compromisso assumido relativo ao combate à corrupção e o empenho em desenvolver e adotar estratégias de promoção da integridade e do desenvolvimento sustentável e a criação de uma sociedade mais justa e equilibrada.

No final de 2022, decorrido um ano após a aprovação Política de Integridade, a empresa efetuou a avaliação do nível de implementação alcançado, o que possibilitou identificar os constrangimentos e os elementos facilitadores, visando a definição dos próximos passos, com vista ao seu robustecimento e integral implementação.

Registe-se ainda que em 2019, a empresa, subscreveu a Campanha Portuguesa Anticorrupção que vem responder ao Call to Action Anticorrupção, lançada pelo United Nations, Global Compact, que incentiva o setor empresarial a promover a tomada de medidas de transparência, integridade e boa governação por parte dos Governos, promovendo assim, a adoção do seu Princípio 10, de acordo com o qual *"as organizações devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo, extorsão e suborno"*.

↘ 1.1. Contratação Pública

O Grupo AdP assegurou, através da AdP Serviços, até 31 de julho de 2020 e através da AdP SGPS a partir de 1 de agosto de 2020, a centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, por forma a contribuir para a captação de sinergias nos processos de compras das empresas, bem como para a disseminação das melhores práticas.

O potencial de captação de valor decorrente de sinergias e economias de escala conseguidas através da centralização de compras de determinadas categorias como energia, comunicações, seguros, reagentes, viaturas, etc., leva à criação e a captação de valor, da qual resulta à obtenção de ganhos financeiros e à redução de custos.

A evolução da função compras no Grupo AdP para um modelo mais integrado, com a definição de novas categorias centralizadas tem levado a uma maior capacidade de planeamento transversal e à implementação de novos processos transversais associados ao planeamento e gestão da função compras, por categorias alicerçados pelo conhecimento mais profundo nas necessidades das empresas.

Na sequência da reorganização do centro corporativo, nos termos expressamente autorizados por despacho da Tutela Setorial, a partir de 1 de agosto de 2020 a Direção de Compras, Jurídica e Sistemas de Informação da AdP Serviços passaram a integrar a estrutura organizacional da AdP SGPS.

Assim, foi estabelecido um modelo relacional entre a AdP SGPS e as empresas participadas do Grupo AdP, em moldes similares ao existente até à data com a AdP Serviços, nos termos do qual a AdP SGPS assegura a disponibilidade de contratação de um conjunto diferenciado de bens e serviços às empresas, cuja contratação se mantém através da Direção de Compras.

A existência desta estrutura interna no Grupo, a 31 de dezembro de 2021, assegurada diretamente pela AdP SGPS, permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e com isso obter condições contratuais mais atrativas para este conjunto de empresas, enquanto as liberta da necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos, com a inerente carga administrativa e financeira associada, acrescentando valor à sua atividade.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade, designadamente os seguros, energia, reagentes químicos e materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

O Decreto-Lei n.º 78/2022, de 7 de novembro, introduziu alterações à Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que aprova medidas especiais de contratação pública, bem como ao Código dos Contratos Públicos e ao Decreto-Lei n.º 60/2018, de 3 de agosto, que procede à simplificação de procedimentos administrativos necessários à prossecução de atividades de investigação e desenvolvimento.

Por conseguinte, no quadro da uniformização de práticas ao nível de procedimentos de contratação pública no seio do grupo AdP, mas igualmente para concertação de metodologias e entendimentos para garantia e coerência das atuações implementadas no domínio da tramitação e execução de contratos, incorporando as inovações introduzidas pelo citado Decreto-Lei n.º 78/2022 de 7 de novembro, foram promovidas formações explicativas aos diversos intervenientes nos processos de contratação pública, avançando os esclarecimentos ou aclaração de interpretações e entendimentos de índole jurídica.

➤ 12. Adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

As empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias.

Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente:

- Papel e economato;
- Vigilância e segurança;
- Combustíveis rodoviários;
- Veículos automóveis e motociclos;
- Licenciamento de software e serviços conexos;
- Higiene e Limpeza.

É ponderado o recurso a este figurino jurídico, quando validada a correspondência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela Direção de Compras e Logística da AdP SGPS, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim uma gestão mais eficiente dos nossos recursos.

➤ 13. Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais previstas no artigo 144.º do DLEO 2022

Em 2022 a AgdA cumpre com as medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais previstas no artigo 144.º do DLEO 2022.

EFICIÊNCIA OPERACIONAL

	2022 Exec	2022 Orç	2021 Exec	2020 Exec	2022/2021		2022/2020	
					Dif. Absol.	Var. %	Dif. Absol.	Var. %
0. EBITDA ajustado	6 123 344	2 343 538	6 351 206	3 552 171	-227 863	96%	2 571 173	172%
1. CMVMC	1 107 892	1 092 194	1 067 324	1 097 598	40 568	104%	10 294	101%
2. FSE	8 366 372	11 269 991	8 952 930	8 740 426	-586 557	93%	-374 054	96%
3. Gastos com o Pessoal	4 156 099	4 484 999	3 253 710	2 961 934	902 388	128%	1 194 165	140%
i Relativos a órgãos sociais ^{a)}	222 161	234 197	219 095	207 625	3 067	0%	14 537	0%
ii Indemnizações pagas por Rescisão ^{a)}	0	0	22 864	-1 817	-22 864	0%	1 817	0%
iii Valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias ^{a)}	241 617	280 754	126 391	129 073	115 226	0%	112 544	0%
iv Efeito do absentismo e do cumprimento de disposições legais ^{a)}	119 530	0	100 780	25 320	18 750	119%	94 210	472%
4. Gastos com o Pessoal sem os impactos i, ii, iii e iv	3 572 791	3 970 048	2 784 581	2 601 733	788 210	128%	971 058	137%
5. Impactos nos gastos decorrentes de fatores excecionais ^{b)}	0	0	118 992	154 859	-118 992	0%	-154 859	0%
6. Gastos Operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional = (1) + (2) + (4) - (5)	13 047 055	16 332 233	12 685 843	12 284 898	361 213	103%	762 157	106%
7. Volume de Negócios (VN)	19 307 130	19 069 391	18 081 024	16 123 418	1 226 106	107%	3 183 712	120%
Subsídios à exploração	0	0	1 500 000	0	-1 500 000	0%	0	0%
Indemnizações compensatórias	0	0	0	0	0	0%	0	0%
8. Perda de receita decorrente de fatores excecionais ^{b)}	0	0	0	0	0	0%	0	0%
9. Volume de Negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional (7)+(8)	19 307 130	19 069 391	18 081 024	16 123 418	1 226 106	106,78%	3 183 712	119,75%
10. Peso dos Gastos / VN = (6)/(9)	67,58%	85,65%	70,16%	76,19%	0	96,32%	0	88,69%
(i) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	16 308	16 734	13 703	14 625	2 605	119%	1 683	112%
(ii) Gastos com Ajudas de Custo (G c/Pessoal)	1 250	1 298	430	1 338	820	291%	-88	93%
(iii) Gastos associados à frota automóvel	690 530	609 298	437 240	431 353	253 290	158%	259 177	160%
(iv) Gastos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	38 986	8 750	44 012	3 474	-5 026	89%	35 512	1122%
11. Total = (i) + (ii) + (iii) + (iv)	747 074	636 080	495 384	450 790	251 690	151%	296 284	166%
Número total de RH (OS + CD + Trabalhadores)	166	171	156	135	10	106%	31	123%
N.º Órgãos Sociais (OS)	9	9	9	9	0	100%	0	100%
N.º Cargos de Direção (CD)	6	6	6	5	0	100%	1	120%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	151	156	141	121	10	107%	30	125%
N.º Trabalhadores/N.º CD	25	26	24	24	2	107%	1	104%
N.º Viaturas	68	73	68	58	0	100%	10	117%

- 14. Princípio de Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, artigo 136.º da LOE 2022 e artigo 102.º do DLEO 2022).

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constitui-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

Nesse sentido:

- i. acompanhou as empresas na sua relação com o Fundo de Coesão de forma a facilitar o acesso a estes apoios comunitários;
- ii. encetou negociações, logo em 1997, com o BEI com o objetivo de financiar os projetos associados à primeira fase, tendo concretizado uma linha de 167 milhões de euros;
- iii. em 2000 iniciou um novo processo negocial com o BEI para os investimentos associados à segunda fase, que culminou na concessão de três linhas de financiamento (concretizadas entre 2005 e 2009), no montante total de 1.472 milhões de euros;
- iv. Em 2017 assinou uma linha de financiamento com o BEI de 220 milhões de euros a 25 anos para fazer face a investimentos a efetuar nas empresas existentes, a decorrer até 2021, sem o suporte de uma garantia, seja do Estado seja do sistema bancário.

Dado que as linhas do BEI e o apoio do Fundo de Coesão não se revelavam suficientes para o financiamento da totalidade da carteira de projetos, a AdP SGPS acedeu aos mercados externos, permanecendo ainda três emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 15 e 20 anos e, em 2016, a uma emissão obrigacionista a 12 anos, num total de 675 milhões de euros;

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de maneio dos primeiros anos de operação.

A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais está relacionada com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade dos bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplica os seus excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, junto da IGCP, bem como tem vindo a transferir a atividade operacional do sistema bancário para o IGCP.

Foram constituídos no Grupo AdP depósitos a prazo no IGCP (CEDICs) em dezembro de 2022, no valor de 403,5 milhões de Euros, com vencimento em 2 de janeiro de 2023.

O Grupo AdP, para o biénio 2022-2023, obteve dispensa parcial ao cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado através do Despacho SGC n.º 131, de 17 de agosto de 2022, do IGCP, para os seguintes serviços:

- Valores inerentes às operações de financiamento realizadas (incluindo empréstimos, operações de leasing e factoring e utilização e descobertos bancários);
- Valores das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;
- Valores recebidos pela DPG – Digital Payment Gateway da SIBS, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP;
- Contas bancárias em jurisdições fora de Portugal tituladas por sucursais e subsidiárias não residentes em Portugal, e providenciar sempre que da sua atividade subsistam excedentes e tal seja concretizável, pela sua transferência para contas no IGCP;
- Valores movimentados através da vertente credora dos débitos diretos, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP;
- Valores estritamente necessários para o carregamento dos cartões refeição;
- Valores para compra de moeda estrangeira, nas situações em que a tesouraria externa não possa satisfazer as necessidades da AdP;
- Custódia de títulos que não sejam de dívida pública.

De acordo com o solicitado, junto se identificam as disponibilidades e aplicações que a AgdA mantém junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E, bem como junto da Banca Comercial:

PRINCÍPIO DA UNIDADE DA TESOURARIA DO ESTADO

IGCP	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
Disponibilidades	2 238 851	885 760	859 920	1 603 383
Aplicações financeiras	0	0	0	0
Total	2 238 851	885 760	859 920	1 603 383

Banca Comercial	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
Caixa Geral de Depósitos	108 240	193 674	16 240	594 274
Caixa Crédito Agrícola	9 715	9 699	9 683	9 668
Novo Banco	9 452	1 882	4 485	7 374
Banco Português do Investimento (BPI)	1 114	1 077	1 040	1 003
Santander Totta	2 555	2 117	1 679	1 241
Millennium BCP	46 565	44 485	42 276	42 174
Bankinter	2 770	12 564	10 801	10 522
Total	180 411	265 498	86 205	666 255
Juros Auferidos	0	0	0	0

- 15. Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e o respetivo resultado.

Não foram feitas recomendações pelo Tribunal de Contas dirigidas à empresa nos últimos três anos.

- 16. Elaboração e divulgação do Plano para a Igualdade (anual), conforme determina o artigo 7.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, e indicação do cumprimento da obrigação de comunicação às Comissões competentes, nos termos conjugados do artigo 3.º e do n.º 3 do artigo 6.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho.

Em cumprimento do previsto no determina o artigo 7.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto a AgdA dispõe de um plano para a igualdade para 2022 comunicado às Comissões competentes e disponibilizado no site da empresa, nos termos conjugados do artigo 3.º e do n.º 3 do artigo 6.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho.

- 17. Elaboração e divulgação da demonstração não financeira, prevista nos artigos 66.º-B ou 508.º-G do CSC, contendo, no mínimo, a informação indicada nos n.os 2 dos mencionados artigos.

A referida informação encontra-se disponível no presente relatório, concretamente no capítulo 3.4 - Sustentabilidade do Relatório de Gestão.

18. Informação a constar do site da AgdA a 31 de dezembro de 2022

INFORMAÇÃO A CONSTAR DO SITE DA EMPRESA				
Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos	x			
Caracterização da Empresa	x			
Função de tutela e acionista	x			
Modelo de Governo / Membros dos Órgão Sociais	x			
Identificação dos órgãos sociais	x			
Estatuto Remuneratório Fixado	x			
Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	x			
Identificação das funções e responsabilidade dos membros do Conselho de Administração	x			
Apresentação das Sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	x			
Esforço Financeiro Público	x			
Ficha Síntese	x			
Informação Financeira histórica e atual	x			
Princípios de Bom Governo				
Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	x			
Transações relevantes com entidades relacionadas	x			
Outras Transações			x	
Análise da Sustentabilidade da empresa nos domínios:				
Economico		x		(1)
Social		x		(1)
Ambiental		x		(1)
Avaliação do Cumprimentos dos Princípios de Bom Governo	x			
Código de Ética	x			

Legenda:

S – Sim ; N – Não; N.A. - Não Aplicável

(1) A informação será divulgada em 2022 com o cálculo dos dados referentes ao ano de 2021

➤ 19. Síntese do Cumprimento das Obrigações Legais

A AgdA deu cumprimento às instruções, despachos e legislação diversa, que a seguir se apresentam.

CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objetivos de Gestão	x			2,4	Ponto B7 - Cumprimento das Obrigações Legais
Metas a atingir constantes do PAO2022	x				Ponto B7 - Cumprimento das Obrigações Legais
Investimento		x		-46,9%	Ponto B7 - Cumprimento das Obrigações Legais
Gestão do Risco Financeiro	x				Ponto B7 - Cumprimento das Obrigações Legais
Limites de Crescimento do Endividamento	x			0,57%	Ponto B7 - Cumprimento das Obrigações Legais
Evolução do PMP a fornecedores	x			57	Ponto B7 - Cumprimento das Obrigações Legais
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")			x		Ponto B7 - Cumprimento das Obrigações Legais
Recomendações do acionista na aprovação de contas			x		Não existiram recomendações
Reservas Emitidas na última CLC			x		Não existiram reservas
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão	x			0,00 €	Ponto B7 - Cumprimento das Obrigações Legais
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2022 (se aplicável)	x			-7 404,00 €	Ponto B7 - Cumprimento das Obrigações Legais
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2022 (se aplicável)	x			0,00 €	Ponto B7 - Cumprimento das Obrigações Legais
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2022 (se aplicável)			x		Não existe auditor externo contratado
EGP - artigo 32.º e 33.º do EGP					
Não utilização de cartões de crédito	x				Ponto B7 - Cumprimento das Obrigações Legais
Não reembolso de despesas de representação pessoal	x				Ponto B7 - Cumprimento das Obrigações Legais
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	x				Ponto B7 - Cumprimento das Obrigações Legais
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	x				Ponto B7 - Cumprimento das Obrigações Legais
Despesas não documentadas ou confidenciais- n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e artigo 11.º do EGP					
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	x				Ponto B7 - Cumprimento das Obrigações Legais
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014					
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	x				Ponto B7 - Cumprimento das Obrigações Legais
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	x				Ponto B7 - Cumprimento das Obrigações Legais
Contratação Pública					
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	x				Ponto B7 - Cumprimento das Obrigações Legais
Contratos submetidos a visto prévio do TC	x			0 Contratos	Ponto B7 - Cumprimento das Obrigações Legais

CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	x				Ponto B7 - Cumprimento das Obrigações Legais
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	x			-2,58%	Redução em 3,37% do peso nos gastos Ponto B7 - Cumprimento das Obrigações Legais
Contratação de estudos, pareceres, projectos e consultoria	x				Ponto B7 - Cumprimento das Obrigações Legais
Princípio da Unidade de Tesouraria (DL 133/2013)					
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	x			1 603 383 €	Ponto B7 - Cumprimento das Obrigações Legais
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	x			666 255 €	Ponto B7 - Cumprimento das Obrigações Legais
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	x			0 €	A AgdA não auferiu quaisquer juros por incumprimento da UTE
Auditorias do Tribunal de Contas			x		Não existiram auditorias do TC
Elaboração do Plano para a igualdade conforme determina o art.º 7.º da Lei 62/2017, de 1 de agosto	x				Ponto B7 - Cumprimento das Obrigações Legais
Apresentação da demonstração não financeira	x				Ponto B7 - Cumprimento das Obrigações Legais

8. PERSPECTIVAS FUTURAS

São de grande complexidade os tempos que atravessamos que convergem no moldar de uma década única, incerta e turbulenta.

Muito cientes que um conjunto de importantes marcos de desempenho já atingidos, não só não constituem uma garantia absoluta para o futuro, pois um longo caminho importa ainda percorrer, tal não impede que encaremos com serenidade e confiança os desafios que enfrentamos, onde se reveste de particular criticidade a nossa capacidade de antecipação e proatividade.

Esta circunstância impõe que, à resolução das situações de maior urgência no abastecimento de água às populações e de contencioso ambiental no tratamento de águas residuais, sucedam, como previsto, intervenções noutras partes do território, igualmente relevantes e prementes, por idênticos motivos.

Aliás foram exatamente em sistemas de abastecimento de água ainda não intervencionados e com histórico de fiabilidade, que vieram a implicar o maior esforço com transporte de água por autotanque no presente ano, como sucedeu em aglomerados dos concelhos de Santiago do Cacém e de Montemor-o-Novo. As nossas prioridades estendem-se aos concelhos de Arraiolos, Alcácer do Sal, Grândola e Odemira, este último caso, que de forma inesperada entrou na agenda das preocupações, confirmando a elevada incerteza que caracteriza os nossos tempos e a necessidade continuada de esforços destinados a aumentar a segurança hídrica.

Parte destes concelhos coincidem com bacias hidrográficas que mais preocupação inspiram a nível nacional no presente e face às repercussões dos fenómenos associados às alterações climáticas (Sado e Mira). Por conseguinte, reveste-se de grande importância a recente publicitação do lançamento do concurso para a empreitada de ligação do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva à albufeira de Monte da Rocha, que hoje abastece uma população que se aproxima dos 20 mil habitantes de cinco concelhos.

São aliás as sub-regiões onde se inserem estes concelhos que constituem a prioridade de intervenção para o último terço do plano inicial de investimentos em infraestruturas, cuja execução se tem prolongado de forma significativa, em consequência dos constrangimentos que vieram a ser impostos na sequência da crise financeira, cujos desenvolvimentos recentes tornam mais evidente a importância da sua concretização para evitar a imposição de acrescidos encargos e constrangimentos às populações e atividades económicas. Neste sentido, há muito que foram desencadeadas diligências várias, incluindo de estudo, visando melhor suportar as decisões que se impõem.

O ano de 2023 é também de concretização de uma viragem ou evolução nos objetivos principais das intervenções em infraestruturas, em que mais fiabilidade, eficiência e inovação face aos compromissos iniciais com os parceiros, no sentido de irmos além das expectativas e compromissos iniciais, vão sendo introduzidas, em paralelo e sem negligenciar a necessidade imperiosa de cumprir com os compromissos ainda por executar.

O ritmo e oportunidade destas intervenções está fortemente associada à garantia e previsibilidade do seu cofinanciamento, de acordo com os compromissos políticos subjacentes à constituição da parceria, evidenciados nas várias versões atualizadas do

estudo de viabilidade económica e financeira, de onde são retiradas as tarifas a praticar. Num momento em que entram na fase decisiva as conversações relativas à 2.^a revisão quinquenal (2021-2025), e se inicia a operacionalização do PT 2030, urge contemplar este compromisso, em linha com o efetuado no passado com os sistemas multimunicipais e sistemas intermunicipais. Também o Plano Regional de Eficiência Hídrica do Alentejo constitui um instrumento em que se depositam expectativas face à pertinência das intervenções infraestruturais previstas e aos antecedentes na região do Algarve.

As intervenções previstas num setor de serviços de infraestruturas sendo centrais, são apenas instrumentais de algo mais abrangente. Neste sentido, é cada vez mais urgente contrariar de forma mais efetiva a erosão na exploração e gestão destes sistemas, num momento em que são requeridas novas competências e aumentam as necessidades de maior especialização, indispensáveis para responder à complexidade e exigência na antecipação e na mitigação de um vasto leque de fenómenos, mas também às oportunidades da agenda da descarbonização e economia circular.

É neste contexto que, e sem prejuízo de alguns passos, se aguardam novos desenvolvimentos na necessária valorização remuneratória dos trabalhadores destes serviços essenciais, no âmbito da qual é cada vez mais incompreensível a diferenciação negativa face a trabalhadores em funções públicas e a urgência de concluir a revisão do Acordo Coletivo de Trabalho.

A este respeito importa reter a evolução em 2022, em que a saída da Diretora de Manutenção e de uma Coordenadora de Centro Operacional, conjugada com um novo máximo de saídas, nos remeteram para um preocupante agravamento que se torna urgente contrariar.

Não temos dúvidas que a nossa elevada rotação de trabalhadores é o reflexo da incapacidade de atração e retenção de quadros, mas também e já de cansaço, apesar das limitadas ofertas de trabalho do território, circunstância que se repercute de forma muito negativa e a vários níveis no nosso desempenho diário, como na atempada implementação de um conjunto de iniciativas estruturantes em curso, destinadas a responder ao aumento crescente de exigências, em especial de transparência e contratação, mas também de desempenho ambiental, onde a pressão da comunidades é cada vez mais evidente.

O arrastar da implementação de funções de suporte essenciais, como a de manutenção e de compras e logística, indispensáveis para contrariar algumas limitações e otimizar processos, constituem hoje outra face visível dos constrangimentos que têm vindo a ser impostos, atrasando de forma incompreensível a elevação sustentada do nosso desempenho, degradando infraestruturas e expondo-nos a contraordenações de natureza ambiental. Esta circunstância é aliás bem patente na enganadora economia nalgumas rubricas de gastos em 2022, motivada por uma capacidade muito limitada de contratação que, em paralelo, sobrecarrega funções operacionais, apesar da disponibilidade económica e financeira existente.

A sustentabilidade é aliás patente no nosso percurso e na versão atualizada do estudo de viabilidade económica e financeira em discussão pelos parceiros Estado e Municípios, para o que muito contribui o reforço da aposta nos domínios da eficiência e produção de energia e da valorização orgânica de lamas, ou seja, as oportunidades da agenda da descarbonização e da economia circular.

É assim num contexto de aposta e de confiança na evolução na resolução de parte dos principais constrangimentos que ainda persistem e têm limitado o nosso desempenho, que iniciamos mais um ano desafiante também com uma reflexão interna destinada a atualizar a nossa Missão, Visão & Valores em simultâneo com a atualização e desenvolvimento do nosso Manual de

Governo, visando aprofundar e desenvolver um conjunto de aspetos que temos vindo a trabalhar no sentido da maior agilidade da nossa organização, através designadamente de uma maior horizontalidade, maior autonomia e responsabilidade nas chefias intermédias, densificação de linhas de comando hierárquica e funcionais e promoção de maior participação no processo de decisão.

Num projeto fortemente beneficiário e promotor de novas parcerias e no alargamento das existentes, e onde os tempos vão tornar mais prováveis situações de contingência, vamos continuar a diligenciar no sentido de uma clarificação da regulação da nossa relação com entidades gestoras de empreendimentos de fins múltiplos e equiparados, e naturalmente, na resolução do único processo de contencioso existente em termos da justa repartição dos encargos.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas em 2022, entende o Conselho de Administração manifestar o seu mais elevado apreço e consideração a todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

- i. O Acionista AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A, em representação do Estado Português;
- ii. O Acionista AMGAP, em representação dos 20 Municípios;
- iii. A Comissão da Parceria na sua qualidade de entidade de supervisão da Parceria;
- iv. Os Organismos e Serviços Públicos, nomeadamente à Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, à Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste, Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos e Agência Portuguesa do Ambiente;
- v. Ao Programa Operacional de Sustentabilidade e Uso Eficiente de Recursos (POSEUR);
- vi. Os Fornecedores, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da empresa;
- vii. Os Clientes, pela sua exigência crítica e boa colaboração;
- viii. O Fiscal Único, pelo espírito interessado e positivamente crítico de que deu prova no seguimento das atividades da empresa;
- ix. Os Membros da Mesa da Assembleia-Geral;
- x. Os Nossos Trabalhadores pelo seu notável sentido de serviço e de missão, sem o qual o nosso desempenho não poderia ter sido o que foi.

10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado no exercício de 2022, no valor positivo de **618 199,36 euros** (seiscentos e dezoito mil, cento e noventa e nove euros e trinta e seis cêntimos) tenha a seguinte aplicação:

- i. 30 909,97 euros (trinta mil, novecentos e nove euros e noventa e sete cêntimos) do resultado líquido de 2022 para constituição de Reserva Legal, correspondendo a uma vigésima parte do resultado líquido do exercício, valor mínimo previsto no art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais;
- ii. 587 289,39 euros (quinhentos e oitenta e sete mil, duzentos e oitenta e nove euros e trinta e nove cêntimos) do resultado líquido de 2022, para constituição de Reservas Livres nos termos do Contrato de Gestão e respetivo Aditamento.

Propõe ainda que nos termos do Contrato de Gestão e respetivo aditamento, o valor disponível em Resultados Transitados, **1 580 096,31 euros** (um milhão, quinhentos e oitenta mil, noventa e seis euros e trinta e um cêntimos) sejam integralmente transferidos para Reservas Livres.

I I. RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS

Introdução

Nos termos do n.º 8 do artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais, e no âmbito das nossas competências de vigilância geral sobre a atuação dos administradores com funções executivas, é emitido o presente relatório sobre o desempenho dos mesmos, durante o exercício de 2022.

Atividade

Nos termos da Lei, e das competências que o Estatuto do Gestor Público determina, e de outras atribuições decididas pelo Conselho de Administração, acompanhámos a gestão da empresa e o desempenho dos administradores executivos.

As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que se refere aos administradores executivos, livre e incondicionado.

Parecer

Face ao acima exposto, fazemos uma apreciação positiva do desempenho global dos administradores executivos, salientando a sua preocupação em auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as ações de gestão, adotando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes, tendo em vista um melhor rigor na gestão da empresa.

Beja, 3 de março de 2023

Francisco José Pinto Silva Narciso
(Presidente do Conselho de Administração)

Álvaro dos Santos Beijinha
(Vogal do Conselho de Administração)

Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro
(Vogal do Conselho de Administração)

12. ANEXO AO RELATÓRIO

Em cumprimento do disposto no n.º 5 do art.º 447.º e do n.º 4 do art.º 448.º do Código das Sociedades Comerciais vem-se informar que os membros dos Órgãos Sociais não detêm ações da Sociedade e o Capital Social da AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. em 31 de dezembro de 2022, integralmente detido pelos acionistas que constam do quadro seguinte.

Nos termos do art.º 66 do Código das Sociedades Comerciais, cumpre informar que no exercício de 2022:

- i. A sociedade não tem ações próprias;
- ii. Não se registaram quaisquer negócios entre a sociedade e os seus administradores;
- iii. A sociedade não tem qualquer sucursal.

1. Informação a que se refere o n.º 5 do Art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais:

Nada a referir.

2. Informação a que se refere o n.º 4 do Art.º 448.º do Código das Sociedades Comerciais:

Na data do encerramento do exercício os acionistas que detinham uma participação igual ou superior a 10% do Capital Social, são os seguintes:

ESTRUTURA ACIONISTA				
ACCIONISTA	%	N.º Ações Classe A	Capital Social Subscrito	Capital Social Realizado
Águas de Portugal, S.G.P.S., S.A.	51%	1 063 126	5 315 630	5 315 630
AMGAP - Associação de Municípios para Gestão de Água Pública do Alentejo	49%	1 021 433	5 107 165	4 435 970
TOTAL	100%	2 084 559	10 422 795	9 751 600

CONTAS DO EXERCÍCIO 2022

I. CONTAS INDIVIDUAIS

I.1 Demonstração da Posição Financeira

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA			
Ativos não correntes			
Ativos intangíveis	5	161 318 361	158 144 807
Ativos sob direito de uso	6	89 193	222 368
Investimentos financeiros	7	23 632	15 956
Impostos diferidos ativos	30	4 687 809	3 886 415
Desvio de Recuperação de Custos - Défice Tarifário	8	0	0
Total dos ativos não correntes		166 118 995	162 269 547
Ativos correntes			
Inventários	10	108 147	119 049
Clientes	9	6 100 538	6 045 464
Estado e outros entes públicos	11	314 557	428 715
Imposto sobre o rendimento do exercício	30	9 410	9 410
Outros ativos correntes	12	9 143 481	5 918 966
Caixa e seus equivalentes	13	2 274 488	1 268 785
Total dos ativos correntes		17 950 622	13 790 390
Total do ativo		184 069 617	176 059 937
Capital próprio			
Capital social	14	10 422 795	9 053 000
Reservas e outros ajustamentos	14	142 067	110 931
Resultados transitados	14	1 580 096	988 518
Resultado líquido do período	14	618 199	622 714
Total do capital próprio		12 763 158	10 775 163
Passivos não correntes			
Empréstimos	17	57 045 455	55 300 000
Passivo da locação	6	21 252	55 014
Fornecedores e outras contas a pagar	18	1 440 485	2 024 365
Impostos diferidos passivos	30	3 294 329	2 869 826
Acréscimos de gastos de investimento contratual	15	6 598 667	6 519 518
Subsídios ao investimento	16	91 177 561	88 268 982
Desvio de Recuperação de Custos - Superávit	8	790 232	62 931
Total dos passivos não correntes		160 367 982	155 100 638
Passivos correntes			
Empréstimos	17	1 189 752	611 133
Passivo da locação	6	43 071	151 431
Fornecedores e outros passivos correntes	18	8 670 339	8 209 870
Imposto sobre o rendimento do exercício	30	72 231	276 327

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Estado e outros entes públicos	11	963 084	935 375
Total dos passivos correntes		10 938 477	10 184 135
Total do passivo		171 306 459	165 284 772
Total do passivo e do capital próprio		184 069 617	176 059 937

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

1.2 Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Vendas	20	13 506 873	12 590 534
Prestações de serviços	20	5 800 257	5 490 490
Rend. de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	20	10 465 511	12 721 967
Desvio de Recuperação de Gastos	20	(727 301)	(724 456)
Gasto das vendas/variação dos inventários	21	(1 107 892)	(1 067 324)
Gastos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	21	(10 465 511)	(12 721 967)
Fornecimentos e serviços externos	22	(8 366 372)	(8 952 930)
Gastos com pessoal	23	(4 156 099)	(3 253 710)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	24	(7 519 888)	(7 812 985)
Subsídios ao investimento	25	3 529 847	3 575 498
Outros gastos e perdas operacionais	26	(1 116 763)	(193 296)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	27	563 340	1 737 443
Resultados operacionais		1 406 002	1 389 264
Gastos financeiros	28	(883 270)	(754 272)
Rendimentos financeiros	29	286 453	198 748
Resultados financeiros		(596 817)	(555 523)
Resultados antes de impostos		809 185	833 740
Imposto do exercício	30	(567 876)	(605 215)
Imposto diferido	30	376 890	394 189
Resultado Líquido do exercício	35	618 199	622 714
Resultado por ação (básico e diluído)	14	0,30	0,34

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

1.3 Demonstração das variações do Capital Próprio

	Capital social	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	TOTAL
Saldo a 31 de dezembro de 2021	9 053 000	110 931	988 518	622 714	10 775 163
Aumento de Capital	1 369 795	0	0	0	1 369 795
Aplicação do res. líquido do exercício	0	31 136	591 579	(622 714)	0
Distribuição de Dividendos	0	0	0	0	0
Resultado líquido do período	0	0	0	618 199	618 199
Saldo a 31 de dezembro de 2022	10 422 795	142 067	1 580 096	618 199	12 763 158

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

I.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa

	31.12.2022	31.12.2021
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
Atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	21 487 973	19 355 501
Pagamentos a fornecedores	(12 005 668)	(12 132 653)
Pagamentos ao pessoal	(4 346 229)	(3 596 291)
Fluxo Gerado pelas operações	5 136 074	3 626 558
Pagamento/Recebimento do Imposto sobre o Rendimento	(771 972)	(481 285)
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à Atividade Operacional	986 421	3 275 522
Pagamentos de Outros Impostos	(139 229)	(112 324)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	5 211 294	6 308 471
Atividades de investimento		
Subsídios de investimento	3 065 827	8 809 304
Outros ativos intangíveis	(1 507 951)	2 777 567
Ativos fixos tangíveis e intangíveis em curso	(7 655 306)	(18 902 918)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(6 097 430)	(7 316 046)
Atividades de financiamento		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	698 600	0
Financiamentos obtidos	22 500 001	8 273 000
Pagamento de financiamentos obtidos	(20 454 546)	(6 154 546)
Contrato de locação financeira	(157 727)	(219 768)
juros e gastos similares	(694 489)	(819 557)
Dividendos	0	0
Resultado do Fluxo de caixa das atividades de financiamento	1 891 839	1 079 129
Resumo de Fluxos por Atividade		
Fluxos de caixa das atividades operacionais	5 211 294	6 308 471
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	(6 097 430)	(7 316 046)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	1 891 839	1 079 129
Variações de caixa e seus equivalentes	1 005 703	71 554
Caixa e seus equivalentes no início do período	1 268 785	1 197 231
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2 274 488	1 268 785

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

I.5 Notas às Demonstrações Financeiras

Nota I. Informação geral

Nota I.1. Identificação da Empresa

A AgdA - **Águas Públicas do Alentejo, S.A.** (adiante designada também por AgdA) foi constituída em 25 de setembro de 2009, tendo a sua sede social na Rua Doutor Aresta Branco, n.º 51, Beja. A AgdA, tem como atividade principal a conceção, construção, exploração e gestão do sistema de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais designado por Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo.

Nota I.2. Atividade económica

A AgdA tem por objeto, nos termos do artigo 3.º dos seus estatutos "a exploração e a gestão dos serviços de águas relativos ao Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo, doravante SPPIAALENTEJO, em regime de parceria pública, nos termos do Contrato de Parceria celebrado em 13 de agosto de 2009 entre o Estado e os Municípios de Alcácer do Sal, Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Arraiolos, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Grândola, Mértola, Montemor-o-Novo, Moura, Odemira, Ourique, Santiago do Cacém, Serpa, Vendas Novas, Viana do Alentejo, Vidigueira, integrando como utilizadores originários os referidos Municípios". Tendo por base um Contrato de Gestão celebrado entre os Parceiros Estado Português - Municípios e a AgdA em 25 de setembro de 2009, foi atribuída à Sociedade, em regime de exclusividade, a gestão da exploração, incluindo igualmente a conceção e construção das obras e equipamentos, bem como a sua exploração, reparação, renovação e manutenção do SPPIAALENTEJO, pelo prazo de 50 anos.

Com o Aditamento ao Contrato de Parceria e de Gestão, assinado em 22 de dezembro de 2015 entre o Estado, a AgdA e os Municípios de Alcácer do Sal, Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Arraiolos, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Grândola, Mértola, Montemor-o-Novo, Moura, Odemira, Ourique, Santiago do Cacém, Serpa, Vendas Novas, Viana do Alentejo, Vidigueira, foi mantido o âmbito da atividade prestada bem como o prazo da Parceria, tendo o âmbito geográfico da Parceria deixado de incluir o Concelho de Ferreira do Alentejo.

Nota I.2.1 Atividade Regulada

As entidades gestoras de Sistemas Multimunicipais e Parcerias desenvolvem a sua atividade num sector regulado, estando sujeita à intervenção da ERSAR (Lei 10/2014, de 6 de março, que aprova os novos estatutos da ERSAR, no quadro das novas atribuições das entidades reguladoras fixadas pela Lei 67/2013, de 28 de agosto). O principal efeito da regulação sobre a atividade da empresa está no escrutínio que a entidade reguladora faz da tarifa a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores, bem como do respetivo orçamento anual.

Importa referir que, nos termos do Aditamento ao Contrato de Parceria, assinado em 22 de dezembro de 2015, a revisão dos pressupostos do EVEF ocorrem em períodos quinquenais, nos termos da Clausula 20.ª do Contrato de parceria e da Cláusula 17.ª do Contrato de Gestão, encontrando-se a atual revisão em curso e a aguardar aprovação.

As empresas gestoras de Parcerias estão ainda sujeitas à intervenção da entidade reguladora em matéria de qualidade de serviço, aferida por um conjunto de indicadores avaliados anualmente, e em matéria de qualidade da água para consumo humano, no âmbito dos poderes da ERSAR enquanto autoridade nacional da água para consumo humano.

Os contratos de parceria assinados entre o Estado e as autarquias servidas caracterizam-se por níveis elevados de investimentos a efetuar pelas entidades gestoras das parcerias. O financiamento é obtido através de fundos comunitários, empréstimos bancários, capitais próprios e pelos meios gerados pela atividade, sendo também acionistas os municípios a quem são prestados os serviços. O serviço prestado é pago através de tarifa fixada pela comissão de parceria.

ATIVIDADE						
Tipo de Serviço	Tipo de Atividade	Prazo	Período	Remuneração Acionista		
				Taxa	Incidência	
Abastecimento de Água	Parceria	50	2009 - 2059	OT (*) 10 Anos + 3%	Capital Social	
				OT (*) 10 Anos	Reservas	
Saneamento	Parceria	50	2009 - 2059	OT (*) 10 Anos + 3%	Capital Social	
				OT (*) 10 Anos	Reserva	

(*) O cálculo da OT corresponde à média dados valores anuais dos últimos quinze anos da taxa de Obrigações do Tesouro Português a 10 anos após exclusão das três observações anuais mais altas e das três mais baixas. Uma vez que em 2022 não ocorreu nenhum fator que tivesse reduzido o risco do capital social investido, foi mantido neste exercício o prémio de risco de 2021, ou seja, 3 pontos percentuais.

Nota 1.3. Organização

São acionistas da AgdA, a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A (51% do Capital social) e a AMGAP - Associação de Municípios para Gestão de Água Pública no Alentejo (49% do capital social).

Nota 1.4. Aprovação das Demonstrações Financeiras

Estas Demonstrações Financeiras da AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião do dia 3 de março de 2022. É opinião do Conselho de Administração que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações da empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa. É expectativa do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras serão aprovadas em Assembleia Geral sem alterações.

Nota 2. Políticas contabilísticas relevantes, julgamentos e estimativas

Nota 2.1. Bases de apresentação

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2022.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas nas respetivas notas relacionadas com as demonstrações financeiras. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base o princípio da continuidade das operações e segundo a base do custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e suposições que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e suposições adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

Nota 2.2. Data de referência das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos, resultados e fluxos de caixa da AgdA, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (e comparativos 31 de dezembro de 2021).

Nota 2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da AgdA e respetivas notas são apresentadas em euros.

Nota 2.4. Direito de Utilização de Infraestruturas (DUI)

Nota 2.4.1. Classificação da infraestrutura

Atendendo à tipologia do contrato da AgdA, nomeadamente no que diz respeito ao seu enquadramento legal (direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público que é inerente ao facto de os utilizadores utilizarem esse serviço), foi entendimento de que o modelo que se adequa à realidade da empresa é o do intangível. Deste modo, a AgdA como entidade gestora do Sistema Público de Parceria de Águas do Alentejo (SPPIAALENTEJO) classifica as infraestruturas do sistema que explora como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os gastos e rendimentos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em ativos intangíveis em curso. Os gastos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os gastos operacionais são afetados ao ativo intangível em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema, que coincide com a sua disponibilidade para uso.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas do SPPIAALENTEJO (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica do SPPIAALENTEJO, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja, têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no ativo intangível e amortizadas nos mesmos termos do restante ativo intangível. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

Nota 2.4.2. Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os gastos e rendimentos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em ativos intangíveis em curso. Os gastos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os gastos operacionais são afetos ao ativo intangível em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema, que coincide com a sua disponibilidade para uso.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da parceria (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da parceria, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja, têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no ativo intangível e amortizadas nos mesmos termos do restante ativo intangível. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

Nota 2.4.3. Amortizações

O ativo intangível, direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações na entidade gestora dos serviços de água e saneamento são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais fornecidos e tratados nesse exercício e os caudais fornecidos e tratados previstos até ao final da parceria previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de gestão.

As taxas de amortização do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 do direito de utilização de infraestruturas e os respetivos caudais foram as seguintes:

INVESTIMENTO CONTRATUAL						
Tipo de Serviço	Total de Investimento do Contrato de Gestão	Número de anos do Contrato de Gestão	Total de Caudais de 2022	Total de Caudais Remanescente previsto em Contrato de Gestão	Taxa Média de amortização do ano 2022	
Abastecimento de Água	154 397 518	50	20 092 825	631 844 368	3,0820%	
Saneamento	98 144 051	50	7 946 984	284 977 265	2,7130%	
Total	252 541 569	50	28 039 809	916 821 632	5,795%	

Nota 2.4.4. Acréscimos de gastos para investimentos contratuais

Em cumprimento do estipulado nos contratos de parceria e de gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da parceria. Estes acréscimos são calculados com base no padrão de benefícios económicos associados ao investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de parceria.

No caso da AgdA, os benefícios económicos obtidos são determinados pela regulação económica. Saliente-se que os acréscimos de custos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de parceria com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo. Na prática estes acréscimos, correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de parceria o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente.

Estes acréscimos são reconhecidos em custos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente) em acréscimos de gastos do investimento contratual, sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

Nota 2.4.5. Desvio de Recuperação de Gastos

Em termos contratuais, a AgdA remunera o capital investido pelo acionista, conforme definido no contrato de gestão, onde se estabelece os critérios para a fixação das tarifas ou valores garantidos em termos anuais, assegurando a completa recuperação dos gastos de investimento, operacionais, financeiros e também a adequada remuneração dos capitais próprios dos Acionistas.

Considera-se desvio de recuperação de gastos, à diferença verificada, anualmente, de recuperação de encargos afetos à tarifa, onde se inclui a remuneração acionista e os impostos sobre o rendimento. O desvio de recuperação de gastos pode assumir duas naturezas:

- a) **deficit, quando se verifica uma insuficiência de recuperação dos encargos suportados na prestação do serviço por via tarifária;**
- b) **superavit, quando se verifica um excesso de recuperação dos encargos suportados na prestação do serviço por via tarifária.**

Nota 2.4.6. Rédito – Serviços de Construção

De acordo com o IFRIC 12 – Contratos de concessão (contrato de gestão no caso da AgdA), a construção da infraestrutura pelo operador constitui um serviço que é prestado aos Parceiros, distinto do serviço de operação e manutenção, e que, como tal deverá por esta, ser remunerado. O rédito da atividade de construção deve ser reconhecido de acordo com o IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes. No entanto, e na aplicação da IFRIC 12, é assumido que não existe margem na construção, uma vez que esta atividade é subcontratada externamente a entidades especializadas, transferindo os riscos e os retornos a um

terceiro (que constrói), pelo que o rédito e os gastos associados à construção são de igual montante. Não obstante o acima exposto, os rendimentos de construção e os gastos associados são registados na demonstração dos resultados do exercício atendendo ao disposto na IFRIC 12.

Nota 2.5. Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte, encontram-se descritos ao longo do Anexo nas divulgações associadas às respetivas rubricas:

- Nota 5.2 - vida útil e imparidade de ativos intangíveis;
- Nota 6.2 - vida útil de Locações;
- Nota 8.2 - estimativas do desvio de recuperação de gastos;
- Nota 9.2 – imparidade de ativos financeiros;
- Nota 30.1 – estimativas para impostos e impostos diferidos.

Nota 2.6. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

Nota 3 Novas normas e alteração de políticas

Nota 3.1. Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentada nos comparativos.

Nota 3.2. Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2022

Estas normas e alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022, e foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras.

NOVAS NORMAS, INTERPRETAÇÕES E ALTERAÇÕES

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento	Proibição da dedução do rendimento obtido com a venda de itens produzidos durante a fase de testes, ao custo de aquisição dos ativos tangíveis	1 de janeiro de 2022
IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato	Clarificação sobre a natureza dos gastos a considerar para determinar se um contrato se tornou oneroso	1 de janeiro de 2022
IFRS 3 – Referências à estrutura conceptual	Atualização às referências para a Estrutura Conceptual e clarificação sobre o registo de provisões e passivos contingentes no âmbito de uma concentração de atividades empresariais	1 de janeiro de 2022
IFRS 16 – Bonificações de rendas relacionadas com o COVID-19 após 30 de junho de 2021	Extensão do período de aplicação da isenção na contabilização das bonificações atribuídas pelos locadores relacionadas com a COVID-19, como modificações, até 30 de junho de 2022	1 de abril de 2021
Ciclo de Melhorias 2018 – 2020	Alterações específicas e pontuais à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41	1 de janeiro de 2022

Da aplicação destas alterações de normas, novas normas não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da AgdA.

Nota 3.3. Novas normas e interpretações já emitidas, mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2023 e que a AgdA não adotou antecipadamente são as seguintes:

JÁ ENDOSSADAS PELA UNIÃO EUROPEIA

Descrição	Alteração	Data efetiva
IFRS 17 – Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos resultados, em termos de agregação, reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação.	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa	Esta alteração permite evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa apresentada, na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez. Esta alteração permite a aplicação de um “overlay” na classificação de um ativo financeiro, para o qual a entidade não atualize as informações comparativas do IFRS 9.	1 de janeiro de 2023
IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas	Requisito de divulgação de políticas contabilísticas “materiais”, em detrimento de políticas contabilísticas “significativas”	1 de janeiro de 2023
IAS 8 – Divulgação de estimativas contabilísticas	Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas	1 de janeiro de 2023
IAS 12 - Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação	Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso/ passivo da locação e provisões para	1 de janeiro de 2023

desmantelamento / ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, por não serem relevantes para efeitos fiscais

AINDA NÃO ENDOSSADAS PELA UNIÃO EUROPEIA

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 1 - Passivos não correntes com "covenants"	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses, após a data de relato, quando sujeito a "covenants".	1 de janeiro de 2024
IFRS 16 – Passivos de locação em transações de venda e relocação	Requisitos de contabilização de transações de venda e relocação após a data da transação, quando alguns ou todos os pagamentos da locação são variáveis.	1 de janeiro de 2024

Da aplicação destas alterações de normas, novas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da AgdA após 1 de janeiro de 2023.

Normas em revisão

IFRS 14 Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas

Esta norma permite que uma entidade cujas atividades estejam sujeitas a tarifas reguladas continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas do anterior normativo contabilístico relativas a contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas ao adotar as IFRS pela primeira vez.

Não podem aplicar a norma: (i) as entidades que já preparam as demonstrações financeiras em IFRS, (ii) as entidades cujo atual normativo contabilístico não permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e (iii) as entidades cujo atual normativo contabilístico permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios mas que não tenham adotado tal política nas suas contas antes da adoção das IFRS.

As contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas devem ser apresentadas numa linha separada da demonstração da posição financeira e os movimentos nestas contas devem ser apresentados em linhas separadas na demonstração de resultados e na demonstração do resultado integral. Deve ser divulgada a natureza e os riscos associados à tarifa regulada da entidade e os efeitos de tal regulamentação nas suas demonstrações financeiras.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A União Europeia (UE) decidiu não lançar o endosso desta norma intermédia e esperar pela norma final.

Em janeiro de 2021 o IASB apresentou o *Exposure Draft* da nova norma IFRS 14 – Ativos e passivos regulatórios, tendo terminado em 30 de julho de 2021 o período para receção de comentários. A nova versão do IFRS 14 propõe que os ativos e os passivos regulatórios sejam mensurados através da estimativa de todos os cash-flows futuros descontados à data de relato.

A taxa de desconto deverá corresponder à taxa regulatória, Caso a taxa regulatória não permita compensar a empresa do efeito de variação temporal do dinheiro, então deverá ser usada uma taxa que permita efetuar esta compensação. Em cada data de relato a empresa deverá atualizar a estimativa de todos os cash-flows futuros e descontá-los à taxa regulatória inicial. A norma prevê requisitos adicionais de divulgação sobre os ativos, passivos, rendimentos e gastos regulatórios bem como uma análise de maturidade aos ativos e passivos regulatórios. Em dezembro de 2021 o IASB após análise dos comentários recebidos ao Exposure Draft identificou as áreas que necessitam de trabalho adicional. Ocorreram reuniões do IASB em 2022 e em 2023 ocorrerão outras reuniões, para análise e revisão de algumas propostas ao *Exposure Draft*. O Grupo AdP encontra-se em fase de análise e de avaliação dos impactos do *Exposure Draft*.

Nota 4. Políticas de gestão do risco financeiro

Nota 4.1. Fatores de risco

As atividades da AgdA e do Grupo AdP estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

Nota 4.2. Risco de mercado

Nota 4.2.1. Risco de taxa de juro

O risco da taxa de juro da AgdA advém, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo quer de curto prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a AgdA ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a AgdA ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da empresa.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE À VARIAÇÃO DA TAXA DE JURO VARIÁVEL

	31.12.2022	Taxa Média + 1%	Taxa Média - 1%
Juros suportados à taxa variável	759 921	1 124 189	395 654
Total	759 921	1 124 189	395 654

O impacto da variação de taxa mensurada é calculado num prazo de doze meses.

Nota 4.2.2. Risco do preço das matérias-primas (energia e combustíveis)

Os gastos anuais da AgdA em energia e combustíveis, representam aproximadamente 25% do total de fornecimentos e serviços externos. A AgdA através da AdP SGPS negocia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

A expectativa é de que no próximo ano os gastos com eletricidade venham a aumentar significativamente, dado a atual conjuntura e o termino do contrato que se encontra em vigor.

Nota 4.3. Risco de liquidez e de capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria do Grupo AdP pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. O Grupo efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos. A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da AgdA por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros.

RISCO DE LIQUIDEZ

	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Passivo				
Financiamentos	1 189 752	20 689 150	36 356 305	58 235 207
Fornecedores e outros Passivos	8 670 339	1 440 485	0	10 110 824
Passivos de Locação	43 071	21 252	0	64 324
Total	9 903 162	22 150 887	36 356 305	68 410 354

Os empréstimos contratados são maioritariamente BEI e permitiram contratualmente que a AgdA e o Grupo AdP escolhessem tipologia de taxa de juro a aplicar: taxa de juro variável, taxa fixa pela maturidade do empréstimo ou taxa fixa revisível por um determinado período de tempo. Neste sentido, para efeitos de determinação dos juros futuros nos empréstimos BEI foram considerados os juros conhecidos e formalmente contratualizados, pelo que, para o período temporal após o qual a taxa fixada está em vigor não foram considerados juros no quadro acima por não ser determinável de forma fiável qual o juro a incorrer no futuro.

Tendo em conta o exposto, bem como os meios libertos de exploração recorrentes, a AgdA não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades financeiras. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, uma vez que a AdP dispõe de liquidez imediata para satisfazer a totalidade do serviço da dívida previsto para os 12 meses subsequentes caso se mostre necessário.

O modelo de financiamento da AgdA assenta fundamentalmente em três grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, o financiamento bancário, com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI, no financiamento acionista e no capital próprio e subsídios ao investimento não reembolsáveis.

	31.12.2022	31.12.2021
Empréstimos não correntes	(57 045 455)	(55 300 000)
Empréstimos correntes	(1 189 752)	(611 133)
Disponibilidades	2 274 488	1 268 785
Dívida	(55 960 718)	(54 642 348)
Subsídios ao investimento	91 177 561	88 244 276
Total do capital próprio	12 763 158	10 775 163
Capital	103 940 719	99 044 145
Dívida/total do capital	54%	55%

O objetivo da AgdA em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da empresa, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política da AgdA é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP, que por sua vez fará empréstimos às suas subsidiárias. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência e redução do custo médio de capital.

Nota 4.4. Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a AgdA. A AgdA está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

RISCO DE CRÉDITO

Financiador	Tipo	Plafond	Utilizado	Disponível 31.12.2022
Caixa Geral de Depósitos	Descoberto Bancário	2 000 000	0	2 000 000
Millennium BCP	Descoberto Bancário	2 000 000	0	2 000 000
Acionista AdP	Apoio de tesouraria	5 000 000	300 000	4 700 000
Acionista AdP - Suprimentos I	Financiamento MLP	35 000 000	15 000 000	20 000 000
Acionista AdP - Suprimentos I	Financiamento MLP	2 500 000	2 500 000	0
BEI V	Financiamento MLP	40 000 000	40 000 000	0
Total		86 500 000	57 800 000	28 700 000

Nota 4.4.1. Contraparte de exploração

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água e saneamento).

A composição da carteira de clientes da AgdA tem essencialmente a naturezas de autarquias locais ou empresa municipal.

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado diminuto ou próximo do risco soberano, observando-se historicamente que o não pagamento dos serviços prestados resulta essencialmente de divergências sobre as faturas que de imediato têm sido solucionadas. Nos termos da legislação e regulação em vigor, aplicável aos sistemas multimunicipais e parcerias, a alteração dos valores em dívida, por acordo voluntário ou extrajudicial entre as entidades gestoras e estas entidades ou por sentença judicial, releva para efeito do recálculo do Desvio de Recuperação de Gastos a recuperar nas tarifas ou rendimentos tarifários a cobrar na prestação de serviços futuros.

Não obstante o anterior, o processo administrativo associado à cobrança ou regularização por via de acordos e imputação ao desvio de recuperação de gastos é moroso, o que explica o valor elevado do montante de dívidas vencidas bem como os rendimentos financeiros.

O Conselho de Administração da AgdA entende que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas prospetivas por imparidade (exceto em situações muito específicas e que resultam de acordos celebrados, traduzidos no cálculo do Desvio de Recuperação de Gastos).

Nota 4.4.2. Contraparte de depósitos

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AgdA a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2022 sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do balanço.

ATIVOS FINANCEIROS BANCÁRIOS

	31.12.2022	31.12.2021
Depósitos à Ordem	2 269 638	1 264 535
Depósitos Prazo	0	0
Fundo de reconstituição do capital	0	0
Outros	0	0
Total	2 269 638	1 264 535

ATIVOS FINANCEIROS BANCÁRIOS

	31.12.2022	31.12.2021
Novo Banco	7 374	7 138
Santander Totta	1 241	2 940
Caixa Geral de Depósitos	594 274	457 146
Caixa de Crédito Agrícola	9 668	9 730
Banco Português do Investimento	1 003	1 248
Millennium BCP	42 174	4 019
Bankinter	10 522	4 169
Instituto de Gestão do Crédito Público	1 603 383	778 144
Depósitos à Ordem	2 269 638	1 264 535

RATING'S

Ratings	Moody's Longo prazo Ano 2022	Moody's Longo prazo Ano 2021
Novo Banco	Ba2	B1
Banco Santander Totta	A-	A2
Caixa Geral de Depósitos	Baa2	Baa2
Caixa de Crédito Agrícola	Baa2	Baa2
Banco Português do Investimento	BBB	Baa1
Millennium BCP	BB	Baa3
Banco Bankinter	A-	Baa1
Instituto de Gestão do Crédito Público	BBB+	Baa2

Em 31 de dezembro de 2022, inclui 1 603 383 euros depositados na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E.

Nota 4.5. Risco de exploração

Nota 4.5.1. Risco de catástrofe

A AgdA está exposta a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a conseqüente perda de receita. Para fazer face a estes riscos a AgdA tem contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

Nota 4.5.2. Risco regulatório

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pelo Grupo. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cash-flow*, decorrentes da possibilidade contratual de definirem um cenário de eficiência produtiva que estabelece os gastos a serem recuperados pela tarifa podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

Nota 5. Ativos intangíveis

Nota 5.1. Políticas contabilísticas

Direitos de utilização de infraestruturas

Ver nota 2.4.

↳ Outros ativos intangíveis

Os ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de software, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevados pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Os gastos de investigação e desenvolvimento que não cumprem com os critérios de reconhecimento de despesas de desenvolvimento enquanto ativos intangíveis são reconhecidos em gastos do período quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento previamente reconhecidos como gastos do exercício não são reconhecidos como ativos intangíveis em períodos subsequentes. Investimentos que aumentem a performance dos programas de *software* para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do *software*.

Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Os custos de implementação do *software* reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de três a seis anos.

↳ Imparidade

Os ativos do Grupo são analisados à data de cada balanço por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado.

Para outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do relato.

Tendo em conta as premissas dos contratos de parceria e de gestão, o valor recuperável do direito de utilização de infraestruturas (DUI) corresponde ao valor de uso, e este por sua vez corresponde à remuneração garantida (dividendo) em cada um dos anos ao longo do prazo da parceria. Estes montantes são parte integrante do EVEF (estudo de viabilidade económica e financeira) anexos aos respetivos contratos que são reenviados periodicamente para o regulador do sector e Comissão de Parceria.

Sempre que, existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos do AgdA. Quando o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável, sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Para as unidades geradoras de caixa com atividade iniciada há menos que um certo período de tempo (2 a 3 anos) a AgdA efetua uma análise da imparidade. No caso em que os respetivos negócios não terão atingido ainda maturidade suficiente, são reconhecidas perdas por imparidade quando existam indicadores inequívocos de que a sua recuperabilidade é considerada remota.

↳ Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

↳ Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

Nota 5.2. Estimativas e Julgamentos

↳ Vida útil

A determinação das vidas úteis do Direito de Utilização de Infraestruturas bem como o respetivo método de amortização é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão. No entanto, tratando-se de uma atividade concessionada e regulada, a vida útil do Direito de Utilização de Infraestruturas está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (caudais e prazo da concessão), e de acordo com o respetivo contrato de gestão. No fim da parceria o Direito de Utilização de Infraestruturas está amortizado a 100%. (ver nota 2.4).

Na determinação do investimento contratual a AgdA utiliza para efeitos de base de amortizações o valor dos investimentos contratuais previstos no contrato de parceria e EVEF's (Estudos de Viabilidade Económica e Financeira) em vigor, os quais estão em fase de revisão quinquenal, com conseqüente impacto nas demonstrações financeiras.

↳ Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da empresa, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

Nota 5.3. Detalhe e movimento

O detalhe dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é o seguinte:

ACTIVOS INTANGÍVEIS		
	31.12.2022	31.12.2021
Despesas de desenvolvimento	406 173	417 578
Direitos de utilização de infraestruturas (DUI)	160 912 189	157 727 229
Total	161 318 361	158 144 808

O movimento ocorrido nos ativos intangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é o seguinte:

MOVIMENTO DO PERÍODO DO ATIVO				
Valor Bruto	31.12.2021	Aumentos	Reclassificações	31.12.2022
Despesas de desenvolvimento	567 482	0	0	567 482
Direitos de utilização de infraestruturas (DUI)	188 130 966	10 465 511	0	198 596 477
Total Bruto	188 698 448	10 465 511	0	199 163 959
Amortizações acumuladas	31.12.2021	Aumentos	Reclassificações	31.12.2022
Despesas de desenvolvimento	(149 904)	(11 405)	0	(161 309)
Direitos de utilização de infraestruturas (DUI)	(30 403 737)	(5 121 012)	(2 159 540)	(37 684 289)
Total de Amortizações	(30 553 640)	(5 132 417)	(2 159 540)	(37 845 598)
Total Líquido	158 144 807	5 333 094	(2 159 540)	161 318 361

DUI - MOVIMENTO DO PERÍODO				
Valor Bruto	31.12.2021	Aumentos	Reclassificações	31.12.2022
Terrenos	1 870 374	9 145	380 091	2 259 610
Edifícios e outras construções	138 988 805	291 336	14 330 821	153 610 962
Equipamento básico	25 697 189	455 064	1 037 822	27 190 075
Equipamento de transporte	5 441	0	0	5 441
Equipamento administrativo	480 409	0	0	480 409
Outros	409 015	0	0	409 015
Investimento em Curso	20 679 734	9 709 966	(15 748 734)	14 640 966
Total do Ativo DUI Bruto	188 130 966	10 465 511	0	198 596 477
Amortizações acumuladas	31.12.2021	Aumentos	Reclassificações	31.12.2022
Terrenos	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	(16 892 574)	(4 127 948)	0	(21 020 522)
Equipamento básico	(5 766 499)	(917 118)	0	(6 683 617)
Equipamento de transporte	(5 441)	0	0	(5 441)
Equipamento administrativo	(373 917)	(45 335)	0	(419 252)
Outros	(388 662)	(5 862)	0	(394 524)
Correção das Amortizações Investimento Realizado	(6 976 644)	(24 749)	(2 159 540)	(9 160 933)
Total de Amortizações DUI	(30 403 737)	(5 121 012)	(2 159 540)	(37 684 289)
Total do Ativo DUI Líquido	157 727 229	5 344 500	(2 159 540)	160 912 189

O valor registado em Reclassificações, no montante de 15,748 milhões de euros, corresponde aos investimentos concluídos em 2022, dos quais 14,762 milhões de euros correspondem a infraestruturas de abastecimento de água e 0,986 milhões de euros correspondem a infraestruturas de saneamento água.

Importa destacar que a AgdA encontra-se em fase de execução do plano de investimentos previsto no contrato de gestão, tendo realizado em 2022 o valor de 10,465 milhões de euros, incluindo capitalização de encargos. Podemos destacar as obras de Ampliação da ETA do Enxóe; Ligação da ETA do Roxo à EDIA, ETAR e SI do Rosário, adução à Zona Mértola Sudoeste e Subsistema do Roxo Poente. A circunstância de se encontrar na transição para um novo ciclo de investimento e programa

comunitário, justifica uma menor expressão tendo em conta que parte do investimento resulta ainda da elaboração de projectos.

Nota 6. Locações

Nota 6.1. Políticas contabilísticas

As locações nas quais a AgdA é locatária, são reconhecidas, mensuradas e apresentadas de acordo com um modelo único. Através deste modelo as locações são contabilizadas na demonstração da posição financeira. Na data de início da locação, a AgdA reconhece o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso). A AgdA reconhece separadamente o custo financeiro relacionado com o passivo da locação e o custo com a depreciação ou amortização do ativo sob o direito de uso.

A AgdA tem locações enquanto locatário.

↳ Identificação de uma locação

No início de um contrato, uma entidade deve avaliar se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é ou contém uma locação se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma remuneração:

- i. O ativo subjacente à locação deve ser especificamente identificado ou o ativo está implicitamente especificado quando fica disponível para uso pelo locatário; e
- ii. A locação deverá conceder o direito de controlar o uso do ativo subjacente por um determinado período de tempo, isto é, a locação deverá conceder o direito ao locatário de obter substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do ativo identificado.

↳ Separar componentes de um contrato

Se um contrato é, ou contém uma locação, a AgdA contabiliza cada componente da locação de forma separada da componente não-locação (ex.: prestação de serviços) implícita no contrato, exceto, nos casos em que a AgdA (como locatário) opte por não separar a componente não-locação da componente locação, e como tal, contabilizar tudo como sendo apenas uma única componente de locação.

A remuneração do contrato é separada entre a componente locação e componente não-locação, com base no preço relativo em base individual para cada componente locação e com base no somatório dos preços em base individual para as componentes não locação. O preço relativo em base individual da componente locação equivale ao preço que um locador/fornecedor praticaria para a componente locação de forma separada.

A não ser que o expediente prático permitido aos locatários seja utilizado, um locatário deve contabilizar a componente não-locação de acordo com os IFRS que lhe sejam aplicáveis.

↳ Prazo da locação

O prazo da locação corresponde ao período não-cancelável em que o locatário tem o direito de usar um ativo subjacente, em conjunto com as seguintes condições:

- i. Períodos cobertos por opções em estender a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como irá exercer essa opção; e
- ii. Períodos cobertos por uma opção de terminar a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como não irá exercer essa opção.

O prazo da locação inclui os meses de carência de rendas, caso existam. A data de início da locação (“commencement date”) corresponde à data em que o locador coloca disponível para uso do locatário o ativo subjacente da locação.

A) Contabilização nos locatários

↳ Reconhecimento e mensuração inicial da locação

Na data de início da locação a AgdA reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação.

Mensuração inicial do ativo sob direito de uso (“Right-of-use asset”)

Na data de início da locação o ativo sob direito de uso é mensurado ao custo, o qual equivale ao valor do passivo da locação adicionado de custos com desmantelamento do ativo (quando os mesmos sejam uma obrigação), de custos iniciais diretos de instalação do ativo e de pagamentos deduzidos de incentivos que possam ter ocorrido antes da data do contrato.

Mensuração inicial do passivo da locação

Na data de início da locação o passivo da locação é mensurado pelo valor atual dos pagamentos fixos e variáveis futuros da locação, das penalidades por antecipação contratual, do valor residual que seja expetável ser pago pelo locatário e da opção de compra, se certa. Os pagamentos variáveis futuros da locação não incluem remunerações indexadas ao volume de negócios do locatário.

Os pagamentos futuros da locação são descontados utilizando a seguinte taxa de juro:

- i) Nos contratos em que se dispõe da taxa implícita do respetivo contrato, é utilizada essa taxa (taxa de juro que iguala o justo valor do ativo subjacente ao somatório do valor atual das rendas da locação e do valor residual);
- ii) Nos restantes contratos, utiliza-se a taxa incremental de financiamento (taxa de juro que seria obtida para um financiamento para o prazo da locação destinado à aquisição do ativo subjacente da locação).

↳ Mensuração subsequente da locação

Mensuração subsequente do ativo sob direito de uso

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo modelo do custo, em que o ativo sob direito de uso é mensurado pelo custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas e é ajustado por quaisquer remensurações do passivo da locação.

As depreciações são calculadas de forma linear desde a data de início da locação e pela vida útil do ativo subjacente nos casos em que exista opção de compra na locação e a mesma tenha sido considerada na mensuração inicial do ativo sob direito de uso. Nos restantes casos as depreciações são calculadas de forma linear pelo prazo da locação. As depreciações são contabilizadas como um gasto na demonstração dos resultados.

As vidas úteis utilizadas para os ativos sob direito de uso são traduzidas nos seguintes prazos médios:

Naturezas	Intervalo de anos
Licenças de software	3
Equipamento de transporte	1-4

Mensuração subsequente do passivo da locação

O passivo da locação é mensurado ao custo amortizado. Após a data de início da locação, o Grupo AdP mensura o passivo da locação por:

- i) Aumentos para refletir os juros corridos (calculados com a taxa de desconto utilizada na mensuração inicial do passivo da locação e reconhecidos na demonstração dos resultados);
- ii) Reduções para refletir os pagamentos da locação efetuados;
- iii) Remensuração para refletir modificações na locação (ex: prazo, rendas):
 - a. Implica ajustar o valor contabilístico do direito de uso do ativo da locação;
 - b. Se a remensuração resultar de alteração do prazo da locação, então, é definida uma nova taxa de desconto a aplicar a partir da data de alteração do prazo da locação.

↳ Expedientes práticos utilizados pela AgdA enquanto locatária

A AgdA utiliza os seguintes expedientes práticos previstos no IFRS 16:

- i) Contratos com as componentes de locação e de serviços, a componente de serviços é tratada como uma locação no âmbito do IFRS 16;
- ii) Contratos de locação com término contratual até 12 meses, são excluídos do âmbito do IFRS 16;
- iii) Contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha um valor estimado de aquisição em estado inferior a 5.000 USD (máquinas impressoras e fotocopiadoras, bebedouros, reservatórios) são excluídos do âmbito do IFRS 16.

Nos contratos de locação em que a AgdA é locatária e cujos ativos subjacentes tenham pouco valor como, por exemplo, um computador pessoal) e nos contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior), o reconhecimento e mensuração da locação não é efetuada através do modelo único acima descrito, sendo as rendas da locação reconhecidas como um gasto numa base linear durante o período da locação na demonstração dos resultados na rubrica “Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres”.

Nota 6.2. Estimativas e julgamentos

Vida útil

A determinação das vidas úteis dos ativos é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Nota 6.3 Ativos sob direito de uso

O detalhe dos ativos sob direito de uso em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e o respetivo movimento ocorrido nos exercícios findos naquelas datas é o seguinte:

MOVIMENTO DO PERÍODO DO ATIVO				
Valor Bruto	31.12.2021	Aumentos	Abates	31.12.2022
Equipamento de transporte	711 705	15 607	0	727 311
Licenciamento Microsoft	85 022	0	0	85 022
Total Bruto	796 726	15 607	0	812 333
Amortizações acumuladas	31.12.2021	Aumentos	Abates	31.12.2022
Equipamento de transporte	(543 656)	(120 441)	0	(664 097)
Licenciamento Microsoft	(30 702)	(28 341)	0	(59 043)
Total de Amortizações	(574 358)	(148 781)	0	(723 139)
Total Líquido	222 368	(133 175)	0	89 193

Nota 6.4. Passivos da locação

O detalhe dos passivos da locação em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é o seguinte:

PASSIVOS DE LOCAÇÃO		
	31.12.2022	31.12.2021
Locação financeira equipamentos de transporte	21 252	55 014
Locação Financeira Licenças	0	0
Total não Correntes	21 252	55 014
Locação financeira equipamentos de transporte	43 071	123 070
Locação Financeira Licenças	0	28 361
Total Correntes	43 071	151 431
Total em Passivos de locação	64 324	206 445

Nota 7. Outros ativos financeiros

O detalhe dos outros ativos financeiros em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é o seguinte:

OUTROS ATIVOS FINANCEIROS		
	31.12.2022	31.12.2021
Fundo de Compensação do Trabalho	23 632	15 956
Total de Investimentos Financeiros	23 632	15 956

Nota 8. Desvios de Recuperação de Gastos

Nota 8.1. Políticas contabilísticas

Para as políticas contabilísticas relativas ao desvio de recuperação e gastos, consultar divulgação na nota 2.4.5.

Nota 8.2. Estimativas e julgamentos

Em termos contratuais, a AgdA remunera o capital investido pelo acionista, conforme definido no contrato de gestão, onde se estabelece os critérios para a fixação das tarifas ou valores garantidos em termos anuais, assegurando a completa recuperação dos gastos de investimento, operacionais, financeiros e também a adequada remuneração dos capitais próprios dos Acionistas.

Considera-se desvio de recuperação de gastos, à diferença verificada, anualmente, de recuperação de encargos afetos à tarifa, onde se inclui a remuneração acionista e os impostos sobre o rendimento. O desvio de recuperação de gastos pode assumir duas naturezas:

a) deficit, quando se verifica uma insuficiência de recuperação dos encargos suportados na prestação do serviço por via tarifária;

b) superavit, quando se verifica um excesso de recuperação dos encargos suportados na prestação do serviço por via tarifária.

Nota 8.3. Detalhe e movimento

O desvio de recuperação de gastos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 tem o seguinte detalhe:

DESVIOS DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS (BALANÇO)		
	31.12.2022	31.12.2021
Desvios de Recuperação de Gastos Ativos (Deficit)	0	0
Desvios de Recuperação de Gastos Passivos (Superavit)	790 232	62 931
Total Desvios de Recuperação de Gastos	(790 232)	(62 931)

A AgdA evidencia nos seus documentos de prestação de contas os desvios de recuperação de gastos. Entenda-se o desvio de recuperação de gastos como a diferença entre o valor de rendimentos necessários à cobertura da totalidade dos custos, incluindo impostos sobre os resultados e a remuneração dos capitais próprios (nota 35), e o valor dos rendimentos efetivos em cada um dos exercícios económicos.

Em 31 de dezembro de 2022 a AgdA apresentou um *superavit* tarifário acumulado na demonstração da posição financeira de 790.232 euros que corresponde ao valor do desvio de recuperação de gastos (superavit tarifário) acumulado entre 2016 e 2017 e entre 2020 e 2021 no montante de 1.531.814 euros, ao desvio de recuperação de gastos negativo (défice tarifário) de 2018 e 2019 no montante de 1.468.882 euros e ao desvio de recuperação de gastos (superavit tarifário) verificado em 2022, no valor de 727.301 euros que será ainda objeto de validação por parte da Comissão de Parceria.

Nota 9. Clientes

Nota 9.1. Políticas contabilísticas

↳ Classificação

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- a) Ativos financeiros pelo custo amortizado;
- b) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados:
 - a. Ativos financeiros detidos para negociação;
 - b. Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados;
 - c. Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio.

Face à atividade da empresa, a AgdA apenas detém ativos financeiros pelo custo.

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros pelo custo amortizado”, quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- ii. As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, nomeadamente de crédito a clientes.

↳ Avaliação do modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros

Em relação à avaliação do modelo de negócio, não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumentos do risco de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

↳ Avaliação das características dos fluxos contratuais dos ativos financeiros (SPPI)

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), o AgdA determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais dos ativos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excecionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado.

↳ Reconhecimento inicial

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros ativos são registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros ativos que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Os custos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, que não teriam sido incorridos se a AgdA não tivesse efetuado a transação.

No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS 15 - Réditos de contratos com os clientes.

↳ Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, a AgdA valoriza os ativos financeiros pelo custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral ou ao justo valor através de resultados. Face à atividade da AgdA apenas são detidos ativos financeiros pelo custo amortizado.

Os rendimentos e gastos de instrumentos financeiros ao custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros são registados em resultados, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade);
- b) São reconhecidos impactos em gastos ou rendimentos do período, quando o instrumento financeiro é desreconhecido, ou quando são reconhecidas ou revertidas perdas de imparidade

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro, a AgdA recalcula o valor bruto do ativo bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

Os saldos de clientes e outras contas a receber sem componente de financiamento correspondem a valores a receber pela venda de bens ou de serviços prestados pela AgdA no curso normal das suas atividades ou correspondem a direitos a receber. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal ou do seu justo valor.

↳ Crédito abatido ao ativo (write-off)

A AgdA reconhece um crédito abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as ações de recuperação desenvolvidas pela AgdA se revelarem infrutíferas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

↳ Imparidade de ativos financeiros

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas “Clientes e outros ativos correntes”, a AgdA aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas.

O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de default anual e também tem em conta o perfil de risco

de crédito do cliente. A probabilidade de incobabilidade representa uma probabilidade de default anual que reflete a posição atual e projeções futuras tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto que a perda na eventualidade de default representa a perda expectável quando o default ocorra.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente incorridas.

As perdas de imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do exercício. O valor da demonstração da posição financeira dos ativos financeiros é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de imparidade.

Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Genericamente a AgdA não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência dos mesmos é remoto.

↘ Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

De acordo com os requisitos do IFRS 9, a reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros apenas pode ocorrer no caso de a AgdA decidir alterar o modelo de negócio para a gestão de uma categoria de ativos financeiros. Esta reclassificação seria efetuada de forma prospetiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a abordagem do IFRS 9, geralmente as alterações no modelo de negócio ocorrem com pouca frequência.

↘ Política de desreconhecimento

Um ativo financeiro é total ou parcialmente desreconhecido quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa desse ativo expiram ou quando são transferidos para um terceiro independente da entidade.

O tratamento contabilístico a aplicar às transferências de ativos depende do grau e da forma como se transferem para terceiros os riscos e benefícios associados à propriedade dos ativos:

- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro, são substancialmente transferidos para terceiros (no caso de, entre outros, vendas incondicionais, vendas com acordo de recompra pelo justo valor na data de recompra, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou venda adquirida emitida sem dinheiro e em securitizações de ativos nos quais o cedente não retém financiamento subordinado ou concede qualquer tipo de reforço de crédito aos novos detentores), este ativo é desreconhecido do balanço, reconhecendo-se simultaneamente qualquer direito ou obrigação retidos ou resultantes da transferência;
- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro transferido são substancialmente retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com acordo de recompra por um preço fixo ou pelo preço de venda mais a rentabilidade usual de um credor, os contratos de empréstimo de títulos em que o

mutuário tem a obrigação de devolver os mesmos ou similares) não são desreconhecidos no balanço e continuam a ser valorizados com os mesmos critérios utilizados antes da transferência, sendo reconhecido em termos contabilísticos:

- Um passivo financeiro associado por um valor igual à retribuição recebida, que é subsequentemente valorizada ao custo amortizado, a menos que cumpra os requisitos para ser classificado como outros passivos pelo justo valor através de resultados.
- O rendimento do ativo financeiro transferido, mas não desreconhecido, e as despesas do novo passivo financeiro, sem compensação.
- Se os riscos e benefícios, inerentes a um ativo financeiro transferido, não forem substancialmente transferidos ou retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou de venda, securitizações em que o cedente assume financiamento subordinado ou outros tipos de melhoria de crédito para uma parte do ativo transferido), distingue-se entre
 - Se a entidade cedente não retém o controlo do ativo financeiro transferido, ele é desreconhecido do balanço qualquer direito ou obrigação retida ou resultante da transferência é reconhecida.
 - Se a entidade cedente retém o controlo do ativo financeiro transferido, continua a reconhecê-lo no balanço por um valor igual à sua exposição com as alterações de valor que possa ter e reconhece um passivo associado ao ativo financeiro transferido. O valor líquido do ativo transferido e do passivo associado será ao custo amortizado dos direitos e obrigações retidos, se o ativo for mensurado pelo custo amortizado, ou pelo justo valor dos direitos e obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado pelo justo valor.

Nota 9.2. Estimativas e julgamentos

↳ Imparidade de ativos financeiros

As perdas por imparidade para clientes e outras contas a receber são calculadas de acordo com a perda esperada, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas a avaliação de imparidade das contas a receber diferem de negócio para negócio.

À data de emissão das demonstrações financeiras da AgdA não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados, para além das perdas por imparidade reconhecidas nestas demonstrações financeiras. Se por efeito de alguma avaliação for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor de balanço do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da AgdA.

Conforme já referido, face à tipologia de clientes da AgdA para os quais na sua maioria são considerados de risco baixo (Municípios) e conjugado com o facto de eventuais perdas por imparidade reconhecidas na empresa serem considerados como

um gasto aceite no desvio de recuperação de gastos, não foram efetuadas análises de sensibilidade, dado que não existem impactos no resultado líquido nem no capital próprio da AgdA.

Nota 9.3. Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o detalhe de Clientes é o seguinte:

CLIENTES	31.12.2022	31.12.2021
Clientes Não Correntes		
Clientes Municipais	0	0
Total em Clientes Não Correntes	0	0
Clientes Correntes		
Clientes Municipais	5 140 990	5 081 614
Clientes Grupo	4 494	0
Outros Clientes	0	0
Devedores por Acréscimos de Rendimentos	955 055	963 850
Total em Clientes Correntes	6 100 538	6 045 464
Total em Clientes	6 100 538	6 045 464

A rubrica de devedores por acréscimos de rendimentos corresponde à especialização da venda de água no mês de dezembro no montante de 538 mil euros, à especialização da prestação de serviços de saneamento no valor de 234 mil euros que compreende à tarifa do serviço de saneamento e ao ressarcimento das despesas de saneamento incorridas na AgdA no 4º trimestre de 2022 das ETAR ainda não licenciadas e que irão sofrer intervenções no âmbito do plano de investimentos no valor de 183 mil euros.

De acordo com os procedimentos em vigor na Empresa, a faturação das componentes variáveis de abastecimento de água e de saneamento referente ao mês de dezembro será efetuada no mês de janeiro de 2023 e o ressarcimento dos gastos do 4º trimestre de 2022 das ETAR ainda não licenciadas durante o mês de fevereiro de 2023.

O saldo corrente de Clientes apresenta o seguinte detalhe por vencimento de dívida em 31 de dezembro de 2022:

CLIENTES - TOTAL DA DÍVIDA POR VENCIMENTO					
	Por faturar	Vencido	Não Vencido	Acordo de Pagamento	Total
Clientes	955 055	2 821 029	2 324 454	0	6 100 538
Total em Dívida por Antiguidade	955 055	2 821 029	2 324 454	0	6 100 538

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo a receber de Municípios apresenta o seguinte detalhe por antiguidade:

	mais de 150 dias	60 a 150 dias	Até 60 dias	Total Vencido	Não Vencido	Total	Total Faturado 2022
EMAS	0	4 413	569 102	573 515	528 005	1 101 520	3 207 466
Alcácer do Sal	0	0	0	0	123 031	123 031	1 542 250
Aljustrel	0	131 865	263 204	395 068	219 408	614 476	1 317 596
Almodôvar	0	0	0	0	25 484	25 484	521 283
Alvito	0	0	0	0	16 569	16 569	289 948
Arraiolos	0	0	0	0	26 709	26 709	554 827
AVT	0	0	0	0	4 494	4 494	236 595
Barrancos	0	0	0	0	11 275	11 275	183 671
Castro Verde	0	67 643	114 460	182 103	100 193	282 295	657 587
Cuba	33 730	122 121	111 189	267 039	74 693	341 732	488 425
Grândola	357 326	68 278	(117)	425 487	210 073	635 560	1 357 104
Mértola	0	0	0	0	41 516	41 516	559 270
Montemor-o-Novo	0	0	0	0	309	309	892 560
Moura	0	0	0	0	128 485	128 485	1 582 077
Odemira	0	0	0	0	233 156	233 156	2 327 000
Ourique	8 500	3 901	20 806	33 207	46 415	79 621	399 610
Santiago do Cacém	26 212	4 188	0	30 400	127 233	157 634	1 713 506
Serpa	31 286	168 140	302 941	502 366	270 482	772 848	1 664 855
Vendas Novas	0	0	0	0	0	0	1 293 421
Viana do Alentejo	120 944	0	0	120 944	37 740	158 684	535 169
Vidigueira	169 186	0	121 712	290 899	99 185	390 084	623 739
Total em Dívida por Antiguidade	747 184	570 548	1 503 296	2 821 029	2 324 454	5 145 484	21 947 957

Nota 10. Inventários

Nota 10.1. Políticas contabilísticas

Os inventários estão valorizados ao valor mais baixo entre o custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

Nota 10.2. Detalhe e movimento

O detalhe dos inventários em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é o seguinte:

INVENTÁRIOS (SALDO ACUMULADO)		
	31.12.2022	31.12.2021
Mercadorias	0	0
Matérias-primas	108 147	119 049
Produtos acabados	0	0
Total em Inventários a 31 de dezembro 2022	108 147	119 049

O movimento ocorrido nos inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e o apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas é como segue:

VARIAÇÃO DOS INVENTÁRIOS			
	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Total em Inventários a 31 de dezembro 2021	0	119 049	119 049
Compras	0	(1 118 794)	(1 118 794)
Regularização de Inventários	0	0	0
Custo das vendas/variação dos inventários	0	1 107 892	1 107 892
Total em Inventários a 31 de dezembro 2022	0	108 147	108 147

As matérias-primas registadas em inventários correspondem aos reagentes químicos utilizados no processo de tratamento de águas para abastecimento e de tratamento de águas residuais.

Nota 11. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o detalhe de estado e outros entes públicos é como segue:

ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS		
	31.12.2022	31.12.2021
IVA a receber	314 557	428 715
EOEP ativos	314 557	428 715
Retenções - IRS	45 824	43 722
Retenções - Segurança social	78 969	59 879
Outras Tributações - Outros	9 650	9 025
Outras Tributações - TRH	828 641	822 749
EOEP passivos	963 084	935 375

Nota 12. Outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o detalhe de outras contas a receber é como segue:

OUTROS ATIVOS CORRENTES	31.12.2022	31.12.2021
Devedores Diversos - Fundos Comunitários	3 888 981	1 478 089
Devedores Diversos - EDIA	1 080 144	0
Adiantamentos a fornecedores	795 775	754 949
Adiantamentos a fornecedores de investimentos	728 691	1 852 339
Outros devedores	138 807	164 623
Outros devedores - Subscritores Capital	671 195	0
Acréscimos de Rendimentos	1 600 874	1 418 572
Gastos a Reconhecer	239 013	250 394
Total de Outros Ativos Correntes	9 143 481	5 918 966

O valor registado em Devedores Diversos – Fundos Comunitários diz respeito aos pedidos de pagamento para reembolso de despesa de investimento executado e abrangidos pelos contratos de financiamento com o POSEUR.

Ainda na rubrica de devedores diversos encontra-se registado o valor da comparticipação da EDIA para a construção da ETA da Magra que será amortizado ao longo de 15 anos conforme previsto em protocolo celebrado entre as entidades.

Relativamente ao valor registado em adiantamentos efetuados a fornecedores, dizem respeito ao adiantamento efetuado à Associação de Regantes do Roxo pela execução dos processos de injunção efetuados pela Autoridade Tributária enquanto órgão executivo. Prevê-se, no entanto, que o adiantamento seja regularizado com a celebração de um acordo entre as entidades, para a comparticipação das despesas de manutenção com a barragem do Roxo, à semelhança do acordo celebrado em 2020 com a Associação de Regantes de Campilhas e Alto Sado.

A rubrica de adiantamento a fornecedores de investimento que corresponde ao adiantamento efetuado aos Municípios pela retribuição do património integrado no SPPIAALENTEJO foi parcialmente amortizado em 2022 pela dedução do adiantamento aquando do pagamento da retribuição dos anos de 2021 e 2022 efetuada em dezembro de 2022.

O valor registado na rubrica de acréscimo de rendimentos respeita essencialmente à especialização dos juros de mora a debitar a clientes pelo atraso de pagamento de faturas conforme disposto no Contrato de Gestão e legislação aplicável, prevendo-se que esta faturação ocorra no primeiro semestre de 2023.

Nota 13. Caixa e seus equivalentes

Nota 13.1. Políticas contabilísticas

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários (no caso da Demonstração dos Fluxos de Caixa), sem risco significativo de alteração de valor.

Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

Nota 13.2. Detalhe

O detalhe de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

CAIXA E BANCOS		
	31.12.2022	31.12.2021
Caixa	4 850	4 250
Depósitos à ordem	2 269 638	1 264 535
Depósitos a prazo	0	0
Total em Caixa e Bancos	2 274 488	1 268 785

Nota 14. Capital próprio

Nota 14.1. Políticas contabilísticas

↳ Classificação

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio:

- i) se não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a uma outra entidade, ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis para o emitente;
- ii) se o instrumento for ou puder ser liquidado nos instrumentos de capital próprio do próprio emitente, é um não derivado que não inclui qualquer obrigação contratual para o emitente de entregar um número variável dos seus próprios instrumentos de capital próprio, ou um derivado que será liquidado apenas pelo emitente trocando uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo dos seus próprios instrumentos de capital próprio.

↳ Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

↳ Dividendos

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

Nota 14.2. Capital Social

O capital no montante de 10.422.795 euros é constituído por 2.084.559 ações de 5 euros cada e a 31 de dezembro de 2022 encontra-se parcialmente realizado. Em janeiro de 2023, a acionista AMGAP realizou o valor remanescente de 671 195 euros.

CAPITAL SOCIAL					
Entidade	%	Capital subscrito	Capital realizado	Capital subscrito	Capital realizado
		31.12.2022	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2021
AdP - Águas de Portugal, S.G.P.S., S.A.	51%	5 315 630	5 315 630	4 617 030	4 617 030
AMGAP - Associação de Municípios para Gestão de Água Pública do Alentejo	49%	5 107 165	4 435 970	4 435 970	4 435 970
Total	100%	10 422 795	9 751 600	9 053 000	9 053 000

Nota 14.3. Variações de Capital

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as variações das rubricas de capital são as seguintes:

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO					
	Capital social	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	TOTAL
Saldo a 31 de dezembro de 2021	9 053 000	110 931	988 518	622 714	10 775 163
Realização de Capital	1 369 795	0	0	0	1 369 795
Aplicação do res. líquido do exercício	0	31 136	591 579	(622 714)	0
Distribuição de Dividendos	0	0	0	0	0
Resultado líquido do período	0	0	0	618 199	618 199
Saldo a 31 de dezembro de 2022	10 422 795	142 067	1 580 096	618 199	12 763 158

Nota 14.4. Resultado líquido por ação

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o resultado líquido por ação é o seguinte:

RESULTADO POR AÇÃO		
	31.12.2022	31.12.2021
Resultado Líquido	618 199	622 714
Número médio de ações (5,00 Eur/cada)	2 084 559	1 810 600
Resultado por Ação	0,30	0,34

Nota 14.5 Reservas e outros ajustamentos

O detalhe das reservas e outros ajustamentos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é o seguinte:

RESERVAS		
	31.12.2022	31.12.2021
Reservas-legais	142 067	110 931
Total em Reservas	142 067	110 931

De acordo com o disposto nos Estatutos da empresa e no Código das Sociedades Comerciais, a Empresa é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, no Capital próprio, pelo menos, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até que esta atinja os 20% do capital social. A reserva legal não pode ser distribuída aos acionistas, podendo, contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

Nota 15. Acréscimo de gastos de investimento contratual

Nota 15.1. Políticas contabilísticas

Esta rubrica respeita aos acréscimos de gastos de investimentos contratuais por realizar. O reconhecimento destes acréscimos de gastos (amortizações) permite uma estabilização da tarifa, balanceando, durante o prazo da parceria, os rendimentos (tarifas) e os gastos (incorridos e a incorrer). Considerou-se em investimento contratual o valor de 252 milhões de euros a que corresponde o investimento total de Abastecimento de Água e de Saneamento previsto em Aditamento ao Contrato de Gestão.

O valor desta rubrica corresponde ao valor das amortizações acumuladas de investimento previsto na parceria ainda não realizado à taxa de amortização calculada em cada ano pelo método da soma das unidades de produção.

Nota 15.2. Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o detalhe e movimento do acréscimo de gastos de investimento contratual é como segue:

ACRÉSCIMO DE GASTOS DE INVESTIMENTO CONTRATUAL				
	31.12.2021	Aumento	Reclassificações	31.12.2022
Acréscimos de gastos de invest. contratual	6 519 518	2 238 689	(2 159 540)	6 598 667
Total em Acréscimo de Gastos de Inv. Contratual	6 519 518	2 238 689	(2 159 540)	6 598 667

Nota 16. Subsídios ao investimento

Nota 16.1 Políticas contabilísticas

Os subsídios relacionados com ativos (para investimentos) são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a AgdA cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos fixos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da amortização dos ativos subjacentes.

Nota 16.2 Detalhe e Movimento

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o detalhe dos subsídios ao investimento é como segue:

SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO					
	31.12.2021	Pedidos de Pagamento	Integração	Reconhecimento de Proveitos	31.12.2022
Candidaturas - POVT 141	16 971 212	-	-	521 658	16 449 554
Candidaturas - POVT 140	15 104 735	-	-	411 019	14 693 716
Candidaturas - POSEUR-03-2012-FC-000019	2 728 015	(25 308)	-	73 324	2 629 383
Candidaturas - POSEUR-03-2012-FC-000020	300 218	-	-	8 145	292 074
Candidaturas - POSEUR-03-2012-FC-000021	3 037 915	(17 169)	-	82 802	2 937 944
Candidaturas - POSEUR-03-2012-FC-000022	3 408 549	(154 047)	-	89 578	3 164 925
Candidaturas - POSEUR-03-2012-FC-000024	328 875	162	-	8 927	320 110
Candidaturas - POSEUR-03-2012-FC-000043	1 399 911	718	-	38 354	1 362 274
Candidaturas - POSEUR-03-2012-FC-000759	1 054 669	127 544	-	36 778	1 145 434
Candidaturas - POSEUR-03-2012-FC-000760	7 724 791	576 643	-	256 623	8 044 812
Candidaturas - POSEUR-03-2012-FC-000761	6 571 087	67 747	-	207 576	6 431 258
Candidaturas - POSEUR-03-2012-FC-000762	2 973 557	425 522	-	105 052	3 294 026
Candidaturas - POSEUR-03-2012-FC-000763	10 048 014	2 604 871	-	409 660	12 243 225
Candidaturas - POSEUR-03-2012-FC-000764	14 666 538	324 117	-	477 602	14 513 054
Candidaturas - POSEUR-03-2012-FC-001429	1 591 056	36 137	-	43 868	1 583 325
Candidaturas - POSEUR-03-2012-FC-001475	-	34 789	-	30 820	3 969
Candidaturas - POSEUR-03-2012-FC-001570	-	730 508	-	22 104	708 403
Candidaturas - POSEUR-03-2012-FC-001576	-	680 804	-	5 136	675 668
Candidaturas - POSEUR-03-2012-FC-001577	-	132 758	-	28 155	104 603
Candidaturas - Compete	-	-	-	54 260	(54 260)
Candidaturas - Outros AA	(2 541 312)	-	-	(18 542)	(2 522 770)
Candidaturas - Outros AR	(1 229 431)	-	-	482 132	(1 711 563)
Candidaturas - Outros Subsídios (EDIA)	-	892 630	-	27 511	865 119
Subtotal	84 138 402	6 438 425		3 402 542	87 174 285
Reconhecimento da Integração Barragem do Enxoé	4 130 581	-	-	127 305	4 003 276
Subtotal	4 130 581	-	0	127 305	4 003 276
Total	88 268 982	6 438 425	0	3 529 847	91 177 561

Em 2022 foi reconhecido em subsídios ao investimento os pedidos de pagamento das despesas efetuadas no âmbito dos contratos de financiamento do POSEUR. Pelo direito ao subsídio, a empresa reconhece em rendimentos, a percentagem do subsídio correspondente às unidades produzidas no exercício comparativamente com a soma das unidades de produção previstas até ao final da parceria.

Assim, em 2022 foi reconhecido o direito ao subsídio através de pedidos de pagamento efetuados no montante de 6,438 milhões de euros. Foi ainda reconhecido em rendimento o montante de 3,402 milhões de euros que correspondem à quota-parte do subsídio. Encontra-se por reconhecer em rendimentos relativos a subsídios o montante de 87,174 milhões de euros.

Pela assinatura do contrato de captação na barragem do Enxoé, uma vez que a AgdA é o único utilizador da albufeira, conforme definido no contrato, em 2021 foi efetuada a integração em ativo do valor estimado pela barragem. Como contrapartida foi constituído um passivo de igual valor que será reconhecido em rendimento na mesma proporção da amortização uma vez que não será feito qualquer pagamento pela respetiva utilização. Desta forma, em 2022 foi registado o reconhecido um rendimento de 127 mil euros, permanecendo por reconhecer o valor de 4,003 milhões de euros que se equipará ao valor do ativo líquido.

Nota 17. Empréstimos

Nota 17.1. Políticas contabilísticas

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias: i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria “Passivos financeiros ao custo amortizado” inclui os passivos apresentados nas rubricas “Empréstimos”, “Fornecedores e Outros passivos não correntes” e “Fornecedores”. Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A AgdA apenas tem reconhecidos passivos classificados como “Passivos financeiros ao custo amortizado”.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

↳ Empréstimos obtidos

Os empréstimos (bancários e acionistas) são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica “Gastos financeiros” da demonstração consolidada dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo não corrente, exceto se for expectável que a AgdA liquide o passivo nos próximos 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo corrente.

Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre categorias.

Nota 17.2. Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o detalhe dos empréstimos obtidos é o seguinte:

EMPRÉSTIMOS		
	31.12.2022	31.12.2021
Empréstimos bancários BEI	40 000 000	20 000 000
Empréstimos - Empresa-mãe	17 045 455	35 300 000
Empréstimos Não correntes	57 045 455	55 300 000
Empréstimos - Empresa-mãe	754 545	454 545
Acréscimos Gastos-Juros Encargos Liquidar	435 207	156 587
Empréstimos Correntes	1 189 752	611 133
Total de empréstimos	58 235 207	55 911 133

↳ Movimento nos empréstimos obtidos

O movimento ocorrido nos empréstimos obtidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e a sua reconciliação com a demonstração dos fluxos de caixa é o seguinte:

	31.12.2022			31.12.2021		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Saldo inicial	55 300 000	611 132	55 911 132	48 181 546	5 454 545	53 636 091
Reclassificação de não corrente para corrente	(454 545)	454 545	0	(454 545)	454 545	0
Obtenção de empréstimos	22 200 000	300 000	22 500 000	8 273 000	0	8 273 000
Reembolso de capital de empréstimos	(20 000 000)	(454 546)	(20 454 546)	(700 001)	(5 454 545)	(6 154 546)
Variação nos descobertos bancários	0	0	0	0	0	0
Variação na especialização de juros	0	278 621	278 621	0	156 587	156 587
Saldo final	57 045 455	1 189 752	58 235 207	55 300 000	611 132	55 911 133

Não existiram outras variações nos empréstimos tais como variação de justo valor ou alterações.

↳ Empréstimos por maturidade

O reembolso de capital dos empréstimos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 tem o seguinte detalhe:

MATURIDADE DOS EMPRÉSTIMOS		
	31.12.2022	31.12.2021
Até 1 ano	1 189 752	611 133
De 1 a 2 anos	15 454 545	33 254 545
De 2 a 3 anos	1 099 707	454 545
De 3 a 4 anos	1 744 868	454 545
De 4 a 5 anos	2 390 029	1 744 868
Superior a 5 anos	36 356 305	19 391 495
Total	58 235 207	55 911 133

↳ Empréstimos por tipo de taxa

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os empréstimos apresentam o seguinte detalhe por tipologia de taxa de juro:

EMPRESTIMOS POR TIPO DE TAXA DE JURO		
Taxa de juro variável	31.12.2022	31.12.2021
Até 1 anos	1 189 752	611 133
De 1 a 2 anos	15 454 545	33 254 545
De 2 a 3 anos	454 545	454 545
Superior a 3 anos	1 136 365	1 590 909
Subtotal	18 235 207	35 911 133
Taxa de juro fixa	31.12.2022	31.12.2021
Até 1 anos	0	0
De 1 a 2 anos	0	0
De 2 a 3 anos	645 161	0
Superior a 3 anos	39 354 839	20 000 000
Subtotal	40 000 000	20 000 000
Total	58 235 207	55 911 133

↳ Empréstimos contratados e não utilizados

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os empréstimos contratados e não utilizados são os seguintes:

LINHAS DE CRÉDITO CONTRATADAS E NÃO UTILIZADAS		
	31.12.2022	31.12.2021
Expira num ano (taxa variável)	8 700 000	4 000 000
Expira para lá de 1 ano (taxa variável)	20 000 000	2 200 000
Total de Linhas de crédito contratadas e não utilizadas	28 700 000	6 200 000

↳ Linhas de crédito contratadas por tipo de aval

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os empréstimos contratados por tipo de aval são os seguintes:

LINHAS DE CRÉDITO CONTRATADAS POR TIPO DE AVAL			
Entidade	Tipo de Financiamento	Valor	Garantia/Aval
Caixa Geral de Depósitos	Descoberto Bancários	2 000 000	Aval AdP
Millennium BCP	Descoberto Bancários	2 000 000	Aval AdP
BEI	Financiamento MLP	40 000 000	Aval AdP
Total de linhas de crédito contratadas por tipo de Aval		44 000 000	

Decorrente do Decreto-Lei n.º 133/2013, a AgdA tem vindo a financiar-se essencialmente com financiamento BEI, uma última recebida em dezembro de 2022 no valor de 20 milhões de euros, com suprimentos da AdP SGPS e com linhas de financiamento de curto prazo igualmente contratadas com a AdP SGPS e banca comercial através de contratos grupados. Consciente de que o endividamento foi contraído para suprir necessidades de tesouraria da atividade de investimento, cuja recuperação económica será através da tarifa, o contrato de suprimentos celebrado com a AdP SGPS é amortizável em Médio e Longo Prazo permitindo desta forma criar um equilíbrio financeiro entre o passivo e o ativo de curto prazo.

Referir ainda que são mantidas algumas linhas contratadas, nomeadamente com a Caixa Geral de Depósitos e Banco Comercial Português que, apesar de não se encontrarem utilizados a 31 de dezembro de 2022, permitem uma gestão corrente da empresa. De referir ainda que a AgdA minimiza as disponibilidades financeiras com a amortizações das contas correntes de curto prazo.

Nota 18. Fornecedores e outros passivos

Nota 18.1 Políticas contabilísticas

Incluem passivos a pagar por bens e serviços que a AgdA adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os passivos são classificados como correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, os passivos são classificados como não correntes.

Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. As dívidas a pagar fornecedores e outras dívidas a pagar a terceiros classificadas no momento inicial como correntes, são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Nota 18.2. Detalhe

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o detalhe de fornecedores e outros passivos é o seguinte:

	31.12.2022	31.12.2021
Fornecedores de investimentos (Retribuição Património)	1 440 485	2 024 365
Total em Fornecedores e outros passivos Não Correntes	1 440 485	2 024 365
Fornecedores gerais	1 574 175	1 296 108
Fornecedores empresas do Grupo	72 565	466 205
Fornecedores faturas em receção e conferência	1 056 599	1 090 162
Fornecedores de investimentos	2 194 528	2 153 911
Acréscimos Gastos-Férias e Subs. de Férias (ano n+1)	522 955	368 684
Pessoal - Out Oper.c/Pessoal-Desc.Judiciais	217	457
Sindicatos	182	167
Credores Acréscimos Gastos-Seguros	11 556	18 351
Acréscimos Gastos-Eletricidade	244 409	228 281
Acréscimos Gastos-Outros	2 982 728	2 523 429
Outras Regularizações - Locação	10 423	(19 842)
Outros Credores Diversos	0	80 118
Outros Diferimentos	0	3 839
Total em Fornecedores e outros passivos Correntes	8 670 339	8 209 870
Total em Fornecedores e outros passivos	10 110 824	10 234 235

A rubrica de outros acréscimos de gastos diz respeito ao reconhecimento de gastos incorridos com a atividade até 31.12.2022 que ainda não foram faturados pelas respetivas entidades, prevendo-se que venha a ocorrer durante 2023. Neste contexto, assume maior expressão de necessidade de detalhe o valor registado em Acréscimos Gastos-Outros que diz respeito à comparticipação nos encargos com a manutenção e operação da albufeira do Roxo, aos serviços partilhados e não faturados por empresas do Grupo AdP e ainda em outros, respetivamente nos com os seguintes montantes: 1,454 M€, 1,291 M€ e 0,238M€.

Nota 19. Instrumentos financeiros por categoria do IFRS 9

INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA						
Rubrica	Ativos / Passivos financeiros ao custo amortizado	Ativos / Passivos financeiros ao justo valor	Total da demonstração da posição financeira a 31.12.2022	Ativos / Passivos financeiros ao custo amortizado	Ativos / Passivos financeiros ao justo valor	Total da demonstração da posição financeira a 31.12.2021
Clientes Correntes	6 100 538	0	6 100 538	6 045 464	0	6 045 464
Outros ativos correntes	9 143 481	0	9 143 481	5 918 966	0	5 918 966
Caixa e seus equivalentes	2 274 488	0	2 274 488	1 268 785	0	1 268 785
Total do ativo	17 518 507	0	17 518 507	13 233 215	0	13 233 215
Empréstimos Não Correntes	57 045 455	0	57 045 455	55 300 000	0	55 300 000
Empréstimos correntes	1 189 752	0	1 189 752	611 133	0	611 133
Fornecedores e outros passivos correntes e não correntes	10 110 824	0	10 110 824	8 209 870	0	8 209 870
Total do passivo	68 346 031	0	68 346 031	64 121 002	0	64 121 002

Nota 20. Rédito de contratos com clientes

Nota 20.1. Políticas contabilísticas

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade da AgdA. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

A IFRS 15 prevê um modelo de cinco passos para a contabilização do rédito proveniente de contratos com clientes e requer que o rédito seja reconhecido por um valor que reflita a retribuição a que uma entidade espera ter direito em troca dos bens e/ou serviços que serão transferidos para o cliente. Os cinco passos previstos são: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Na determinação do valor do rédito, a AgdA avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais o grupo efetua a sua melhor estimativa.

Na maioria das vendas de bens ou prestação de serviços efetuadas pela AgdA, existe apenas uma obrigação de desempenho (“performance obligation”), pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a entrega dos bens (venda de água) ou da prestação do serviço (saneamento) ao cliente.

O rédito é determinado e reconhecido como segue:

↳ Prestação de serviços

O rédito é reconhecido com base nos volumes recolhidos e a população e alojamentos potencialmente servidos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre cada componente da tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados e a população e alojamentos potencialmente servidos.

↳ Venda de bens

O rédito é reconhecido com base nos volumes fornecidos e a população e alojamentos potencialmente servidos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre cada componente da tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados e a população e alojamentos potencialmente servidos.

↳ Serviços de construção

Ver política contabilística descrita na nota 2.4.6.

↳ Desvios de recuperação de gastos

Ver política contabilística descrita na nota 2.4.5.

Nota 20.2. Detalhe e movimento

O rédito de contratos com clientes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 apresenta o seguinte detalhe:

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS		
	31.12.2022	31.12.2021
Vendas	13 506 873	12 590 534
Prestações de Serviços	5 800 257	5 490 490
Rend. De construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	10 465 511	12 721 967
Desvios de recuperação de Gastos (Défice)	(727 301)	(724 456)
Total em Vendas e Prestações de Serviços	29 045 340	30 078 536

Em 2022 verificou-se um aumento de 7% do valor registado em vendas justificado essencialmente pela atualização da tarifa em julho de 2021, uma vez que 2022 representou 12 meses da nova tarifa e ainda pela atualização desta pelo Índice de Produtividade de Fatores (IPF) que em 2022 se cifrou em 1,109%.

No que respeita a prestação de serviços, em 2022 começou-se a praticar a tarifa de saneamento de águas residuais à ETAR de São Teotónio pelo que, a variação respeita ao aumento da população/alojamentos servidos e aos volumes tratados. É de referir que a tarifa de saneamento foi igualmente atualizada em julho de 2021 pelo que o ano 2022 representou 12 meses com a nova tarifa tendo ainda esta sido atualizada pelo IPF em 1,109%.

Para as restantes infraestruturas, que ainda não foi praticada a tarifa contratual e que serão objeto de intervenção no âmbito do plano de investimentos da AgdA, em 2022 manteve-se o ressarcimento dos gastos suportados com a operação e manutenção das infraestruturas, sendo o rédito deste reconhecido na rubrica de outros rendimentos e ganhos operacionais.

Na sequência do disposto no Contrato de Gestão, a AgdA evidencia nos seus documentos de prestação de contas os desvios de recuperação de gastos. Entenda-se o desvio de recuperação de gastos como a diferença entre o valor de rendimentos necessários à cobertura da totalidade dos gastos, incluindo impostos sobre os resultados e a remuneração dos capitais próprios, e o valor de rendimentos efetivamente arrecadado em cada um dos exercícios económicos.

No ano de 2022 a empresa gerou um *superavit* tarifário de 727 mil euros de euros alinhado com as previsões orçamentais e de EVEF que suporta o aditamento ao contrato de gestão. Dar nota de que o ano de 2019 constituiu uma exceção pelas situações ocorridas em 2019 nomeadamente pela necessidade de recurso ao transporte de água por autotanque por motivo da situação de “Seca”, pelo reforço do acréscimo de gastos de 2010 a 2019 relativo ao encargo previsto suportar com a exploração, conservação e manutenção das barragens do Roxo e Monte da Rocha e respetivos juros, bem como pelo reconhecimento do custo de arrendamento dos furos da Bica Fria do período de 2010 a 2016, situações estas que não tiveram o mesmo peso de gastos em 2020 e em 2022 que permitiu à empresa regressar à sua normalidade financeira com registo de Superavit tarifário. Contribuiu ainda para este registo a redução em 2022 das Tarifas de Acesso às Redes resultando numa redução significativa do custo com energia comparativamente com períodos homólogos.

O rédito de serviços de construção diz respeito ao serviço prestado aos parceiros pela conceção e construção de infraestruturas encontrando-se plasmado na análise a plena fase de investimento em que a AgdA se encontra tendo executado em 2022 o montante de 10,465 milhões de euros. O referido montante é anulado na Demonstração de Resultados na rubrica de gastos de construção em ativos concessionados, conforme se poderá observar na nota 2.4.6.

↳ Vendas e prestações de serviços por tipo de clientes

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR TIPO DE CLIENTE				
	Empresa Mãe	Associadas	Municípios	Total
Vendas	0	213 865	13 293 009	13 506 873
Prestações de Serviços	0	0	5 800 257	5 800 257
Rend. De construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	0	0	10 465 511	10 465 511
Desvios de recuperação de Gastos	0	0	(727 301)	(727 301)
Volume de Negócios	0	213 865	28 831 476	29 045 340

↳ Vendas e prestações de serviços por mercado

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR MERCADO

	Nacional	Internacional	Total
Vendas	13 506 873	0	13 506 873
Prestações de Serviços	5 800 257	0	5 800 257
Rend. De construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	10 465 511	0	10 465 511
Desvios de recuperação de Gastos	(727 301)	0	(727 301)
Total por Mercado	29 045 340	0	29 045 340

↳ Vendas e prestações de serviços por área de negócios

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR ÁREA DE NEGÓCIO

	Produção	Saneamento	Serviços	Desvios de Recuperação de Gastos	Total
Vendas	13 506 873	0	0	0	13 506 873
Prestações de Serviços	0	5 800 257	0	0	5 800 257
Rend. De construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	0	0	10 465 511	0	10 465 511
Desvios de recuperação de Gastos	0	0	0	(727 301)	(727 301)
Total por Área de Negócios	13 506 873	5 800 257	10 465 511	(727 301)	29 045 340

Nota 21. Gastos das vendas / variação de inventários

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o custo das vendas tem o seguinte detalhe:

GASTO DAS VENDAS/VARIAÇÃO DOS INVENTÁRIOS

	31.12.2022	31.12.2021
Matérias-primas (Aquisição de Água bruta)	600 496	475 857
Matérias Subsidiárias (Reagentes)	507 397	591 467
Subtotal	1 107 892	1 067 324
Gastos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	10 465 511	12 721 967
Subtotal	10 465 511	12 721 967
Total	11 573 403	13 789 291

Os gastos com vendas compreendem o custo suportado com a aquisição de água bruta e matérias subsidiárias utilizadas no processo produtivo para garantia de qualidade de água para consumo humano e tratamento de água residual para rejeição no meio efluente.

Nota 22. Fornecimentos e serviços externos

Nota 22.1. Políticas contabilísticas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

Trabalhos para a própria empresa, são os custos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respetivos custos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente em balanço sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

Nota 22.2 Detalhe

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os fornecimentos e serviços externos têm o seguinte detalhe:

FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS		
	31.12.2022	31.12.2021
Subcontratos	1 615 499	1 327 931
Trabalhos Especializados	3 265 208	3 501 784
Materiais	92 430	37 710
Energia e Fluidos	2 132 262	3 008 927
Deslocações, Estadas e Transportes	195 640	271 667
Serviços Diversos	862 404	651 723
Fee's de Gestão	434 410	406 823
	8 597 855	9 206 565
FSE capitalizados	(231 483)	(253 635)
Total de Fornecimentos e Serviços Externos	8 366 372	8 952 930

Importa destacar a redução das rubricas de energia e fluidos em resultado da redução da Taxa de Acesso à Redes que permitiu reduzir significativamente o custo suportado em 2022. Merece também destaque a redução do gasto suportado com o transporte de água por autotanque, em resultado da resolução de problemas de continuidade através da conclusão de investimentos previstos pela parceria, que permitiram ligar aos sistemas principais localidades com problemas de abastecimentos em termos de qualidade e de quantidade.

Em sinal inverso, contribuindo para o aumento, podemos destacar a rubrica de Subcontratos que resultou da atualização de preços por equilíbrio do contrato em vigor pela alteração da Remuneração Mínima Garantida e ainda a rubrica de serviços diversos pela necessidade de contratar trabalhadores, em regime de trabalho temporário, para substituição de trabalhadores ausentes na sequência de processos de recrutamento e por baixas médicas.

Nota 23. Gastos com pessoal

Nota 23.1. Detalhe

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os gastos com pessoal têm o seguinte detalhe:

GASTOS COM PESSOAL		
	31.12.2022	31.12.2021
Remunerações Órgãos Sociais	180 307	180 952
Remunerações Pessoal	3 244 151	2 512 627
Indemnizações	0	22 864
Pensões	0	1 166
Encargos sociais sobre remunerações	751 063	588 345
Gastos de Ação Social	26 000	21 225
Outros custos com pessoal	320 795	237 296
	4 522 315	3 564 474
Capitalização custos c/ Pessoal	(366 217)	(310 765)
Total de Gastos com Pessoal	4 156 099	3 253 710

Nota 23.2. Variação do Quadro de Pessoal

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o quadro de pessoal têm a seguinte composição:

QUADRO DE PESSOAL		
Número médio de colaboradores durante o período	31.12.2022	31.12.2021
Órgãos sociais	9	9
Trabalhadores efetivos e outros	153	129
Total	162	138
Número de colaboradores a 31 de dezembro	31.12.2022	31.12.2021
Órgãos sociais	9	9
Trabalhadores efetivos e outros	157	147
Total	166	156

A rubrica de Gastos com o Pessoal representa um aumento do número médio de trabalhadores em resultado da contratação de novos trabalhadores previstos nos Planos de Atividades e Orçamento (PAO) de 2021 uma vez que apesar de aprovado o PAO de 2022 não foi aprovado o aumento do quadro de pessoal.

Comparativamente com o exercício de 2021, é ainda observado um aumento do encargo relativo medidas de progressão e reclassificações previstas em Acordo Coletivo de Trabalho, nomeadamente as reclassificações ao abrigo da clausula 21^a, alteração da base de carreira para técnicos superiores, o compromisso de manutenção de valorização dos trabalhos do grupo AdP com a valorização de 1,2% e relativas às progressões de trabalhadores que na sequência do processo de avaliação de desempenho atingiram 6 créditos. Importa referir que também o aumento do Salário Mínimo Nacional contribuiu para um

aumento dos gastos uma vez que 36,05% dos trabalhadores da empresa tiveram a sua remuneração aumentada por esta via com impacto ainda nas rubricas indexadas à remuneração, nomeadamente subsídio de turno, trabalho suplementar e trabalho em dia feriado.

De referir que apesar de a AgdA substituir os trabalhadores que saem da empresa por dispor dos Planos de Atividades e Orçamento aprovados, em 2021 ficaram por substituir/contratar 5 trabalhadores, situação que se prevê ser regularizada no início de 2023.

Nota 24. Amortizações e depreciações do exercício

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as amortizações e depreciações do exercício têm o seguinte detalhe:

DEPRECIAÇÕES, AMORTIZAÇÕES E REVERSÕES DO EXERCÍCIO		
	31.12.2022	31.12.2021
Amortizações de activos intangíveis	5 132 417	4 751 687
Amortizações de activos sob direito de uso	148 781	217 100
Acréscimos de custos do investimento contratual	2 238 689	2 844 198
Total de Depreciações, Amortizações e Reversões do Exercício	7 519 888	7 812 985

As depreciações, amortizações e reversões do exercício são registadas de acordo com o peso da soma das unidades produzidas nas unidades previstas em EVEF.

Para base deste cálculo foi considerado todo o investimento previsto em aditamento ao contrato de gestão acrescido do Património Integrado e dos ativos adquiridos diretamente para rubricas de Ativo Intangível, deduzido das amortizações acumuladas. Em resultado do exposto, as amortizações do exercício tiveram como base de cálculo um investimento total líquido de abastecimento de água de 129,373 milhões de euros a uma taxa de depleção de 3,0820%, e um investimento total líquido de saneamento de 92.983 euros a uma taxa de amortização de 2,7130%. Acresce a este valor as amortizações do património integrado de abastecimento de água e de saneamento de 479.857 euros e 254.840 euros.

De referir que a variação dos montantes entre exercícios está relacionada com a variação de caudal verificado em 2022 nas atividades de abastecimento e saneamento.

Foram ainda registadas as amortizações dos ativos sob o direito de uso, conforme previsto na IFRS 16, no valor de 149 mil euros. Conforme anteriormente referido, pela integração da barragem do Enxoé, foram reconhecidas em amortizações o valor de 127,305 mil euros que são anulados pelo reconhecimento do rendimento de igual valor em subsídios ao investimento.

Nota 25 Subsídios ao Investimento

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os subsídios ao investimento do exercício têm o seguinte detalhe:

RECONHECIMENTO DE SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

	31.12.2022	31.12.2021
Rec. do Subsídio da Candidatura POVT-02-0146-FCOES-000140	411 019	522 843
Rec. do Subsídio da Candidatura POVT-02-0146-FCOES-000141	521 658	409 423
Rec. do Subsídio da Candidatura POSEUR-03-2012-FC-000019	73 324	77 498
Rec. do Subsídio da Candidatura POSEUR-03-2012-FC-000020	8 145	8 214
Rec. do Subsídio da Candidatura POSEUR-03-2012-FC-000021	82 802	83 954
Rec. do Subsídio da Candidatura POSEUR-03-2012-FC-000022	89 578	104 956
Rec. do Subsídio da Candidatura POSEUR-03-2012-FC-000024	8 927	8 906
Rec. do Subsídio da Candidatura POSEUR-03-2012-FC-000043	38 354	38 833
Rec. do Subsídio da Candidatura POSEUR-03-2012-FC-000759	36 778	35 703
Rec. do Subsídio da Candidatura POSEUR-03-2012-FC-000760	256 623	254 684
Rec. do Subsídio da Candidatura POSEUR-03-2012-FC-000761	207 576	207 864
Rec. do Subsídio da Candidatura POSEUR-03-2012-FC-000762	105 052	107 505
Rec. do Subsídio da Candidatura POSEUR-03-2012-FC-000763	409 660	410 590
Rec. do Subsídio da Candidatura POSEUR-03-2012-FC-000764	477 602	469 784
Rec. do Subsídio da Candidatura POSEUR-03-2012-FC-001429	43 868	44 069
Rec. do Subsídio da Candidatura POSEUR-03-2012-FC-001475	30 820	-
Rec. do Subsídio da Candidatura POSEUR-03-2012-FC-001570	22 104	-
Rec. do Subsídio da Candidatura POSEUR-03-2012-FC-001576	5 136	-
Rec. do Subsídio da Candidatura POSEUR-03-2012-FC-001577	28 155	-
Rec. do Subsídio da Candidatura Compete	54 260	-
Rec. do Subsídio da Candidatura Outro AA	(18 542)	362 945
Rec. do Subsídio da Candidatura Outro AR	482 132	301 558
Rec. do Subsídio da Candidatura Outros subsídios (EDIA)	27 511	-
Subtotal de subsídios ao Investimento	3 402 542	3 449 329
Reconhecimento da Integração Barragem do Enxóé	127 305	126 169
Subtotal	127 305	126 169
Total	3 529 847	3 575 498

Para base de cálculo do reconhecimento do subsídio no exercício foi considerada a comparticipação efetivamente verificada no âmbito dos contratos com o POVT e no que diz respeito ao POSEUR, foi considerada a taxa de comparticipação comunitária contratualizada. Para o restante investimento contratual programado que não se encontra atualmente abrangido por programa de apoio comunitário, foi considerada a taxa de média de comparticipação prevista em EVEF, ou seja, 70% com o limite máximo de subsídio previsto em EVEF em vigor.

Nota 26. Outros gastos e perdas operacionais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os outros gastos e perdas operacionais têm o seguinte detalhe:

OUTROS GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS		
	31.12.2022	31.12.2021
Impostos	93 302	179 359
Multas e Penalidades	13 122	1 989
Donativos	5 614	2 824
Quotizações	5 980	5 980
Indemnizações	0	3 195
Correções de Exercícios Anteriores	0	170
Outros gastos operacionais	(1 256)	(220)
Total de Outros Gastos e Perdas Operacionais	116 763	193 296

Nota 27. Outros rendimentos e ganhos operacionais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os outros rendimentos e ganhos operacionais têm o seguinte detalhe:

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS		
	31.12.2022	31.12.2021
Rendimentos suplementares (Cadernos de Encargos)	0	(1 296)
Rendimentos suplementares (Saneamento)	561 072	238 739
Outros Rendimentos e Ganhos (Fundo Ambiental)	0	1 500 000
Outros Rendimentos e Ganhos	2 268	0
Total de Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	563 340	1 737 443

Conforme referido na nota 20, a AgdA assume a responsabilidade pela atividade de saneamento em substituição dos Municípios nas infraestruturas que serão alvo de intervenção programada no âmbito do plano de investimentos da empresa.

Em consequência do acima referido, os gastos suportados pela AgdA no exercício desta atividade, uma vez que nestas infraestruturas não é aplicada a tarifa do respetivo serviço, são debitados aos municípios, sendo os gastos mensurados de acordo com a natureza e os proveitos em outros rendimentos.

Em resultado, foi registado em Outros Rendimentos Operacionais pela atividade de saneamento nas referidas infraestruturas, o valor de 561.072 euros.

Nota 28. Gastos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os gastos financeiros têm o seguinte detalhe:

GASTOS FINANCEIROS		
	31.12.2022	31.12.2021
Juros suportados	934 202	759 596
Juros Locação Financeira (Património)	43 989	61 587
Juros Locação Financeira (Outros)	4 250	10 468
Comissões bancárias	87 465	83 958
Outros gastos financeiros	30 337	33 964
Sub total	1 100 244	949 572
Gastos financeiros capitalizados	(216 974)	(195 300)
Total de Gastos Financeiros	883 270	754 272

↳ Taxa média de financiamento

Em 2022 os gastos financeiros suportados aumentaram comparativamente com períodos homólogos justificado com pelo aumento da média de endividamento ao longos dos meses bem como do aumento das taxas de financiamento. Importa referir que o contexto Geopolítico em 2022 levou a um aumento significativo das taxas de referência, nomeadamente a Euribor, levando a que a taxa média de financiamento aumentasse comparativamente com períodos homólogos, conforme se poderá verificar no quadro seguinte:

TAXA MÉDIA DE FINANCIAMENTO					
Anos	2022	2021	2020	2019	2018
Encargos Financeiros (€)	883 270	705 347	887 979	952 634	949 523
Taxa Média de Financiamento (%)	1,55%	1,30%	1,60%	1,71%	1,75%

Contribui para este aumento a contratualização junto do BEI, em dezembro de 2022, de mais 20M€ em substituição de linhas de apoio de tesouraria da AdP que permitiram a estabilização de uma taxa de juro fixa para os próximos 25 anos a 3,251%

A AgdA reconhece ainda em juros a atualização financeira da dívida de capital pela retribuição aos municípios das infraestruturas integradas no SPPIAALENTEJO e o reconhecimento de locações financeiras relativas a viaturas e licenciamento Microsoft.

Nota 29. Rendimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os rendimentos financeiros têm o seguinte detalhe:

RENDIMENTOS FINANCEIROS		
	31.12.2022	31.12.2021
Juros de Mora	173 351	193 353
Juros Financeiros	113 102	5 395
Outros Juros	0	0
Total de Rendimentos Financeiros	286 453	198 748

Os Rendimentos Financeiros correspondem ao reconhecimento de juros pela mora de pagamento de clientes após os 60 dias da emissão das faturas.

É ainda de destacar o reconhecimento de juros financeiros pelo financiamento à EDIA para a comparticipação da construção da ETA da Magra conforme protocolo estabelecido entre as entidades.

Nota 30. Imposto sobre o rendimento

Nota 30.1. Políticas contabilísticas

↳ Imposto sobre o rendimento

A AgdA, enquanto entidade com sede em Portugal encontra-se sujeita à tributação em sede individual, por Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), com base na matéria coletável e às taxas de imposto aplicáveis.

A empresa é tributada à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal até à taxa máxima de 1,35% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, acresce a taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de EUR até ao limite de 7,5 milhões de EUR, de 5% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 7,5 milhões de EUR até ao limite de 35 milhões de EUR, sendo aos montantes superiores aos 35 milhões de EUR aplicada uma taxa de 9%.

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados consolidados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

A determinação do imposto sobre o rendimento requer determinadas interpretações. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Assim, a AgdA cumpre as orientações da IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre o Rendimento no que respeita à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da aplicação da mesma qualquer impacto material nas demonstrações financeiras. A AgdA entende que das eventuais revisões das

declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

↳ Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras consolidadas. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido passivo para a mesma altura e com a mesma autoridade. São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias originadas por investimentos, exceto quando a AgdA seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não se reverta no futuro previsível.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em outras reservas consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

Nota 30.2 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o imposto do exercício a pagar apresenta o seguinte detalhe:

	31.12.2022	31.12.2021
IMPOSTO DO EXERCÍCIO - IMPOSTO CORRENTE		
Estimativa de imposto a pagar	567 876	605 215
Pagamento Especial por Conta	0	0
Pagamento por Conta	(495 645)	(328 888)
Retenção de Capitais	0	0
Passivo - Total do Imposto a Pagar	72 231	(276 327)
Ativo - Total do Imposto a Receber ano n	0	0
Ativo - Total do Imposto a Receber ano n-1	9 410	9 410
Total do Imposto	(62 820)	(266 917)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a carga fiscal registada apresenta o seguinte detalhe:

IMPOSTO DO EXERCÍCIO			
	TAXA 2022	31.12.2022	31.12.2021
Lucro Tributável		2 364 170	2 484 428
Prejuízos fiscais		0	0
Matéria Coletável		2 364 170	2 484 428
Imposto a pagar	21,00%	496 476	521 730
Derrama	1,35%	31 916	33 540
Derrama estadual	3,00%	25 925	29 533
Tributação Autónoma		13 559	20 412
IRC estimado no exercício		0	0
Provisão para imposto		0	0
Total do Imposto Corrente		567 876	605 215
Imposto Diferido		(376 890)	(394 189)
Total do Imposto Diferido		(376 890)	(394 189)
Total do Imposto do Exercício		190 986	211 026

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é a seguinte:

RECONCILIAÇÃO ENTRE TAXA NORMAL E TAXA EFETIVA DE IMPOSTO			
	31.12.2022	31.12.2021	
Resultado antes de Imposto	809 185	833 740	
A acrescentar			
Amortizações de Investimento realizado não aceites fiscalmente	2 858 353	3 405 880	
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações	13 122	1 935	
Indeminizações por eventos seguráveis	-	3 195	
Insuficiência de estimativas de imposto	-	170	
Outros Proveitos Não Aceites Fiscalmente (Desvios de recuperação de gastos - Superavit)	727 301	724 456	
A acrescentar	3 598 777	4 135 636	
A deduzir			
Proveitos de reconhecimento de subsídios QREN não aceites fiscalmente	1 899 344	2 341 958	
Benefícios fiscais	144 447	142 990	
A deduzir	2 043 791	2 484 948	
Lucro Tributável do ano n	2 364 170	2 484 428	
Dedução de prejuízos fiscais anos anteriores	-	-	
Matéria Coletável	2 364 170	2 484 428	
Imposto à taxa de 21%	496 476	521 730	
Derrama à taxa de 1,35%	31 916	33 540	
Derrama estadual (art 87.º - A) 3% se lucro tributável > 1.500.000	25 925	29 533	
Tributação Autónoma	13 559	20 413	
Pagamento por Conta	(495 645)	(328 888)	
Passivo - Total do Imposto a Pagar	72 230	276 327	

RECONCILIAÇÃO ENTRE TAXA NORMAL E TAXA EFETIVA DE IMPOSTO

	31.12.2022	31.12.2021
Ativo - Total do Imposto a Receber		-
Imposto do exercício	(567 876)	(605 215)
Imposto diferido	376 890	394 189
Total de Imposto	(190 986)	(211 026)
Taxa efetiva de imposto	23,60%	25,31%

O detalhe dos impostos diferidos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e o movimento ocorrido nos exercícios findos naquelas datas é a seguinte:

IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS

IMPOSTOS DIFERIDOS	Saldo Inicial	Correções	Dotação	Utilização	Saldo Final
Taxa de IRC	21%	21%	21%	21%	21%
Taxa de Derrama	1,35%	1,35%	1,35%	1,35%	1,35%
Ativos por Impostos Diferidos					
Prejuízos	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0
Amortizações não aceites /investimento contratual não realizado	17 325 951	0	2 858 353	0	20 184 304
Reconhecimento da IFRS 16	0	0	0	0	0
Desvio de Recuperação de Gastos Passivos	62 931	0	727 301	0	790 232
Base de incidência	17 388 882	0	3 585 654	0	20 974 537
IRC	3 651 665	0	752 987	0	4 404 653
Derrama	234 750	0	48 406	0	283 156
Imposto diferido ativo reconhecido	3 886 415	0	801 394	0	4 687 809

IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS

IMPOSTOS DIFERIDOS	Saldo Inicial	Correções	Dotação	Utilização	Saldo Final
Taxa de IRC	21%	21%	21%	21%	21%
Taxa de Derrama	1,35%	1,35%	1,35%	1,35%	1,35%
Passivos por impostos diferidos					
Outros					
Amortizações/subsídios - inv. contratual não realizado	12 840 384	0	1 899 344	0	14 739 728
Reconhecimento da IFRS 16	0	0	0	0	0
Desvio de Recuperação de Gastos Passivos	0	0	0	0	0
Base de incidência	12 840 384	0	1 899 344	0	14 739 728
IRC	2 696 481	0	398 862	0	3 095 343
Derrama	173 345	0	25 641	0	198 986
Imposto diferido passivo reconhecido	2 869 826	0	424 503	0	3 294 329

Nota 31. Saldos e transações com partes relacionadas

Nota 31.1. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as partes relacionadas da AgdA são as seguintes:

- . Acionistas (AdP, SGPS, S.A. e AMGAP.)
- . Empresas do Grupo AdP

Nota 31.2. Saldos e transações com partes relacionadas

Empresa	2022				2021			
	Ativo	Passivo	DR Rendimentos	DR Gastos	Ativo	Passivo	DR Rendimentos	DR Gastos
AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.	1 500	18 414 261	0	1 308 449	1 500	35 839 908	0	1 050 340
AMGAP - Ass. Mun. Gest. Águas Públicas do Alentejo	0	144 803	0	144 803	0	164 311	0	135 608
AdP Valor, S.A.	0	160 891	0	74 253	0	543 642	0	108 546
AdP Energias, S.A.	0	10 094	0	24 094	0	0	0	0
Águas do Algarve, S.A.	0	290 254	0	416 060	0	129 427	0	368 935
Simarsul, S.A.	0	149	0	149	0	0	0	0
Águas de Santo André, S.A.	5 130	540 207	0	183 406	0	333 084	0	171 279
Simdouro, S.A.	0	0	149	0	0	0	0	0
Águas do Norte, S.A.	0	0	149	0	0	0	0	0
Epal, S.A.	0	11 200	0	48 820	0	0	0	10 595
Águas de Vale do Tejo, S.A.	17 857	62 771	213 865	0	13 323	62 771	210 430	4 040
TOTAL	24 487	19 634 630	214 162	2 200 034	14 823	37 073 143	210 430	1 849 343

Nota 32. Compromissos

A empresa tem assumido os seguintes compromissos que não se encontram incluídos na demonstração da posição financeira apresentada:

a) Contrato de Gestão

Consideram-se como compromissos assumidos os investimentos previstos em aditamento ao contrato de gestão no primeiro e segundo períodos tarifários, no montante de 252,541 milhões de euros. Do investimento previsto realizar a 31 de dezembro de 2022 já se encontravam realizados cerca de 161 milhões de euros.

b) Contratos de Empreitada e Serviços

No que respeita às empreitadas de construção do sistema explorado pela empresa, bem como outros serviços, a 31 de dezembro de 2022 existiam um conjunto de contratos em vigor, conforme consta do quadro seguinte:

COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Entidade	Ano	Valor Adjudicado	Designação
MOTA-ENGIL ATIV - GESTÃO E MANUTENÇÃO DE ATIVOS, S.A.	2022	65 439	Aquisição de Serviços de Manutenção de Instalações Elétricas em Média Tensão – Lote 1
ESPINA & DELFIN S.L. PORTUGAL /// FACTOR AMBIENTE	2022	2 773 361	Empreitada de Conceção/Construção da ETAR de Cuba
GR4PT, S.A.	2021	27 005	Empreitada de remodelação das ETA de Santa Clara - 2º adicional
SUBMERCÍ - CONSTRUÇÃO E URBANIZAÇÕES, LDA	2022	13 425	Empreitada de Ligação Roxo – Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva - 2º adicional
BIOSMART - SOLUÇÕES AMBIENTAIS, S.A.	2021	37 679	Acondicionamento, Recolha, Transporte e Deposição de Lamas de ETAR do SPPIAA - Lote 2 - 1º adicional
BIOSMART - SOLUÇÕES AMBIENTAIS, S.A.	2021	40 590	Acondicionamento, Recolha, Transporte e Deposição de Lamas de ETAR do SPPIAA - Lote 1 - 1º adicional
ECOCIAF, LDA /// VEOLIA WATER TREATMENT SOLUTIONS PORTUGAL, S.A.	2021	128 872	Empreitada de Conceção-Construção da Reabilitação da ETA do Roxo - 2º adicional
SINTIMEX - SOCIEDADE INTERNACIONAL DE IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES, LDA	2022	34 016	Equipamentos de Proteção Individual (EPI) – Lote 3 – EPI Diversos e Acessórios
SINTIMEX - SOCIEDADE INTERNACIONAL DE IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES, LDA	2022	44 121	Equipamentos de Proteção Individual (EPI) – Lote 1 – EPI Cabeça e Facial
STÁGUAS - SERVIÇO E TRATAMENTO DE ÁGUAS - HUGO MIGUEL MATIAS CARDOSO	2022	13 727	Manutenção Preventiva e Corretiva dos Geradores de Dióxido de Cloro, Lote 1 – Equipamento ProMinent
TECNORÉM-ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.	2022	270 256	Empreitada de Adução a Ermidas Sado e Fornalhas Velhas - Reposição Equilíbrio Financeiro
SUBMERCÍ - CONSTRUÇÃO E URBANIZAÇÕES, LDA	2022	35 695	Empreitada de Adução a Vila Nova de Milfontes e Castelo – REPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO
SUBMERCÍ - CONSTRUÇÃO E URBANIZAÇÕES, LDA	2022	44 195	“Empreitada de Ligação Roxo – Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva – 3º Adicional”
BIOSMART - SOLUÇÕES AMBIENTAIS, S.A.	2022	141 872	Aquisição Serviços de Remoção de Lamas de Lagoas de ETAR
ZERTIVE, S.A.	2022	11 983	Aquisição de Serviços para Elaboração de um Plano Estratégico e Arquitetura de STI
ACCIONA ÁGUA S.A.U. - SUCURSAL PORTUGAL	2022	2 257 963	Empreitada de Conceção/Construção da Reabilitação da ETA de Alvíto
BHB - SISTEMAS DE CONTROLO E MEDIDA, LDA	2022	62 677	Manutenção e Verificação de Caudalímetros Eletromagnéticos – Lote 1
AGS - ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE SISTEMAS DE SALUBRIDADE, SA	2022	30 805	Operação e Manutenção dos Sistemas de Águas Residuais do Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo (SPPIAA), Lote 3 - Centro

COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Entidade	Ano	Valor Adjudicado	Designação
			Operacional Sul ¹ - Reposição do Equilíbrio Financeiro
AGS - ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE SISTEMAS DE SALUBRIDADE, SA	2022	39 736	Operação e Manutenção dos Sistemas de Águas Residuais do Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo (SPPIAA), Lote 2 - Centro Operacional Este - Reposição de Equilíbrio Financeiro
AGS - ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE SISTEMAS DE SALUBRIDADE, SA	2022	73 590	Operação e Manutenção dos Sistemas de Águas Residuais do Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo (SPPIAA), Lote 1 - Centro Operacional Noroeste - Reposição de Equilíbrio Financeiro
ENDRESS+HAUSER PORTUGAL UNIPessoal, LDA	2022	65 861	Aquisição de Serviços de Manutenção e Verificação de Caudalímetros Eletromagnéticos – Lote 3
SETCONTROL - PROJECTO E CONTROL INDUSTRIAL, LDA	2022	59 718	Aquisição de Serviços de Manutenção e Verificação de Caudalímetros Eletromagnéticos – Lote 2
SUBMERCÍ - CONSTRUÇÃO E URBANIZAÇÕES, LDA	2022	86 323	Empreitada de Adução ao Eixo Serpa Moura – Reposição do equilíbrio financeiro do contrato
SADE - COMPAGNIE GÉNÉRALE DE TRAVAUX D'HYDRAULIQUE - SUCURSAL	2022	276 540	Empreitada de Adução ao Eixo Mértola Sudoeste – Eixo Central - 2º adicional
MEO-SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E MULTIMÉDIA, S.A.	2022	31 837	Aquisição de Serviços de circuito de dados
H2TEC - SOLUÇÕES AMBIENTAIS, S.A.	2022	158 724	Remodelação do Sistema de Captação de Água de Vale Melão
ANTÓNIO SARAIVA & FILHOS, LDA	2022	139 196	Empreitada de Reforço da Adução a Castro Verde - 3ºadicional
SADE - COMPAGNIE GÉNÉRALE DE TRAVAUX D'HYDRAULIQUE - SUCURSAL	2021	11 908	Empreitada de Adução ao Eixo Mértola Sudoeste – Eixo Central - 1ºadicional
PROCESL - ENGENHARIA HIDRÁULICA E AMBIENTAL, LDA	2021	29 334	Estudos e Projetos para a Adução a Beja - 1º adicional
SUBMERCÍ - CONSTRUÇÃO E URBANIZAÇÕES, LDA	2021	121 725	Empreitada de Ligação Roxo – Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva - 1º adicional
SADE - COMPAGNIE GÉNÉRALE DE TRAVAUX D'HYDRAULIQUE - SUCURSAL	2021	778 869	Empreitada de Execução dos Sistemas de Transporte e Tratamento das Águas Residuais do Rosário
TECNORÉM-ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.	2021	33 521	Empreitada de Adução a Ermidas e Fornalhas Velhas - 2º Adicional
DST - DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, SA	2021	153 551	Empreitada de Adução à Zona de Mértola Noroeste - 1º adicional
DST - DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, SA	2021	772 023	Empreitada de Adução à Zona de Mértola Noroeste - Reequilíbrio financeiro
DST - DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, SA /// DTE, INSTALAÇÕES ESPECIAIS S.A.	2021	293 217	Empreitada de Adução à Zona Poente do Monte da Rocha - reequilíbrio financeiro
ANTÓNIO SARAIVA & FILHOS, LDA	2021	271 744	Empreitada de Reforço da Adução a Castro Verde - 2ºadicional
CÂMARA MUNICIPAL DE ALJUSTREL	2021	534 149	Acordo de Pagamento

COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Entidade	Ano	Valor Adjudicado	Designação
GR4PT, S.A.	2021	7 498 000	Empreitada de Conceção-Construção de Ampliação e Adaptação da ETA do Enxoé
GR4PT, S.A.	2021	23 315	Empreitada de Adução a Barrancos e Santo Aleixo - 1º adicional
SOCORPENA	2021	105 259	Empreitada de Expansão em Ourique e Almodôvar - 2º adicional
EFACEC - ENGENHARIA E SISTEMAS, S.A. /// SOCORPENA	2021	35 207	Empreitada de Conceção e construção da ETAR de Beja – 2º Adicional
ENDESA ENERGIA, SA	2022	749 828	Aquisição de energia elétrica em Baixa Tensão Normal para fornecimento entre 01-01-2022 e 31-12-2022
WILLIS - CORRETORES DE SEGUROS S.A.	2022	23 577	Seguros de acidentes de trabalho e aquisição serviços corretagem para as empresas do Grupo Águas de Portugal
ROTARCO-SOCIEDADE DE AR COMPRIMIDO, LDA	2022	19 957	Instalação de Gerador de Emergência na EEAA da Pia Quebrada
C.T.G.A.- CENTRO TECNOLÓGICO DE GESTÃO AMBIENTAL, LDA	2021	1 333 709	Operação e Manutenção dos Sistemas de Águas Residuais do SPPIAA – Lote 4
C.T.G.A.- CENTRO TECNOLÓGICO DE GESTÃO AMBIENTAL, LDA	2021	840 084	Operação e Manutenção dos Sistemas de Águas Residuais do SPPIAA – Lote 2
C.T.G.A.- CENTRO TECNOLÓGICO DE GESTÃO AMBIENTAL, LDA	2021	1 439 442	Operação e Manutenção dos Sistemas de Águas Residuais do SPPIAA – Lote 1
C.T.G.A.- CENTRO TECNOLÓGICO DE GESTÃO AMBIENTAL, LDA	2021	96 940	Operação e Manutenção dos Sistemas de Águas Residuais do SPPIAA – Lote 3
NOS COMUNICAÇÕES, S.A.	2021	15 393	Contrato de Aquisição de serviços de comunicações de voz e dados móveis e voz fixa
AMBIPAR CONTROL CONSULTORIA ANÁLISES E AMOSTRAGEM AMBIENTAL, LDA	2022	13 031	Aquisição de serviços de Colheita de Águas Residuais, Águas Naturais, Águas Potáveis e Determinação de Parâmetros in situ
STÁGUAS - SERVIÇO E TRATAMENTO DE ÁGUAS - HUGO MIGUEL MATIAS CARDOSO	2022	221 453	Fornecimento, Instalação e Automação de Sistemas de Tratamento no Campo Redondo, Santa Susana e São Domingos
AON PORTUGAL - CORRETORES DE SEGUROS, S.A	2022	145 509	Seguros de Saúde e aquisição de serviços de corretagem para as empresas do Grupo Águas de Portugal - 2022_047CP
C.T.G.A.- CENTRO TECNOLÓGICO DE GESTÃO AMBIENTAL, LDA	2022	11 659	Op.Manutenção Sistemas Águas Residuais SPPIAA_Lote 3_1º.Adicional_ETAR A do Pinto
SUBMERCÍ - CONSTRUÇÃO E URBANIZAÇÕES, LDA	2022	92 867	Empreitada de Adução a Milfontes e Castelão - 1º. Adicional
APCER - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CERTIFICAÇÃO	2021	27 824	Prestação de Serviços de Renovação e Auditorias de Acompanhamento da Certificação do Sistema de Gestão Integrado em Qualidade, Ambiente e Segurança

COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Entidade	Ano	Valor Adjudicado	Designação
CME-CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO ELECTROMECHANICA, S.A.	2022	19 975	Execução do Posto de Transformação de cliente e trabalhos complementares da EEAA de Fornalhas Velhas
AFAPLAN - PLANEAMENTO E GESTÃO DE PROJECTOS, S.A.	2021	16 196	Ajuste Direto para a Fiscalização das empreitadas de Adução a Alvalade e Ermidas e Fornalhas Velhas
BONDALTI CHEMICALS, S.A.	2022	51 814	Aquisição de Cloro
ET-EMPRESA DE EXPORT-IMPORT E COOPERAÇÃO INDUSTRIAL, LDA	2021	68 689	Fornecimento de Fardamento
LEASE PLAN PORTUGAL, LDA	2020	121 966	Aluguer Operacional de Veículos e Serviços Associados para a AgdA - Lote AQ59
CLSBRANDS, LDA	2022	59 266	Equipamentos de Proteção Individual (EPI)_Lote 2_EPI Vestuário
LABINOX EQUIPAMENTOS ASSISTÊNCIA TÉCNICA, LDA	2021	21 471	Aquisição de Material Plástico, Vidros e Filtros para análises de Águas pelas Empresas do Grupo Águas de Portugal - Lote 10
VWR INTERNATIONAL - MATERIAL DE LABORATÓRIO, LDA	2021	35 028	Aquisição de Material Plástico, Vidros e Filtros para análises de Águas pelas Empresas do Grupo Águas de Portugal - Lote 4
VWR INTERNATIONAL - MATERIAL DE LABORATÓRIO, LDA	2021	13 925	Aquisição de Material Plástico, Vidros e Filtros para análises de Águas pelas Empresas do Grupo Águas de Portugal - Lote 3
CONSÓRCIO DST/DTE	2022	15 116	"Empreitada de Conceção e Construção da ETAR da Comporta – 1º Adicional"
HACH LANGE - CONTROLE E ANÁLISE DE ÁGUAS, UNIPessoal, LDA	2022	17 346	Aquisição de Equipamentos de Laboratório e Peças de Desgaste _Lote_2_Peças de desgaste
HACH LANGE - CONTROLE E ANÁLISE DE ÁGUAS, UNIPessoal, LDA	2022	22 632	Aquisição de Equipamentos de Laboratório e Peças de desgaste Lote 1_Equipamentos Laboratório
LEASE PLAN PORTUGAL, LDA	2021	22 121	Aluguer Operacional de Veículos Operacionais e Serviços Associados para Empresas do Grupo Águas de Portugal - Lote 10_Comercial Ligeiro - Pick-up 4x2 e cabine extra
ALBOMBAS - SOCIEDADE DE BOMBAS DO SUL, LDA	2022	101 914	Aquisição de doseadoras, tubagens e kits de reparação e manutenção Lote 1_Bombas e kits de manutenção para bombas doseadoras Grundfos
KINTO PORTUGAL, S.A.	2022	127 476	Contrato de Aluguer Operacional de Veículos Operacionais, das Tipologias «Furgões» e «Pick-up», e Serviços Associados para Empresas do Grupo Águas de Portugal - [2021_082CP] - Lote 9 - Comercial Ligeiro - Pick-up 4x4-Cabine Simples e Lote 10 - Comercial Ligeiro - Pick-up 4x4-Cabine Extra
PAMAFE - INFORMÁTICA, LDA	2022	24 286	Aquisição de Equipamentos Informáticos para as empresas do Grupo Águas de Portugal - Lotes 3/4/5 2022_002CP
Total		23 397 520	

Nota 33. Ativos e Passivos Contingentes

Nota 33.1 Garantias prestadas

GARANTIAS PRESTADAS

Emitente	Nº/Identificação	Descrição	Beneficiário	Início	Prazo	Valor
NBanco	N00379525	Suspensão de processo executivo	AT	10/10/20 12	Sem prazo	13 508
NBanco	N00375956	Suspensão de processo executivo	AT	21/05/20 12	Sem prazo	534 602
NBanco	N00381686	Suspensão de processo executivo	AT	14/01/20 13	Sem prazo	4 696
NBanco	N00381685	Suspensão de processo executivo	AT	14/01/20 13	Sem prazo	5 116
NBanco	N00381687	Suspensão de processo executivo	AT	14/01/20 13	Sem prazo	11 319
NBanco	N00382515	Suspensão de processo executivo	AT	18/02/20 13	Sem prazo	158 949
NBanco	N00389042	Suspensão de processo executivo	AT	29/10/20 13	Sem prazo	186 115
NBanco	N00390293	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	23/12/20 13	Sem prazo	1 000
NBanco	N00394601	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	29/08/20 14	Sem prazo	1 000
NBanco	N00388657	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	SPER	04/10/20 13	Sem prazo	5 000
NBanco	N00388883	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	SPER	18/10/20 13	Sem prazo	10 000
NBanco	N00394853	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	SPER	25/09/20 14	Sem prazo	10 000
NBanco	N00396254	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	SPER	23/02/20 15	Sem prazo	10 000
NBanco	962300484018339	Suspensão de processo executivo	AT	16/11/20 15	Sem prazo	106 516
Santander	N00408057	Suspensão de processo executivo	AT	22/06/20 18	Sem prazo	136 089
NBanco	N00408058	Suspensão de processo executivo	AT	22/06/20 18	Sem prazo	188 251
NBanco	N00408059	Suspensão de processo executivo	AT	22/06/20 18	Sem prazo	360 671
NBanco	N00408060	Suspensão de processo executivo	AT	22/06/20 18	Sem prazo	81 251
NBanco	N00408546	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	SPER	03/08/20 18	Sem prazo	15 000

GARANTIAS PRESTADAS

Emitente	Nº/Identificação	Descrição	Beneficiário	Início	Prazo	Valor
NBanco	N00408682	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	16/08/2018	Condicionado pelo relatório de vistoria definitiva	1 000
NBanco	N00408683	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	16/08/2018	Condicionado pelo relatório de vistoria definitiva	1 000
NBanco	N00408684	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	16/08/2018	Sem prazo	1 150
NBanco	N00408685	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	16/08/2018	Condicionado pelo relatório de vistoria definitiva	1 180
NBanco	N00408686	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	16/08/2018	Condicionado pelo relatório de vistoria definitiva	3 000
NBanco	N00408687	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	16/08/2018	Sem prazo	5 150
NBanco	N00408688	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	16/08/2018	Condicionado pelo relatório de vistoria definitiva	1 000
NBanco	N00409051	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	24/09/2018	Sem prazo	1 450
NBanco	N00409343	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	25/10/2018	Sem prazo	1 000
NBanco	N00409342	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	25/10/2018	Sem prazo	1 000
NBanco	N00409677	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	26/11/2018	Sem prazo	4 960
NBanco	N00409870	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	13/12/2018	Sem prazo	1 000
NBanco	N00410135	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	14/01/2019	Em vigor até 5 anos, após conclusão dos trabalhos	44 280
NBanco	N00410474	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	19/02/2019	Sem prazo	1 600
NBanco	N00410723	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	14/03/2019	Sem prazo	1 827
NBanco	N00410775	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	20/03/2019	Em vigor até 5 anos, após conclusão dos trabalhos	1 000
NBanco	N00410637	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	04/03/2019	Em vigor até 5 anos, após conclusão dos trabalhos	2 000
NBanco	N00410955	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	08/04/2019	Em vigor até 5 anos, após conclusão dos trabalhos	1 000

GARANTIAS PRESTADAS

Emitente	Nº/Identificação	Descrição	Beneficiário	Início	Prazo	Valor
NBanco	N00410956	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	08/04/2019	Em vigor até 5 anos, após conclusão dos trabalhos	1 750
NBanco	N00411179	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	30/04/2019	Em vigor até 5 anos, após conclusão dos trabalhos	1 500
NBanco	N00411444	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	27/05/2019	Em vigor até 5 anos, após conclusão dos trabalhos	1 000
NBanco	N00411740	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	24/06/2019	Sem prazo	1 850
NBanco	N00411823	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	01/07/2019	Sem prazo	1 800
NBanco	N00411822	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	ip	01/07/2019	Sem prazo	5 200
NBanco	N00412387	Suspensão de processo executivo	AT	29/08/2019	Sem prazo	411 107
NBanco	N00412647	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	ip	02/10/2019	Sem prazo	1 000
NBanco	N00413901	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	27/02/2020	Em vigor até 5 anos, após conclusão dos trabalhos	1 000
NBanco	N00414088	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	16/03/2020	Sem prazo	1 250
NBanco	N00415025	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	22/07/2020	Sem prazo	1 000
NBanco	N00415834	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	29/10/2020	Sem prazo	1 450
NBanco	N00416154	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	02/12/2020	Sem prazo	2 250
NBanco	N00416155	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	SPER	02/12/2020	Sem prazo	20 000
Bankinter	46081	Suspensão de processo executivo	AT	28/02/2022	Sem prazo	186 460
Bankinter	46379	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	06/05/2022	Sem prazo	1 710
Bankinter	46902	Suspensão de processo executivo	AT	30/09/2022	Sem prazo	151 574
Bankinter	46901	Suspensão de processo executivo	AT	30/09/2022	Sem prazo	95 687
Total de Garantias Bancárias Emitidas						2 801 268

Nota 33.2. Processos judiciais

1. APA – EEAR Alcáçovas / Viana do Alentejo

Processo n.º 00576.2014-DJUR.DCCO, contraordenação ambiental, a decorrer os termos na APA.

2. CCDR Alentejo – E.E. de Odemira

Processo n.º 36/14.EPNA, contraordenação ambiental, a correr os termos na CCDR Alentejo.

3. CCDR Alentejo – Fossa de S. Teotónio

Processo n.º 68/15, contraordenação ambiental, a correr os termos na CCDR Alentejo.

4. IGAMAOT – ETAR de Odemira

Processo n.º CO/001192/14, contraordenação ambiental, a correr os termos na IGAMAOT.

5. ERSAR, I.P.-2

Processo n.º 20395/2013, contraordenação ambiental, a correr os termos na Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, despacho de 14 de março de 2013

6. IGAMAOT – ETAR da Bacia do Guadiana – Beja

Processo n.º CO/000119/16, contraordenação ambiental, a correr os termos na IGAMAOT.

7. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 97.12.0BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo.

8. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 280.12.9BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo.

9. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 375.15.7BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo;

10. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 23.16.8BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo;

11. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 450.16.0BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo;

12. Particular

Processo n.º 193/15.2T8MRA, constituição de servidão de aqueduto público subterrâneo;

13. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 431.17.7BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo;

14. APA, I.P. – Agência Portuguesa do Ambiente – Sistema Intercetor de Montemor-o-Novo

Processo n.º DJUR.DCCO.00100.2017, contraordenação ambiental, a correr os termos na APA;

15. IGAMAOT – ETAR de Sobral da Adiça

Processo n.º NUI/CO/001291/17.3.CAJ, contraordenação ambiental, a correr os termos na IGAMAOT;

16. APA, I.P. – Agência Portuguesa do Ambiente – Emissário de Ciborro

Processo n.º DJUR.DCCO.00294/2017, contraordenação ambiental, a correr os termos na APA;

17. APA, I.P. – Agência Portuguesa do Ambiente – Sistema Intercetor de Montemor-o-Novo

Processo n.º DJUR.DCCO.00215/2017, contraordenação ambiental, a correr os termos na APA;

18. IGAMAOT – ETAR de Boavista do Pinheiro

Processo n.º NUI/CO/001187/17.9.CAJ, contraordenação ambiental, a correr os termos na IGAMAOT;

19. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 477.18.8BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo;

20. APA, I.P. – Agência Portuguesa do Ambiente – Emissário de Montemor-o-Novo

Processo n.º DJUR.DCCO.00373/2018, contraordenação ambiental, a correr os termos na APA;

21. IGAMAOT – ETAR de São Luís

Processo n.º NUI/CO/001488/18.9.CGI, contraordenação ambiental, a correr os termos na IGAMAOT;

22. Particular

Processo n.º 6.18.3BEBJA, processo comum movido por Maria Germina Raposo Loureiro contra a AgdA e Município de Santiago do Cacém;

23. IGAMAOT – ETAR de Cavaleiro

Processo n.º NUI/CO/001078/19.9.CAJIC, contraordenação ambiental a correr termos na IGAMAOT

24. Habitãmega

Processo n.º 2032/19,6BEBJA - Ação administrativa comum intentada por Habitãmega, pedindo o reconhecimento de direito a compensação por sobrecustos na execução de empreitada

25. Associação de Beneficiários do Roxo

Reclamação dos atos de liquidação da TEC por parte da Associação de Beneficiários do Roxo

26. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 215.20.5BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo;

27. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 274/21.3BEBJA, Impugnação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo;

28. IGAMAOT – ETAR de Vendas Novas

Processo n.º NUI/CO/000635/21.8.CGI, contraordenação ambiental a correr termos na IGAMAOT

29. ERSAR

Processo n.º 27428/2021, contraordenação a correr termos na ERSAR;

30. ERSAR

Processo n.º 27384/2021, contraordenação a correr termos na ERSAR;

31. ERSAR

Processo n.º 27027/2021, contraordenação a correr termos na ERSAR;

32. IGAMAOT -

Processo n.º NUI/CO/001423/21.7.CGI, contraordenação ambiental a correr termos na IGAMAOT;

33. IGAMAOT – ETAR de Odemira

Processo n.º NUI/CO/001439/22.6.CGI, contraordenação ambiental a correr termos na IGAMAOT;

34. IGAMAOT – ETAR de Vendas Novas

Processo n.º NUI/CO/001434/22.5.CGI, contraordenação ambiental a correr termos na IGAMAOT;

35. APA, I.P. – Agência Portuguesa do Ambiente

Processo n.º DJUR.DDAC.00039.2022, contraordenação ambiental, a correr os termos na APA;

36. SOCOPUL

Processo n.º 88205/22,3YIPRT - Injunção intentada por SOCOPUL, entretanto convertida em Ação Administrativa comum com o n.º 344/22,0BEMDL - retenção de faturas contratação pública;

37. CASUR

Processo n.º 304/22, I BEBJA - Ação Administrativa comum intentada por CASUR - Indemnização por não liberação atempada de garantias - contratação pública;

38. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 369/22.6 BEBJA, Contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo;

39. WAVE

Processo n.º 435/22,8 BEBJA - impugnação de decisão de adjudicação em concurso público para fornecimento de carvão ativado granular;

40. José Germano Silvestre

Processo n.º 188/22,0T8BJA - Tribunal do Trabalho de Beja;

41. IGAMAOT –

Processo n.º NUI/CO/000363/22.7.CGI, contraordenação ambiental a correr termos na IGAMAOT;

42. APA, I.P. – Agência Portuguesa do Ambiente

Processo n.º DJUR.DCCO.00065.2022, contraordenação ambiental, a correr os termos na APA;

43. APA, I.P. – Agência Portuguesa do Ambiente

Processo n.º DJUR.DCCO.00119.2022, contraordenação ambiental, a correr os termos na APA;

44. APA, I.P. – Agência Portuguesa do Ambiente

Processo n.º DJUR.DCCO.00131.2022, contraordenação ambiental, a correr os termos na APA;

45. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 626/16.0 BEBJA, Impugnação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo;

46. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 250/17.5 BEBJA, Impugnação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo;

47. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 325/17.6 BEBJA, Impugnação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo;

Nota 34. Informações exigidas por diplomas legais

Art.º 397.º do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a AgdA, não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

Art.º 324 do Código das Sociedades Comerciais

A AgdA., não possuiu quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

Art.º 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91 de 17 de setembro,

Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa ao Setor Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2022, correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro do ano seguinte.

Nota 35. Rendimento garantido

RENDIMENTO GARANTIDO		
	31.12.2022	31.12.2021
Capital social subscrito	10 422 795	9 053 000
Reserva legal	142 067	110 931
Base de incidência	10 564 862	9 163 931
Taxa de juro OT	3,40%	3,65%
Spread 3pp	3,00%	3,00%
Total de Taxa de Remuneração	6,40%	6,65%
Remuneração acionista do ano	618 199	622 714

O contrato de gestão determina que a remuneração dos capitais próprios (remuneração acionista) a recuperar por via tarifária seja estimada em resultado da aplicação ao capital social de uma taxa correspondente à rentabilidade das Obrigações de Tesouro portuguesas a 10 anos, correspondente à média dos valores anuais dos últimos quinze anos das respetivas taxas de rentabilidade, ou outra equivalente que a venha a substituir que melhor traduza a ausência de risco, após a exclusão das três observações anuais mais altas e das três mais baixas, acrescida de um spread máximo de 3 pontos percentuais, sendo essa remuneração devida desde a data da realização do capital social. Uma vez que em 2022 não ocorreu nenhum fator que tivesse reduzido o risco do capital social investido, foi mantido neste exercício o prémio de risco de 2021, ou seja, 3 pontos percentuais.

Nota 36. Eventos Subsequentes

À data de assinatura do Relatório & Contas de 2022 não existem Eventos Subsequentes a identificar.

É expectativa do Conselho de Administração que o Desvio de Recuperação de Gastos reconhecido em 2022 seja aprovado pela Comissão de Parceria em 2023.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da AgDA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. (a Entidade) relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Entidade. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Entidade e apresentação das demonstrações financeiras, do sistema de gestão de risco e da auditoria interna e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) a demonstração da posição financeira, a demonstração dos resultados e do rendimento integral, a demonstração das variações do capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e as correspondentes notas anexas permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Entidade, dos seus resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
- iii) o relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Entidade evidenciando os aspetos mais significativos; e
- iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o relatório de gestão;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras; e
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

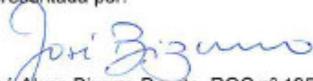

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 163 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers S. Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Entidade com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

10 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Alves Bizarro Duarte, ROC nº 1957
Registado na CMVM com o nº 20200003



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da AgDA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 184.069.617 euros e um total de capital próprio de 12.763.158 euros, incluindo um resultado líquido de 618.199 euros), a demonstração dos resultados e do rendimento integral, a demonstração das variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da AgDA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Salientamos o seguinte:

i) Conforme divulgado nas notas 8 e 20 do Anexo às demonstrações financeiras, o Desvio de Recuperação de Gastos (DRG) corresponde à correção (positiva no caso de défice, negativa no caso de superavit) a registar ao rédito das atividades reguladas, para que este se apresente conforme o disposto no Contrato de Parceria, Contrato de Gestão e respetivos aditamentos, nomeadamente no que diz respeito à recuperação integral dos gastos (incluindo imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas) e remuneração anual garantida aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2022, na rubrica de "Desvios de Recuperação de Gastos" da Demonstração dos resultados, a Entidade apresenta um superavit de 727.301 euros.

Esta quantia foi estimada pelo Conselho de Administração, não tendo sido ainda aprovada pela Comissão de Parceria. Conforme divulgado na nota 36 do Anexo às demonstrações financeiras, é convicção do Conselho de Administração que a referida estimativa é a melhor na presente data e que será aprovada pela Comissão de Parceria.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3ª, 1069-316 Lisboa, Portugal

Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NIPC 506 828 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, pertence à rede de entidades e/ou membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

ii) Tal como divulgado nas notas 1.2 e 2.4 do Anexo, as demonstrações financeiras foram preparadas com base na informação mais atualizada sobre a parceria, nomeadamente no que se refere aos valores de investimento, prazo da parceria, caudais e as próprias tarifas aprovadas. Os pressupostos utilizados são parte integrante do estudo de viabilidade económica e financeira (EVEF), associado ao Aditamento ao Contrato de Parceria e Gestão assinado em 22 de dezembro de 2015. A revisão dos pressupostos do EVEF, que deveria ocorrer numa base quinquenal nos termos da Cláusula 20ª do Contrato de Parceria e da Cláusula 17ª do Contrato de Gestão, ainda se encontra em curso não tendo sido objeto de aprovação até à presente data.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avallamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

10 do março de 2023

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Alves Bizarro Duarte, ROC n.º 1957
Registado na CMVM com n.º 20200003

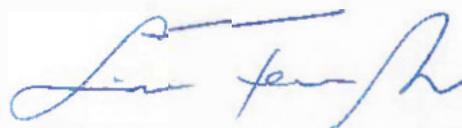
Beja, 3 de março de 2022.



Sérgio Manuel Ferreira Vaz
(Contabilista Certificado n.º 67655)



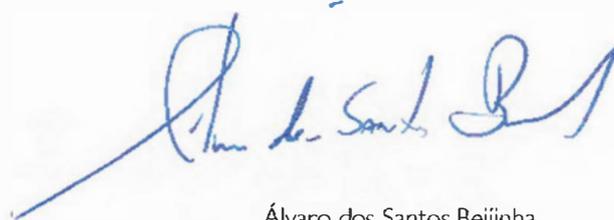
Francisco José Pinto Silva Narciso
(Presidente do Conselho de Administração)



Simone Ferreira Pio
(Vice-Presidente do Conselho de Administração)



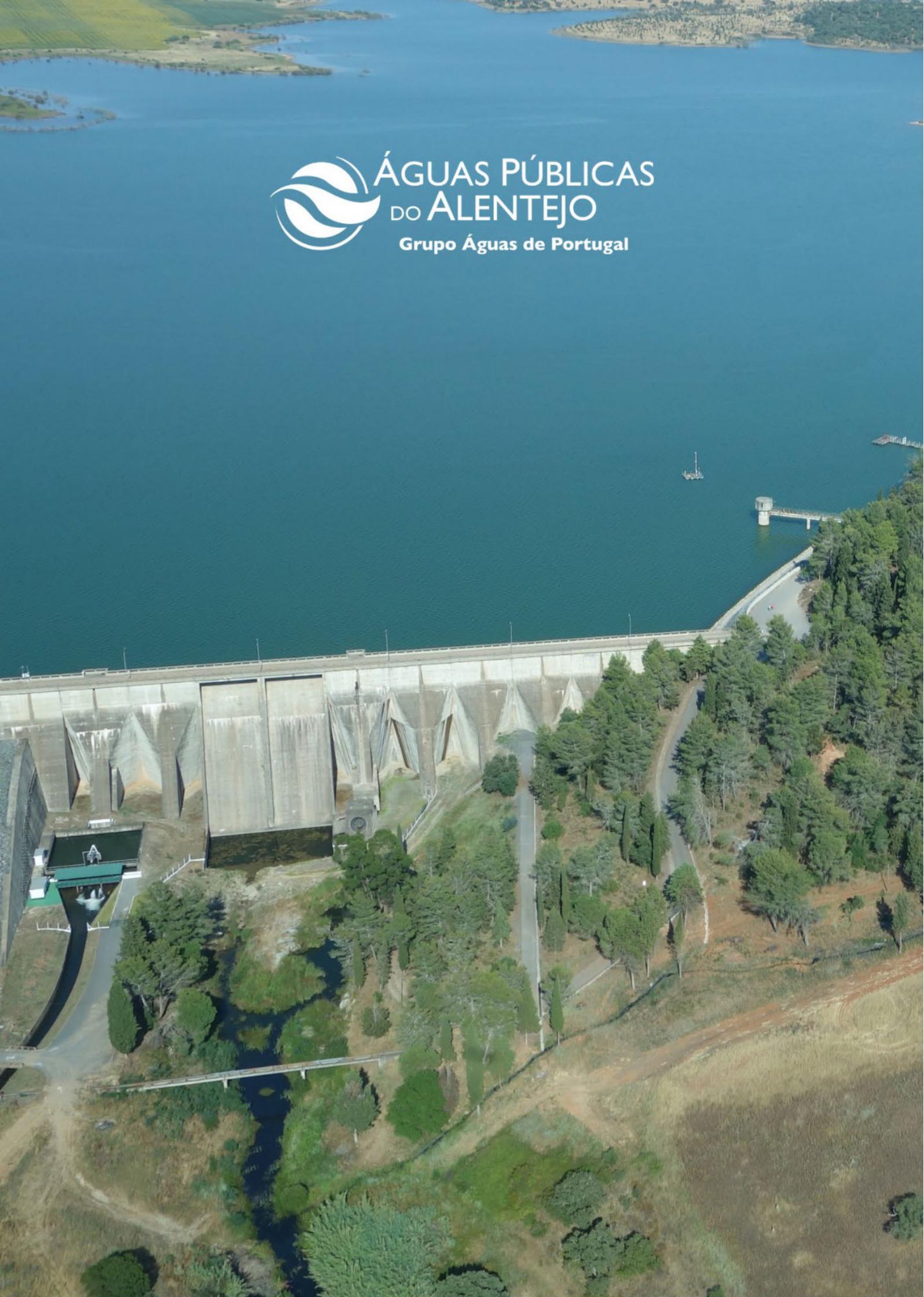
João Manuel Galhardo Maurício
(Vogal do Conselho de Administração)



Álvaro dos Santos Beijinha
(Vogal do Conselho de Administração)



Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro
(Vogal do Conselho de Administração)



 **ÁGUAS PÚBLICAS**
DO ALENTEJO
Grupo Águas de Portugal